



socio
logias
plurais

2021 | V. 7, N. 3

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia

Universidade Federal do Paraná

ISSN 2316-9249

Universidade Federal do Paraná
Reitor: Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca
Vice-Reitoria: Profª. Drª. Graciela Bolzón de Muniz

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Coordenadora: Profª. Drª. Simone Meucci
Vice-Coordenador: Prof. Dr. Jaime Santos Júnior

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Diretor: Prof. Dr. João Frederico Rickli
Vice-Diretor: Prof. Dr. Rodrigo Rodriguez Tavares

Apoio
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR
e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior (CAPES)

SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. Campus Reitoria, Curitiba, v. 7, n. 3, jul. 2021. Semestral. ISSN: 2316-9249.

Comissão Editorial Executiva

Ana Carolina de Andrade Ferreira, Eduardo Russo Ramos, Henrique da Costa Valério Quagliato, Mariana Gonçalves Felipe e Talita Cristine Rugeri.

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Augusto Michelato Ghizelini (UFES), Profª. Drª. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar), Prof. Dr. Antônio Fernandes Nascimento Junior (UFLA), Profª. Drª. Carolina Cravero (UNR), Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCar), Profª. Drª. Gisele Rocha Cortes (UFPB), Prof. Dr. João Feres Júnior (UERJ), Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar), Prof. Dr. Josnei Di Carlo (UFPR/UFSC), Profª. Drª. Larissa Maves Pelucio Silva (UNESP), Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP), Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza (UFPR), Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro (UNIFESP), Profª. Drª. Rosane Rosa (UFMS), Prof. Dr. Ruy Braga (USP), Profª. Drª. Simone Meucci (UFPR), Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCar), Profª. Drª. Vânia Penha Lopes (Bloomfield College), Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior (UFPR), Prof. Me. George Gomes Coutinho (UFF) e Profª. Ma. Paula Grechinski (UNICENTRO).

Diagramação

Eduardo Russo Ramos, Ana Carolina de Andrade Ferreira e Talita Cristine Rugeri

Capa

Comissão Executiva Editorial

Crédito de Imagem

Braian Boguszewski

Endereço Sociologias Plurais

Coordenação Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rua General Carneiro, 460, 9º andar, Ed. D.

Pedro I, Curitiba - PR

revistas.ufpr.br/scplpr | facebook.com/SociologiasPluraisUFPR

sociologiasplurais@gmail.com | [@sociologiasplurais](https://twitter.com/sociologiasplurais)

SUMÁRIO

Apresentação

Henrique da Costa Valério Quagliato

6

Artigos

A recepção de Pierre Bourdieu no Brasil: Circunstâncias e Mediadores

Sérgio Miceli

14

**"Obrigado pela associação": as redes híbridas e o festival do amor Hare
Krishna**

Victor Hugo Oliveira Silva

28

**“A velha praga”: considerações sobre a construção de um modelo
civilizacional para o camponês paulista**

Carla Julião da Silva

55

**Violência em jogo: um panorama sobre o Batalhão Especializado de
Policiamento em Estádios e sua relação com as torcidas cariocas**

Camila Souza Gomes

Raquel de Oliveira Sousa

80

**O todo e as partes – a forma ensaio e seu significado sociológico no
pensamento de Georg Simmel e Walter Benjamin**

Wanderson Barbosa dos Santos

105

Curitiba, 1978: um relato do ARTSHOW

Manita Menezes

Marcos Namba Beccari

127

O neoliberalismo e as relações raciais: o não-lugar do racismo estrutural nos editoriais sobre a morte de George Floyd

João Fernando de Lima Parra

146

Questão agrária e campesinato: teoria e paradigma no contexto da corrente marxista clássica

Pedro Henrique Vanzo

170

Um diálogo inacabado: clássicos e contemporâneos da sociologia

Gustavo Martins do Carmo Miranda

194

Caminhos para o desenvolvimento de uma Sociologia das Homenagens

Rafaela Mascarenhas Rocha

214

Mulheres negras na formação de docentes: identidades e estratégias de resistência em uma escola pública de Curitiba-PR

Aline Adriana de Oliveira

Carolina dos Anjos de Borba

233

Espaço Graduação

A Sociologia das Cozinhas – usos, práticas sociais, relações de gênero e de trabalho no cotidiano da cozinha das casas

Ana Cláudia Bessa

253

A condição da mulher privada de liberdade: um estudo de caso a partir da vivência de uma egressa da cadeia pública de Guarapuava

Tailan Cristina Maciel

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

273

“Coisa de menina” e “coisa de menino”? Uma leitura do preconceito de gênero pela perspectiva dos praticantes de balé clássico masculino e futebol feminino

Tainá Nunes

Clara Schlichta

Luara Franco Valente dos Santos

Milena Camilla Pereira Maia

Pauline Vitória de Souza Ferreira

Vinícius Teixeira de Melo

290

Trajetória de tornar-se: as experiências do cuidar de si a partir do Curso de Pedagogia

Raysa Carvalho

314

Emprego, Trabalho e Renda no Brasil contemporâneo: desafios e potencialidades

Matheus Dums

Caroline Schmidt de Camargo

337

Representatividade no relato de si e reconhecimento do outro:

Transativismo e humanização multimídia transmasculina

Deivid Nascimento de Carvalho

352

Nominata de pareceristas

375

Apresentação

Com orgulho e grande satisfação, a Comissão Executiva Editorial da Revista Sociologias Plurais apresenta seu terceiro número para o sétimo volume, que marca as edições publicadas pelo periódico no ano de 2021. O presente compêndio conta com 17 trabalhos, escritos por graduandas, graduandos, pós-graduandas e pós-graduandos de 12 universidades diferentes ao redor do Brasil. Assim como temos feito desde o ano passado, reforçamos que a instauração da pandemia causada pelo novo coronavírus afetou profundamente o funcionamento das instâncias de produção de conhecimento no Brasil: pesquisas de diferentes áreas disciplinares tiveram de ser redimensionadas e a temporalidade de trabalho mediante as medidas de distanciamento se torna tediosa e paralisante – problema causado pela virtualização dos ambientes de ensino e compartilhamento de conteúdos, que ainda cobra seus preços e continua a apresentar desafios cotidianos para o fazer acadêmico. A situação se agrava ainda mais a partir do péssimo gerenciamento do cenário pandêmico – repleto de negacionismos múltiplos, gravemente ligados a uma administração que se orgulha em cortar investimentos aos nossos já precarizados sistemas de ensino, pesquisa e extensão. Como a capa da atual publicação demonstra, um sentimento de ansiedade pelo retorno da possibilidade segura e responsável da realização das atividades presenciais perpassa nossa comunidade acadêmica. Esperamos, com uma mistura de inquietude e exaustão tediosa, a imunização através da vacina que, apesar do Presidente da República, começa a chegar aos braços da população.

O presente número é aberto com *A recepção de Pierre Bourdieu no Brasil: Circunstâncias e Mediadores*, texto derivado da Aula Magna ministrada pelo professor Sérgio Miceli¹ ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR em 2019. Nesse trabalho, o autor remonta a entrada da obra do sociólogo francês no contexto intelectual brasileiro a partir de uma recomposição analítica da morfologia do campo sociológico brasileiro dos anos 1980 e 1990, no qual esteve inserido a partir de sua própria relação pessoal e acadêmica com Bourdieu. Como argumento central, Miceli demonstra que a

¹ Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

chegada da obra bourdiana no Brasil ocorreu em através de sua apropriação por pesquisadores e pesquisadoras ainda não estabelecidos na academia nacional em momento de ascensão no cenário sociológico brasileiro. Nesse contexto, a leitura de trabalhos como *A Reprodução* e a tradução de textos como *A Economia das Trocas Simbólicas* serviram como instrumento de luta em um esporte de combate onde uma nova geração de sociólogos e sociólogas tentava se galgar um espaço teórico no fazer universitário para além das leituras clássicas estabelecidas pela geração de autores como Florestan Fernandes.

Em seguida, inicia-se a seção dedicada a artigos de pós-graduandas e pós-graduandos. O primeiro trabalho – *"Obrigado pela associação": as redes híbridas e o festival do amor Hare Krishna*, de Victor Hugo Oliveira Silva (UFPR) – analisa o serviço devocional (*bhakti yoga*) a partir da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, tendo em vista uma inserção etnográfica no festival do amor Hare Krishna em Curitiba. Contudo, o objetivo do texto não é apresentar uma simples exemplificação ou encaixe teórico. À título de expansão das possibilidades de imaginação e aplicação teórico-metodológica, o autor promove o exercício de enxergar o templo como um tipo de laboratório, onde são investigadas as possibilidades de construção de experiências a partir da interação entre devotos, instrumentos, Deidades, livros, oferendas e outro actantes.

O segundo artigo, escrito por Carla Julião da Silva (UNESP - Marília), tem o título *"A velha praga": considerações sobre a construção de um modelo civilizacional para o camponês paulista*. Nesse texto, a mestra em Ciências Sociais busca pensar a relação entre raça e os caminhos da modernização econômica no meio rural paulista. A partir de uma análise de obras literárias e trabalhos científicos pertinentes, a autora pretende compreender as representações constituídas a respeito da naturalização, das heranças sociais e econômicas da condição rural, da modernização, da globalização econômica e da atuação de cooperativas em bairros rurais atualmente. Dessa forma, demonstra-se a possibilidade de recuperação das discussões que estabelecem a inferioridade do caipira paulista a partir de uma miríade de enfoques que versaram a respeito de seu caráter, sua aparência e sua fisiologia.

Em seguida, temos *Violência em jogo: um panorama sobre o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios e sua relação com as torcidas cariocas*, de Camila Souza Gomes (UFF) e Raquel de Oliveira Sousa (UFRJ). O trabalho tem o intuito

de apresentar o desenvolvimento histórico da unidade da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro especializada em atuar no policiamento dos eventos desportivos profissionais que acontecem na capital do estado. Derivado de duas etnografias realizadas junto ao Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE), aliadas a uma recuperação bibliográfica e entrevistas, o texto explora as complexidades da formação militar especializada e da interação entre torcedores e policiais militares no cotidiano dos jogos de futebol no contexto carioca.

O quarto artigo da seção dedicada às produções de pós-graduandas e pós-graduandos, escrito por Wanderson Barbosa dos Santos (UnB), tem por título *O todo e as partes – a forma ensaio e seu significado sociológico no pensamento de Georg Simmel e Walter Benjamin*. Como o título indica, o texto visita obras de Simmel e Benjamin - mas também Siegfried Kracauer e Norbert Elias - para retomar a forma ensaística e seu papel na explicação da modernidade. Explorando os conceitos de *afinidades eletivas* e de *constelação*, o autor explora as maneiras pelas quais os pensadores estudados produziram modelos de análise que continham em si mesmos traços dos argumentos de suas análises sobre as sociedades modernas. Em suma, o artigo procura demonstrar a existência de uma tradição de pensadores dedicados ao formato e suas potencialidades.

O próximo artigo é *Curitiba, 1978: um relato do ARTSHOW*, de Manita Menezes, Marcos Namba Beccari (UFPR) e Felipe Prando (UFPR). Neste texto, recupera-se o contexto de um projeto multimídia realizado no centro histórico da cidade de Curitiba, no fim da década de 1970, levando em consideração o contexto de ditadura militar instaurada no Brasil. A partir deste objeto, os autores refletem a respeito da produção e circulação das imagens na esfera pública, tendo em vista a possibilidade de externar demandas sociais a partir da arte em tempos de regime militar e, como isso, explorar as instâncias de conflito e consenso na produção cultural em meio a um debate comprometido com a complexidade da rememoração desse tempo histórico.

O neoliberalismo e as relações raciais: o não-lugar do racismo estrutural nos editoriais sobre a morte de George Floyd, de João Fernando de Lima Parra (UEL) é o sexto artigo da seção de artigos escritos por estudantes de pós-graduação. Nesse artigo, o autor analisa editoriais de opinião publicados no jornal Folha de São Paulo a respeito das repercussões políticas da morte do norte-americano George Floyd, em 2020, verificando como e quando esses textos tratam do racismo a partir de uma perspectiva estrutural.

Como conclusão, o autor afirma que, ainda que o tema seja tratado em alguns dos artigos, em nenhum momento ele é explorado em sua profundidade. Para além, o artigo apresenta uma potente revisão de literatura a respeito das maneiras pelas quais diferentes escolas de pensamento constatarem e oferecem respostas mais ou menos efetivas para a questão do racismo nas sociedades ocidentais.

Com o intuito de entender quais são os sentidos e as tendências do desenvolvimento capitalista na agricultura, especificamente no que tange ao lugar camponês frente a esse modo de produção, Pedro Henrique Vanzo (UFPR) se propõe a revisar diferentes contribuições para a questão camponesa em seu artigo *Questão agrária e campesinato: teoria e paradigma no contexto da corrente marxista clássica*. Retomando Marx, Lênin, Kautsky, Chayanov e outros nomes contemporâneos, o autor propõe explorar os alicerces teóricos que possibilitam investigar o campesinato ontem e hoje. Dessa maneira, abre-se o caminho para examinar as formas de explicar e acompanhar as mudanças agrárias desde o início de sua teorização na escola marxista, no século XIX, até os dias de hoje.

Em seguida, Gustavo Martins do Carmo Miranda (UFMG), explora a possibilidade de construção de um diálogo entre autores clássicos e contemporâneos do saber sociológico. Seu artigo, *Um diálogo inacabado: clássicos e contemporâneos da sociologia*, pretende colocar lado a lado Marx, Weber e Durkheim a autores como Boltanski, Dahrendorf e Lenski, passando por Merton, Parsons e Freidson. O objetivo de Miranda é demonstrar como algumas das análises contemporâneas derivam das temáticas e conceituações organizadas pelos autores considerados fundadores da disciplina. Assim, constrói-se um esforço de metateoria, que se desdobra em um esforço teórico, mas também lógico-conceitual de construção de um *continuum* entre os pólos de análise escolhidos.

Escrito por Rafaela Mascarenhas Rocha (UFPR), *Caminhos para o desenvolvimento de uma Sociologia das Homenagens* investiga os elementos para a fundação de um novo subcampo da Sociologia. Investigando as condições de reconhecimento e visibilidade de atores sociais postos em determinados contextos históricos, geralmente garantidos através de nomeações de logradouros públicos, a autora parte de Bergson em direção a pensadores como Honneth e Pierre Nora como forma de articular as possibilidades e aberturas de um ramo de estudos potente e

frutífero. Um olhar atento aos nomes de nossas cidades, praças e ruas é o suficiente para que percebamos a amplitude de objetos possíveis para explorar como as dinâmicas de disputa pela memória e pela representação se constituem através de uma miríade de cenários culturais, históricos e políticos no Brasil.

O último artigo dessa seção, escrito por Aline Adriana de Oliveira e Carolina dos Anjos de Borba (ambas da UFPR), é *Mulheres negras na formação de docentes: identidades e estratégias de resistência em uma escola pública de Curitiba-PR*. Nele, as autoras discutem os resultados de pesquisa realizada com alunas de uma turma do curso de formação de docentes em uma escola pública da capital paranaense. A partir de um recorte etnográfico que buscou observar a aproximação entre formação escolar e a compreensão das ideias em torno do termo raça, o artigo reforça a ideia de que, dos conflitos da vida cotidiana revisitada surgem estratégias de resistências e, em alguns casos, de militância. Nesse sentido, a educação surge como um instrumento utilizado por essas mulheres negras para elaboração de suas identidades e construção de seus posicionamentos políticos.

A seção *Espaço Graduação*, dedicada aos artigos de graduandas e graduandos se inicia com *A Sociologia das Cozinhas – usos, práticas sociais, relações de gênero e de trabalho no cotidiano da cozinha das casas*, de Ana Cláudia Bessa (UFF). O artigo, que se pauta na realização de um *survey online* que recebeu cerca de 247 respostas, explora as relações sociais que se estabelecem nas cozinhas domésticas como ambiente social. Nesse sentido, o texto reforça a importância do privado como um espaço de pesquisa social para verificar as assimetrias de gênero que perpassam as atividades do cotidiano de homens e mulheres e das tarefas pelas quais são responsabilizados.

O segundo texto, *A condição da mulher privada de liberdade: um estudo de caso a partir da vivência de uma egressa da cadeia pública de Guarapuava* é escrito por Tailan Cristina Maciel (Unicentro) e Vanessa Elisabete Raue Rodrigues (Unicentro). A partir de um estudo de caso realizado dentro de um dos espaços do sistema prisional paranaense, no município de Guarapuava, para compreender as dinâmicas entre relações de poder, suas intermitências com os direitos fundamentais e a condição da mulher privada de liberdade. Reforçando a importância da educação na transformação na vida dessas mulheres, o artigo também reforça a constatação de uma dupla discriminação - uma pautada pelo encarceramento e outra pelas assimetrias de gênero em nossa sociedade.

O terceiro artigo dessa seção, “*Coisa de menina*” e “*coisa de menino*”? *Uma leitura do preconceito de gênero pela perspectiva dos praticantes de balé clássico masculino e futebol feminino*, escrito por um conjunto de graduandas e graduandos do curso de Educação Física da UFPR. No artigo, Tainá Nunes, Clara Schlichta, Luara Franco Valente dos Santos, Milena Camilla Pereira Maia, Pauline Vitória de Souza Ferreira e Vinícius Teixeira de Melo procuram rever a fixidez da estruturação dos papéis de gênero à luz de uma investigação focada nos modelos de exceção aos estereótipos esportivos ligados à masculinidade e à feminilidade. Analisando o conjunto de respostas ao questionário aplicado como técnica de investigação, constata-se a relação entre preconceito e prática corporal, inseridos em um sistema binário de opressão de gênero.

Em seguida temos o texto *Trajetória de tornar-se: as experiências do cuidar de si a partir do Curso de Pedagogia*, de Raysa Carvalho (UFG). No texto analisa as experiências que transpassam a vivência das estudantes da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Aproximando a coleta e análises de dados empíricos através de entrevistas e observações participantes com o eixo conceitual centrado na ideia de cuidado de si, elaborada por Michel Foucault, a autora constata a crescente desnaturalização dos discursos de feminilização do cuidado e a utilização de tecnologias de si como forma de subjetivação positiva na reivindicação de si por parte das estudantes do curso.

O penúltimo artigo deste número, escrito por Matheus Dums (UEPG) e Caroline Schmidt de Camargo (UEPG), é *Emprego, Trabalho e Renda no Brasil contemporâneo: desafios e potencialidades*. Examinando a situação brasileira atual em meio ao cenário pandêmico, o artigo demonstra, por meio de indicadores sociais, os limites do regime neoliberal de gestão do trabalho, renda e emprego no Brasil. Com o auxílio de indicadores sociais estatísticos, o artigo demonstra um empobrecimento das camadas mais vulnerabilizadas, somado à concentração de capital privado - cenário contraposto com a necessidade de políticas públicas e intervenção estatal no arranjo econômico nacional.

Por fim, o trabalho de Deivid Nascimento de Carvalho (UNILA), *Representatividade no relato de si e reconhecimento do outro: Transativismo e humanização multimídia transmasculina*, apresenta um interessante olhar sobre a exposição midiática concedida à pessoas trans localizadas no espectro masculino.

Pensando possibilidades da comunicação contra-hegemônica, o autor reforça a potência da produção de conhecimento qualificado sobre transidentidades e sua contribuição para a inserção e humanização desses corpos nos diferentes espaços de mídia em nossa sociedade. Nesse sentido, a apresentação do relato de si torna pública a travessia de transhomens e faz com que suas vivências sejam postas como elemento visível - e fonte de identificação - frente a um contexto comumente marcado pela abjeção.

Dessa forma, a publicação do terceiro número do sétimo volume da Revista Sociologias Plurais cumpre seu papel na promoção de debates que estejam abertos à miríade de temáticas que cruzam a Sociologia e as Ciências Sociais nos ricos e diversos contextos de pesquisa e produção intelectual nas graduações e pós-graduações do cenário nacional.

Henrique da Costa Valério Quagliato

Comissão Editorial Executiva

Julho, 2021.

ARTIGOS

A recepção de Pierre Bourdieu no Brasil: Circunstâncias e Mediadores¹

Sergio Miceli²

Em atenção ao pedido da professora Maria Tarcisa Bega de falar aos alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, quero retomar o trabalho que apresentei em Paris no primeiro semestre deste ano, em seminário organizado pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), em torno da recepção da obra de Pierre Bourdieu nas Américas – inclusive o Brasil. O texto foi debatido em mesa redonda com outros colegas: Francine Muel-Dreyfus havia realizado uma investigação a respeito da seita *Vale do Amanhecer* em Brasília, em perspectiva comparada com movimento similar na capital francesa; Monique de Saint-Martin veio ao país várias vezes, onde desenvolveu linhas de investigação, tendo abordado trechos das cartas que Bourdieu lhe endereçou nessas viagens; ambas visitaram o Brasil a meu convite e são diretoras de estudos (hoje aposentadas) na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais; Yves Winkin esboçou um relato da recepção de Bourdieu nos Estados Unidos. O título – *A recepção de Bourdieu no Brasil: circunstância e mediadores* – é o mesmo da conferência hoje.

Começo pelas precauções que me parecem indispensáveis. A primeira se refere à defasagem temporal: agora tenho 74 anos, mas tinha apenas 29 anos quando cheguei em Paris, em 1974, para iniciar o doutorado com Bourdieu, em plena vigência da ditadura militar no Brasil. Não posso me eximir de elaborar o relato retrospectivo sobre a recepção e o impacto da obra do mestre no Brasil, na condição de professor da Universidade de São Paulo (USP) há mais de 30 anos – posição institucional de relevo no campo intelectual nativo e inseparável de certo *status* na sociologia brasileira. Não é possível nublar tais liames. Na minha geração, outros intermediários e difusores locais da obra de Bourdieu também o fizeram bem jovens, no início da carreira acadêmica, em momento bem

¹ O texto a seguir advém da Aula Magna do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, ministrada pelo autor em agosto de 2019.

² Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

distinto no tocante às condições de competição no campo. Por conseguinte, cumpre intentar o esforço, nem sempre bem-sucedido, de restaurar de algum modo as perspectivas que possuíamos na década de 1970, o começo do imbróglio. Senão, corro o risco de simular um sobrevoo pretensamente abrangente, não por acaso em linha de como estou hoje enxergando o que sucedeu.

Houve dois momentos de recepção no Brasil: a largada, nos anos 1970 e 1980; a segunda rodada nos anos 1990 e 2000 – quando a pós-graduação em sociologia já fora implantada em escala nacional, agregando intermediários que não serão aqui aludidos. Não se pode borrar o lugar que modela nossa voz, problema incontornável em sociologia.

A segunda precaução tem a ver com o envolvimento apaixonado no processo. Não posso fingir que apreendo o que se passou objetivamente; como agente interessado no êxito da recepção, alguém engajado de cabeça no trabalho, vocês devem equacionar o relato levando em conta o enlace pessoal, afetivo e enviesado. Fiz o doutorado em Paris, onde morei três anos, tendo retornado várias vezes e, claro, tive uma relação próxima com Bourdieu, em momento inicial de arranque em trajetória meteórica. Tais evidências não constituem, de minha perspectiva, dados objetivos de pesquisa. Tudo que vou dizer está enredado nessa experiência, no fato de sempre ter sido parte do jogo.

Antes de prosseguir, convém qualificar a posição peculiar do Brasil no contexto global de recepção da obra. Medido por indicadores usuais, o caso brasileiro é de fato expressivo: trata-se do autor estrangeiro mais citado na ciência social brasileira, ao lado de Michel Foucault. Alcançou aqui maior repercussão do que nos Estados Unidos, onde não desfrutou da mesma posição hegemônica entre autores estrangeiros traduzidos.

Quero ressaltar as linhas de força da recepção, para que se possa atinar por que sucedeu assim. A coordenada de fundo tem a ver com a história das ciências sociais – em especial, da sociologia – no Brasil. A obra de Bourdieu não caiu do céu e, de supetão, encaixou-se na cena intelectual brasileira. Cumpre recuperar a história da Sociologia, em especial na Universidade de São Paulo, e restituir o clima de guarida mesclado à hostilidade, de aceite e recusa. Veremos, ao longo da conversa, como isso ocorreu.

Alguns dados são relevantes com vistas a recuperar a história da sociologia. Como se sabe, houve uma missão francesa na USP, com intelectuais prestigiosos em ciências sociais –, Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss, entre outros. No entanto, no caso da

sociologia, Roger Bastide foi a figura de maior peso no trabalho da missão, o mais consequente para o tema de hoje.

Bastide morou 15 anos no Brasil. Retornou à França apenas em 1959 e teve impacto graúdo na Universidade de São Paulo. Exerceu influência marcante não apenas entre cientistas sociais, mas também junto ao círculo de jovens congregados no grupo *Clima*, que se tornaram críticos e historiadores da arte e da literatura brasileira: Antônio Cândido, Décio de Almeida Prado, Gilda de Melo e Sousa, Paulo Emílio Salles Gomes, Lourival Gomes Machado, Rui Coelho etc. Quase todos formados em Ciências Sociais, muitos deles iniciaram a carreira como sociólogos, mas foram se especializando em história da arte, história e crítica literária, cinema, teatro. Foram alunos devotados de Bastide. O lastro sociológico das obras produzidas pelo grupo *Clima* provém dessa raiz. Ademais, Bastide se aprofundou em estudos de assuntos centrais para a cultura brasileira: investigou as religiões populares, em especial o candomblé; escreveu ensaios originais sobre autores de peso em nossa tradição poética – Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Cruz e Sousa; adquiriu domínio seguro da língua portuguesa, embora tenha encomendado a tradução de seus textos no início da estadia. Há relatos de que se expressava com fluência em português. O germe da sociologia da cultura remonta à sua presença na Universidade de São Paulo. Na França, ele nunca se equiparou a Braudel ou a Lévi-Strauss em matéria de prestígio intelectual. Tamanho desapeço não se deve à falta de obra de folego, inventiva e fora de esquadro. O jovem Bourdieu escreveu resenha sobre um livro de Bastide. Decerto atinou com a substância da obra e reconhecia o valor do autor. Bastide não recebeu aí o mesmo reconhecimento logrado no Brasil por conta de feições da obra, cujos objetos e problemáticas se referiam à sociedade brasileira, e da inserção tardia no universo intelectual francês.

No Brasil, a publicação de *A Economia das Trocas Simbólicas* (1972)³ sucedeu em momento de declínio da influência francesa, com a diminuição do número de pessoas que sabiam e falavam francês nos círculos de elite. Também vale considerar a ascensão da ciência social norte-americana, com influência crescente em ciência política e

³ BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1972. 361 p.

antropologia e, logo adiante, o arranque no financiamento da Fundação Ford ao fomento dessas áreas no país. Até então, no âmbito da Universidade de São Paulo, a sociologia persistia como disciplina dominante: dispunha de número expressivo de professores titulares, se comparado à antropologia e à ciência política; idêntica desproporção se aplicava ao tamanho do corpo docente. Os indicadores da hegemonia sociológica foram reforçados pela liderança de Florestan Fernandes e dos discípulos. Logo mais, a antropologia lograria se autonomizar como disciplina, e o mesmo sucedeu com a ciência política, a qual não tardou a se americanizar em detrimento do interesse pregresso pela história política brasileira.

Tal cenário ajuda a recuperar a atmosfera intelectual da época, bem como a rastrear os autores e as influências em meio aos quais os integrantes dessa geração foram treinados. Qual a vivência cultural como alunos de pós-graduação? Havia a predominância incontestada do marxismo na universidade. A hegemonia marxista na área cultural se encarnava na figura reverenciada de Antônio Gramsci, com textos traduzidos e publicados então pela Editora Civilização Brasileira, inclusive os *Cadernos do Cárcere* (escritos entre 1929 e 1935). Os cursos consagrados a Gramsci eram estáveis na grade. Um trabalho de aproveitamento se converteu no meu artigo de estreia, em revista da área de educação: tratava-se de um fichamento pretensioso da obra de Gramsci, no qual discorria sobre o tema dos intelectuais. Se quisessem se mostrar afinados e competentes em termos de teoria, em matéria conceitual, os alunos se viam instados a conquistar domínio seguro dos escritos do pensador italiano. Éramos todos comentaristas de Gramsci, obcecados pela ideia de intelectual orgânico, pelo conceito de hegemonia e, a tábua de salvação, pelos aparelhos do Estado.

Havia ainda, em disparo de ascensão, a moda do estruturalismo; em paralelo a Gramsci, a antropologia estrutural de Lévi-Strauss; a dialética marxista de Louis Althusser, de epígonos na metrópole (Nicos Poulantzas) e na América Latina (Martha Harnecker). Devorávamos tais textos como livros de missa, guias de orações. Sabíamos de cor o primeiro capítulo de *O Capital*. Sob chancela do estruturalismo não marxista, *Antropologia Estrutural*, originalmente publicado em 1958 por Lévi-Strauss, era obra compulsória. Líamos Lévi-Strauss, Roland Barthes e, de arrastão, outras figuras do

estruturalismo francês não marxista. Despontavam a semiologia e a linguística. Referências que ajudam a pautar o universo intelectual da geração.

Minha tese de mestrado a respeito da apresentadora de televisão Hebe Camargo – *A Noite da Madrinha: Ensaio sobre a Indústria Cultural no Brasil* (1971)⁴ –, logo evidencia, desde a abertura até a conclusão, a sondagem experimental quanto ao rendimento interpretativo de paradigmas semióticos em meio à análise do programa de auditório. Busquei aproximar a sociologia de procedimentos que me pareciam ensejar a apreensão refinada do material expressivo, com vistas à leitura matizada da prática cultural. Assim, por exemplo, em vez de empreender o resgate algo convencional dos liames entre o programa e o público, apenas com base em índices de audiência, esbocei análise que dava espaço e relevo ao cenário, à indumentária, à gestualidade, à postura corporal. Eis um exemplo da tensão com a qual tínhamos de lidar: o embate entre a dominância marxista e o influxo de recentes abordagens e procedimentos.

A aprendizagem ocorreu num momento em que não havia sistema de cotas, tampouco a rede de universidades federais. Ali presenciamos a emergência de um sistema de financiamento. Brindado com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fui dos primeiros a receber tal benefício.

A recepção inicial de Bourdieu tem muito a ver com o fato de que um contingente expressivo de pós-graduandos da geração foi estudar no exterior: a maioria nos Estados Unidos, um grupo restrito na Europa, uns e outros beneficiários de bolsas de estudo, nacionais e estrangeiras. Nos Estados Unidos, ocorreu a formação da leva pioneira de cientistas políticos. Por conta da estadia parisiense, tive formação peculiar se comparado aos colegas treinados no campus norte-americano.

Em paralelo ao clima intelectual, é forçoso restituir a fisionomia política da época. Vivíamos em plena ditadura militar. A recepção de Bourdieu, nas décadas de 1970 e 1980, coincidiu com um período especial do regime militar. Corresponde à presidência do General Ernesto Geisel (1974-1979) e do General João Figueiredo (1979-1985); à greve dos trabalhadores em 1978; à emergência de Lula como líder nacional; à revogação do AI-5,

⁴ MICELI, Sérgio. *A Noite da Madrinha: Ensaio sobre a Indústria Cultural no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1971. 368 p.

em 1979; às eleições de 1982, quando foram eleitos governadores de oposição como Franco Montoro, em São Paulo; às eleições de 1985, com a chapa Tancredo-Sarney; à morte de Tancredo e ao governo Sarney; à Constituição de 1988. Hoje ainda nos surpreende que o regime militar tenha, no período, contribuído para viabilizar financeira e institucionalmente as ciências sociais. De um lado, os militares perseguiram, prendiam e exilavam professores; de outro, subsidiavam a institucionalização da área.

Estávamos imersos em conjuntura tumultuada, complexa e contraditória. Em pleno regime militar, havia política educacional de expansão do ensino superior, linhas de investimento em formação e pesquisa em ciências sociais, redes de financiamento inclusivas: a expansão da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), da CAPES, do Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), etc. Em contraste com tais iniciativas, o governo aposentava compulsoriamente Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e outros mestres prestigiosos, muitos deles tendo sido forçados ao exílio. Os militares brasileiros não destruíram a universidade, tal como sucedeu na Argentina ou no Chile. Pelo contrário, eles ajudaram a erguer financeira e institucionalmente o sistema universitário brasileiro.

Tais fatos provocaram estupefação na audiência francesa. São evidências desconcertantes difíceis de lidar, mas sobre as quais qualquer cientista social deve refletir: as ciências sociais foram emergindo em resposta aos incentivos propiciados por uma política pública, ainda que se possa adicionar ao cenário de época as contribuições das fundações privadas norte-americanas, em especial da Fundação Ford. No entanto, o apoio da Ford foi mais decisivo à construção institucional da ciência política e da antropologia, tangencial no caso da sociologia. Florestan nunca aceitou recursos da Ford, conforme atestam evidências dessa postura; embora arredio ao auxílio de fundações privadas no financiamento da sociologia, acedeu ao apoio da Unesco de subvencionar os estudos das relações raciais no país.

Ao fincar as estacas do universo intelectual da época, emergem as linhas de força do tipo de formação acadêmica a que estava submetida a geração. A universidade operava como uma espécie de espaço protegido durante o governo militar, em paralelo à alternância de altos e baixos na repressão sombria da ditadura. Com frequência chegávamos à universidade e ficávamos cientes da prisão de colegas e de docentes, por

vezes éramos instados a prestar assistência aos familiares dos detidos. Atmosfera pesada e difícil de peitar. Assim, com 29 anos, o fato de ter sido brindado com bolsa do governo francês me conferia *status* de privilégio.

Outra dimensão decisiva tem a ver com as características morfológicas do contingente atraído pelas ciências sociais na geração pioneira, formada ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950. Na Universidade de São Paulo, o corpo discente nas disciplinas recém instituídas incluía uma parcela expressiva de filhos de imigrantes e de mulheres. Enquanto nas Faculdades de Medicina e de Direito, a parcela de filhos de imigrantes nunca passou de 1% até os anos 1950, nas ciências sociais os filhos de imigrantes eram um terço dos estudantes (32%), as mulheres quase isso (28%), escores ainda em linha ascendente nos anos subsequentes. Por conseguinte, o campo emergente das ciências sociais se caracterizava, nos anos 1960 e 1970, pela morfologia social consideravelmente distinta daquela predominante no recrutamento das profissões liberais tradicionais.

A estadia dos mestres franceses na Universidade de São Paulo reforçou o prestígio da sociologia e viabilizou a abertura aos estudos culturais em especial. Após o retorno de Roger Bastide à França, em 1959, a sociologia da cultura perdeu espaço em favor do macro-projeto de investigação cujas diretrizes Florestan impunha aos assistentes e aos alunos. Ele havia formulado o projeto tentacular de análise da formação histórica das classes sociais no Brasil contemporâneo, que serviu de alavanca à voga da sociologia do desenvolvimento como paradigma explicativo. Os mestrandos da turma, inclusive os que tinham outros orientadores, éramos instados a uma conversa preliminar antes da escolha dos objetos de tese. Na sala, me deparei com a lista extensa de tópicos assinalados a giz na lousa; era forçoso escolher o tema dentre os nomeados. A 'escolha' estava adstrita à lista. Após a leitura esticada dos tópicos, me dei conta de que o único assunto que de fato me interessava era a revista do Iseb, pois me daria acesso aos intelectuais cariocas –, não por acaso, o último ponto da lista. A escolha foi acolhida, mas não pude levar a cabo por diversas circunstâncias, inclusive pela aposentadoria compulsória do próprio Florestan e de outros docentes, entre os quais meu orientador, Octavio Ianni.

Meses após a rebordosa, a reitoria começou a pressionar o departamento de sociologia no intento de acelerar a produtividade, ou seja, o término das teses. O número

de docentes havia encolhido; nos sentíamos na obrigação de colaborar. Em vista de tais constrictões, fui estimulado a desenvolver a dissertação a partir do artigo que vinha redigindo acerca de programas de auditório na televisão, algo impensável na conjuntura anterior. Florestan era uma figura formidável, acolhedor, generoso, afável com os estudantes, respeitado, admirado, empenhado nas atividades do departamento, exercendo com firmeza a liderança institucional e intelectual.

Em meio às circunstâncias da recepção de Bourdieu no Brasil, quero falar um pouco sobre minha biografia para que vocês possam entender o papel dos intermediários nesse processo. Estou me referindo aos colegas Renato Ortiz, Afrânio Garcia Junior e Maria Andrea Loyola, entre outros. A morfologia social desse grupo constitui subsídio indispensável à inteligibilidade da recepção de Bourdieu.

Após haver concluído ciências sociais na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro (1964-7), já bolsista da Capes, cheguei a São Paulo em dezembro de 1967, onde cumpri os cursos exigidos na pós-graduação, tendo concluído o mestrado em 1971. Em 1974, bolsista do governo francês, viajei a França para me doutorar – nesse momento, trabalhava como professor de sociologia no departamento de ciências sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Dito de outro modo, os mediadores acima mencionados estavam, então, à margem da sociologia dominante no país. Embora lotado numa instituição prestigiosa, fora aluno na Universidade de São Paulo, estava inscrito no doutorado, mas ainda não pertencia ao quadro docente na disciplina. Renato Ortiz começou na área de estudos agrícolas, em seguida cursou quatro anos na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, antes de viajar a França, onde obteve um diploma equivalente ao nosso mestrado – *Diplôme d'études supérieures* (DES) – com Edgard Morin, e o título de doutor de terceiro ciclo sob tutela de Roger Bastide, em sociologia da religião. De regresso ao Brasil, Ortiz lecionou, sucessivamente, no Nordeste, em Minas Gerais, tendo ingressado no departamento de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) apenas em 1988. Nesse ano, fui convidado a ingressar no departamento de sociologia da Universidade de São Paulo, tendo então deixado o posto docente na pós-graduação em sociologia da Unicamp e a posição de professor titular na Fundação Getúlio Vargas. Andrea Loyola fez doutorado com Alain Touraine, bem antes de se juntar aos pesquisadores na órbita de Bourdieu, do qual eu fazia parte. Até esse

momento, a maioria dos brasileiros com doutorado em sociologia na França trabalhou com Touraine – o qual orientou doze teses de doutorado de colegas nos anos 1970. Fui o primeiro a romper a corrente, tendo concluído o doutorado com Bourdieu em 1978. Moacir Palmeira (doutorado na França com François Bourricaud), José Sérgio Leite Lopes e Afrânio Garcia, jovens docentes na pós-graduação em Antropologia Social criada fazia pouco no Museu Nacional, no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também estavam distantes da sociologia uspiana. Moacir havia se diplomado na Escola de Sociologia e Política da PUC carioca; José Sergio e Afrânio se formaram economistas antes da reconversão à antropologia

Bourdieu foi divulgado no Brasil por intermediários que estavam, de algum modo, mobilizando suas obras e o paradigma explicativo como instrumento de luta em esporte de combate intelectual. Bourdieu não ingressou no país por cima, pelos sediados na sociologia uspiana, mas pelas margens, por conta de mediadores ainda posicionados longe da autoridade sociológica reconhecida. Ora, era diminuto o interesse pelos textos de Bourdieu por parte da sociologia paulista; havia inequívoca hostilidade em relação a sua obra. Minha introdução à antologia *A economia das trocas simbólicas* (1974) permite vislumbrar tal animosidade. Nesse texto que vivenciei como um *tour de force*, pretendia demonstrar que o autor estava à altura dos fundadores da tradição sociológica contemporânea. Em diversas passagens, procuro frisar os laços dele com o legado de Marx, Durkheim e Weber. O lastro tríplice intentava sustentar a filiação prestigiosa, ou melhor, reivindicar legitimidade para o nome desconhecido no país. Era a estratégia de lograr receptividade por meio de figuras interpostas, por procuração – no caso, os clássicos que compõem até hoje o núcleo da licenciatura em ciências sociais na Universidade de São Paulo.

Em 1972, em seguida à defesa do mestrado sobre o programa de auditório de Hebe Camargo, já havia começado a preparar a antologia publicada em 1974, sob chancela da Perspectiva, editora então prestigiosa no campo das humanidades. O volume contava com introdução circunstanciada, um tanto excessiva⁵, que, em retrospecto, talvez encontre

⁵ MICELI, Sergio. A força do sentido. In: Sergio Miceli. (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. I-LXI.

justificativa no empenho de atribuir estatuto teórico à obra: era imperioso demonstrar a pertinência e a potência de conceitos como “campo” e “habitus”, ainda na primeira dentição. Desde o começo do texto, quis lidar com a ideia de “campo”, tal como formulada nos textos da fase inicial – e não no registro de voltagem complexa com que é manejada em *Meditações Pascalianas* (1997)⁶, por exemplo. Ao tempo em que dirigi a Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), entre 1994 e 1999, publiquei a tradução de *Ce que parler veut dire* (edição francesa, 1982)⁷, com o título *A Economia das Trocas Linguísticas* (Edusp, 1998)⁸, o subtítulo da obra. Escrevi breve introdução de cinco ou seis páginas; por ocasião do estágio como professor convidado na França, por iniciativa dele, chamou atenção para o tratamento desigual e frisou o investimento da primeira vez. As cinquenta páginas da coletânea inicial minguiaram agora para cinco. Ora, minha situação acadêmica se alterara de modo drástico.

O livro com selo Edusp se enquadra em momento subsequente da recepção de Bourdieu, quando me pareceu dispensável a muleta de um arrazoado que facilitasse a leitura. Na ocasião, reiterou ter apreciado a primeira introdução; não lia português, apesar de bom domínio do espanhol por ser originário de região próxima à Espanha – talvez atinasse algo de português. De início, escrevia em português os rascunhos dos capítulos; ele devia ter algum conhecimento para fazer os comentários que me transmitia pelo telefone e por escrito.

O período de doutorado teve quebras: residi em Paris em 1974 e 1975, voltando ao Brasil em seguida; retornei a França com a tese acabada em português; permaneci o ano de 1978 para aprontar o texto da versão francesa; defendi a tese em francês em dezembro desse ano. O trabalho foi publicado no Brasil em 1979, na coleção *Corpo e Alma do Brasil*, dirigida por Fernando Henrique Cardoso – que me fez o convite na festa de comemoração do doutorado brasileiro. Em 1981, a tese foi editada em francês, por decisão de Bourdieu,

6 BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Tradução: Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 324 p.

7 BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982. 244 p.

8 BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer*. Prefácio Sérgio Miceli. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. 183 p.

financiada pela Maison des Sciences de l'Homme, com chancela da *Presses Universitaires de Grenoble*, volume inaugural da coleção Brasília.

Em 1984, fui eleito secretário-geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), tendo exercido dois mandatos, até 1988. Eis o ano milagroso da abertura democrática no Brasil, e do começo como professor no programa de doutorado em ciências sociais da Unicamp. A essa altura, já se havia encerrado o período inaugural de recepção de Bourdieu; fui com vagar me aproximando, como docente, do *stablishment* sociológico, em meio a transformações de peso no interior do campo intelectual e acadêmico. O governo militar ensejou a expansão das ciências sociais impulsionadas pelas universidades federais recém criadas –, em paralelo à gestação do sistema nacional de pós-graduação e ao crescimento vertiginoso das agências federais de financiamento à pesquisa e à formação doutoral. Tais mudanças propiciaram a crescente identidade disciplinar da antropologia e da ciência política, ora despregadas da sociologia –, mais dependentes da Fundação Ford do que a sociologia.

A difusão da obra de Bourdieu tomou corpo em espaços institucionais à margem dos centros dominantes das ciências sociais no Brasil, por conta da mediação de pesquisadores jovens que estavam em começo da carreira acadêmica, os quais ocupavam posições periféricas ao que se considerava a *alma mater* da sociologia, a Universidade São Paulo. Eu lecionava numa escola de administração, afastada do reduto sociológico. A ênfase na condição subalterna dos mediadores chocou os franceses, em particular os doutorandos na audiência. Os colegas envolvidos no trabalho de difusão estavam, nos anos de 1970 e de 1980, situados em posições de segundo time no tocante ao perfil hierárquico da área. Tal fato não diminui o Museu Nacional ou a Fundação Getúlio Vargas. Quis mapear a inserção dos mediadores em relação ao *mainstream* sociológico – fato crucial, tendo em vista que Bourdieu sempre se definiu como sociólogo e ganhará notoriedade na disciplina em escala mundial. Éramos jovens diplomados com acesso a um treinamento acadêmico sofisticado – privilegiados sem dúvida, mas desclassificados em termos de inserção institucional – espécie híbrida de *classés/declassés*. Uma fornada de cientistas sociais debutantes, dotados de cabedal requintado e, ao mesmo tempo, ainda relegados à posição subalterna no bojo da disciplina. Ninguém estava à vontade no tocante ao *status* acadêmico e disciplinar. Insisto nesse traço porque não me parece

apropriado recuperar a história da recepção de Bourdieu com base na conjuntura do campo intelectual moldada na década de 1990. Ao longo dos anos de 1980, fomos tendo acesso às posições prestigiosas e, de modo concomitante, foram se transformando as condições internas moldando o trabalho de recepção em bases distintas. Como presidente da Edusp, tive condições de publicar a coletânea de textos extraídos da Revista *Líber*, editada por Bourdieu ⁹, *A Economia das Trocas Linguísticas* (1998), iniciativas indissociáveis de uma posição institucional confortável. Vale sublinhar o registro, fui convidado para ingressar como docente na Universidade de São Paulo em 1988 –, aos 43 anos de idade e já livre docente.

Por fim, como líamos a obra de Bourdieu e qual o impacto na aprendizagem? Dois livros deram a chacoalhada. *Le Métier de Sociologue* – publicado na França em 1968 pela trinca autoral de Bourdieu, Passeron e Chamboredon – era lido em grupo em atitude de contrição. O manual logo adquiriu o *status* de modelo de excelência incontornável, guia de referência às práticas do que passamos a considerar como o ramerrão indispensável à profissão de sociólogo. O frescor intelectual se juntava ao feitio ambicioso da proposta: manancial de teoria sociológica, repositório de cauções empíricas. Os exemplos aí mobilizados provinham de pesquisas, muitas delas a cargo de cientistas sociais norte-americanos, que não constavam da bibliografia corrente. Em registro inusitado, a obra mesclava domínio da tradição teórica e pedágio à investigação empírica, além de haver ampliado o repertório de referências, entre os quais os trabalhos de Erving Goffman, de etnometodologia (Garfunkel), de etnociência (Stephen Tyler), que nunca havíamos lido. A iniciação na ciência social norte-americana foi estimulada por esse manual, repertório de autores, de textos e de correntes a que tínhamos acesso pela primeira vez. O volume provocou certa euforia intelectual, fazendo as vezes de vade-mécum que nos autorizava a misturar métodos e procedimentos que, até então, pareciam inconciliáveis. Na Universidade de São Paulo, estudantes interessados em pesquisa empírica eram amiúde detratados como positivistas. Os autores do manual viabilizaram o consórcio entre ambição teórica e lastro empírico.

⁹ *Líber* 1, 1997.

A Reprodução (publicado em francês em 1970)¹⁰, por outro lado, teve efeito controverso na época. Os que já leram a obra talvez concordem comigo: para a nossa geração, o livro soou com estrondo de denúncia. Trata-se de um texto de leitura pedregosa, em parte por conta da deficiente tradução brasileira. Não obstante, o livro foi castigado pela rigidez e pelo dogmatismo. O fascínio pelo trabalho do mestre não tolheu o discernimento.

As obras do autor desencadeavam pulsões contraditórias, em meio as quais se vislumbrava a construção de um objeto próprio no campo da sociologia da cultura. Aliás, Bourdieu encorajava os orientandos a se familiarizar com história social da arte – não se podia fazer sociologia da vida intelectual sem o cabedal das tradições na disciplina. Ele também nos libertava da obediência estrita aos modelos canônicos em voga na Universidade de São Paulo: a crítica literária, a estética filosófica e a história da arte formalista. Aqueles interessados no estudo da produção cultural puderam se valer dele e desguiar do jugo exercido pelos paradigmas então prevalecentes. Ficávamos isentos da louvação aos autores canônicos da sociologia das superestruturas, em especial, Karl Mannheim – entidade reverenciada no espaço universitário da época. Na arguição de minha tese de doutorado no Brasil, alguns integrantes da banca cobraram pela omissão de Mannheim –, cujas obras de fato não me atraíam. Ficamos livres de Mannheim pela sintonia com a teoria sociológica *hard* em detrimento dos esquematismos acionados pela história das ideias. Os textos de Mannheim ancoram as paráfrases empreendidas pelo chamado pensamento social; os estudos de Bourdieu espicam a sociologia empírica da produção cultural e dos intelectuais. Indústria cultural, televisão, arte, intelectuais, eis alguns dos assuntos relegados na bolsa de valores da sociologia brasileira da época. A prensa de Florestan na escolha do tema de dissertação breiou a feitura de estudo sobre o movimento tropicalista tal como havia imaginado.

A segunda onda de recepção dos trabalhos de Bourdieu no país sucedeu em meio a mudanças de peso: expansão das publicações em ciências sociais; criação de novas associações científicas – em especial a Anpocs, com subvenção da Fundação Ford, a

¹⁰ BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **La reproduction**: Éléments d'une théorie du système d'enseignement. Paris: Les Éditions de Minuit, coll. «Le sens commun», 1970. 284 p.

Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a rediviva Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); profissionalização acelerada dos cientistas sociais – entre os formandos da minha turma da PUC no Rio de Janeiro, em 1967, a maioria encontrou empregos relacionados à sociologia; autonomização das disciplinas e especialização temática.

Essa vaga também derivou do renascimento da sociologia da cultura no país. Prova inequívoca de renovação são os dois volumes da *História das Ciências Sociais no Brasil*, publicados, respectivamente, em 1989 e 1995, frutos de pesquisa coletiva. Os textos aí coligidos foram escritos por integrantes da equipe multidisciplinar que coordenei, mesclando historiadores, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, – Heloísa Pontes, Fernanda Peixoto, Fernando Limongi, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Silvana Rubino, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Lília Schwarcz, Silvana Rubino, Maria da Gloria Bonelli, Maria Cecília Forjaz. Quase todos jovens mestrados cujas dissertações se nutriram dos mestres contemporâneos no assunto em paralelo ao impacto crescente das obras de Bourdieu. A bibliografia ora disponível em sociologia da cultura se havia dilatado, abarcando correntes e autores de variado perfil teórico; Norbert Elias, Fritz Ringer, Raymond Williams, Michel Foucault, Edward Thompson e outros que começaram a circular concomitantemente à absorção do mestre francês.

Em suma, a recepção de Bourdieu no Brasil foi uma arena de confronto, um instrumento de combate e competição por parte de jovens que estavam à margem do *stablishment* sociológico e que se valeram de tal acicate no intento de lograr espaço e reconhecimento. Não estávamos apenas enfeitiçados pela obra. Havia, ademais, o desígnio de converter as inovações em trunfos da prática intelectual. Bourdieu torna-se inteligível no aceso das disputas em curso na sociologia brasileira, por meio de obras, conceitos e procedimentos que adquirem sentido e pungência no interior de um campo de lutas. Não basta incensá-lo, tampouco converter textos em fetiche. Quis transmitir o recado de que a imensa admiração não estava infensa às pulsões e interesses de quem estava se iniciando no ofício.

"Obrigado pela associação": as redes híbridas e o festival do amor Hare Krishna.

Victor Hugo Oliveira Silva¹

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

A devoção, assim como a ciência analisada por Latour (1997) em *Vida de Laboratório*, pode ser lida como um saber e um viver construído, que depende de muitos atores. Em vez de um experimento - tornado objetivo por inscrições produzidas na interação entre cientistas, aparelhos, papéis, bactérias e neurônios - o serviço devocional (*bhakti yoga*) é, para estes Hare Krishnas, fundamentado na possibilidade de construção de uma experiência possibilitada pela interação de devotos, instrumentos, Deidades, livros e oferendas. A unidade de análise para esta reflexão será o templo Hare Krishna de Curitiba, campo no qual venho desenvolvendo minha pesquisa de doutorado em sociologia. Esta experiência se apresenta como a inserção em redes heterogêneas que promovem as mediações e associações necessárias para produção da presença inerente à experiência do serviço devocional e ao engajamento a ele relacionado. Nessa perspectiva o templo poderia ser visto como um laboratório, no qual se produzem as circunstâncias necessárias para a vivência da emoção devocional.

Palavras-Chave: Devoção; TAR; Emoções; Hare Krishna; Religião.

"Thanks for association": hybrid networks and the Hare Krishna's Festival of Love

ABSTRACT

Devotion, as well as the science analyzed by Latour (1997) in *Laboratory Life*, can be read as knowledge and a constructed life that depends on many actors. Instead of an experiment - made objective by inscriptions produced in the interaction between scientists, devices, roles, bacteria and neurons - devotional service (*bhakti yoga*) is, for these Hare Krishnas, based on the possibility of building an experience made possible by the interaction of devotees, instruments, Deities, books and offerings. The unit of analysis for this reflection will be the Hare Krishna temple in Curitiba, the field in which I have been developing my doctoral research in sociology. This experience presents itself as an insertion in heterogeneous networks that promote as necessary mediations and associations for the production of the presence inherent to the experience of devotional service and the engagement related to it. From this perspective, the temple could be seen as a laboratory, in which it is specified as necessary for the experience of devotional emotion.

Keywords: Devotion; ANT; Emotions; Hare Krishna; Religião.

¹ Doutorando em Sociologia, e mestre em Antropologia Social (2016) pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: oliveirasilvavictorhugo@gmail.com

O que quer que você faça / o que quer que você coma / O que quer que você dê / tudo isso deve ser feito como uma oferenda a mim.

Sri Krishna Bhagavan

Esse texto é fruto da minha pesquisa de doutorado em andamento, na qual reflito sobre a relação entre emoção, juventude e devoção nos festivais devocionais realizados pelo movimento Hare Krishna no Sul do Brasil. Com tal propósito tenho elaborado descrições etnográficas a partir de vivências de campo que vêm sendo realizadas ao longo do processo.

Nesse artigo em particular pretendo utilizar a proposta etnográfica ligada a Teoria do Ator Rede para considerar as associações híbridas que emanam desses festivais. Através da vivência conjunta de eventos especiais do ponto de vista dos interlocutores, a intenção é buscar captar experimentos empíricos do pensamento manifestos nos processos que podemos observar a partir da prática.

Nossa unidade de análise para esse experimento reflexivo são os festivais devocionais realizados pelo Templo Hare Krishna de Curitiba, localizado no centro histórico da cidade e fundado em 1983. Ele é parte da ISKCON (International Society for Krishna Consciousness), instituição organizada em Nova Iorque no ano de 1966 por A. C. Bhaktivedanta Swami Prabhupada (1896-1977), mestre espiritual indiano nascido em Calcutá e representante de uma das linhagens vaishnavas² que se desdobram a partir de escrituras que integram o corpus literário dos Vedas, como o Bhagavad-Gita e o Srimad Bhagavatam.

Essa linhagem é a Brahma Madhva Gaudiya Sampradaya. Segue o tipo de vaishnavismo ensinado por Sri Chaitanya Mahaprabhu (1486-1534), tido por seus seguidores como o *avatar*³ mais recente de Krishna (a Suprema Personalidade de

² Termo utilizado para designar, dentro da pluralidade de tradições que se desdobram a partir do corpus literário que compõe a literatura védica, aqueles que consideram Vishnu ou Krishna como a divindade suprema, aquele que é a própria fonte do Brahman (o absoluto em constante expansão) (Flood, 2016).

³ De acordo com o vaishnavismo gaudiya o Ser Supremo faz Seu advento em várias formas e encarnações. Na verdade, “encarnação” não é considerada como sendo a palavra apropriada, tendo em vista que significa “aparecer na carne”. A pessoa divina faz seu advento em Sua própria forma e não nos elementos ou na carne deste mundo. Devido a isso é que o nome apropriado para essa descida é *avatara*, que em sânscrito significa ‘aquele que desce’. Cada vinda, ou *avatara* do Senhor, tem uma

Deus). Um dos principais objetivos de sua vinda, tal como observa Silveira (1999) teria sido justamente a divulgação da prática do cantar dos santos nomes de Deus através do *maha-mantra* Hare Krishna Hare Krishna Krishna Krishna Hare Hare Hare Rama Hare Rama Rama Rama Hare Hare⁴ processo este chamado de Hari Nama Sankirtana (canto congregacional dos santos nomes).

Tal rito sagrado, além de práticas meditativas e de adoração ritualística, confere uma ênfase especial ao canto congregacional do *maha-mantra*, um tipo de meditação ou prática de yoga coletiva que se dá na forma a procissões de rua, com estandartes e instrumentos em meio à dança e ao canto do *maha-mantra*, além da distribuição de alimento espiritualizado, oferecido a Krishna.

Assim a realização periódica de festas e festivais, ao mesmo tempo em que funciona como uma forma de prédica (pois abre as portas do templo para os visitantes), pode ser entendida como um ritual fundamental dessa forma de entender o sagrado, pois sua realização possibilita a vivência de valores centrais da comunidade.

A partir disso, e tendo como horizonte respeitar os constructos nativos a respeito dessa experiência, pretendo aqui me orientar a partir das seguintes questões: qual legibilidade compreensiva o uso da Teoria do Ator Rede pode conferir quando toma como objeto uma manifestação religiosa? Essa forma de proceder com o fenômeno pode ser um caminho para considerar tais experiências para além do conceito de representação? Considero que a utilidade de tal empreendimento se encontra no fato de propiciar o acompanhamento da tentativa de uso de uma proposta metodológica que, ao menos em tese, nos possibilitaria trabalhar com a devoção como sendo algo para além da crença.

Tendo em vista que a epistemologia clássica separa o mundo dos enunciados do mundo das coisas e que a TAR – rompendo com esta dinâmica – considera que os enunciados traduzem as coisas, seria possível afirmar que, a partir de um referencial latouriano, conhecimento e crença sejam quase como sinônimos. Isso implica tomar a devoção e as emoções a ela associadas como manifestações, não somente psicológicas

missão específica, mas, primariamente, ajudam a manter o mundo, guiar os seres vivos na vida e atraí-los de volta ao domínio espiritual.

⁴ Em uma tradução feita por Swami Prabhupada poderia ser lido como ‘Ó Senhor, por favor, faça de mim um instrumento do seu amor’.

ou neuronais, mas como realidades associativas dizem respeito a uma dimensão ontológica possivelmente outra, na qual os participantes são convidados a adentrar através dos festivais.

Trata-se de uma tentativa de romper com o relativismo ao considerar a diferença e partir do princípio de que o mundo (e a ideia de ser nele implicado) não seja algo único. Nesse sentido, o serviço devocional ou *bhakti-yoga* (ao mesmo tempo em que figura como meta do processo interacional em um festival praticado) é um caminho mediante o qual o conhecimento revelado desta tradição em particular se configura como uma experiência pragmática e performática aos seus adeptos.

Ao descrever e mapear algumas destas redes de associações heterogêneas o intuito é pensar o modo pelo qual elas contribuem na construção de uma verdade tangível (significativa) àqueles que se dispõem ao processo do serviço devocional ou *bhakti-yoga* - termo pelo qual é designada a prática regulada (pelo mestre e pelas escrituras) de adoração a Krishna, considerado por seus devotos como a Suprema Personalidade de Deus.

Para realizar tal proposta iniciaremos com algumas considerações metodológicas a respeito da teoria do ator rede. Na segunda parte apresentaremos uma descrição etnográfica de um dos festivais, aqui tomado como objeto. Na terceira e última parte traçaremos alguns paralelos entre a metodologia apresentada e os dados produzidos pela descrição.

Elementos para constituição das redes: considerações metodológicas

Podemos dizer que o conceito de rede é já antigo na sociologia e nas ciências sociais. Em um de seus usos mais notáveis Norbert Elias (1994), ao apresentar o social como uma rede de relações de interdependência, buscava dissolver a estagnante dicotomia entre indivíduo e sociedade. Bruno Latour (2012), por sua vez, reinventou o uso desse conceito para implodir a própria ideia do social vendo esta ferramenta analítica como uma forma de dissolver outra dicotomia ainda mais profunda e, segundo ele, definidora daquilo que veio a chamar de constituição moderna, a polarização entre natureza e cultura (LATOURE, 2010).

Assim, diferentemente do uso feito por Elias, as redes na teoria latouriana incluem elementos humanos e não humanos, sendo úteis para compreender a agência dos objetos; tendo em vista que a própria capacidade de agência é entendida como estando distribuída na rede, não sendo um atributo somente humano, mas do próprio agenciamento.

Segundo Latour (2012), nessa perspectiva a rede é uma associação momentânea que tem como finalidade agregar e produzir novas relações. Ela se faz e se desfaz gerando outras. Essa definição torna possível pensarmos o próprio Festival Hare Krishna como uma rede que, sendo temporária e heterogênea, busca produzir experiências através de associações que visam inserir e integrar a pessoa na prática do serviço devocional às Deidades, formas adoráveis da pessoa divina que se encontram instaladas no templo onde ocorre o festival.

Segundo Sá Cardoso (2015) a TAR coloca os veículos da individualidade nos subjetivadores, nas conexões dos elementos de um social reticular, chamados actantes, sendo este um conceito criado no intuito de diminuir o peso semântico de um ator subjetivo humano em prol de uma construção híbrida.

Tal postura metodológica se encontra fundamentada na transição daquilo que Latour chamou de sociologia do social (de inspiração durkheiminiana e que assim vê o social como um todo exterior, objetivo e coercitivo) para uma sociologia das associações (LATOUR, 2012). Nessa nova perspectiva, inspirada por Gabriel Tarde, o social não se explicaria pelo social, tal como proposto por Durkheim (como uma dimensão ontológica particular), mas é visto como um movimento peculiar de reassociação e reagregação, algo que acaba por redefinir a sociologia como um traçado de associações, ou “um tipo de conexão entre coisas que não são em si mesmas sociais” (LATOUR 2012 p.23). Tal como colocam Gonzales e Baum (2013), a pesquisa realizada nestes moldes se torna uma

viagem investigativa dos rastros que os movimentos em associações vão deixando em marcas conceituais, unidades ontológicas, crenças e artefatos culturais, artísticos, científicos, etc.. que também estão em contínua dispersão para novas associações e, por conseguinte, outras 'estabilizações'. Este social (associado) nunca se deixa apreender. Ele não é visível nem substantivado, e justamente por isso, se compõe de elementos que não podem ser chamados de elementos sociais. Pode sim, agregar elementos políticos, econômicos, físicos,

biológicos, químicos, tecnológicos, linguísticos, etc... mas, nunca, elementos sociais compoem o 'social'. O 'social' não se explica pelo 'social', o que seria uma redundância estéril (GONZALES; BAUM, 2013, p. 150).

No intuito de seguir estes movimentos e realizar a viagem investigativa acima comentada, Latour (2012) afirmou que é necessário seguir os atores no curso de suas associações, tornando plana a sequência de associações e tomando o cuidado de não buscar explicar o social como um conjunto de conceitos interligados. Neste percurso investigativo se faz então necessário localizar alguns sinalizadores que indicam como seguir as conexões feitas pelos agentes em ação, o que faz com que a primeira incumbência do pesquisador seja “retomar a tarefa de descobrir associações”.

Experimento descritivo – Festival de Domingo no Templo Hare Krishna de Curitiba

Era domingo, o final de tarde movimentava o centro histórico de Curitiba, alguém que no céu reparasse poderia lembrar-se de um verso do velho Leminski: “O amor é um elo/ entre o azul e o amarelo” e - depois de meditar um pouco nas nuvens e seus contrastes, na luz densa e amarelada (quase tangível) que aviva a cor tanto das pedras quanto das paredes - seguir.

Reuniam-se os restos da feirinha (que já foi hippie e hoje é de tudo um pouco, chique para alguns, cansativa para outros). Os ecos de um rebuliço ainda se dissolvendo se espalhavam pelo Largo da Ordem, sua sutil desordem se arrumava e as pessoas aglomeravam-se nas mesas sob a calçada, descendo ou subindo a Trajano Reis em torno de tragos e violão ou ainda passando em frente à Igreja do Rosário. Pessoas sentadas namorando, bêbados se deslocando, turistas tirando fotos, feirantes buscando o ganha pão.

Descendo pela rua Duque de Caxias, exatamente na esquina com a Treze de Maio, número 76, por volta das cinco era possível ouvir ecoando de longe, reverberando entre os prédios e ruas vazias, não somente o som que fazem por vezes no Vila Bambu ou na roda de choro do Tragos Largos, mas também um tilintar sibilino e rítmico que, na medida em que nos aproximamos ia ganhando contornos melódicos,

mântricos, e que, já na porta do Templo, se manifesta também como um som aromático.



Figura 1: O templo Hare Krishna de Curitiba. Fonte: registro do autor.

Hare Krishna Hare Krishna Krishna Krishna Hare Hare Hare Rama Hare Rama Rama Rama Hare Hare. A melodia ondulava, variava, intensificava-se e suavizava como fumaça de incenso pairando no ar pra subir. E assim como de longe se ouvia o som, de fora também se percebia incensos de sândalo, de flores do Nepal (tal como aquele já bem difundido ‘*nag champā*’) os quais, a depender da situação, podem estar se misturando com o aroma de coentro e cominho sendo fritos no *ghee* para o preparo da oferenda.

Em frente à porta de alumínio da entrada, esperando após ter tocado a campainha, era possível ainda observar o açafrão predominante das paredes e também os belíssimos murais pintados à mão que embelezavam e conferiam um aspecto exótico e não convencional à arquitetura do local.

Estes murais, no linguajar dos devotos, apresentam janelas para o mundo transcendental. São reproduções de pinturas presentes nos livros que propagam a filosofia vaishnava. Elas tematizam os intercâmbios amorosos de Krishna (considerado como a Suprema Personalidade de Deus) com seus devotos íntimos, tais como sua Mãe, seus amigos e as donzelas de Vrindavana - cidade mítica, local sagrado e

histórico, esta cidade é para os devotos de Krishna o local por excelência no qual se vivencia o amor por Deus da forma mais intensa, pura e pessoal possível.

Do lado esquerdo da porta em frente a qual aguardava para entrar no Templo se encontrava, sob o fundo açafreado da parede, a reprodução de uma cena idílica às margens do rio Yamuna numa tarde de outono. Ali se encontram perdidas em meio à floresta com seus *saris* coloridos as jovens vaqueirinhas de Vrindavana dançando com Krishna em suas múltiplas expansões. Ao lado desta pintura, também na parede frontal encontrava-se uma cena da conversa entre Krishna e seu discípulo e amigo Arjuna. Junto a ela vimos a transcrição de um dos versos desse que é um dos mais importantes diálogos da filosofia védica como um todo, o Bhagavad-Gita, ou, tal como foi traduzido por Rogério Duarte, ‘Canção do Divino Mestre’.



Figura 2: Mural de entrada. Fonte: registro do autor.

O verso escolhido para estar ali transcrito, inscrito, gravado a letra corrida em tinta preta sob o fundo azulado e multicolorido na parede do Templo - juntamente com a cena do diálogo - serviu como uma epígrafe para o próprio festival ao qual se estava prestes a entrar. Serviu ainda, buscando não congelar a imagem (LATOIR, 2004) como uma espécie de resumo das atividades que ali dentro se desdobram: “Pense sempre em mim, torna-se meu devoto, adora-me e ofereça-me homenagens. Assim virás a mim impreterivelmente. Eu te prometo isto porque tu és meu amigo muito querido”.

Talvez você tenha recebido um convitinho enquanto sorria ao vê-los passar mais cedo, cantando e dançando alegremente na feirinha com seus instrumentos,

roupas esvoaçantes-coloridas e estandartes, talvez você tenha vindo pra almoçar ao meio dia no restaurante dos “Hares” e ficou sabendo que mais tarde haveria um festival, talvez você tenha comprado um livro na rua XV, num ônibus ou em um farol ou ainda, depois de uma noite em claro, foi pegar o ‘rango’ vegetariano e gratuito que se distribui ali durante a semana e ficou curioso para, num domingo desses, depois de muito pensar, voltar lá no templo.

São muitas as associações que podem levar alguém a participar do Festival do Amor. Esse foi o nome que A. C. Bhaktivedanta Swami Prabhupada, o fundador da Sociedade Internacional para Consciência de Krishna (ISKCON – instituição à qual este templo em questão faz parte) deu ao evento através do qual ele passou a apresentar a consciência de Krishna e a prática da Bhakti-Yoga aos jovens de Nova York na segunda metade da década de 1960. Nesse encontro ocorre, tal como presente nos convitinhos distribuídos pelos devotos nas ruas: Canto de Mantras, palestra filosófica e jantar vegetariano, tudo gratuito.

Em cada centro de nossa instituição, a ISKCON, organizamos um banquete de amor todos os domingos, e quando realmente vemos pessoas virem ao nosso centro, cantar, dançar, tomar prasadam, ficar exultantes e comprar livros, sabemos que certamente Sri Caitanya Mahaprabhu está sempre presente em tais atividades transcendentais, e Ele está muito satisfeito. Portanto, os membros da ISKCON devem aumentar esse movimento cada vez mais, de acordo com os princípios que estamos tentando executar atualmente. Sri Caitanya Mahaprabhu, assim sendo satisfeito, olhará sorrateiramente para eles, concedendo Seu favor, e o movimento será bem sucedido. (PRABHUPADA, 1975, p. 341).

Pela passagem acima percebemos que festival tem para os devotos que o realizam um sentido missionário e ao mesmo tempo mítico-profético. Sua realização, ao ser bem sucedida em atrair pessoas para cantar, dançar e banquetear tendo Krishna como centro, se manifesta como a efetivação do propósito específico do último avatar de Krishna, Sri Caitanya Mahaprabhu.

Considera-se que a vinda de um *avatara* da personalidade de Deus sempre tem objetivo característico, ligado ao momento no qual ela se manifesta e às prescrições escriturais ligadas ao seu aparecimento. No caso de Sri Caitanya, considerado o avatar

Dourado, seu propósito⁵, tal como afirma Steven Rosen (2017), é propagar da maneira o mais ampla possível o cantar dos nomes de Deus, através do maha mantra Hare Krishna, como o processo de auto-realização mais eficaz para a era presente.

Quando cheguei ao Templo, no final de tarde do dia 22 de julho de 2018, um amigo antigo de longa data, chamado Ananta Lila Madhva Das - um devoto eletricitista que, apesar de não morar no templo, quase sempre ajudava na preparação do festival de domingo - abriu a porta e sorriu ao me ver chegar junto com minha esposa e nossas duas filhas. Tal como muitas vezes ao longo desses últimos anos estava novamente no Festival de Domingo, mas, desta vez, com a atenção voltada para diferentes elementos, conexões, fluxos e detalhes que pudessem ser úteis no processo de descrição e reflexão acadêmica ao qual, enquanto pesquisador, nesse momento da vida me proponho.

Trocamos reverências, reclinando nosso corpo, tocando nossas cabeças no chão e cantando em voz meio sussurrada e velocidade acelerada o mantra de saudação entre os devotos: “*Vancha-kalpatarubhyas ca/ krpa-sindhubhya eva ca/ patitanam pavanebhyo /vaisnavebhyo namo namah*”, cuja tradução é: “Ofereço minhas respeitadas reverências a todos os devotos Vaisnavas do Senhor, que estão cheios de compaixão pelas almas caídas e que são exatamente como árvores dos desejos, podendo satisfazer os desejos de todos”.

Depois disso atravessei o salão de baixo, espaço utilizado como refeitório e também como restaurante aos domingos. Deixei meu calçado no local apropriado. Subi as escadas rumo à sala do altar, espaço no qual se desenrola a maior parte do festival. Ao menos para os visitantes, tendo em vista que os devotos ficam num vai-e-vem constante entre os diversos espaços do templo - especialmente a cozinha - para possibilitar o acontecimento das atividades do encontro.

No topo da escada ao lado esquerdo existe um pequeno sino de cobre, tocado pelos devotos quando adentram a sala do templo. Neste andar superior se encontra,

⁵ *Prthivite ache yata nagaradi grama - Sarvatra pracara haibe mora nama* “Em todas as cidades e aldeias, o cantar do Meu nome será ouvido”. [Sri Caitanya-bhagavata (Antya-khanda 4.126). (PRABHUPADA, 1975, p. 354)]

além do altar onde ficam as Deidades, uma cozinha destinada especificamente ao preparo das oferendas, na qual se pode entrar somente com ‘roupa devocional’⁶.

O salão é relativamente amplo, sendo dividido em dois níveis – resultado de uma recente ampliação destinada a aumentar o espaço para receber os visitantes. Suas paredes eram pintadas em uma tonalidade amarela, conferindo leveza ao ambiente. As paredes eram decoradas com quadros que apresentavam além dos passatempos de Krishna frases de Prabhupada acerca da importância da distribuição de livros.

Do lado direito deste espaço estava o altar, o qual no início do festival se encontrava com as cortinas fechadas e, do lado esquerdo, uma *Murti* (forma adorável) do Acarya-Fundador da ISKCON, A.C. Bhaktivedanta Swami Prabhupada.

Quando cheguei ao templo, por volta das cinco da tarde, a programação já havia se iniciado e alguns devotos cantavam o mantra Hare Krishna com tambores, címbalos e um instrumento de fole e teclas chamado harmonium. Este momento do festival, uma espécie de introdução, é chamado de *bhajana*, termo sânscrito que significa adoração e é utilizado para se referir ao canto congregacional realizado de forma intimista, quando os praticantes se encontram sentados no chão. Com melodias suaves e de matriz oriental o mantra era repetido diversas vezes, a pessoa responsável por liderar o canto propôs uma melodia que era em seguida reproduzida pelos presentes, os quais eram assim estimulados a também cantarem o mantra.

O canto, especialmente do maha-mantra Hare Krishna, é o centro da vida devocional. Sendo definido como transcendental por ser igual a Krishna (Deus), considera-se que pelo cantar constante desse mantra é possível obter a purificação da consciência através da qual o praticante pode realizar sua natureza espiritual bem como seu eterno relacionamento amoroso com Deus (VALERA, 2015). Desse modo o som deste mantra se faz presente em todos diferentes momentos do festival.

Após o término do *bhajana* um dos devotos convidou os presentes a ficarem de pé e direcionados à *murti* de Swami Prabhupada para realização da próxima etapa: o

⁶ Vestes simples tradicionalmente utilizadas para a prática do serviço devocional a Krishna. Os homens usam o *dhoti* (um pano longo sem costuras amarrado com uma técnica específica ao redor da cintura) e *kurta* (uma camisa longa) e as mulheres usam *saree* (um pano que ao ser amarrado no corpo, serve como saia e véu)

Guru-Puja (adoração ao mestre espiritual). Tal como na fase anterior os homens ficavam de um lado e as mulheres de outro, mas agora em pé.

Essa forma que estava prestes a ser adorada apresentava traços intensamente realistas. Tendo o mesmo tamanho de uma forma humana, o mestre se encontrava sentado de pernas cruzadas em um assento de madeira e almofadado, com uma pele morena, olhar sereno, rosto levemente enrugado, testa decorada com *tilaka*⁷ e vestes açafroadas como se ele estivesse de fato ali, observando tudo que se passava.

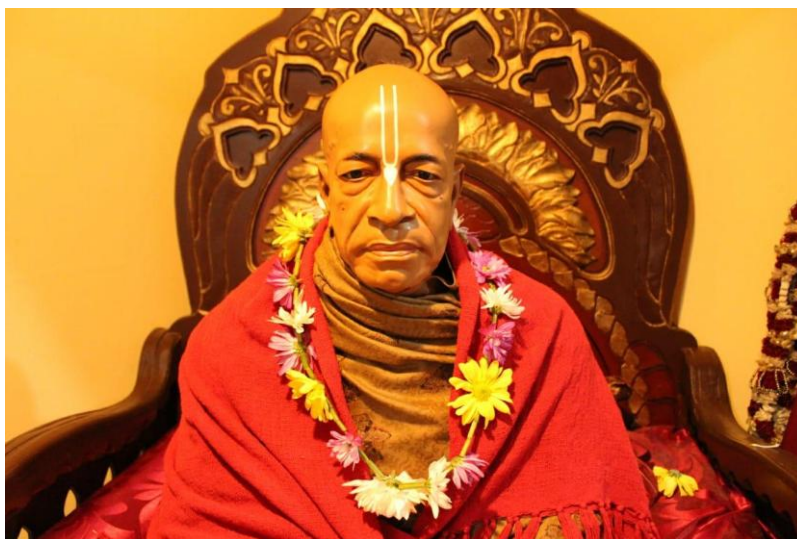


Figura 3: forma adorável de A. C. Bhaktivedanta Swami Prabhupada. Fonte: registro do autor.

Em frente à forma adorável do mestre foi colocado um banco sobre o qual estava um prato dourado contendo diferentes objetos que seriam utilizados na adoração. Os presentes, agora em pé e dançando, já reunidos em frente à forma de Prabhupada começaram a cantar em louvor ao mestre. Um dos devotos se aproximou do prato de adoração e, após prestar reverência e utilizar um pequeno recipiente com água para se descontaminar pingando gotas sobre a mão e entoando mantras com diferentes nomes de Krishna, pegou um grande búzio – o qual foi também descontaminado com algumas gotas de água - e o fez soar três vezes assoprando-o com força.

⁷Tipo de argila oriunda de rios sagrados indianos como o Ganges e o Yamuna, usada diariamente pelos devotos para marcar seu corpo em partes específicas com um símbolo vaishnava. Cada local passado tem um mantra específico para ser entoado, os quais contêm diferentes nomes de Krishna.

Esse som marca o início do *aratik*, termo sânscrito utilizado para se referir à cerimônia na qual são oferecidos os quatro elementos a uma pessoa que, de modo geral, é o mestre espiritual ou a própria divindade. Esse processo de oferenda tem, segundo Rosen (2014), um duplo propósito: ao mesmo tempo em que busca fornecer prazer a pessoa que está sendo adorada, visa proporcionar purificação àqueles que desfrutam destes mesmos elementos após eles se tornarem *prasadam*, ou, misericórdia. Considera-se que, ao serem oferecidos, esses elementos deixam de ser materiais, pois foram conectados à transcendência mediante o processo concreto de adoração. Mediante esse ritual eles se tornariam também espiritualizados, de modo que aqueles que entram em contato com esses resíduos também se espiritualizariam, obtendo assim purificação da consciência.

Os elementos a serem oferecidos encontravam-se presentes no prato dourado utilizado na cerimônia, chamado de ‘prato de *aratik*’. Sobre ele, foram colocadas uma lamparina feita de algodão e *ghee* (fogo), um incenso (terra), um recipiente contendo água, uma flor e um pequeno lenço. O elemento ar é representado por um objeto chamado *camara*, uma espécie de abano utilizado para refrescar a pessoa adorada, que se encontra pendurado ao lado do assento do mestre.



Figura 4: Prato de Aratik. Fonte: registro do autor.

No ritual cada um desses objetos foi oferecido da seguinte forma: enquanto fazia trinar um sino com a mão esquerda, o devoto pegava, com a mão direita, cada um dos elementos e, meditando naquele que estava recebendo a adoração, oferecia um elemento de cada vez fazendo sete voltas circulares em direção ao ser adorado.

Importante notar que antes de ser ofertado cada elemento era purificado com uma gota de água proveniente de um pequeno recipiente, também presente no prato, chamado *panca-patra*. Após ser oferecido, o elemento agora espiritualizado foi passado para as mãos de outro devoto que se responsabilizou por oferecê-lo a cada um dos aos outros presentes, os quais se encontravam dançando ao som da *mrdanga* (tambor de barro com duas peles) e das *kartalas* (címbalos de mão) enquanto entoavam uma canção em sânscrito em homenagem ao mestre.

Já desfrutando a misericórdia daquilo que foi ofertado ao mestre, os participantes, enquanto cantavam e dançavam, sentiam o aroma do incenso e recebiam das mãos de um devoto ou devota uma flor para cheirar, gotas de água sobre a cabeça e uma lamparina de fogo sobre a qual eram instruídos a passar a mão, levando-a em seguida à cabeça ou ao coração.

Ao terminar a oferenda dos elementos, ressoando novamente o búzio, o devoto que estava oferecendo prostrou-se em reverência diante do mestre e juntou-se aos outros devotos e visitantes que cantavam. Nesse momento o canto era mais entusiasmado e efusivo sendo que, após a canção especificamente direcionada ao mestre, mais uma vez os presentes cantaram o *maha-mantra* Hare Krishna. Formaram-se então duas rodas, uma com as mulheres e outra com os homens, enquanto os presentes dançavam e pulavam estimulados pelos devotos e devotas, que têm na prática da dança uma das formas de expressar sua alegria devocional. Ao final todos prestaram reverência, prostrando o corpo e tocando sua cabeça no chão enquanto murmuravam um mantra de saudação ao seu mestre.

Após o final canto, os presentes, agora sentados – sendo que alguns estavam inclusive suados e com a respiração intensificada devido à dança - ouviram a tradução⁸

⁸“Os pés de lótus de nosso mestre espiritual são o único caminho pelo qual podemos alcançar o serviço devocional puro. Eu me prostro perante os seus pés de lótus com grande respeito e veneração. Por sua graça uma pessoa pode cruzar o oceano de sofrimento material e alcançar assim a misericórdia de Krishna. Meu único desejo é ter a minha consciência purificada pelas palavras que emanam de sua boca de lótus. O apego aos seus pés de lótus é a perfeição que satisfaz todos os desejos; ele abre os meus olhos obscurecidos e enche o meu coração com conhecimento transcendental. Ele é meu Senhor, nascimento após nascimento. Dele prema extático emana, por ele a ignorância é destruída. As escrituras védicas cantam seu caráter; nosso mestre espiritual é um oceano de misericórdia, amigo dos pobres, senhor e amo dos devotos. Ó mestre, sê misericordioso comigo e concede-me a sombra de seus pés de lótus. A sua fama se espalha por todos os três mundos e nós caímos aos seus pés de lótus”.

da canção previamente entoada enquanto iam recebendo pequenas quantidades de pétalas de rosa, as quais foram então oferecidas por cada um dos presentes aos pés do mestre.

Estes pés são personificados por um quadrado bronzeado, colocado no chão à frente da forma adorável. Sobre este se encontravam gravadas as marcas dos pés do mestre que, ao final da cerimônia, terminaram cobertas por pétalas.

Quanto a originalidade da peça em questão, ou seja, se Bhaktivedanta Swami Prabhupada teria realmente feito as marcas de seus pés naquela peça ou se ela seria uma réplica, um devoto chamado Ekacakra Pran Das certo dia me contou: “Em um determinado momento me surgiu essa dúvida e, certa vez, perguntei a um discípulo direto de Prabhupada o que ele pensava a respeito, e ele me deu uma resposta muito transcendental, dizendo que não importava a resposta em si, só de pensarmos nessa possibilidade aquela plataforma de bronze onde se encontram registrados os pés do mestre já se torna transcendental”.

Enquanto algumas pessoas ainda estavam finalizando a oferenda das pétalas, lançadas por sobre essa plataforma, um dos devotos anunciou a próxima etapa do programa, uma palestra acerca do Bhagavad-Gita, a principal escritura dos devotos de Krishna. O devoto responsável por proferir a palestra, chamado Ekendra Das, sentou-se em um assento de madeira almofadado chamado *vyasasana* (termo que significa assento do representante de Vyasa –aquele que transcreveu os Vedas). O assento ficava no lado oposto ao que se encontrava situado o altar, que continuava com as cortinas fechadas. Os homens foram convidados a se sentarem do lado direito e as mulheres do lado esquerdo, para acompanharem este momento mais silencioso e introspectivo do festival.

A palestra, transmitida ao vivo na página do templo no *facebook*, só ocorreu após mais uma sessão de canto: primeiro de uma canção chamada *Jay Radha Madhva*, do mantra Hare Krishna e, finalmente do mantra *Om Namo Bhagavate Vasudevaya*⁹. O verso da escritura a ser comentada foi escrito em um quadro negro, de modo que os presentes pudessem acompanhar a entoação em sânscrito - considerada pelos devotos

⁹ “Ofereço minhas humildes e respeitosas reverências a onipresente Suprema Personalidade de Deus”.

como sendo uma língua capaz de produzir vibrações auspiciosas para o desenvolvimento de conhecimento espiritual.

Ao final da palestra, que tratava em linhas gerais acerca do modo pelo qual o desenvolvimento da consciência espiritual pode levar a paz tanto individual quanto coletiva, soou novamente o búzio, ao longo de três potentes e ressoantes oportunidades. As pessoas foram então convidadas a se levantar e virar em direção ao altar.

Havia uma expectativa no ar, devido ao fato de este ser o primeiro domingo no qual as Deidades iriam se manifestar apresentando sua pintura nova. As Deidades presentes no templo de Curitiba vieram, segundo me relatou um devoto antigo, dos Estados Unidos, país no qual foi fundada, por Swami Prabhupada, a Sociedade Internacional para Consciência de Krishna (ISKCON) em 1966. Elas foram confeccionadas a partir de uma escultura em mármore vinda da Índia, a partir da qual foram feitas duas réplicas, sendo que uma delas é a dupla de Deidades que vieram para Curitiba.

Segundo a tradição vaishnava a Suprema Personalidade de Deus passa a habitar pessoalmente a Deidade somente a partir de um ritual de instalação, no qual ele é convidado a se manifestar e a estar presente nesta forma adorável em específico. Esse ritual foi realizado em Curitiba na década de 80. Desde então as Deidades residiram em diversas casas - tendo em vista o fato de o templo estar localizado em uma casa alugada. Uma das atividades periódicas de manutenção e cuidado para com as estas formas adoráveis (*murti*) é a pintura periódica das mesmas. Ela deve ser realizada por um devoto, preferencialmente um brâmane¹⁰.

No dia em que fui ao templo as Deidades haviam acabado de receber uma nova pintura, o que dava a elas um brilho novo e especial. Este festival de domingo foi o primeiro em que elas foram contempladas pela comunidade, algo que causou certa expectativa entre os presentes.

¹⁰ Os devotos considerados brahmanes são aqueles que receberam duas iniciações, podendo assim meditar o matra gayatri e usar o cordão sagrado. É simultaneamente um status de pureza e, consequentemente, hierárquico dentro da estrutura organizacional do grupo

Após o som do búzio a cortina, ritmando o tempo da festa e redirecionando molduras, foi aberta e todos se prostraram esticando o corpo no chão em um tipo de reverência chamada *dandavats* (que significa literalmente, como uma vara). Dentro do altar havia um devoto que, com os mesmos itens representando os elementos fundamentais, realizava a cerimônia de oferenda (*aratik*) mas, nesta ocasião, de uma forma mais demorada tendo em vista que cada elemento (incenso, lamparina, flor, água, lenço e *camara*) foi ofertado a cada uma das diversas personalidades divinas e mestres presentes no altar.



Figura 5: O altar. Fonte: registro do autor.

Ao fundo do altar se podia ver a pintura de árvores e céu azul, compondo um cenário extremamente colorido e idílico emoldurado por uma madeira entalhada. As deidades estavam decoradas com roupas azuis e amarelas, flores e jóias. Ao todo elas são seis, sendo que duas destas são as principais, a saber, Sri Caitanya Mahaprabhu e Sri Nityananda –conhecidos como Goura e Nitai – ficam no centro do altar, com aproximadamente um metro de altura. Estão presentes no altar também deidades pequenas de Goura e Nitai (as deidades chamadas “funcionais”), com cerca de vinte centímetros e outras quatro deidades, a saber, Mukunda (nome que foi dado à

*Shalagrama-shila*¹¹), Laksmi, Nrsimhadeva, e Prahlada Maharaj, todas pequenas, com no máximo dez centímetros. Laksmi é tão pequenininha, com menos de cinco centímetros, que só chegando bem perto do altar se podia notá-la

Além das deidades propriamente ditas, estavam no altar também algumas outras imagens, como a de Radharani (a forma feminina de Deus), a forma de *Tulasi* no mundo espiritual (uma devota que na Terra se manifesta como um arbusto sagrado, conhecido como manjerição santo), um búzio chamado de *Laksmi-Narayana*, e uma imagem do *panca-tattva*, que, bem como as demais imagens citadas, são decorados com colares diariamente. Na plataforma mais baixa do altar ficava uma forma de Swami Prabhupada, bem como os quadros de Sua Santidade Jayapataka Swami, Srila Bhaktivedanta Swami Prabhupada, Srila Bhaktisidanta Sarasvati Thakur, Srila Bhaktivinoda Thakur, Srila Goura Kishora Babaji, Srila Jaganatha Babaji, e os Seis Goswamis de Vrindavan –discípulos diretos de Sri Caitanya Mahaprabhu. Estes quadros são dos mestres da linha de sucessão discipular do vaishnavismo gaudiya.

Quando as cortinas do altar se abriram, exibindo as personalidades divinas que ali residem, após as devidas reverências, os devotos entoaram uma canção especificamente destinada ao momento de adoração às Deidades de Chaitanya e Nitiananda. Assim como na adoração ao mestre, mais uma vez e de modo ainda mais entusiasmado foi cantado o maha-mantra Hare Krishna, ao som das *mrdangas* e *kartalas*¹² devidamente acompanhados por passos de uma dança circular seguindo o ritmo pulsante ternário dos instrumentos.

Tal como me relatou um dos presentes, a alegria dos devotos no momento do *kirtana* (canto com dança) é vista como um sintoma de que as Deidades ficaram felizes com a nova pintura. Como Krishna reside no coração de todos na forma de superalma

¹¹ É uma negra pedra esférica considerada sagrada, proveniente do rio Gandaki, Himalaia. Em escrituras como o Skanda Purana afirma-se que "uma Shalagrama Shila Genuína é uma manifestação direta do Senhor Vishnu e não requer nenhuma instalação." Apesar de se manifestar externamente como pedra, a Shalagrama Shila é considerada uma jóia preciosa e sagrada, sendo enfeitada e adorada como uma deidade.

¹² Como me relatou um devoto chamado Murari Das, o som estridente e sibilino das karatalas atua no sétimo *chakra* de modo que as janelas da visão se abram para perceber a beleza espiritual que reside no altar. Já a Mrdanga, o tambor de barro, seria uma expansão da forma feminina de Balaram (o irmão de Krishna e sua primeira expansão plenária) que se manifesta como o coração do kirtana para acompanhar Sri Caitanya Mahaprabhu em seus passatempos.

(*paramatma*) satisfazê-lo pessoalmente através do serviço à Deidade, vista como uma pessoa e não como uma representação, produz uma alegria interna também nos devotos, a qual se manifesta na forma do canto e da dança.

Após o término da cerimônia e das devidas reverências, um dos devotos residentes nos templo na época, chamado Nitai Ulas Das, pediu a palavra e fez um agradecimento, em nome de toda comunidade, ao devoto responsável pela pintura, presenteando-o com alguns livros, devidamente envoltos em um pacote de presente. O pintor, chamado Nrsimha Bhagavan Das saiu de dentro do altar, pois ali havia sido o responsável pela realização da cerimônia de *aratik*, e, de forma discreta, recebeu os presentes agradecendo com as mãos postas em sinal de reverência.

Antes daquela que é em geral a última parte do festival, houve um momento no qual um dos devotos leu, em frente ao altar, os resultados da Maratona de Julho de distribuição dos livros de Srila Prabhupada. Essa lista foi lida como forma de oferecer o resultado dos livros distribuídos para as Deidades de Sri Caitanya e Nitiananda, os precursores do Movimento de Sankirtana (Canto congregacional dos Santos Nomes). Era uma lista grande com mais de cinquenta nomes de devotos e devotas que durante o mês que terminava haviam se dedicado a realizar esta atividade missionária. A leitura da lista pode ter sido encarada de modo um pouco entediante por quem ia ao templo pela primeira vez mas, para os devotos presentes era uma grande alegria. Ao final da leitura de cada nome, dos livros distribuídos e dos pontos feitos ouvia-se o grito de 'Jay', termo sânscrito que significa 'vitória'.

Finalizando o festival foi servido um jantar vegetariano, o qual era também *prasadam*, pois havia sido previamente oferecido às Deidades. Nesse momento ocorreu uma confraternização na qual os devotos aproveitam para tirar as dúvidas e pregar para os visitantes.

O Festival e a mediação pelo som

Buscando aplicar os princípios de uma metodologia que tenha o conceito de rede como horizonte, percebi que diversos objetos ou, melhor dizendo, actantes estabelecem uma mediação entre espaços, indo de um pólo considerado impuro e

material (a rua, ou o lado de fora do templo) para um espaço interior, definido como puro (purificador) e transcendental (o altar no qual é possível ver as Deidades).

O festival e as atividades de serviço devocional que emanam a partir das Deidades (como distribuição de livros e de alimento espiritualizado) são vistos pelos devotos como uma das formas pelas quais se concretiza a profecia de Sri Chaitanya, presente pessoalmente no templo através da forma da Deidade e nas instruções do mestre espiritual. Assim, o festival enquanto uma rede dispõe linhas de associações que ao se abrirem para a cidade e para os visitantes busca colocá-los em contato com elementos passíveis de promover uma espiritualização, ou, purificação, ao associá-los de algum modo ao processo de serviço devocional.

Essa ideia, segundo a qual o festival pode ser entendido como uma rede que visa produzir a experiência da presença da devoção a Krishna (ou a purificação dos participantes), pode ainda ser aprofundada se considerarmos o termo sânscrito para a palavra festival, *utsava*. Segundo Rosen (2014) essa palavra é usada por diversas práticas devocionais e ritualísticas originadas a partir das escrituras védicas, significando simultaneamente “elevação” e “remoção daquilo que é mundano”.

Dessa forma, considero que poderíamos melhor entender o sentido da palavra ao unirmos as duas possíveis traduções vendo um *utsava* (festival) como uma elevação promovida pela remoção daquilo que é mundano, ou seja, pela purificação. Podemos pensar o fenômeno não de maneira subjetiva, mas como um objetivo intercâmbio de substâncias concretas promovidas por um festival devocional Hare Krishna, sendo este um momento no qual as Deidades - através das linhas de associação traçadas pelo serviço - atraem pessoas para estarem em contato com elementos espiritualizados, devido ao fato de terem passado pelo procedimento de terem sido a elas oferecidos.

Tal como coloca Latour,

Sempre que um lugar intenta agir em outro, precisa atravessar transportando alguma coisa durante todo o percurso; para continuar agindo, precisa preservar algum tipo de conexão mais ou menos durável. (...) Os locais, agora transformados definitivamente em atores-rede, são movidos para o segundo-plano; as conexões, veículos, e vínculos avançam para o primeiro plano (LATOUR, 2012, p.316).

Para mapear essas conexões a partir de minha observação participante, imaginei como recurso reflexivo e narrativo um visitante hipotético adentrando o templo e participando do festival. Ao segui-lo no curso das associações que o levam e o integram no evento pude notar que a sequência de etapas da programação desse evento segue justamente o propósito de promover uma elevação (ou purificação) mediante contato da pessoa com determinados resíduos, objetos e pessoas consideradas, de acordo com o modo de ser do coletivo em questão, como sendo puras e assim capazes de purificar.

Buscando realizar a tarefa de aplainar o social em busca das redes de associações imaginei a seguinte situação: uma pessoa compra um livro ou recebe um convite, o que cria uma circunstância para que esta pessoa vá ao templo. Ali, em frente à porta do templo esta pessoa observa pinturas enquanto aguarda após ter tocado a campainha. Depois de entrar no templo e ser recebida por uma pessoa trajada em vestes exóticas com uma marca de argila na testa, sente de forma mais intensa o aroma de incenso, atravessa uma sala e é convidado a retirar os sapatos, antes de subir a escada e acessar a sala do altar, na qual se desenrola o programa.

No alto da escada, preso na parede ao lado esquerdo se encontra um sino. Mesmo que a pessoa não o toque, ela percebe que a maior parte das pessoas o soam ao passarem por ali, prestando reverências tocando a cabeça ao chão logo em seguida. A pessoa atravessa a sala e percebe, do lado direito, um altar com cortinas fechadas e, do lado esquerdo, a forma de um senhor moreno sob um assento de madeira almofadado.

Na primeira parte da programação a pessoa fica sentada no chão ouvindo e talvez cantando mantras (principalmente o Hare Krishna) acompanhada de instrumentos como a *mrdanga*, *kartala* e o harmonium. Ao término dessa etapa as pessoas são convidadas a ficarem de pé, para a adoração ao mestre espiritual (a forma morena percebida na entrada), homens do lado esquerdo (no piso inferior) e mulheres do lado direito (no piso superior). A pessoa então percebe que alguém colocou em frente da forma adorável do mestre um banco de madeira branco, sobre o qual estava um prato dourado contendo itens a serem ofertados: uma flor, um búzio, lenço, isqueiro e incenso.

Depois ouve soar por três vezes o búzio e, enquanto as pessoas presentes cantam e dançam, cada um dos elementos é oferecido com sete voltas em direção ao mestre. Ao mesmo tempo em que oferece os elementos com a mão direita, o responsável pela oferenda faz soar um sino dourado com a mão esquerda.

Ao final da cantoria, marcada pelas reverências, a pessoa recebe pétalas para lançar sobre o quadrado de bronze com as marcas dos pés do mestre. Depois disso ouve uma palestra, entremeada por mantras. Mais uma vez se ouve o búzio, abrem-se as cortinas. Todos se lançam ao chão em reverência, as mulheres se prostrando e colocando a cabeça no chão e os homens se deitando na horizontal e esticando o corpo. Ao se levantar, esta pessoa vê no altar formas humanas em posição de dança, com cabelos longos, decorados com vestes coloridas, jóias e flores. Um deles tem a pele meio branca e rosada enquanto o outro apresenta uma tez dourada e brilhante. Mais uma vez são oferecidos com sete voltas no sentido horário - por um oficiante do ritual - os elementos contidos no prato dourado, que, logo em seguida são respectivamente ofertados aos presentes enquanto estes cantam e dançam a canção e os mantras adequados para situação.

O canto termina, mais reverências. Um devoto passa um pequeno palito de algodão com essência aromática na mão direita da pessoa divina em forma de homem-leão, depois no mestre e finalmente em cada um dos visitantes antes do último mantra. As cortinas se fecham. Após um pouco de espera, mais uma canção e finalmente, enquanto estão todos sentados no chão da sala do altar, é servido um jantar vegetariano (previamente oferecido às Deidades no altar), com direito a samosa, dahl, sabji, repetição, doce e suco natural. A pessoa então, depois de conversar um pouco enquanto ‘tomava *prasadam*’, volta pra casa ouvindo meio que constantemente reverberando no fundo da consciência o mantra Hare Krishna.

Seguindo esse visitante hipotético, criado a partir da descrição elaborada no tópico anterior, pude perceber que a relação com o festival pode ser dividida, buscando uma planificação dessa experiência, em sete etapas que terminam por encontrar sua culminância na abertura do altar, finalizando com a distribuição da *prasadam* (alimento vegetariano espiritualizado). Essas etapas foram esboçadas buscando aplainar a experiência de uma pessoa que chega, entra no templo (tal como colocada

acima), com a própria programação do mesmo, dividido em *bhajana* (canto sentado), *guru puja* (adoração ao mestre espiritual), palestra, *goura-aratik* (abertura do altar) e jantar.

Em cada uma dessas etapas podemos notar objetos imbuídos de agência, os quais tanto trazem a pessoa para aquela possibilidade de associação como a conduzem, através das diferentes etapas, servindo como sinalizadores da transição de espaços. Além disso, alguns objetos, imantados pelo contato com pessoas consideradas transcendentais presentes nas formas adoráveis do mestre e das deidades, tornam-se resíduos espiritualizados e purificadores que contribuirão, na visão dos devotos, para o despertar espiritual da pessoa.

As sete etapas que configuram o movimento da pessoa ao longo de diferentes espaços e momentos rituais são: 1 - chegada (ou rua), 2 - recepção (entrada no templo), 3 - subida (na sala do altar para canto sentado), 4 - adoração ao mestre espiritual, 5 - palestra, 6 - abertura do altar e 7 - jantar. Destas, as três primeiras são transições entre diferentes espaços, enquanto as quatro últimas são momentos rituais diferentes dentro do festival.

Desconsiderando casos específicos, o que em geral leva uma pessoa que está no espaço 1, ou seja, na rua, a vir associar-se com o templo e com os devotos é um convitinho, um livro ou o alimento espiritualizado. Elementos esses que podem ser considerados como actantes. Chegando em frente ao templo, ainda no espaço 1, a pessoa pode contemplar as pinturas e eventualmente já sentir os aromas de incenso e os sons dos mantras (os quais intensificam-se quando a pessoa passa do espaço 1 para o 2, adentrando o templo). A campainha (e também o livro ou convitinho que levaram ali) pode ser considerada como uma conexão entre a rua e a entrada do templo (espaço 2). O sino age como uma mediação entre a escada, vinda de baixo, e a sala do altar. O búzio, ao mesmo tempo em que dá início a uma nova etapa do festival, estabelece a possibilidade de comunicação com o mestre e com a Deidade.

Tal como coloca Latour

Por que não dizer que, em matéria de religião, só contam os seres capazes de levar pessoas a agir, como todo crente sempre afirmou? Isso seria mais empírico, talvez até mais científico, mais respeitoso e bem mais econômico do

que inventar dois lugares impossíveis, irreais, onde a mente do religioso e a realidade social estivessem ocultas por trás de ilusões que muitas outras geraram (LATOUR, 2012, p. 336-337).

Para aprofundarmos a percepção do fenômeno, tendo em vista que ele visa produzir experiências, talvez fosse interessante coletar narrativas ligadas a essas vivências, de modo que fosse possível sobrepô-las às descrições das linhas de associação. Deixemos esta possibilidade como um fio a ser puxado, tendo em vista o caráter provisório e limitado do experimento aqui esboçado.

Considerações finais

Através do trabalho realizado pudemos averiguar a forma pela qual a TAR pode apresentar caminhos férteis para abordar reflexivamente experiências religiosas, tendo como ferramenta o conceito de rede de associações. Ao mesmo tempo em que conseguimos pensar sobre a experiência em questão sem nos valer de conceitos sobredeterminantes que tomam a prática como expressão de uma representação coletiva anterior, pudemos também, ao observar as associações que se estabelecem entre os actantes, nos referir a essas mediações tomando o pensamento nativo como uma orientação da prática e não como explicação dela.

A partir do experimento aqui realizado uma possível conclusão a que podemos chegar, ao analisar a experiência promovida pela rede em questão, é que na prática devocional analisada o som é, por excelência, um elemento que promove a intermediação entre os mundos, bem como entre os diferentes espaços e tempos rituais. Tudo aquilo que é oferecido a Krishna, presente na forma das Deidades, se transforma, segundo a perspectiva nativa, em um resíduo transcendental ao ser associado com o som transcendental (*sabda brahman*) capaz de promover purificação, ou seja, de desvincular a pessoa de associações ligadas ao mundo de fora (material e impuro) e conectá-la a associações centradas em Krishna (espiritual e transcendental).

É dessa forma que as Deidades e as linhas de serviço desdobradas pelo seu atendimento através de oferendas, cânticos e festivais levam as pessoas a agirem no sentido da própria realização concreta do sentindo mítico e profético de sua presença.

Os mantras são a comunicação por excelência entre o transcendente e o imanente, entre o mundo espiritual e o mundo material, ou – melhor dizendo – quando o espiritual se faz presente na matéria ao tornar imanente o transcendental.

De acordo com Teoria do Ator Rede é justamente nessa associação constante entre os elementos da rede e nos híbridos que resultam dessas mediações que podemos encontrar os grupos constantemente se refazendo. Afinal não existem grupos, apenas processos de produção que resultam em estabilidades temporárias.

No pensamento Hare Krishna, a ideia de associação é também fundamental. Na comunidade que tomamos como unidade de análise, considera-se que, tendo em vista os ensinamentos de Prabhupada e escrituras como o Bhagavad-Gita e o Srimad Bhagavaram, o cultivo adequado da associação com os devotos, com o som do mantra e das escrituras tem o potencial de manifestar a consciência espiritual inerente que leva à auto-realização.

Essa concepção se expressa numa expressão comumente utilizada no dia a dia das comunidades. Sempre que se despedem entre si e também de visitantes eles dizem ‘obrigado pela associação’. Ao considerarmos essas afirmações sobre a condição transcendental das associações e o poder purificador dos mantras, buscamos compreender a prática dos praticantes não como uma crença, mas como um conhecimento que ao orientar as associações realizadas no festival faz do próprio templo um tipo de laboratório em que se produzem as experiências coletivas que conferem fundamento para experiência da devoção

A crença, nessa perspectiva, é um conceito pouco útil, pois aparece como o modo pelo qual os modernos enquadram o conhecimento dos outros de forma a colocar sua própria forma de conhecer (ou de produzir híbridos) em um patamar privilegiado, ocupado por aqueles que se fundamentam em fatos (tomados como dados reais da natureza) e não em fetiches (tidos como criações ilusórias). Ao deixar de considerar as afirmações dos devotos a respeito das associações enquanto crença, construindo esforços para entendê-las enquanto conhecimento, buscamos uma simetria entre as perspectivas colocadas em relação.

A partir disso podemos nos perguntar quais as implicações de realidade contida nessas vivências? Se levarmos a sério a afirmação feita por parte dos devotos de

que *bhakti-yoga* é uma ciência, se faz necessário questionar que tipo de ciência é essa ou em que sentido ela é, para seus praticantes, uma ciência. Mais ainda, tomando essa afirmação de forma simétrica podemos perguntar que mundos são esses que se manifestam através desta experiência

A devoção, assim como a ciência analisada por Latour (1997) em *Vida de Laboratório*, pode ser lida como um saber e um viver construído que depende de muitos atores. Em vez de um experimento - tornado objetivo por inscrições produzidas na interação entre cientistas, aparelhos, papéis, bactérias e neurônios - o serviço devocional (*bhakti yoga*) é, para estes Hare Krishnas, fundamentado na possibilidade de construção de uma experiência, possibilitada pela interação de devotos, instrumentos, Deidades, livros e oferendas.

Essa experiência é a inserção em redes heterogêneas que promovem as mediações e associações necessárias para produção da presença inerente à experiência do serviço devocional e ao engajamento a ele relacionado. É sob essa perspectiva que sugerimos que o templo pode ser visto como um laboratório, no qual se produzem as circunstâncias necessárias para a vivência da emoção devocional.

De forma alguma conseguimos aqui esgotar todas as possibilidades reflexivas que se apresentaram. Espero através das ideias acima elaboradas ter dado concretude à intuição de que o uso da teoria do ator rede como inspiração para produção de uma descrição etnográfica pode vir a ser útil no intuito de compreender como, através das redes híbridas, que misturam a rua e o templo, o mundo espiritual e o mundo material, são produzidas as emoções que subjazem o processo de engajamento no serviço devocional.

Cabe colocar que tanto no que se refere ao potencial descritivo da teoria do ator rede quanto à fertilidade etnográfica da situação analisada, muito ainda poderá ser dito. Como um experimento, esse texto é somente uma das muitas versões possíveis desse entrelaçamento, uma mediação entre minha experiência de pesquisador e a do leitor que agora lê estas palavras.

Dessa maneira considero que a apropriação teórica aqui realizada não se deve a um esforço de tentar encontrar um exemplar demonstrativo de uma teoria em voga, mas sim de considerar que a realização de um experimento reflexivo nesses moldes

pode vir a ser uma ferramenta útil ao oferecer legibilidade e compreensão (a partir de um ponto de vista diferente daquele oferecido pela teoria nativa) ao modo pelo qual estes devotos argumentam sobre a realidade transcendental de suas práticas.

Referências

ELIAS, Norbert (1994). **Sociedade dos indivíduos**. São Paulo: Edusp.

FLOOD, Gavin (2015). **Introdução ao Hinduísmo**. Juiz de Fora: UFJF.

GONZALES, Zuleika Kohler; BAUM, Carlos (2013) Desdobrado a teoria do ator rede: Reagregando o social no trabalho de Bruno Latour. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p.142-157.

LATOUR, Bruno. (2004). “Não congelarás a imagem”, ou: como não desentender o debate ciência-religião. **Mana**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.349-375.

_____. (2010). **Jamais fomos modernos: ensaios de uma antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34.

_____. (2012). **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc.

PRABHUPADA, A. C. Bhaktivedanta Swami (1975). **Srimad Bhagavatam: Sétimo Canto**. BBT: São Paulo.

“A velha praga”: considerações sobre a construção de um modelo civilizacional para o camponês paulista

Carla Julião da Silva¹

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

O presente artigo apresenta reflexões sobre raça e os caminhos da modernização econômica no meio rural paulista. Modelos e projetos civilizatórios foram oferecidos no sentido de chegar a um arquétipo de nação como proposta sobre o sentido do uso e costume da terra e o lugar reservado ao negro no imaginário paulista ao longo do século XX. Faremos uma breve contextualização para compreender tais transformações, caminhando entre as leituras de obras literárias, como “Urupês” de Monteiro Lobato e trabalhos científicos para compreender as representações no diz respeito à naturalização, as heranças sociais e econômicas da condição rural, modernização, globalização econômica e atuação de cooperativas em bairros rurais atualmente.

Palavras-chave: Identidade Rural; Raça; Globalização Econômica.

"The old plague": considerations on the construction of a civilizational model for peasants paulista

ABSTRACT

This article presents reflections on race and the paths of economic modernization in rural São Paulo. Civilizational models and projects were offered in order to arrive at an archetype of nation as a proposal on the meaning of land use and custom and the place reserved for blacks in the São Paulo imagination throughout the 20th century. We will make a brief contextualization to understand such transformations, walking between the readings of literary works, such as “Urupês” by Monteiro Lobato and scientific works to understand the representations regarding naturalization, the social and economic legacies of the rural condition, modernization, economic globalization and operation of cooperatives in rural neighborhoods today.

Keywords: Rural Identity; Race; Economic Globalization.

A “velha praga”, que dá o título a este artigo encontra-se na obra clássica de Monteiro Lobato “Urupês” (1978), faz referência ao caboclo paulista descrito como um ser inadaptável à civilização, parasita da terra. A obra “Urupês”, que ganhou notoriedade

¹ Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília/SP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3754923942849948> Email: carlajuliaosilva@gmail.com.

dentro e fora da literatura, deu vida ao personagem Jeca Tatu. Dito que nada tinha de assustador para uma época de que o atraso nacional estava vinculado ao “*o tipo clássico do sitiante já com pé fora da classe*”, um claro diagnóstico de que os problemas civilizatórios da sociedade brasileira estavam associados na indolência, preguiça e ignorância das populações rurais. Também, nada nos estranha, que o nome dado à obra seja inspirado num tipo de cogumelo parasitário que destrói a madeira, o urupê.

A urbanização era decorrência natural e inevitável da modernização da sociedade e serviram como sustentação de argumentos sobre a dicotomia entre campo e cidade. O espaço rural ainda hoje é definido no imaginário social como mundo não urbano vinculado à visão de um mundo agrário com características naturalizadas rurais e com mínimas transformações, além da diminuição da população agrícola como consequência da efetivação hegemônica do modelo produtivista. O mito fundador da Sociologia Rural que instituiu a oposição entre campo e cidade numa relação de subordinação da primeira pela segunda como realidades espaciais e sociais descontínuas. A busca da essência do rural e do urbano envolveu um amplo debate ao longo do século XX que, dos muitos estudiosos sobre o tema como os autores Antonio Candido, Maria Isaura de Queiroz e Carlos Brandão — buscaram, em seu tempo, os caminhos analíticos no desenvolvimento das apreciações de rural a partir das perspectivas de sua modernização (CARNEIRO, 2008, p. 10-11).

Tais discussões ampliaram-se devido a pesquisas que abordam questões de produção agrária, contingente populacional na área rural e até mesmo na literatura, que este último, teve um papel significativo na construção do imaginário social devido suas interpretações e descrições sobre o ambiente e as condições dos moradores rurais em destaque aqui o Estado de São Paulo.

O título deste artigo nos conduz a refletir sobre como somos levados a naturalizar modos de vida, reproduzir representações sociais de um grupo e o seu lugar ocupado na sociedade que, conseqüentemente, direciona a pré-conceitos sobre um determinado grupo ou sua possível inferioridade na hierarquia social ressaltando que as diferenças sociais e culturais estão vinculadas a sua escolaridade, posição econômica, o desigual, o dessemelhante e o desconhecido e os que detêm de posições sociais privilegiadas. Tal indagação leva a sensibilização do nosso olhar crítico sobre

questões relacionadas a etnocentrismos e racismos pautados em problemas econômicos, políticos, sociais e raciais.

Estudos como de Giralda Seyferth (1995) auxiliam a pensarmos o poder dos estereótipos e da questionável superioridade da raça branca europeia, sendo a cor da pele uma característica classificatória impondo um discurso do racismo em pressupostos da desigualdade biológica entre a espécie humana, envolvendo assim as chamadas “raças inferiores” (não brancos), as “classes inferiores”, o “sexo inferior”, os “grupos étnicos inferiores”, a “ralé pululante” (os mestiços em geral). No Brasil, assistimos o postulado de uma política intensa de incentivo à imigração branca pautada no discurso civilizacional que resultou na estratificação social, sustentadas por pesquisas científicas como de Nina Rodrigues e Oliveira Vianna que também estiveram presentes na literatura como em obras de Euclides da Cunha e Monteiro Lobato. Segundo Seyferth as diferenças de raça são utilizadas para separar pessoas e designar seu lugar na sociedade e sua posição de inferioridade social. Os traços determinantes das diferenças impõem também uma identidade negativa, genérica e pejorativa como vemos vinculada às identidades regionais de migrantes provenientes da região Norte e Nordeste, atribuindo traços fenótipos associados à inferioridade ou à incivilidade sobre uma categoria genérica de “nordestino”, “baiano”, “paraibano” (SEYFERTH, 1995, p.183-187).

É sob esta pertinente reflexão guiará a discussão apresentada neste artigo. A construção de diferenças pode ser relacionada à construção de representações sociais? Quando nos referimos a estudos do universo rural o tema, geralmente, está relacionado a somente questões econômicas, produção de alimentos e avanços no agronegócio? Por que as identidades de raça e classe estão sustentadas na origem biológica e tem papel central na desqualificação social? *Caipira* é aquele que tem hábitos e modos rudes, devido a pouca instrução, escasso convívio social ou é uma construção arraigada no imaginário popular e se manifesta através dos estereótipos?

Ainda que rapidamente, lancemos um olhar retrospectivo sobre esse debate, de modo a elucidar de onde partem as questões que pretendemos discutir no transcorrer do presente artigo expandindo os questionamentos sobre o que sabemos do termo “caipira”, quais elementos de discriminação associados a uma posição social

ou um comportamento “não civilizado” que carrega traços classificatórios pela origem ou aparência da população que ocupou a área rural. A reflexão perpassa pelo sentido, uso e o costume da terra, as representações sociais construídas que reforçaram um entendimento sobre o morador do campo, tal como os modos de vida, a linguagem e os termos jocosos relacionados às más condições de saúde dos moradores rurais, principalmente no Estado de São Paulo que ganharam visibilidade ao longo do século XX e perpetuam até hoje no imaginário social.

O sentido no uso e costume da terra e o lugar reservado ao negro no Estado de São Paulo

Compreender as transformações ocorridas na área rural paulista é preciso abranger o contexto e a formação o Estado de São Paulo seiscentista, levando em conta o sentido escravista no uso, costume e um possível lugar do indivíduo negro na sociedade. Para John Manuel Monteiro (1994) sentido da escravidão em São Paulo se desenvolveu a partir dos princípios de exploração econômica, num primeiro momento utilizando-se de mão-de-obra indígena, mas nos moldes da exploração da mão-de-obra negra que já acontecia no litoral do estado. Os paulistas tentaram racionalizar e justificar tal prática assumindo, de forma absoluta, o controle do trabalho indígena.

Um novo modo de vida se espalhou em locais onde havia núcleos de mineração, produção artesanal e mantimentos de animais se expandiram neste período. Diversas expedições para penetrar em regiões como Vale do Paraíba, dando origem a novas vilas como a de Itu, Sorocaba e Curitiba por pioneiros paulistas. Em São Paulo, à busca de ouro para uma economia agrícola apressou as derrubadas e queimadas para adquirir novas áreas para plantio, serviços e outros bens. Pelo sistema das fazendas ocorre a intensificação da utilização de mão-de-obra escrava e recorrendo depois para a imigração europeia maciça que colocou milhares de trabalhadores à disposição da lavoura comercial. Segundo Darcy Ribeiro (2006) a escravidão indígena já não estava suprimindo as demandas, tampouco possuíam a escravaria negra e o morador do campo, marginalizado, passa para condição de dependência e sem a posse de terras. Esse processo de mudanças, tanto na forma de produzir e quanto nas

estratégias para intensificar a produção com a demanda de mão de obra, desencadearam consequências sociais e econômicas que resultaram num crescente número de pessoas negras que embora livres, ainda trabalhavam em condições de escravidão, e a criação do proletariado industrial no final do século XIX e início XX.

Em São Paulo, durante a vinda dos imigrantes europeus, a maioria de artesãos e operários especializados (proprietários de pequenos negócios) eram pardos e pretos livres. Censos realizados entre 1900 e 1920 nada revelam a inserção dos negros na sociedade pós-abolição, entretanto já circulavam jornais e revistas voltados aos negros, como, por exemplo, os periódicos *A Pátria* e *O Progresso* no ano de 1899 em São Paulo, *O Exemplo* em Porto Alegre, em 1892.² Embora mantivessem propostas diferentes, a grande maioria buscava expressar a necessidade da educação para a população negra e apontar o estigma racial que classificam negros e mulatos como pessoas sem capacidade intelectual, desse modo, fixava a atenção orientando-os para o mercado de trabalho ao final do século XIX e ao longo do século XX.

Na década de 1920, a formação de uma pequena classe média, “esmagadoramente” branca passa a ganhar espaço em São Paulo e tais periódicos tornaram-se meios de denúncia das dificuldades na inserção na sociedade paulista, da desigualdade social entre negros e brancos e das restrições sofridas em decorrência do preconceito racial. O agrupamento de todas as publicações passaram a ser conhecido como Imprensa Negra Paulista. Dentro deste mesmo período, em 1931, é fundado movimento a Frente Negra Brasileira que viria a se transformar em partido político, extinto com os demais na criação do Estado Novo.

Segundo George Reid Andrews (1951), os dados levantados a partir de 1940, demonstra que de uma população negra de 862.255 somente 623 possuíam negócios não agrícolas e cerca de 15% dos pardos e pretos compunham a força de trabalho agrícola em São Paulo. O setor público foi à única área que os afro-brasileiros conseguiram uma paridade. Em 1940, a população afro-brasileira em idade produtiva em São Paulo era de 12% e desta porcentagem 8,8% estavam em setores públicos, porém, bem distantes do status de classe média, se encontravam em trabalhos servis

² ARAUJO, Valmir Teixeira de. "O papel da imprensa negra brasileira". In: Revista Alterjor, 2019.

como varredores de rua, trabalhadores de construção, porteiros e serviços de escritório mal remunerados como mensageiros e serventes. Quando as ocupações são mencionadas, frequentemente era de professores nas escolas públicas, escriturários e funcionários de nível inferior do serviço postal, coleta de impostos estadual, do governo municipal ou de agências semioficiais como a companhia telefônica.

A discriminação de cor permanecia presente em São Paulo, houve denúncia dos jornais negros como *Getulino* (1923), *O Combate* (1915), *O Clarim da Alvorada* (1924-1932), *A Voz da Raça* (1933-1937), as colunas sociais destes jornais deixavam claro a importância do emprego federal, estadual e municipal da base econômica para uma pretensa elite negra. Para George Reid Andrews, a doutrina da democracia racial isentava a política do Estado de qualquer responsabilidade adicional pela situação da população negra, até mesmo transferiu-a diretamente nos ombros dos próprios afro-brasileiros, aqueles que questionassem a noção de democracia racial corriam o risco de ser confrontados com uma análise detalhada das falhas deficiências do grupo racial ao qual pertenciam.³

Segundo Darcy Ribeiro (2006), o domínio e uma nova forma de vida da área rural paulista dispersaram os povoados que se concentravam nesta região, a população caipira que estava integrada em bairros, desgarrou deste convívio, foi condicionada ao um horizonte culturalmente limitado, desambicioso, ocioso e vadio. O fator básico desta reordenação social e econômica foi o restabelecimento do sistema mercantil e com ele a valorização das propriedades. O caipira paulista, portanto, se marginaliza, apegando-se a uma condição e independência inviável sem a posse de terras. Mesmo com a existência de milhões de caipiras subocupados.

³ Gilberto Freyre é considerado um dos estudiosos fundamentais para a compreensão da formação social brasileira e nos estudos interpretativos do Brasil e do povo brasileiro. O tema da miscigenação foi centro de suas pesquisas e foi a partir do impacto nacional e internacional exposta, principalmente na obra *"Casa Grande & Senzala"* publicada no ano 1933, que na qual, se firmou a noção da suposta "democracia racial brasileira" que, segundo o autor, do contato anterior entre portugueses e povos de pele mais escura, como os árabes, e da consequente flexibilidade racial do brasileiro de origem lusitana - herdeiro da plasticidade característica da sociedade portuguesa, que "abrandou" as relações raciais entre nós. É autor de dezenas de livros, entre os quais, *Casa-grande & Senzala* (1933); *Sobrados e mocambos* (1936); *Nordeste* (1937); *O mundo que o português criou* (1940); *Ingleses no Brasil* (1948); *Aventura e rotina* (1953); *Ordem e progresso* (1959); *Vida, forma e cor* (1962) entre outros.

O sistema de fazendas teve que promover primeiro, uma intensificação do tráfico de negros escravos e de apelar, depois, para a imigração europeia maciça que coloca milhões de trabalhadores à disposição da grande lavoura comercial. Confinado nas terras mais sáfaras, enterrado na sua pobreza, o caipira vê, impassível, chegarem e se instalarem, como colonos das fazendas, multidões de italianos, de espanhóis, alemães ou poloneses para substituírem o negro no eito, aceitando uma condição que ele rejeita. Essa nova massa vinha, porém, de velhas sociedades, rigidamente estratificadas, que a disciplinara para o trabalho assalariado, e via na condição de colono um caminho de ascensão que faria dela talvez, um dia pequenos proprietários (RIBEIRO, 2006, p.351 e 352).

A consequência deste sistema de fazendas alargou as desigualdades sociais entre caipiras, brancos, mulatos e negros. Nestas circunstâncias, o contingente de negros, já alforriados, precisou se submeter ainda mais a uma forma de segregação. Em consequência, os motivos econômicos para a realização de investimentos, para atrair ao país colonizador branco, se somaram aos incentivos ideológicos desta prática, a ideia de democracia racial e o branqueamento da população paulista como a imigração europeia, destinados a um melhoramento da raça, colaborou também para a crescente falta de identificação destes caipiras com a sua história que contribuiu para estudos sobre a formação social brasileira. A perspectiva de uma harmoniosa relação entre os três eixos raciais propostos por Gilberto Freyre foi colocada em cheque. Florestan Fernandes (2006) traçou questionamentos sobre esta posição o crítico e investiu esforços na tarefa de investigar os problemas sociais e econômicos da população negra no Brasil. Segundo Gustavo da Silva Kern.

Os estudos de Fernandes se concentraram fundamentalmente em investigar o problema das condições socioeconômicas da população negra numa sociedade moderna de classes. De toda uma série de levantamentos a respeito da situação racial em São Paulo — compilados a pesquisas que foram empreendidas paralelamente em outras regiões do país — suas análises chegaram à conclusão de que o preconceito racial era amplamente praticado no Brasil. Manifestando-se de modo decisivo justamente na dificuldade da população negra, nas grandes metrópoles, de se inserir como cidadão pleno numa sociedade institucionalmente liberal e de economia industrial (KERN, 2014, p. 88).

Ao passo em que Gilberto Freyre apontava a miscigenação uma possibilidade de fomentar a igualdade racial, Florestan Fernandes expõe o erro de se apoiar sobre a ideia de que os padrões estariam vinculados a exemplos de tolerância racial sem se

debruçar sobre os problemas socioeconômicos. Na análise de Gustavo da Silva Kern (2014), Gilberto Freyre propõe um paralelo entre o conceito de raça e de democracia, em que, a noção de raça passa a aparecer como adjetivo de uma categoria política, fundamentando a metáfora da democracia racial. No entanto, as hipóteses de Gilberto Freyre foram confrontadas com a realidade brasileira, não se solidifica quando apresentamos os dados do Censo de 1940 e o contexto em que o mito da democracia racial foi sustentado no Brasil, como foi destacado aqui. Dada a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, a “população de cor” não possui nenhuma vitalidade para enfrentar e resolver seus problemas morais. A inclusão do negro, “mulato” e outras “minorias étnicas, raciais ou nacionais” na programação do desenvolvimento socioeconômico e nos projetos que visem aumentar a eficácia da integração nacional que, na qual, a escolarização, nível de emprego e deslocamento de populações precisariam ganhar enorme relevo. Cabendo ao governo suscitar alternativas e um programa de combate à miséria e a seus efeitos no âmbito dessa população (STEPAN 2005, p.52).

Um modelo social para o projeto de nação

Desde a Independência, a literatura nacional preocupou-se em construir símbolos que trouxessem à tona imagens e tradições e de elementos de uma essência nacional para fugir de formulações e ligações entre metrópole Portugal e a sua colônia, Brasil. Intelectuais como José Bonifácio de Andrada e Silva ganharam importância nacional já no século XIX, cabendo-lhe liderar setores da elite nativa, freando projetos de recolonização, apoiando D. Pedro para redigir a Constituição do novo regime. De seus escritos emerge um projeto civilizador que tinha por fim viabilizar um modelo de nação, visto que para ele, o brasileiro era dotado, por natureza, preguiçoso, indolente e ignorante, a educação brasileira precisaria ser transformada em um conjunto homogêneo em todos os sentidos: racial, cultural, legal e cívico (SILVA, 2000, p.7).

A possibilidade de ter uma literatura sem traços portugueses ou com tons eclesiásticos revelou-se no sertanismo romântico, no regionalismo do período realista-naturalista e os modernistas, estes últimos principalmente em São Paulo. Mário de

Andrade, vanguardista do movimento modernista em São Paulo, com obras de grande relevância nacional com a publicação de: *“Pauliceia Desvairada”* (1922) e o romance que também influenciou a forma de escrever as tradições brasileiras em *“Macunaíma”* (1928). Monteiro Lobato foi outro escritor paulista que produziu artigos, críticas, crônicas, prefácios, cartas, livros sobre a importância nacional em uma época em que os livros eram editados fora do território brasileiro, assim diante deste cenário, o autor também ganhou notoriedade no Brasil com uma série de renovações nos livros didáticos e infantis e com temáticas relacionadas ao meio rural paulista.

Segundo Serge Gruzinski (2001) a obra de Mario de Andrade *“Macunaíma”* nos convence que as aparências podem ter um significado de múltiplas transformações. O contexto da mundialização ou a globalização foi o resultado do encontro entre europeus e sociedade indígenas que nos deixaram como herança a resistência, a mestiçagem e o arquétipo do brasileiro e do latino-americano oscilando entre tais culturas, vários traços característicos das sociedades indígenas provem da península Ibérica. A dificuldade pensar a mistura das culturas também pode resultar em interpretações que procedem mais da nossa própria maneira de ver a realidade.

Deste modo, podemos analisar tal questionamento de Gruzinski no contexto brasileiro. Os imigrantes europeus tiveram a doação de terras devolutas do Estado formando colônias, mas mantendo seus sentimentos de um pertencimento étnico europeu. A não adesão ao Brasil, por parte dos imigrantes, como sua nação resultou em fenômenos de rejeição que atualmente observamos. As descrições dos literatos sobre o homem do campo, frisando as diferenças e o destinando sempre o lugar do abjeto, resultaram numa série de preconceitos e imagens essencializadas sobre as pessoas, mesmo assim, com a justificativa de produzir uma literatura nacional e sem traços europeus. Se observarmos a frase tão conhecida do livro de Mario de Andrade *“sou um tupi tangendo um alaúde”* nos mostra a ambiguidade da busca pela pureza racial brasileira. Assim, desde a colonização.

Por toda a parte, os escravos serviam de moeda de troca: ao longo de todo o século XVII, os índios do rio Negro podiam tanto praticar o trato de escravos como, por sua vez, tornarem-se escravos dos holandeses ou portugueses. Em certos anos os portugueses conseguiam apresar, depois de verdadeiras razias, um bom milhar de nativos, que eram encaminhados em condições horrorosas

para Belém e Grão-Pará, no extremo oriental da grande floresta. Os sobreviventes se misturavam com as populações locais em miscigenações que se acentuaram ao longo dos anos (GRUZINSKI, 2001, p.32).

A construção de uma identidade torna-se uma tarefa minuciosa, o trabalho para identificar no homem rural algo que o representasse passou por explicações de traços do “baixo povo rural” pelo olhar da “nobreza rural” como lembrar Carlos Brandão (1983, p. 7). Com a perspectiva do avanço do capital no Brasil, a passagem do século XIX para o XX introduziu um novo olhar dos intelectuais na construção de uma identidade brasileira. Foram produzidas múltiplas representações da população, buscando conferir uma identidade nacional que romperia com o passado de dependência e dicotomia campo/cidade foi um dos temas centrais que estimulou o desenvolvimento da produção cultural e científica. É neste momento que o Brasil e seu povo ocuparam lugar central nos debates intelectuais no momento de busca da constituição das especificidades da nação em formação:

Encontrar um tipo étnico específico capaz de representar a brasilidade tornou-se grande desafio a ser enfrentado pela intelectualidade, que tomou para si a missão de *encontrar a identidade nacional rompendo com o passado de dependência cultural*. Esta identidade, construída ao longo do século XIX, configurou-se em múltiplas imagens que guardavam ambiguidades (PARRILLA, 2006, p.124).

Quando pensamos que todos esses projetos de construções identitárias, embora com interesses genuínos em uma ideia de nação, identidade nacional ou produção de escritas nacionais, afetou diretamente a população negra, caipira, cabocla. O campo tinha papel fundamental neste cenário, passou a ser representado fartamente na literatura paulista do período impulsionada por escritores como Cornélio Pires (1927) e Monteiro Lobato (1957), que deram ao homem do interior paulista representações diversificadas. O termo “caipira” ao longo dos anos foi tomando várias formas de adjetivar o homem do campo e tomaram força até chegar aos dicionários. O significado encontrado no dicionário carrega sinônimo como: Jeca; Matuto; Saquarema. Pessoa nascida ou (que) vive em regiões rurais no interior do estado de São Paulo; tem modos simples e pouca instrução; indivíduo pouco sociável, sem traquejo no convívio social (AULETE, 2011, p. 260). O habitante do campo ou da roça, em geral,

de pouca instrução e de modos canhestros, passa a ser identificado como jeca, matuto, roceiro, sertanejo, caboclo, capiau ou tabaréu. É possível observar que conotações como “de pouca instrução” e “jeca” já estão inseridas no cerne da palavra “caipira”, naturalizando então a imagem de “homem fora do seu tempo”, inapto para a vida urbana. Para o morador do campo a sua representação, conseqüentemente, estará relacionada a “uma pessoa simples e de pouca instrução” e, mesmo que tenha outros saberes, sua cultura acaba perdendo sentido diante das obrigações da vida citadina.

Luciana Meire da Silva (2013) apresenta a hipótese que o autor Monteiro Lobato criou a representação caricatural do caipira em São Paulo, a chegada dos imigrantes nas indústrias e nas lavouras traria a esperança para a superação da decadência nacional particularmente pela sua disciplina em relação ao trabalho. Nos livros *“Cidades Mortas”* (1906) e *“Urupês”* (1914) inauguraram a crítica sobre a realidade em oposição às correntes literárias da época (romantismo), a preocupação não está relacionada a uma análise estrutural da sociedade brasileira, mas considera o caboclo como responsável pelo atraso nacional, práticas irracionais deste sujeito de “pouca instrução” o tornariam um indivíduo inútil para a nação, como aponta a autora (SILVA, 2013, p.68-69).

Dentro destas referências, retomamos a discussão sobre o termo “mamelucos” que direciona o assunto sobre a forma de pensar o homem do campo como portador de uma natureza preguiçosa e fora dos padrões civilizatórios. Segundo esta perspectiva, o encontro étnico-cultural entre europeus e índios teria resultado no surgimento dos mamelucos, união entre os colonizadores e índias, o que dava o direito do senhor europeu sobre a índia escrava. Nessa discussão introduzida por Bosi *apud* Enid Yatsuda aponta que:

Um dos suportes para assegurar o funcionamento do sistema colonialista, isto é, submissão do colonizado – passada a fazer do emprego da força –, é a fabricação e difusão da ideologia do colonialismo. Basicamente, o conteúdo expressa a superioridade do colonizador: é dinâmico, sensato, trabalhador, verdadeiramente cristão, participa de uma civilização superior, e seu meio de expressão, sua linguagem, é instrumento de elaboração de alta literatura. Por oposição, o colonizado é marcado negativamente, através de um mecanismo diabolicamente simples: o que é atribuído cultural, o colonizador transforma em elemento essencial. Assim o nativo torna-se, por *natureza*, um indivíduo preguiçoso, indolente, incapaz, idiotizado, sujo, violento, usando um falar

rude que não pode exprimir com precisão conhecimentos mais refinados e sentimentos mais nobres. Uma linguagem inadequada à literatura (BOSI apud YATSUDA, 1992, p. 104).

Nas pesquisas científicas, Antonio Candido organiza investigações feitas a partir dos meios de vida num agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP), nos anos de 1948 e 1954, na obra *“Os Parceiros do Rio Bonito”* (2001), neste mesmo estudo, o autor faz referência às descrições feitas por Cornélio Pires (1921) das variadas representações do que vem a ser o caipira⁴. Segundo Antonio Candido, Cornélio Pires elaborou significados e levou em conta os diversos tipos étnicos da cultura rústica paulista da época e, por isso se tornou referência no estudo da identidade caipira. Nas suas análises ele aponta que:

Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui *caipira*, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua./ Cornélio Pires descreve, em um dos seus livros, o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira preto”, o “caipira mulato”. É a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo a que se poderia chamar *acaipiramento*, ou *acaipiração*, e que os *investigou* de fato num conjunto bastante homogêneo (CANDIDO, 2001, p. 27).

Dentro destas variadas representações do caipira, modos de vida e suas condições, uma das questões principais diz respeito à disponibilidade de terras. Seja em razão de situações favoráveis, nas quais o homem do campo dispõe de terras razoavelmente produtivas, ou em situações difíceis, quando mesmo possuindo um pequeno pedaço de terra, próprio ou apossado, vive para garantir a subsistência. Neste último caso, a situação da sobrevivência é complexa, pois a não legalização das terras o

⁴ Cornélio Pires ofereceu grande importância deste tema pela obra *“Conversas ao pé do Fogo”* (1921) visto que já havia uma preocupação do autor sobre o que vem a ser o “caipira” enquanto identidade paulista, procurou dividir por categorias cada tipo de caipira que surgiu e que trouxe uma nova perspectiva na estrutura da vida do campo da época sem deixar de lado a identidade. Pires também inspirou-se no poema *“O Poema da raça caipira”* (1953) de Alberto Rovai fazendo referência a expressão da cultura caipira. Cornélio Pires também foi jornalista, músico e compositor, um dos percussores a conseguir que a indústria musical brasileira lançasse discos com músicas do gênero caipira, possível até de dizer que ele foi uns dos criadores da música sertaneja. A importância das suas obras passou a ser reconhecida quando faz citações, e é citado, nos estudos de Antonio Candido.

coloca em situação de vulnerabilidade, seja em relação aos latifundiários circunvizinhos, seja em função da expansão das fronteiras agrícolas, como ocorreu em São Paulo — e ainda ocorre em diversas regiões do Brasil. Na condição de “agregado”, ou posseiro, o caipira acabou “empurrado” para áreas cada vez mais despovoadas, acabando por ser representado como um sujeito às margens da história (CANDIDO, 2001, p.102). Com sua herança econômica, social e cultural, ficaram para o caipira as marcas da inadaptação para o esforço intenso e contínuo, ou para o trabalho racionalizado e voltado para o mercado, levando o mundo urbano e moderno a responsabilizá-lo por um suposto baixo nível de vida.

Nota-se que a rusticidade do viver do caipira não escapou da criação de uma representação negativa.⁵ O entendimento sobre o caboclo, o homem pobre rural, esteve destinado a estereótipos pejorativos uma representação imagética do personagem Jeca Tatu, evidenciando a construção de uma figura desqualificada de uma identidade inserida no contexto econômico nacional, de uma forma caricaturada de “fungo da terra” passa de vítimas para uma raça de “depauperados e degenerados sem nome”.

Nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o “Argas” o é aos galinheiros ou o “Sarcoptes mutans” á perna das aves domesticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do “Porriigo decalvans” o parasita do couro cabeludo produtor da “pelada”, pois que ele assiste se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada (LOBATO, 1978, p. 140).

A diferença e a identidade tendem a serem naturalizados, cristalizados ou essencializados, não obtendo eficácia se, por exemplo, a narrativa criada em torno no personagem Jeca Tatu não levasse em conta o lado sentimental e afetivo do personagem. Assim, a identidade é o ponto que define a diferença e estas duas partilham de características que resultam de atos na criação linguística que não possui valor nenhum no isolamento. A linguagem é um sistema de diferenças que se constitui no contexto de relações culturais e sociais estando sujeita a relações de poder

⁵ Em linhas gerais, o significado geral da palavra rústico associa-se ao que é campestre, rural, ao que está relacionado ou pertence ao campo, ao ambiente rural. Rusticidade é um substantivo feminino que nomeia a qualidade daquilo que é rústico, que possui indelicadeza, grosseria, incivilidade.

hierarquizadas e em constante disputa, como aponta Tomaz Tadeu da Silva (2003) O autor também aponta que a definição de identidade e diferença se tornou objeto de disputa entre grupos sociais que relativamente estão no poder. A diferenciação é o processo central para a construção da identidade e que, conseqüentemente, a diferença é produzida que:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2003, p. 81).

Tal reflexão de Tomas Tadeu da Silva nos possibilita compreender que a identidade e a diferença se traduzem em declarações de quem pertence e quem não pertence, sendo assim, uma separação entre “nós” e “eles” e estão estreitamente ligadas às formas de classificação que a sociedade produz.

Uma modernização civilizatória para o campo.

O Estado de São Paulo foi palco de mudanças no período de ocupação territorial, desde a empreitada de encontrar terras produtivas para o plantio de café, com a ampliação das linhas férreas, até o avanço que culminou em apropriações e expropriações de terras. Neste último caso, a situação da sobrevivência é complexa, pois a não legalização das terras colocava o camponês em situação de vulnerabilidade, seja em relação aos latifundiários circunvizinhos, seja em função da expansão das fronteiras agrícolas, como ocorreu em São Paulo – e ainda ocorre em diversas regiões do Brasil.

Num momento em que as tradicionais lavouras nordestinas encontravam em crise, medidas políticas tomadas a partir de 1850, tais como, a “Lei Eusébio de Queiroz” criada para solucionar o problema da falta de mão-de-obra escrava e garantir o comércio interprovincial, e outra, “Lei de Terras” conhecida por reorganizar a política

ao acesso à terra que estimulava a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras de café na busca por interesses lucrativos, se renovavam e ganhava um novo sentido para a posse de terras. Após a extinção do tráfico de escravos, o governo passou a estimular a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nas plantações, ao mesmo tempo, em que reorganizou a política de acesso à terra. Aquele pedaço de terra que foi cedido para o camponês pobre agora poderia apresentar lucros para o mercado agrícola, assim o lavrador “dono”, “posseiro” ou “agregado” era expulso, empurrado para outro lugar sendo submetido a reconstruir sua vida em outro lugar. Esta prática se tornou interminável nas fronteiras do estado paulista. Muitos tiveram suas terras usurpadas por grandes proprietários que chegavam com títulos nas mãos sendo forçados a vender suas terras, alguns migraram para outros lugares, outros foram absorvidos pelas fazendas como trabalhadores diretos, parceiros, sendo permitido em alguns locais ter uma “roça de comida”. Neste último caso, segundo Carlos Brandão (BRANDÃO, 1983, p.7-11), a situação da sobrevivência é complexa, pois a não legalização das terras colocava o camponês em situação de vulnerabilidade, seja em relação aos latifundiários circunvizinhos, seja em função da expansão das fronteiras agrícolas, como ocorreu em São Paulo — e ainda ocorre em diversas regiões do Brasil.

É a partir de 1978 que pesquisas relacionadas ao meio rural paulista tornaram-se objeto de análises, questões sobre o desemprego e a segurança, tanto no meio rural quanto no urbano, a entrada da cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível influenciou também nas políticas de acesso à terra empurrado pela crise do petróleo. No âmbito jurídico, especificamente a lei n. 8629/93, foi distribuído uma nova classificação aos imóveis rurais em pequena propriedade, média propriedade e propriedade produtiva, no entanto, a lógica de mercado para instrumentalizar a força de trabalho iguala o pequeno produtor ao assentado, que substancialmente no quesito relacionado ao latifúndio, minifúndio da empresa rural e da propriedade familiar:

Seus interesses estão, sem sombra de dúvida, muito mais próximos dos empregados rurais, do que dos grandes proprietários. Estes trabalham a terra, mas de forma indireta, determinando ordens, na condição de empregador. Os pequenos proprietários, chamados também de camponeses, usam mão-de-obra paga em dinheiro, (em espécie somente em situações excepcionais, exercendo, apenas em raras ocasiões, um controle sobre o trabalho alheio) (MANIGLIA, 2002, p. 82).

Análises como de José Graziano da Silva (1996, p.66) abordaram questões no setor econômico e populacional nas regiões brasileiras apontou que o estado de São Paulo teve o dobro do crescimento populacional no campo (3% a.a. contra 1,5% a.a.) no ano de 1999, e somente na região Sul do país que houve sinais de queda nas áreas rurais. Os setores que tiveram queda na produção e problemas nas receitas e despesas agrícolas, os juros e despesas bancárias que aumentaram de 5% para 15,3% no período de 1985-1993 devido à grande estabilidade financeira. Em outros estudos como “Velhos e novos mitos do rural brasileiro” (SILVA, 2001, p. 6) o autor aponta que o emprego de natureza agrícola vinha decaindo em todo país nos anos de 1992-1999, mas a população residente no campo voltou a crescer— ou, segundo o autor, parou de cair—, este cenário é explicado em parte pelo aumento do emprego não agrícola no campo.

As atividades não agrícolas no Estado de São Paulo que vem ganhando espaço nos bairros rurais e são conhecidos como sítios de recreio, serviços destinados ao lazer (pesque-pague, hotel fazenda, pousadas, restaurantes, spas) ou de atividades produtivas com considerável valor comercial, produção de flores, hortaliças, pomares domésticos próximo das cidades. O *part-time farmer* refere-se ao novo ator social consolidado no paradigma da sociedade “pós-industrial” procurando adequar atividades agrícolas e não agrícolas no campo, constitui nos agricultores em tempo parcial, além das atividades tidas como agrícolas não necessariamente somente um fazendeiro, mas, um trabalhador autônomo.

A partir da questão levantada por José Graziano da Silva (1997) outros autores como Maria Nazareth B. Wanderley (2003) apontam que tal adaptação às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural numa era tecnológica. A “modernização” da organização do trabalho no campo não reproduz o modelo clássico da empresa capitalista, mesmo integrada ao mercado e respondendo as suas exigências, ela é orientada pelas novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido, em muitos casos permanece as estruturas da divisão do trabalho com origem na tradição camponesa não abolida. O insucesso ou minimização econômica, sem grandes investimentos e no amparo governamental, a agricultura passa a associar-se a uma “relação de negócios” que transforma as relações

sociais no campo, supervalorizando um em detrimento do outro (WANDERLEY, 2003, p. 43-44).

O meio rural encontra-se em processo acelerado de transformações, tanto nas atividades econômicas quanto nas realidades sociais e culturais, tornou-se difícil aplicar uma definição uniforme sobre a noção de rural. Debates sobre uma possível extinção da tradição cultural fundada na prática agrícola pela lógica capitalista atual, e com ações diretas de cooperativas que oferecem amparo financeiro, mediam cada vez mais o acesso do pequeno e grande agricultor ao universo da globalização econômica, de tal modo que as reestruturações dos elementos da cultura rural veem incorporando releituras da cultura urbana. Porém, outros debates também ganham espaço como o estreitamento do vínculo com o campo, trazendo para o mundo rural possibilidades de uma qualidade de vida, de alimentação e saúde mental definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades que não são homogêneas e nem, necessariamente, vinculadas à produção agrícola não cabendo mais na afirmação da tendência ao seu esvaziamento social, econômico e cultural.

Análises como a de Maria José Carneiro (1997) nos alerta sobre a complexidade de analisar o processo de transformação social que acontece no campo pela visão dicotômica de campo/cidade, que acaba resultando numa visão de mundo generalizado, simplificando das relações sociais, reproduzindo a racionalidade produtiva e tecnológica dos valores urbanos. A apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural produz uma situação que não se traduz necessariamente os valores do campo, os “neo-rurais”⁶ não produzem uma ruptura com o modo de produção capitalista, mas acabam reproduzindo a ideologia burguesa, um estilo próprio de vida próximo aos padrões urbanos, contudo, em outro cenário.

⁶ Nas análises feitas de Maria José de Carneiro (1997) o termo “neo-rurais” exemplifica os significados das práticas sociais que permeiam, tanto no campo quanto nos grandes centros urbanos, movimentos de pluriatividade e a *cultura country*. No processo de pluriatividade, a integração da aldeia à economia e à sociedade global, realizando inovações agrárias, turísticas e culturais permitindo adaptarem-se às necessidades econômicas e técnicas a favor da sua existência e o sistema de valores. A *cultura country*, no âmbito da feira agropecuária a cidade se ruraliza, promovendo uma inserção singular do rural no mundo geral, desvencilhando da noção que o associava ao tradicional, sendo uma afirmadora do mundo rural com o mundo urbano, expressão de modernização do rural (CARNEIRO, 1997, p. 59-60).

O desaparecimento da fronteira entre rural e urbano, a expansão de novas reflexões sobre os instrumentos analíticos elaborados para compreender o universo rural, continuam qualificando espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas sustentados na dualidade das categorias genéricas. Entre esses instrumentos, segundo Maria José Carneiro, em dados colhidos e analisados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE no ano de 2000 que demonstra que:

No Brasil, ainda que mais de dois terços da população estejam contabilizados como “urbana” (IBGE, 2000), a maioria dos habitantes dos pequenos municípios está nas áreas rurais. Segundo os dados da PNAD, a população rural brasileira vem aumentando a partir da segunda metade da década de 90, recuperando uma taxa de crescimento anual (1,1% ao ano) muito próxima do crescimento da população total no mesmo período (1,3% ao ano), apesar das diferenças entre regiões do país. Em São Paulo observa-se uma maior revitalização do mundo rural, ao passo que a região Sul o movimento de esvaziamento do campo ainda é predominante. Mas o interessante é que esse movimento de retração do êxodo rural é acompanhado pelo declínio expressivo das ocupações não agrícolas, que, segundo os dados da PNAD, passam a crescer a uma taxa anual de 6,1% no período 1996-1999 (CARNEIRO, 2008, p. 17).

Assim, o tema lida também com a ambiguidade que de dois elementos para reflexão, uma seria a permanência da dicotomia entre rural e urbano, e a outra, das pequenas cidades formalmente definidas como urbanas entre pequenos municípios que estariam na mediação de dois códigos de relações sociais, a integração do mundo rural com o sistema mais geral de cidades e a vinculação com a natureza (CARNEIRO, 2008, p.20). E podendo até incluir uma terceira reflexão que estaria no debate já proposto por Serge Gruzinski (2001) dentro da problemática sobre o contato entre europeus e ameríndios e seus resultados refletidos na complexidade do jogo do neoliberalismo, da modernidade e da globalização econômica, sendo estas que proliferam fenômenos que embaralham nossas referências habituais: misturas das culturas do mundo, multiculturalismo e recuos identitários sob formas que vão desde a defesa das tradições até as expressões de xenofobia e purificação étnica (GRUZINSKI, 2001, p.16).

As cooperativas, modernização e globalização econômica

Há pesquisas de campo que abordam sobre o esvaziamento das áreas rurais devido ações diretas das cooperativas. Um dos trabalhos que podemos citar é a dissertação de Mestrado - *“Permanências em movimento- resistência familiar no bairro rural Taquaruçuzinho em Frutal do Campo (SP)”* (2019) - em que é levantada a questão sobre o impacto das ações das cooperativas aos pequenos agricultores da área rural do município de Cândido Mota (SP) sobre o endividamento e a compra/venda das propriedades de pequenos agricultores que possuíam propriedades na região, que na qual, observa-se a presença, cada vez mais intensa, do agronegócio com demanda para atender usinas de açúcar e álcool.

O cooperativismo tem por princípio a facilidade de inserção e participação mais ativa na economia, com auxílio e o fortalecimento das atividades produtivas bem como o acesso a novas ferramentas, maquinários, tecnologias, crédito, oportunidade de ingresso em mercados mais competitivos, vantagens fiscais que possibilita para o pequeno agricultor a oportunidade de fortalecer sua atividade produtiva, através do ingresso em associações e cooperativas. Porém, não é possível compreender as modificações sem integrá-las aos movimentos políticos, econômicos, culturais e simbólicos, marcados pelas revoluções modernas como a Revolução técnico-científica, entre as concepções da relação entre o meio urbano e rural⁷. As representações dominantes de uma sociedade estão relacionadas ao exercício do poder, domínio do Estado e do poder hegemônico que produzem representações do espaço e influenciam na produção de símbolos, códigos, e sistemas de signos dominantes de uma sociedade. Tal poder, centrado na cidade moderna capitalista, produz signos de territorialidades, tanto do rural quanto do urbano, redefinindo seus papéis e identidades que são alterados por atores que detém deste poder. Ao se referir ao espaço socialmente

⁷ Podemos citar aqui também um movimento que ficou conhecido como “Revolução Verde”, processo de intensa modernização da agricultura vivida na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos e na Europa, que impactou drasticamente a produtividade na agricultura, elevando os níveis de produção e implicando um uso intensivo de produtos industriais no campo.

construído, territorializado, que expressa um lugar de relações, apropriações e dominações podemos refletir que

Este tipo de representação tem a capacidade de dar conta da dinâmica das ações apreendidas no espaço e isso é importante, porque ela está em constante transformação ao longo da história (bem como as relações de poder), influenciando a permanente redefinição desse espaço e, conseqüentemente, do território. É a essa concepção de espaço, feito território, que nos referimos daqui à adiante (RUA, 2005, p. 46).

O entendimento sobre as desigualdades em espaços periférico-rurais dominados pelos centros urbanizados reproduz a dicotomia atrasado/avançado. O espaço rural e o espaço urbano, campo e cidade, integram a mesma racionalidade espacial marcada pela organização a partir da cidade, da indústria, da terceirização na sociedade contemporânea, bases reprodutivas do capitalismo e a polarização construída entre estes é exercida pela lógica das relações agrícolas, não levando em conta as interações sociais presentes no espaço como um ambiente de produção fabril onde a terra somente produz algo, sendo vazio de relações sociais.

O próprio termo cidade (em suas múltiplas origens) é apropriado para criar a representação social do “burguês polido, político, educado, cidadão”. O rural – rus, ruris, em latim, que derivou em rude- passa a ser visto como o “outro, nessas representações”. Com os estudos a respeito do desenvolvimento, posteriores à Segunda Guerra Mundial, em que enfatizou o tecnológico em detrimento do social e das comunidades (visão predominante até hoje), o rural foi sendo construído como sinônimo de agrícola, o que acelerou, mais ainda, as dicotomias existentes. Também na política oficial o rural tem sido percebido como agrícola (ligado apenas à produção); a agricultura de exportação, tecnicamente avançada, tem sido privilegiada, enquanto a agricultura de mercado interno foi chamado de “agricultura de subsistência” e considerado os pequenos agricultores (proprietários ou não) como incapazes de acompanhar o progresso técnico, econômico e social (RUA, 2005, p. 48).

A preocupação em modernizar o campo nos anos finais do século XX estava em responder às exigências do mundo globalizado, acompanhar a demanda de “racionalidade” a ser empregada no plantio, nos cuidados, na colheita, na armazenagem, estocagem, empacotamento, transporte e comercialização justificando assim o surgimento de instituições de ensino e de pesquisa aplicada na área da agricultura. O movimento modernizador, a partir de 1970, acelerou as grandes produções no campo que modificaram também as formas de emprego rural e as

relações de trabalho no setor, auxílio ao crédito foi um dos investimentos do estado de São Paulo. Segundo Carla Julião da Silva (2019) só o estado de São Paulo recebeu 33% do montante total disponível e tais estímulos, gerados pelo crédito, a monocultura volta a ser privilegiada e o interior rural paulista, especificamente a região do município de Cândido Mota, passa a ter um novo cenário.

Após a geada da década de 1970 e a desativação das estradas de ferro locais, inicia-se na região centro oeste paulista um forte êxodo rural e, consequentemente, um aquecimento do terceiro setor e o crescimento das áreas urbanas locais. Com a elevada taxa de urbanização das principais cidades da região, o crescimento dos latifúndios tornaria inevitável, fazendo que os grandes proprietários de terra incorporassem as pequenas propriedades que pertenciam aqueles que deixavam a vida no campo para tentar algo novo nas cidades. Os incentivos governamentais no começo da década de 2000 estimularam a produção de álcool e a expansão da produção de cana de açúcar. A instalação de usinas e empresas do ramo trouxeram para a região vagas de emprego para pessoas que quisessem atuar como cortadores de cana. Os interessados vindos de outras cidades paulistas e até de outros estados fixaram-se na região em busca de oportunidades (SILVA, 2019, p.33-34).

A agricultura familiar tem sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a monocultura e as grandes propriedades. Nesse sentido, as cooperativas são concebidas pela sua capacidade de organizar o espaço e a produção rural e se identificam como uma alternativa capaz de organizar a atividade produtiva, potencializando as vantagens da agricultura familiar e revitalizando os territórios. Porém, os pequenos agricultores precisam constantemente lidar com a presença, ou “ajuda”, das cooperativas que fazem a mediação do agricultor com setores financeiros e os meios de produção (insumo, tratores, colhedeiças, plantadeiras, sementes, silos de armazenagem de grãos, entre outros.) ditando regras de plantio que acabam subordinando o pequeno agricultor a seguir tais regras para conseguir manter as estruturas de uma produção agrícola.

Os territórios rurais refletem os modos de produção capitalistas, dinâmicas acumulativas, aparato técnico e tecnológico produzido pelas grandes corporações multinacionais, a competitividade da produção no mercado e a corrida para manter um alto nível da escala de produção. Nesta perspectiva, a terra ao se tornar mercadoria passa consequentemente a ter valor de uso e de troca, sendo uma de suas

consequências, a relação de dependência da agricultura (e do agricultor) com acesso a créditos financeiros para se manter ativos no mercado, numa concorrência desleal entre os pequenos e os grandes agricultores.

Considerações finais

Ainda não há um esgotamento do assunto relacionado ao rural brasileiro tão pouco colocar a terra somente como um objeto de trabalho como expressão de um fator produtivo sem considerar os valores sociais nela contida. O intenso campo de reflexão, que embora ultrapasse os limites de uma estrutura acadêmica, o valor conceitual sobre a categoria agricultura familiar sofre dificuldades do ponto de vista teórico. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), para outros, corresponde a uma determinada camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos agricultores”, os chamados agricultores “consolidados”, ou que tem condições em curto prazo de se consolidar, assim, outras configurações de produção e forma social oferece elementos analíticos e ocupam um lugar importante no cenário atual da economia e sociedade brasileira (WANDERLEY, 2003, p. 43-44).

É possível encontrar referências literárias sobre a territorialização do agronegócio no campo brasileiro, cooperativas, inclusive no interior do Estado de São Paulo, questões sobre a trajetória histórica e de tradição religiosa nos bairros rurais,⁸ porém, desdobramentos no trabalho empírico ainda são mínimos, tanto sobre as cooperativas ativas em pequenas regiões do estado de São Paulo.⁹

A estrutura social, político-econômica nacional se mantém largamente amparada nas atividades agropecuárias, sendo este, um tema de relevância para as

⁸ Sobre este assunto podemos citar: José Eli Veiga. *A Dimensão rural do Brasil*. Estudos Sociedade e Agricultura (2004); Élen Angela Silva. *A festa do encontro, festa dadivosa: a trezena franciscana na região rural de Tabocas em Abaté/ MG*. Dissertação (2014); Luciana de Oliveira Chianca. “*Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa*” (2007).

⁹ Sobre estes temas podemos citar os trabalhos de: Bernardo Mançano Fernandes (1999); Rogério Haesbaert (2004); Marcos Aurélio Saquet (2007); Bernadete Maria Coelho Freitas (2012); Geraldo Delgado (2013) entre outros.

ciências sociais brasileiras contemporâneas. A ruralidade permanece como uma das principais bases de sociabilidade no Brasil, transformando-se ao longo do tempo e contribuindo, assim, para a composição da modernidade brasileira. Porém, abordagens destes temas que contemplam somente a ótica da relação econômica do rural versus urbano pautado somente numa posição de atraso versus avançado põe em relevo uma característica importante dessa dinâmica que é a dificuldades de compreender o componente racial associado a construções de diferenças entre o que é do universo rural e urbano. Estudos sobre miscigenação e racialidade nos auxiliam para compreender como são construídos alguns traços determinantes de características relacionadas ao fenótipo, à inferioridade ou a incivilidade, arquitetando características para uma representação identitária genérica e pejorativa, de inferioridade física, moral e intelectual, que serviu de base para representação imagética do caipira paulista.

Referências

- ADUB, Katia Maria. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. In: FERREIRA, A. C. (org.). **Encontros de História**. São Paulo: EDUNESP/FAPESP/ANPUH, 1999.
- ANDRADE, Thiago Oliveira; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e apropriação capitalista. **CES Revista**, v. 21, p. 43-56. Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2RWQduL>>. Acesso em: 06 de julho de 2021.
- ANDREWS, G. R. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru/SP. Tradução-Edusc, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro. Ed. Ouro sobre Azul, 2001.
- CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Texto publicado nos Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural. Natal, agosto, 1997.
- _____. **“Rural” como categoria de pensamento**. Ruris. Volume 2-nº 1. Páginas 10-38. Março de 2008.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo. Editora Global, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Editora Global, 2006.

GRUZINSKI. **O pensamento mestiço**. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

KERN, Gustavo da Silva. **Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: O debate em torno da democracia racial no Brasil**. Revista Historiador Número 06. Ano 06. Janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/>>. Acessado em 03/07/2021.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo. Editora brasiliense. 23ª edição, 1978.

MARTINS, José de Souza. A Modernização e problema agrário no Estado de São Paulo. **São Paulo Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 6. Universidade de São Paulo. 1969.

_____. **A luta pela terra**. São Paulo. Ed. Paulus. 1997.

MENDRAS, Henri. **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1969.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PARRILLA, Aline Franciele. **Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?: a representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000)**. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, mimeo, São Paulo, 2006.

PIRES, M. L. L. S. O Cooperativismo Agrícola como uma forma de neutralizar as desvantagens competitivas da agricultura familiar. Em análise a Coopercaju. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2010.

POLLAK. Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol.5, n.10, p.200- 212, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Campesinato Brasileiro**. Ensaio sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis. 2ª edição. Vozes, 1976.

_____. **Bairros Rurais Paulistas**. Dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

REIS, Jussara Christina dos. **“A gente é nascido e criado aqui”**. Memória e territorialidade no bairro Boa Vista, Bragança Paulista- SP. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais- UNESP – campus de Marília. Mimeo. Marília/SP, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. Rio de Janeiro. **Tempo Brasileiro**. Anuário Antropológico/93, p. 175-203, 1995.

SILVA, Luciana Meire. **O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 e 1930**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP campus Marília, mimeo, 2013.

SILVA, Sergio. **A expansão cafeeira e origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2003.

YATSUDA, Enid. O Caipira e os outros. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira**: temas e situações. São Paulo. Editora Ática, 1987.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 42-61, 2003.

Violência em jogo: um panorama sobre o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios e sua relação com as torcidas cariocas

Camila Souza Gomes¹
Raquel de Oliveira Sousa²

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

O presente artigo deriva de duas etnografias realizadas junto ao Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE). A primeira, realizada entre 2016 e 2017, quando o batalhão ainda era chamado de Grupamento Especial de Policiamento em Estádios e a segunda se deu de abril a dezembro de 2019, já enquanto batalhão. Juntando nossos estudos e experiências, temos como objetivo descrever o policiamento em estádios no Rio de Janeiro e sua história; trazendo toda a trajetória deste batalhão e suas peculiaridades. No decorrer da pesquisa nos deparamos com a relação dos policiais militares com as torcidas, seus modos de controlá-las e divergências entre discurso e prática que norteavam as ações do batalhão; neste artigo também são exploradas algumas temáticas acerca das torcidas organizadas, suas práticas, as tensões da relação entre o BEPE e as torcidas cariocas e como é estabelecida a administração de conflitos neste ambiente repleto de emoções.

Palavras-chaves: Policiamento; Estádios; Administração de Conflitos.

Violence in game: an overview of the specialized police battalion in stadiums and its relationship with the soccer fans from rio

ABSTRACT

This article comes from two ethnography with the “Specialized Police Battalion in Stadium”. The first, held between 2016 and 2017, when the battalion was still called the “Special Policing Group in Stadiums”, and the second one was held from April to December 2019, while it was already called a “battalion”. Gathering our studies and experiences together, we aim to describe the policing in stadiums in Rio de Janeiro and its history; bringing the entire trajectory of this battalion and its peculiarities. In the course of the research, we came across the relationship between the military police and the local soccer fans, their ways of controlling them and the divergences between their speech and the practices that guided the actions of the battalion; in this article, it is also explored some themes concerning groups of soccer supporters, their practices, the tensions in the relationship between them and the “BEPE” in the City of Rio de Janeiro, and how do they manage these conflicts in this place full of emotions.

Keywords: Policing; Stadiums; Conflict Management.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança – Universidade Federal Fluminense, Bolsista CAPES. E-mail: camilag@id.uff.br.

² Mestre do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Bolsista CAPES. E-mail: raqueldeoliveirasousa@hotmail.com.

A temática principal deste artigo é o desenvolvimento histórico da unidade da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro especializada em atuar no policiamento dos eventos desportivos profissionais que aconteçam no estado do Rio de Janeiro, especificamente no futebol; descrever suas práticas e relações com os torcedores, além de uma breve discussão sobre violência e práticas de torcedores organizados.

Este trabalho foi produzido a partir de uma restrita bibliografia sobre policiamento em eventos esportivos, tendo o trabalho de campo e a pesquisa etnográfica como principais métodos de construção e elaboração da pesquisa. O trabalho de campo se deu em dois momentos diferentes: Em 2017, durante nove meses junto ao Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE), onde foi possível acompanhar toda a rotina diária dos policiais em suas funções administrativas e toda as atividades exercidas em dias de jogos, além do acompanhamento do Curso de Policiamento em Praças Desportivas (CPPD)³. O segundo momento da pesquisa contou com etnografia iniciada em abril de 2019 à dezembro do mesmo ano⁴, sendo realizado também o acompanhamento de toda a rotina dos policiais do batalhão nas funções administrativas e nos dias de jogos, o acompanhamento do novo Curso de Policiamento em Praças Desportivas (CPPD), que contou com alterações significativas em suas atividades, disciplinas e tempo de duração. Para além, foi realizado de um levantamento histórico do GEPE até sua transformação em Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE), utilizando a metodologia de entrevistas semiestruturadas com policiais (oficiais e praças) do batalhão, com os ex-comandantes do GEPE, e também com Coronéis que exerceram cargos de comando da PMERJ, com o objetivo de compreender qual é a visão da instituição para com o GEPE/BEPE.

A importância dessa pesquisa se dá pelo fato do GEPE/BEPE ainda estar em um campo desconhecido pela maioria da população, inclusive, dos frequentadores de estádios. Mesmo que os torcedores estejam sempre na presença desses policiais,

³ Pesquisa realizada para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso para o curso de Bacharelado em Segurança Pública e Social (UFF) pela mestrandia Camila Souza Gomes.

⁴ Pesquisa em curso para a elaboração de dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UERJ) pela mestrandia Raquel de Oliveira Sousa.

desconhecem suas ideologias e metodologia de trabalho, não têm conhecimento de como são treinados, não sabem como o batalhão funciona, nem que existem as demais atribuições para além daquelas que veem superficialmente nos estádios. O objetivo geral deste trabalho é apresentar o GEPE, suas práticas e representações, até a sua transformação em BEPE, trazendo ao leitor explicitações do atual trabalho realizado nos estádios. Estudar suas formas de atuação nos estádios cariocas, conhecer sua rotina, modo de administração de conflitos, estrutura administrativa e buscar compreender como se relacionam com as torcidas organizadas.

1. De grupamento a Batalhão: seu desenvolvimento ao longo do tempo

O futebol é culturalmente conhecido como a grande paixão nacional. Além da emoção da vitória e da tristeza das derrotas, este esporte traz consigo inúmeros outros sentimentos, representações e influências que ultrapassam as quatro linhas do campo. Interferências externas das relações sociais também podem ser percebidas na sociabilidade do futebol, como por exemplo, a violência presente na sociabilidade das torcidas organizadas; estas estão constantemente estampadas nos noticiários policiais com manchetes de brigas e confrontos. Com o aumento da violência nos estádios, surgiu a necessidade de treinar policiais de forma especializada para atuar em situações conflituosas — nascendo, assim, o Grupamento Especial de Policiamento de Estádios (GEPE), em 1991. Antes de desenvolvermos a trajetória histórica do GEPE/BEPE é necessário destacar que devido à precariedade de documentos, arquivos e produções acadêmicas a respeito dessa temática, as informações aqui apresentadas foram extraídas de livros sobre o coronel Carlos Magno de Nazareth Cerqueira⁵ (CERQUEIRA, 2001; LEAL, PEREIRA, MUNTEAL FILHO, 2010), de entrevistas realizadas com policiais que atuam em estádios antes mesmo da criação do GEPE e

⁵ Coronel Carlos Magno de Nazareth Cerqueira foi Diretor-Geral de ensino e Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro durante os anos dois mandatos do governo do Leonel Brizola. Durante o seu comando, a Polícia Militar do Rio de Janeiro seguiu a linha do policiamento comunitário, no qual havia como um dos objetivos uma melhor relação entre a polícia e a sociedade. A partir desse modo de policiamento que surgiu a inspiração de criar um grupamento especial para melhor comunicação com torcedores.

alguns documentos armazenados no próprio batalhão.

Durante os dois governos de Leonel Brizola (PDT), a política adotada pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi um modelo de policiamento comunitário e defesa do cidadão a partir dos direitos humanos; com isso foram criados centros comunitários, e alguns grupamentos que seguiram esta mesma lógica, como, por exemplo, o grupamento de turismo e também o grupamento para estádios. O policiamento nos estádios era feito pelo batalhão responsável pelo local do estádio a ser realizada a partida. Parte do efetivo que normalmente faria patrulha na rua era designado ao estádio para fazer a segurança dos torcedores. Não havia nenhum tipo de treinamento especial ou instrução.

Inicialmente chamado de Grupo de Vigilância nos Estádios, quando o coronel Cerqueira ocupava o posto de Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro, de 1991 a 1994, o GEPE foi criado a partir da iniciativa de compreender as torcidas organizadas através de grupos de estudos e cursos destinados aos soldados que faziam parte do grupamento (LEAL et al., 2010).

O GEPE era uma companhia do Batalhão de Choque e até hoje tem sua sede localizada no bairro de Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, em um terreno cedido pela empresa ferroviária Supervia. Criado no dia 10 de julho de 1991, através da diretriz nº 010/91 da 3ª Seção do Estado Maior Geral, no período do segundo governo Brizola, como uma iniciativa dentre tantas outras que foram promovidas neste momento, sua atuação era restrita somente ao Complexo Desportivo do Maracanã, mas logo ganhou dimensão e sua atuação se estendeu a todos os eventos desportivos, culturais e artísticos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro. O Secretário de Segurança e Comandante Geral da polícia na época era o coronel Carlos Magno de Nazareth Cerqueira.

Em junho de 1995, o GEPE foi extinto por meio de uma resolução da Secretaria Estadual de Segurança Pública, no período do governo do Marcelo Alencar (PSDB), sendo refundado dia 20 de janeiro de 1999, em um amistoso entre Flamengo x Fluminense, atendendo aos pedidos da população e da imprensa especializada — como conta o histórico do GEPE fornecido por um dos interlocutores. Este clássico, no dia de São Sebastião, marcava a reabertura da geral do Maracanã depois de 4 anos. Porém, o

ato normativo só foi oficializado no dia 03 de fevereiro de 1999. Era o início do governo do Anthony Garotinho (PDT).

Em 31 de julho de 2018, através da resolução SESEG Nº 1.213, publicada no Diário Oficial, o GEPE tornou-se Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE), sem aumento de efetivo e despesas, no governo de Luís Fernando Pezão (PMDB). A estruturação para tal passo vem sendo realizada ao longo dos anos a partir de cada comando que o GEPE possuiu.

Até a formação do BEPE, este grupamento respondia, administrativamente, ao Batalhão de Polícia de Choque (BPChq/PMERJ). Havia uma autonomia quanto à operacionalidade do GEPE, que respondia ao Comando de Policiamento Especializado (CPE). Após tornar-se um batalhão, continua respondendo administrativa e operacionalmente ao CPE. Esse comando é composto por alguns batalhões, como Batalhão de áreas Turísticas (BPTur), Batalhão de Policiamento de Vias Expressas (BPVE), Regimento de Polícia Montada (RPMont), entre outros. Um coronel, ex-comandante do GEPE afirmou em entrevista que sentia que o GEPE, em seu início, estava em um “limbo”, onde não se sabia ao certo sua localização no organograma da PMERJ.

A realização de grandes eventos na capital do estado, como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, foi primordial para uma série de mudanças no policiamento em estádios no Rio de Janeiro, tanto para recebê-los, quanto no que se refere às mudanças posteriores que foram mantidas. Dentre elas podemos citar: 1) a presença da segurança privada nos estádios; 2) o CPPD; 3) a gratificação aos policiais; 4) a elitização dos jogos; 5) aumento do uso de equipamentos menos letais.

A presença da segurança privada, popularmente conhecido como *stewards*, se deu com a chegada dos grandes eventos esportivos ao país, iniciando com a Copa das Confederações, em 2013. A partir deste momento os *stewards* passam a atuar nos estádios em conjunto com a polícia militar. Atualmente, eles realizam a segurança do patrimônio interno, assim como as revistas dos torcedores, que antes eram realizadas pelos policiais do GEPE.

O Curso de Policiamento em Praças Desportivas (CPPD) é o curso de especialização do GEPE, onde são passados treinamentos específicos e focados na

atuação em estádios, além das matérias teóricas que abrangem o Estatuto do Torcedor, Estatuto do Desarmamento, Psicologia das Multidões, e até mesmo Direito Penal, ministradas por professores universitários voluntários, como também pelos departamentos de instruções dos batalhões em que o CPPD percorre (diversas unidades policiais colaboram com o CPPD compartilhando algumas de suas práticas com os alunos, como o Batalhão de Choque e até mesmo algumas unidades de outros estados).

O curso foi criado em 2012, quando uma queda na qualidade do serviço foi percebida pelos oficiais da época, como me relata em uma entrevista o Cap N, um dos idealizadores do curso. Para modificar esse quadro era necessário subir o nível do serviço prestado, padronizando as condutas dos policiais e assim, criando o Curso de Policiamento de Praças Desportivas. O curso acontecia no final do ano, época em que acontecem grandes eventos esportivos. Sendo assim o efetivo não era comprometido. Com a devida autorização, podemos acompanhar algumas etapas do curso, como, por exemplo, a instrução de tiro e o treinamento de segurança de autoridade, realizados no CFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças), bem como um treinamento de controle de distúrbio civil, no qual simulava-se uma manifestação de rua, realizado no Quartel do Batalhão de Choque (BPChq).

Após a transformação de GEPE para BEPE, o CPPD passou por algumas mudanças, a principal delas foi a ampliação da duração. Anteriormente, o curso era realizado em 45 dias e este ano o curso foi estendido oficialmente para três meses de duração. Não sendo realizado ao fim do ano, a décima edição do CPPD iniciou no início do segundo semestre, em julho. Porém a formatura foi realizada no início de outubro de 2019. Para o ingresso no curso é necessária uma boa classificação no Teste de Aptidão Física (TAF) da própria PMERJ. Apesar da lógica de criação do GEPE, de um policiamento comunitário, o curso de especialização não difere muito da lógica de outros cursos de polícia demonstrada Silva (2009) e Storani (2008). Há a simbologia do “tocar o sino” como sinônimo de desistir do curso, orações que os alunos são obrigados a decorar e as “sugas”, como modo de cansar os alunos e fazê-los desistir também estão presentes.

Todavia, este curso não é obrigatório a todos os policiais do batalhão. Os

curios obrigatórios para o efetivo do batalhão são uma série de módulos de capacitação continuada. Estas instruções, geralmente, ocorrem com uma hora de antecedência do horário normal em que os policiais chegam para o policiamento em um dia de jogo.

À época foi, outra maneira de valorizar e estimular o GEPE, foi a instituição da gratificação dos policiais lotados nesta unidade, a partir de 2011, com o valor de R\$1.000. Um dos entraves para a transformação do grupamento para batalhão foi a preocupação com os gastos. Entretanto, o Comandante da unidade no período, juntamente com o Chefe do Estado Maior, em 2018, conseguiram apresentar ao Vice-Governador Francisco Dornelles (PP) a constatação de que não haveria alteração nos gastos públicos.

O aparato técnico melhorou ao longo dos anos e não foi diferente com os equipamentos hoje disponíveis após a transformação do GEPE em BEPE: diferentes tipos e tamanhos de granadas, elastômero, *teaser*, dentre outros tipos de armamento menos letais. Além de todas essas mudanças advindas após os grandes eventos, há uma mais marcante, que já vinha sendo implementada desde as reformas do Maracanã para o Pan Americano em 2007. Com essas obras foi estabelecido, sem consulta popular, o fim da “geral”⁶ do Maracanã — setor que possuía o menor valor de ingresso. Ali se faziam presentes uma série de torcedores icônicos e as classes mais populares. Após as obras, com o fim da geral, não há mais um setor com ingressos tão baratos⁷; o valor médio do ingresso subiu consideravelmente e com isso as classes populares foram alijadas dos jogos. Esses se tornam um meio mais elitizado e, de acordo com relatos em entrevistas, mais fáceis de policiar.

1.1 Estrutura enquanto GEPE

Administrativamente, o GEPE se dividia em seções como um batalhão convencional, possui oficial de dia, despachante, sala de material bélico, policiais na

⁶ É válido ressaltar que a lei Nº 8.575/19 foi sancionada pelo então governador Wilson Witzel (PSC), a qual autoriza o retorno da geral do Maracanã nos setores norte e sul.

⁷ Os preços praticados pela geral eram em torno de centavos a R\$2, enquanto atualmente, o ticket médio dos ingressos para setores populares são aproximadamente R\$50. Sobre os valores dos ingressos ver: SIMÕES, 2017.

guarda em escalas de 24h etc. Além das funções administrativas, o GEPE tinha um projeto chamado Projeto GEPE pela Paz, que tinha como responsável a soldada L. que atendia a crianças da comunidade situada próximo ao batalhão.

O GEPE contava com cerca de 220 policiais, incluindo os afastados, de férias, de licenças especiais, etc. A tropa possuía aproximadamente 110 policiais, incluindo a força de escolta, escolta de delegações, pinças e os policiais que ficam espalhados pelo estádio, estes se fazem presentes em toda extensão das arquibancadas e dentro do campo, prontos para atuar em qualquer princípio de confusão e são auxiliados pelos policiais de apoio, que são policiais de outros batalhões escalados para reforçar o trabalho do GEPE. Os pinças são responsáveis pela segurança dos árbitros da partida, ficam dentro do campo e recebem treinamento diferenciado (além do curso de especialização, recebem treinamento de proteção de autoridade, técnicas de defesa com as mãos, sem armas, etc). A escolta de delegação é responsável pela segurança das equipes no trajeto até o estádio e a força de escolta é responsável pela escolta das torcidas organizadas.

A força de escolta era considerada por muitos policiais o "carro-chefe" do GEPE, o trabalho mais importante e que mais exigia de seus policiais. Era a força de escolta que utilizava os armamentos mais pesados, como as armas de disparo de bombas de gás-lacrimogênio, por exemplo. Tamanha importância deve-se ao fato de que as brigas entre torcidas organizadas passaram a acontecer no trajeto das mesmas até os estádios, muitas delas marcadas pela internet, como me contou um de meus interlocutores que atua na força de escolta.

O trabalho da escolta se torna ainda mais importante e perigoso quando se trata dos jogos que envolvem clubes de outros estados e possuem grandes torcidas. Nesses casos, o GEPE entrava em contato com as torcidas organizadas do clube que virá jogar no Rio de Janeiro para acertarem detalhes da escolta.

O padrão de escolta realizado pelo GEPE para as torcidas visitantes, como são chamadas as torcidas organizadas que vêm de fora do estado, era elogiado por quase todos os torcedores visitantes que pude entrevistar. Os torcedores cariocas costumavam dizer que "O GEPE é uma mãe pra quem vem de fora", pois, segundo eles, a polícia dos outros estados não têm tanto cuidado quanto o GEPE. Conversando sobre

essa questão com, à época subcomandante major Faulhaber, ele explica que proteger e preservar a integridade física dos torcedores era o objetivo principal do GEPE, sendo assim, buscavam evitar todo e qualquer tipo de confronto, inclusive nas áreas distantes dos estádios. Segundo ele, foram muitos os casos de brigas entre torcidas organizadas que aconteceram no trajeto que uma torcida de fora do Rio de Janeiro fazia até o estádio em que seu time jogaria. Casos de emboscadas armadas por torcidas cariocas são comuns e o GEPE buscava diminuí-los cada vez mais. Para isso, faziam contato com as torcidas visitantes, marcam um ponto de encontro próximo à divisa de seus estados de origem, onde realizam revista em todos os torcedores e em todos os veículos (geralmente vêm em caravanas de ônibus ou vans) e seguem escoltando-os até o estádio, sempre traçando os melhores caminhos para que não encontrem com nenhuma torcida rival.

1.2 Estrutura enquanto BEPE

As funções operacionais realizadas enquanto GEPE seguem sendo realizadas após a transformação do grupamento em Batalhão, tendo a criação da Força de Choque e o policiamento da área externa como as principais mudanças nessa transformação, assim como mudanças significativas no CPPD. O comando do GEPE permanece, assim como o efetivo administrativo e a tropa. Possíveis alterações no quadro de policiais não se deram devido à mudança em si.

A força de choque, criada juntamente à fundação do batalhão, passa a ser vista como a “tropa de elite” do BEPE, segundo a opinião do ex-comandante tenente-coronel Silvio. Criada para ser a última força de atuação do BEPE, sendo acionada quando não há outra maneira de resolução de um conflito, geralmente, realizam rondas no entorno do estádio. Estes policiais portam os elastômeros, usam a proteção de capacete, assim como uma roupa de proteção e são os mais armados da tropa. Em jogos onde não há o grande apelo esta força é acionada em último caso, quando outros policiais do BEPE não conseguem resolver a questão.

Ao prestar segurança em um jogo de futebol, o BEPE não atua sozinho; conta com uma série de policiais de apoio. Estes apoios são policiais de diversos batalhões

(de área ou especializados) ou alunos do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). Também conta com a atuação conjunta com outros batalhões, como o Batalhão de Ações com Cães (BAC), atuando dentro do estádio, próximo da arquibancada; Regimento de Polícia Montada (RPMont), que atuam na área externa dos estádios; e, dependendo do apelo e importância do jogo, o Batalhão de Polícia de Choque (BPChq) também atua. É interessante destacar que quase todos os policiais que estão trabalhando nos jogos colocam o braçal do BEPE. Entretanto, os policiais de batalhões do Comando de Operações Especiais (COE), não utilizam o braçal com o emblema do BEPE; são o BAC e o BPChq. O que diferencia os policiais lotados no BEPE, para todos os outros policiais de apoio é o equipamento branco (cobertura, cinto tático e coldre).

Hoje no BEPE não existe mais o Projeto GEPE pela Paz, através do qual se oferece o reforço escolar; entretanto, continua possuindo projetos que envolvem a comunidade do entorno. O primeiro e o mais atuante são as aulas de *kickboxing*, realizadas por um sargento que está há mais de dez anos na unidade e é faixa preta neste esporte. O público principal são adolescentes (a partir dos 16 anos) e adultos da comunidade. O segundo projeto, mas não menos importante, são as aulas de futebol para crianças e adolescentes até 14 anos. Estas aulas ocorrem duas vezes por semana, assim como as aulas de arte marcial, e são dadas por um policial cabo que está a menos de cinco anos no batalhão, graduado em Educação Física.

1.3 Violência e Torcidas Organizadas

Utilizando-se de instrumentos musicais e uniformes, as primeiras torcidas aparecem como grupos de torcedores que apoiavam seus clubes de maneira alegre e festiva. Estes grupos passaram a ser chamados de “charanga” e possuíam um torcedor chefe, que era o torcedor-símbolo daquela torcida. (PALHARES, et al, 2012).

O modelo de torcer implementado pelas torcidas uniformizadas/charangas dominou o cenário dos estádios até o final dos anos 60. A consolidação do futebol brasileiro mundialmente após duas conquistas internacionais, impulsionaram novas formas de torcer (diferentes da maneira mecânica das torcidas uniformizadas

defendidas como padrão de comportamento a ser seguido). Um novo formato, mais popular e mais autônomo, ganhou espaço e apelo entre os torcedores das classes populares (TOLEDO, 2000).

As primeiras torcidas organizadas com modelo mais conhecido atualmente, são datadas no final da década de 60 e início dos anos 70, período em que o Brasil dava largos passos na busca do desenvolvimento econômico e cidades como Rio de Janeiro e São Paulo avançavam no processo de aceleração urbana. O estilo de vida que os jovens dessa época levavam não pode ser dissociado dos desdobramentos causados por essas questões político-econômicas. O conflito entre os poderes econômico e social marcou a construção do espaço urbano das grandes cidades, prevalecendo o interesse do capital. Esse processo interferiu de alguma forma, na identidade social dos jovens que se expressam através da negação do outro enquanto ser social, da disputa e da violência prazerosa entre grupos rivais (PIMENTA, 2000).

Superando a fase das torcidas uniformizadas e dos torcedores-símbolo enquanto representações idealizadas e romantizadas de torcer, o surgimento das Torcidas Organizadas acompanhou as mudanças políticas do país, estabelecendo, aos poucos, novas formas de sociabilidade e de vivência do futebol enquanto lazer e hábito, construindo e firmando um modo diferente de torcer daquele usualmente observado até então. O surgimento de um novo padrão de comportamento deve ser contextualizado no cenário das transformações ocorridas com o futebol ao longo dos anos dentro da sociedade brasileira. As torcidas que eram inicialmente representadas e personificadas em torcedores-símbolos agora são representadas por coletividades autônomas, impessoais, criando relações diferentes entre torcidas, dirigentes e imprensa. (TOLEDO, 1996).

Foi nos anos de 1992 e 1994 que ocorreu a maior parte dos envolvimento noticiados entre torcidas organizadas, que resultaram na morte de doze pessoas; quatro em 1992 e oito em 1994. Os confrontos passaram a ser constantes nesse período e os instrumentos utilizados para defesa e ataque eram capazes de causar lesões graves. Os torcedores organizados começaram a fazer uso de bombas caseiras e armas de fogo. (PIMENTA, 2000)

As torcidas organizadas são instituições que existem legal e burocraticamente, pois possuem CNPJ e estão cadastradas no Batalhão Especializado em Policiamento em Estádios (BEPE) junto ao Ministério Público, e se organizam hierarquicamente, tendo presidente, vice-presidente, diretores. De uma maneira geral as principais torcidas organizadas do Rio de Janeiro têm essa estrutura. A hierarquia se faz presente não só pela existência desses cargos administrativos, mas também através do status que cada torcedor adquire dentro dela.

Os torcedores que fazem parte da bateria, por exemplo, são responsáveis por puxarem as músicas na arquibancada e manter o ritmo do canto da torcida — são geralmente torcedores que não se envolvem em brigas e que têm o respeito de todos que fazem parte da torcida. “O material” também é um segmento de grande importância na torcida e eleva o status do integrante. Responsáveis por todo material da torcida, é considerada a área de maior responsabilidade e comprometimento com a torcida. Além de não se envolverem em brigas, os torcedores responsáveis pelo material entram no estádio antes mesmo do estádio abrir, arrumam todas as faixas e bandeiras em seus devidos lugares, e ao final da partida são os últimos a deixarem o local, retirando em segurança todo o material.

As torcidas organizadas são constantemente associadas à violência nos estádios de futebol tendo a mídia como principal reprodutora deste senso comum. Observando o problema de fora, essa é realmente a imagem construída desses torcedores e de suas práticas.

O conceito de violência não é simples de ser definido. Yves Michaud (1989) traça quatro pontos para compreender melhor este conceito: 1) as definições de violência são baseadas em pressupostos e não é capaz de explicar todas as características que a envolvem. 2) É composta por ideias subjetivas e podem ser alterados a partir de diferentes critérios (moral, jurídico, entre outros). 3) Existem diferentes perspectivas sobre a violência e, em geral, não existe um equilíbrio entre as diferentes visões. 4) Portanto, não há um saber universal, ou discurso uno sobre a violência.

As classificações sobre o que é um ato violento variam conforme as diferentes tempos históricos, sociedades e culturas, isso é, não é um conceito concreto, mas uma

categoria empírica; são representações sociais da violência (MISSE, 2016, PORTO, 2010). A violência pode ser expressa por diferentes modos, como a violência institucional, a violência estrutural, ou a violência individual (DOMINGUEZ et. al., 2002). Dentro de um estádio de futebol existem distintas formas e representações de violência, no entanto, na maioria das vezes a única forma de violência lembrada e fortemente citada são as brigas entre torcidas organizadas de futebol. Faz-se necessário refletir sobre o peso em que a sociedade imputa sobre um indivíduo e suas ações, a partir de sua caracterização e identificação com uma torcida organizada. Seus atos, frequentemente, recebem mais atenção midiática e possuem maior repercussão perante a sociedade.

A palavra violência é originada do latim, associada a força, recursos para exercer a força vital, vigor: “Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica.” (ZALUAR, 1999, p. 8). A negatividade que a palavra violência carrega é inegável, nos remetendo imediatamente a ilegalidade, crueldade, mau-caratismo de quem a pratica. Não soa como correto alguém praticar e gostar de violência, mas a prática da violência não pode ser analisada sem levar em conta todas as variáveis sociais presentes nela. Neste artigo, a categoria violência se refere aos casos de brigas e agressões físicas praticadas pelas torcidas organizadas, dentro ou fora dos estádios, contra torcedores rivais.

Tendo como base o conceito das categorias “sujeito” e “bandido” de Michel Misse, onde o bandido seria “o sujeito criminal produzido pela interpretação da polícia, da moralidade pública e das leis penais” (MISSE, 2010, p 17), no universo dos estádios e torcidas organizadas, o bandido seria o torcedor que briga, que passa a ser chamado, principalmente pelos policiais, de vândalo ou marginal.

Neste cenário, os conceitos “vândalo” e “marginal” são usados como sinônimos para destacar que pessoas que cometem atos violentos não podem ser consideradas torcedoras, e que, segundo alguns policiais me relataram durante a pesquisa de campo, os “marginais” seriam minoria em relação a tantas “pessoas de bem” que frequentavam os estádios, mas eram uma minoria que tinha capacidade pra fazer um “estrago grande”.

Segundos relatos de um torcedor, durante uma entrevista, dentro das torcidas existem torcedores que estão ali pela festa na arquibancada, pelo prazer de apoiar seu time através dos cânticos e coreografias tradicionais que cada canção carrega:

Existe dois tipos de torcedores organizados. Um que vai pro estádio e fica na arquibancada onde a organizada fica e o outro que faz parte dos grupos nas cidades. (...) A grande maioria eu acho que prioriza festa na arquibancada (Torcedor F).

Diferente da categorização dos próprios torcedores, durante as etnografias os policiais classificavam os torcedores em três categorias: o torcedor comum, aquele que não possui vínculo com torcida organizada; o torcedor organizado de festa, que se relaciona ao “que prioriza festa na arquibancada.” (Torcedor F); e os “baderneiros”, “marginais”, “vândalos” que são os de torcida organizada que brigam. Entre os torcedores de festa, geralmente, os policiais classificam os movimentos populares de torcedores de inspiração nas torcidas sul-americanas⁸.

A violência entre torcidas se mostra mais como uma disputa de poder nos territórios do que motivada pela diferença entre seus times. Segundo Zaluar (2014), o poder é a dominação que falsamente estabelece a assimetria de poder entre dominantes e dominados. Todo poder é violento, pois é baseado na violência simbólica, e tem como matriz a dominação masculina, chamada de *ethos* da masculinidade, que obriga o homem a ocupar a posição de dominador (Bourdieu, 2005).

O poder que uma torcida acredita ter sobre um determinado bairro só existe no contexto das torcidas organizadas. Só reconhece o domínio da torcida X sobre o bairro Y quem faz parte de todo esse universo de torcidas. Não há imposição de regras para moradores, não há construção de barricadas, espaços físicos que determinem que aquele bairro é dominado pela torcida X. Além de alguns muros pichados com siglas e bordões das torcidas, nenhum outro sinal físico comprova qualquer tipo de dominação e poder naquele território.

⁸ São torcidas que possuem o estilo sul-americano de torcer, de inspiração das torcidas “barras”, mas sem as categorias de perigo e violência. Para maiores informações sobre movimentos populares torcedores Teixeira (2013).

O sentimento de família e lealdade para com aqueles que estão ao seu lado aparece como forte motivação para entrarem em confrontos e permanecerem na torcida:

Meu time e minha torcida são parte da minha vida, são como se fossem membros da minha família e ao longo da nossa jornada fazemos amigos na pista que acabam virando nossos irmãos de camisa (Torcedor O).

Eu gosto [de brigar]... Mas a adrenalina e os amigos são minha motivação maior. Antigamente gostava de bater nos outros, hoje já brigo mais pelo nome do bonde, já não bato mais em qualquer um por bater. Batia porque tinha ódio mesmo [...] (Torcedor E).

As amizades feitas são verdadeiras alianças, os amigos são considerados aliados, pessoas importantes o suficiente para colocar em risco sua própria vida. Opostos aos aliados estão os integrantes das torcidas rivais: os inimigos, “os alemão”, “os caras”. A rivalidade entre as Torcidas Organizadas ultrapassa a rivalidade existente entre os times dentro de campo, torna-se uma questão de defender a honra de sua torcida e de seus aliados:

A partir do momento que você está ali, é necessário fazer o certo para proteger você e seus amigos, independente de quem sejam seus adversários e das consequências dos seus atos (Torcedor N).

O ato de brigar é uma demonstração de lealdade para com os amigos e de fidelidade à instituição. Ir para a “guerra”, como eles costumam se referir aos confrontos, é uma prova de que você realmente se dedica a sua torcida.

O cara que briga sempre vai ser o mais falado, o mais indicado. Quando você não vai pra guerra você se sente até mal. Você pensa que seus irmão (sic) tão e que você não tá, vira meio que uma obrigação dentro de você. Você deixa família, deixa tudo sem pensar (Torcedor E).

Além de toda a questão da lealdade, participar de confrontos proporciona ao integrante da torcida um status que significa muito dentro daquele contexto. Ser o “cara bom de porrada” é um elogio dos grandes, que conta muito para que um torcedor seja líder do seu bairro, por exemplo, chame atenção de algumas garotas, receba ingressos de cortesia para os jogos. Depois de se tornar conhecido na torcida, é preciso

manter a postura que o fez chegar até ali, caso contrário, em pouco tempo aparece outro melhor. Para alguns torcedores entrevistados, as brigas “fazem parte do jogo” e podem acontecer com qualquer um, inclusive com quem não é da torcida, mas não são a motivação principal de estarem ali.

2. Fundamentação teórica

Segundo Egon Bittner, em “Florence Nightingale Procurando Willie Sutton: Uma Teoria da Polícia” (2003), dentre as instituições do governo moderno, a polícia desperta um interesse especial: ao mesmo tempo em que é a mais conhecida pela população, é também a menos compreendida, pois as pessoas são incapazes de ir além do lugar comum mais superficial quando são questionadas a respeito dos fins do serviço policial.

O lugar comum é que o trabalho da polícia seja resumido como “combater o crime”, deixando de lado todas as demais atribuições que lhe cabem, por exemplo, garantir a ordem em um determinado local, garantir que os direitos dos cidadãos sejam preservados e até mesmo prestar pequenos serviços de ajuda à população, além de suas funções administrativas internas.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro conta com mais de cinquenta batalhões, além das Unidades Especiais e Especializadas do Comando de Operações Especiais (COE)⁹ e o Comando de Policiamento Especializado (CPE)¹⁰, e, como me relata um dos oficiais com quem podemos conversar durante as pesquisas de campo, o policiamento criminal é o que recebe mais atenção e importância.

Segundo a definição de Bayley (2001, p.24), “uma força policial especializada se concentra na aplicação de força; uma força policial não especializada possui

⁹ Comando de Operações Especiais (COE) compreende as seguintes unidades: Batalhão de Policiamento de Choque (BPChq), Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Batalhão de Ações com Cães (BAC), Grupamento Aeromóvel (GAM) e o Centro de Instrução Especializada e Pesquisa Policial (CIEsPP).

¹⁰ Comando de Policiamento Especializado (CPE) compreende o Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur), Rondas Especiais e Controle de Multidões (RECOM), Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV), Batalhão de Policiamento de Vias Expressas (BPVE), Grupamento de Policiamento Ferroviário (GPFer), Regimento de Cavalaria Coronel Enyr Cony dos Santos (RCECS) e o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE).

autorização para fazer uso de força, mas é capaz de fazer muitas outras coisas também.". Para melhor encaixar essa definição nas unidades do COE e do CPE da Polícia Militar, devemos entender "aplicação de força" como aplicação de força num segmento específico. O Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios, por exemplo, tem como prioridade a aplicação da força nos eventos desportivos profissionais que acontecem em todo território do estado do Rio de Janeiro. Bayley resume uma polícia especializada como aquela que dedica toda a sua atenção à aplicação de coerção física, mas o BEPE, mesmo sendo considerado uma polícia especializada, dedica sua atenção ao uso de outras formas de ação, para além da coerção física citada por Bayley.

Certa vez, em conversa com o tenente E.¹¹, o mesmo atentou para uma simples diferença de nomenclatura, mas que para ele tem uma relevância significativa: Quando se diz que um grupamento é especial, ele é apenas um grupamento que foi designado a atuar numa função específica, no caso do Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE), em um local delimitado, as praças desportivas. Mas quando falamos em um grupamento especializado, estamos falando de um grupamento que tem capacitação diferente dos demais para determinada função. Apesar do GEPE ter em seu nome o termo 'especial', sempre foi considerado por seus policiais como um grupamento especializado em policiamento em estádios, pois foram treinados e preparados de forma específica para esse tipo de serviço. Essa diferença pôde ser notada no trabalho de campo, onde foi possível descobrir que os policiais do GEPE recebem apoio de policiais de outros batalhões (esses sem qualquer tipo de treinamento para atuar em estádios) e que, muitas vezes, são esses policiais cedidos que acabam agindo de forma diferente daquela padronizada pelo GEPE. Com a transformação em BEPE a nomenclatura que antes era especial, passou a ser especializado.

Em conversa com o subtenente M. que atua em estádios antes mesmo da criação do GEPE o mesmo relatou como era o policiamento naquela época e o que mudou até os dias atuais. Segundo ele, a estrutura em si foi o que mais mudou:

¹¹A identidade dos interlocutores foi preservada por questão de privacidade dos mesmos. Somente alguns foram identificados por ocuparem posições de comando.

Antigamente, no início, o GEPE não tinha uma sede física própria, não tinha toda a estrutura interna administrativa, não tinha tantos policiais, era basicamente formado por cabos e soldados, tinham um ou dois oficiais, não tinha o serviço de inteligência que hoje é fundamental para o sucesso do trabalho feito, não faziam escolta de delegações e das torcidas organizadas (Entrevista com o subtenente M. em 26/05/2017).

O subtenente segue dizendo que inicialmente não tinham nem o bastão para usar, depois ficaram um bom tempo usando somente o bastão, não tinham gás de pimenta, gás lacrimogênio e nenhum dos demais armamentos menos letais que o GEPE utilizava no momento. Durante a conversa, o subtenente se lembrou de um jogo no Maracanã que segundo ele devia ter aproximadamente 200 mil pessoas para 80 policiais totalmente despreparados para lidar com aquele ambiente específico. Hoje, além do número de público ter sido reduzido devido a diversos fatores (estádios menores, ingressos a preços elevados, etc), os policiais são treinados e especializados para atuarem em estádios.

O principal objetivo do GEPE nos estádios, como descreve o próprio comandante em uma de nossas entrevistas era a prevenção, evitar que brigas aconteçam e não mais entrar em confronto com as torcidas, como acontecia antigamente. O GEPE buscava prender os torcedores envolvidos nas brigas e não mais entrar em confronto, pois, como acredita o comandante, só assim os casos de brigas irão diminuir.

Apesar dos eventos esportivos serem de cunho privado, onde a segurança não deveria ser feita pela Polícia Militar, a presença da mesma passa a ser exigida com a implementação do Estatuto do Torcedor, criado em 2003, em seu Art 1º que coloca a prevenção da violência dos estádios sob responsabilidade do poder público.

Art. 1º-A. A prevenção da violência nos esportes é de responsabilidade do poder público, das confederações, federações, ligas, clubes, associações ou entidades esportivas, entidades recreativas e associações de torcedores, inclusive de seus respectivos dirigentes, bem como daqueles que, de qualquer forma, promovem, organizam, coordenam ou participam dos eventos esportivos (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010) (LEI Nº 10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003).

Essa recomendação, apesar de prever o compartilhamento de competências

com entidades esportivas, organizadores e torcedores, confere mandato para a polícia agir nos eventos esportivos, sem delimitar claramente as atribuições e funções de cada instituição. Nesse sentido,

A polícia é uma resposta ao desafio de produzir *enforcement* sem que este leve à tirania ou passe a servir interesses particulares. Por essa razão, o uso de força pela polícia tem um propósito político distintivo e invariante: produzir alternativas de obediência com consentimento social, sob o Império da Lei. Isso corresponde a uma destinação do uso da força para fins restritos e transparentes, de tais maneiras e com tais controles que o salvasse de se converter numa ferramenta de opressão ou num instrumento a serviço de indivíduos ou grupos de poder. Essas salvaguardas configuram os termos específicos do mandato policial para uma determinada comunidade política (*polity*), num determinado momento (MUNIZ; PROENÇA, 2014, p. 407).

O policiamento nos estádios sendo realizado por um grupamento policial treinado especificamente para estes eventos garante que haja imparcialidade e legitimidade por parte daqueles que são responsáveis pela segurança e por estarem sob o "Império da Lei", possuem o consentimento social daqueles a quem estão servindo. Em geral, o policiamento feito apenas pelos seguranças privados não possuem credibilidade perante os torcedores, eles não se sentem seguros se a segurança nos estádios fosse feita apenas por seguranças privados. Ainda assim, os torcedores demonstram não sentir total segurança com os policiais militares e que, segundo eles, alguns tumultos nas arquibancadas seriam provocados pelas ações dos próprios policiais, que já se aproximam de forma violenta e agressiva.

3. Resultados alcançados

Sob o mesmo comando há 5 anos (desde quando era GEPE), concluído no ano de 2020¹², o BEPE adota um discurso de prevenção, de aproximação e diálogo com as torcidas. Durante muitas conversas com o comandante do batalhão, ele costumava dizer que a relação entre o BEPE e as torcidas é uma “via de mão dupla”, na qual, basta

¹² Apesar de atualmente ser outro comandante, ainda não foi possível notar rompimentos de linha de comando por dois motivos: 1) pela pandemia e o decorrente afastamento dos torcedores dos estádios; 2) o atual comandante exercia o cargo de subcomandante até sua promoção.

a torcida colaborar com o BEPE, que o BEPE colabora com as torcidas. Porém, somente a polícia tem a legitimidade da força, assim um lado da “via” acaba tendo maior controle sobre o outro. Com o argumento de promover a segurança dos torcedores, a polícia na verdade está exercendo controle.

Na semana que antecede um “clássico” (partida disputada entre os clubes de maior expressão), o BEPE promove uma reunião no próprio batalhão, na qual as torcidas organizadas dos clubes que se enfrentarão devem enviar seus representantes. Nesta reunião são definidos os locais de onde cada torcida sairá com a escolta, o horário, quais materiais não serão permitidos, entre outros detalhes que o comandante achar relevante passar às torcidas. Apesar de abrir espaço para os torcedores colocarem suas demandas, estas só serão atendidas se o comandante achar que a torcida fez por merecer.

A escolta das torcidas é uma das principais funções do BEPE. Cada torcida tem seu lugar determinado de “concentração” antes do jogo, de onde só podem sair em direção ao estádio na presença da escolta realizada pelo BEPE, que geralmente é feita a pé. Desta forma, o BEPE exerce controle desses torcedores no trajeto até o estádio, determinando qual caminho devem seguir, ainda que muitas vezes os torcedores não estejam de acordo.

De acordo com o Art 2º-A do Estatuto do Torcedor, as torcidas organizadas devem ter seus membros cadastrados, porém não especifica por qual instituição este cadastro deve ser realizado, sendo assim, o BEPE tomou esta atribuição para si. Além do Estatuto do Torcedor, as torcidas organizadas recentemente assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público, a pedido do BEPE, visto que, segundo o próprio comandante, o estatuto não seria suficiente para evitar que os torcedores não entrassem em conflito.

Foram 35 torcidas organizadas relacionadas aos quatro clubes de maior investimento do Estado do Rio de Janeiro (Vasco, Fluminense, Botafogo e Flamengo) que assinaram o TAC¹³, comprometendo-se a seguir as condutas ali definidas e tendo consciência das consequências em caso de descumprimento.

¹³ Inquérito Civil nº 1149/10, 1161/10, 1163/10, 1165/10, 1167/10, 1169/10, 1181/10, 1183/10, 1187/10 e 1189/10.

O controle de materiais das torcidas também é exercido pelo BEPE que por sua própria vontade, determinou que as torcidas só poderiam entrar com seus materiais no estádio (bandeiras, faixas e instrumentos) se enviassem ao BEPE um cadastro de todos os seus membros. A quantidade de material liberada seria de acordo com a quantidade de membros cadastrados. Esta função não está designada ao BEPE no Estatuto do Torcedor, a principal lei de proteção e garantias do torcedor nos estádios, assim, tal como a escolta, o controle de materiais é apenas mais uma forma de tentar controlar os torcedores organizados.

Por várias vezes os oficiais foram questionados sobre a legalidade desse controle em relação aos materiais, se estaria determinado em algum documento que era realmente o BEPE quem deveria exercê-lo, e a quantidade de cadastros que cada torcida deveria ter para liberar a quantidade X de materiais. Eles sempre me respondiam de maneira desconfortável, dizendo que não, que realmente não havia nada que definisse objetivamente, que era total a critério do BEPE.

Quando alguns torcedores relataram a respeito deste assunto, foi notório que a indignação e o questionamento e sobre como tais medidas podem prevenir alguém de brigar. Eles não sentem que a polícia está ali pela segurança deles, mas sim para controlá-los, intimidá-los. Muitas vezes se sentem injustiçados, pois acreditam que algumas torcidas são mais beneficiadas que outras e, como as decisões do BEPE são sempre subjetivas, não têm muito como argumentar contra.

4. Considerações finais

Através de uma breve apresentação histórica baseada em escassa bibliografia, diversas entrevistas e muitas idas à campo, o objetivo deste artigo foi possibilitar ao leitor, de forma clara e objetiva, o conhecimento da história e das atribuições do atual Batalhão Especializado em Policiamento em Estádios, desde sua criação como grupamento até os dias atuais e sua relação com torcedores.

Durante o trabalho realizado em campo junto a torcedores foi possível notar, através de breves conversas e algumas entrevistas, que a maioria dos frequentadores de estádios não entendiam muito bem quais eram as funções e atribuições da polícia

militar dentro dos estádios, questionando muitas vezes a capacidade de atuação daqueles policiais nos ambientes desportivos junto ao grande público, sendo constantes os comentários de que os policiais não eram bem treinados.

Neste artigo buscamos trazer ao leitor as informações colhidas durante meses de trabalho de campo junto aos policiais acreditando que o despreparo dos mesmos não seja mais o argumento para justificar más atuações que possam vir a ocorrer no exercício de suas funções junto aos torcedores. Assim como, através do relato do que foi observado junto às torcidas organizadas, explicitar formas de controle por parte dos agentes do Estado que nos mostram que apesar de ser um batalhão especializado, reproduz as práticas e lógicas da polícia militar.

Concluímos, mostrando que grandes transformações não ocorreram, muitos policiais durante algumas conversas costumavam dizer que “só mudou o nome e aumentou o trabalho”, tendo em vista que mesmo enquanto grupamento, o BEPE já tinha uma grande autonomia decisória a respeito de suas atividades internas e externas (mesmo que fosse uma companhia do Batalhão de Choque), além de já ter seu próprio espaço físico. Apesar das mudanças práticas serem poucas, burocraticamente, enquanto batalhão, as mudanças são significativas como maior possibilidade de conseguir recursos junto ao Governo Estadual e ao Comando Geral da PMERJ. Apesar de necessitar maior recurso humano para o aparato administrativo, hoje o BEPE é completamente independente e não necessita percorrer a longa distância de Deodoro até ao Batalhão de Choque que fica no Centro da cidade do Rio de Janeiro; trâmite que ficou complicado desde a mudança da sede do GEPE para o local atual. Foi uma das principais mudanças com a transformação em batalhão, pois o GEPE já contava com basicamente toda a estrutura de hoje.

Motivados pela lealdade a seus amigos, unidos pela paixão por um clube de futebol, aliados em nome de uma torcida, próximos pela vizinhança, os torcedores organizados reconhecem-se um no outro, sentem-se pertencentes a um grupo onde não são julgados, mas sim entendidos, assim, se veem encorajados e motivados o suficiente para lutar, literalmente, para proteger todo esse universo o qual ele acredita ter tanto valor.

Referências

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento**: Uma análise Internacional Comparativa (Polícia e Sociedade; n. 1). Tradução de Renê Alexandre Belmonte. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BORGES, Fernando César. **Esporte mais violento?** - Possibilidades de análise através de Elias e Dunning. 1º Encontro da ALESDE "Esportes na América Latina: atualidade e perspectivas". UFPR - Curitiba - PR, 2008

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRAGA, Jorge Luiz Medeiros. As torcidas Uniformizadas (Organizadas) de Futebol no Rio de Janeiro nos anos 1940. **Revista Digital Esporte e Sociedade**, Niterói, ano 5, n.14, mar.2010/jun.2010.

BRASIL. Lei n.10.671, de 15 de maio de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia. In: Vol. 6 de **Coleção Polícia amanhã**: Textos fundamentais de polícia. Universidade do Texas. Editora: Instituto Carioca de Criminologia, 2001.

ELIAS, Norbert. Cap. X: Mudanças na Agressividade. In: _____. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes, vol. 1. Rio de Janeiro, Zahar, 2011, p. 189-202.

LAHUD GUEDES, Simoni. Que "povo brasileiro" no campo de futebol?. **Razón y Palabra**, núm. 69, julio-agosto, 2009, pp. 1-9 Universidad de los Hemisferios Quito, Ecuador

LEAL, Ana Beatriz; PEREIRA, Íbis; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Sonho de uma polícia cidadã**: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, São Paulo, 79: 15-38, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/ao3n79.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

_____. Violência e Teoria Social. **DILEMAS**, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 9, n. 1, jan./abr. 2016, p. 45-63.

MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser** - Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Brasil. 1999

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; JUNIOR, Domício Proença. Mandato Policial. In: LIMA; RATTON; AZEVEDO (Orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. (2014). São Paulo. Editora Contexto: p. 491-502.

PALHARES, Marcelo Fadori Soares et al. Lazer, agressividade e violência: considerações sobre o comportamento das torcidas organizadas. **Motriz: rev. educ. fis.**, Rio Claro, v. 18, n. 1, p. 186-199, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742012000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 abr. 2021.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Violência entre torcidas organizadas de futebol. São Paulo **Perspec.** [online]. 2000, vol.14, n.2, p. 122-128.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da Violência do Conceito às Representações Sociais**. 1. ed. Brasília: Ed. Francis/Verbená, 2010. v. 1. 336 p.

SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua: o dilema do "pato"**: Uma análise antropológica da identidade policial militar, a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFF, 2009.

SIMÕES, I. Clientes versus rebeldes: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno. **Rio de Janeiro: Multifoco**, 2017.

SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. **RBSE–Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, p. 569-574, 2011.

STORANI, Paulo. **“Vitória Sobre A Morte: A Glória Prometida”**: O ‘Rito De Passagem’ Na Construção Da Identidade Dos Operações Especiais Do Bope. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Antropologia – UFF. 2008.

TEIXEIRA, Rosana da Câmara. Futebol, emoção e sociabilidade: narrativas de fundadores e lideranças dos movimentos populares de torcedores no Rio de Janeiro. **Esporte e Sociedade, Futebol, Emoção e Sociabilidade**. Ano 8, n 21, março de 2013.

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Lógicas no futebol**: dimensões simbólicas de um esporte nacional. 2000. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. 1996. **Torcidas Organizadas de Futebol**. Campinas: Autores Associados e Anpocs.

ZALUAR, Alba. Etos Guerreiro e Criminalidade Violenta. In: Renato Sergio de Lima; José Luiz Ratton; Rodrigo G. de Azevedo. (Org.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. 1.ed.São Paulo: Editora Contexto, 2014, v. 1, p. 35-50.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v.13, n.3, p.3-17, Sept. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=Soi02-88391999000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de jan. de 2020

O todo e as partes – a forma ensaio e seu significado sociológico no pensamento de Georg Simmel e Walter Benjamin.

Wanderson Barbosa dos Santos¹

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

Este artigo aborda sociologicamente a questão da forma ensaística nas obras de Georg Simmel e Walter Benjamin e seu papel para a interpretação do moderno. Em Simmel o ensaio incorpora a dinâmica dualista de sua sociologia, em razão de propor no confronto do duplo-olhar, um movimento entre interioridade e exterioridade. Benjamin propõe uma apresentação filosófica que se dedique ao movimento das ideias. Nesse sentido, se posiciona de forma crítica às tentativas da ciência organizada em cristalizar o conhecimento no estatuto da fórmula. Da plasticidade da forma ensaística, sublinha-se as *afinidades eletivas* da forma do ensaio como meio de exposição de pensadores como Simmel, Benjamin, Siegfried Kracauer e Norbert Elias. O conceito que congrega os autores mencionados é o de *constelação*. A constelação indica uma linhagem intelectual que herda do pensamento simmeliano um procedimento adotado em investigações socio-filosóficas sobre a modernidade.

Palavras-chaves: Ensaio; Constelação; Georg Simmel; Walter Benjamin; Norbert Elias.

The whole and the parts – the essay form and its sociological meaning in Georg Simmel's and Walter Benjamin's thought

ABSTRACT

This article examines sociologically the question of the essayistic form in the works of Georg Simmel and Walter Benjamin and their role in the interpretation of the modern. In Simmel, the essay incorporates the dualistic dynamics of his sociology because it proposes a movement between interiority and exteriority in the confrontation of the double-look. Benjamin proposes a philosophical presentation that is dedicated to the movement of ideas to critically position the attempts of organized science to crystallize knowledge in the formula's statute. From the plasticity of the essay form, we emphasize elective affinities between the form of the essay and others thinkers, such as Siegfried Kracauer and Norbert Elias. The concept that brings together the mentioned authors is that of constellation. The constellation indicates an intellectual lineage that inherits from simmelian thought a procedure adopted in socio-philosophical investigations about modernity.

Key-words: Essay; Constellation; Georg Simmel; Walter Benjamin; Norbert Elias.

¹ Sociólogo e doutorando pela Universidade de Brasília (UnB). Tem como campo de pesquisa temas como: sociologia dos intelectuais, história das ideias, teoria crítica da sociedade e sociologia da arte. E-mail: wanderson_santos@outlook.com.

I. A forma transparente do ensaio

O ensaio é um tribunal, mas sua essência, o que decide sobre seu valor, não é, como no sistema, a sentença, e sim o processo de julgar.

Georg Lukács, *Sobre a essência da forma do ensaio*.

Neste artigo analisaremos os contornos do procedimento ensaístico na obra de Georg Simmel e Walter Benjamin. A ideia central, portanto, é compreender sociologicamente como a forma ensaística contribui para entendermos os projetos intelectuais dos autores tal como nos orientam no sentido de uma caracterização dos programas socio-filosóficos de interpretação do moderno. Desse ponto de vista, buscamos apresentar como a forma ensaio nas obras de Simmel e Benjamin alicerçam um procedimento de crítica moderna. Entendido como uma *forma*, o ensaio assume os contornos de crítica nos escritos de Simmel e Benjamin, na medida em que, reabilita noções como experiência, superfície e subjetividade, inserindo-as numa noção de *constelação* (configuração no sentido conferido por Elias em *O processo civilizador*). Em poucas palavras: o ensaio de interpretação conduz o intelectual para uma compreensão da realidade em seu movimento, uma leitura contemplativa das transformações sociais. O conceito filosófico de constelação de Simmel e Benjamin, aproxima-se da ideia de configuração que Elias (1994) apresenta em *O processo civilizador*.

Antes de iniciarmos a reflexão propriamente dita, vale apresentar de forma esquemática os caminhos de uma definição da ideia de ensaio. Recorremos aos escritos de Michel de Montaigne (2016) para situarmos contornos históricos do ensaio e do ensaísta. Nos volumes que compõem os *Ensaio*s, Montaigne (2016) dá corpo a um novo gênero literário. O ensaio se dedica a uma exposição das ideias sem o compromisso sistemático e aprofundado dos tratados intelectuais. O ensaio se satisfaz com o caráter impermanente de sua apresentação, não é o gênero adequado para verdades imutáveis, sendo inconciliável com o dogma. Na tradição de pensamento que se inicia com os escritos de Montaigne, cabe ao pensador conhecer o mundo na mesma medida em que ele passa a se conhecer, analisar o exterior de forma paralela em que se olha e se interpreta.

Do *duplo-olhar* que tanto mira para o exterior, como contrasta com o interior, que se origina o procedimento do ensaísta. No texto dos *Ensaaios* (2016) manifesta-se de forma orgânica o modo como se entrelaçam as dimensões da experiência particular e seu confronto com as ideias do mundo: trata-se da reabilitação de um conceito filosófico de experiência². Nesse sentido, os *Ensaaios* revelam a medida de seu autor. Montaigne alimenta sua escrita de suas próprias experiências, mas também daquilo que absorve do patrimônio literário mundial. Em seu encontro com a história não visa somente os grandes feitos, as espetaculares realizações humanas. Ele direciona sua lupa para a experiência dos personagens privados, marginais, contraditórios, incômodos, vergonhosos, visando tatear suas visões de mundo. A escrita do ensaio, portanto, apresenta um caminho de formação individual, pois indica os percursos de formação intelectual do escritor. O ensaio nessa particularidade clássica se assume como um gênero para a formação e desenvolvimento da personalidade. Com tal característica, a forma ensaio que se origina em Michel de Montaigne, se alinha a uma noção de cultivo e valorização da experiência que torna potente o exercício da interpretação do mundo. Da mesma maneira que o pintor de paisagem se volta suas energias para a composição totalizante do seu horizonte, o ensaísta visa apresentar seu mundo pela palavra. Sendo a palavra seu refúgio mais íntimo, o ensaísta muitas vezes foi confundido com o artista, pois sua atividade se define também pela plasticidade com que tateia seu objeto.

Nietzsche, em seu livro de 1872, intitulado *O nascimento da tragédia*, alude a tal procedimento do ensaísta, relacionando-o a arte. Seu argumento se estrutura a partir de uma crítica ao seu tempo, em específico, ao papel da racionalização na dominação da escrita científica. Para ele, o ensaio, reivindica seu atributo plástico de apropriação da palavra semelhante ao artista e, nesse aspecto, rompe com a perspectiva excessivamente racionalizada da escrita acadêmica moderna. Nesse sentido, o ensaísmo escapa dos contornos limitantes e restritivos da organização científica. Há, no livro de Nietzsche, uma complexa ideia do ensaio como unidade entre vida e arte. O ensaio se apresenta como em parte poesia, na medida em que tenta dar corpo a harmonia do movimento da

² Numa síntese do comentário anterior, destacamos a seguinte passagem presente nos *Ensaaios*: “Em suma, todo este ensopado de frases aqui jogadas algo confusamente constitui uma espécie de registros das experiências de minha vida.” (MONTAIGNE, 2016, p. 993).

vida e cultura e, por outro lado, uma arte que se alimenta do olhar para a história. Como alternativa para o problema do declínio do espírito da época, Nietzsche defende uma escrita viva e criativa alicerçada em vivências situadas “sobre o terreno da arte” (NIETZSCHE, 2007, p. 13).

Numa caracterização das virtudes do ensaísta, frequentemente se defende sua aproximação com formas de expressão artística. O ensaísta captura tal atmosfera das experiências literárias e as traduz num texto de fronteira. Sua situação de fronteira deve-se ao fato dele dialogar organicamente com a literatura e as artes, tal como a ciência visa interpretar a natureza. De Montaigne a Nietzsche o ensaísmo forma sua característica de um gênero livre. Stefan Zweig (2013) em seu comentário biográfico sobre Montaigne, acentua a condição da liberdade espiritual presente nas formulações dos *Ensaaios*. Para ele, Michel de Montaigne encarna uma postura de enfrentamento do intelectual diante do mundo. O ensaísta é o desafiante curioso que examina o mundo buscando dissecar a história da cultura. Para Zweig: “o patrono de todos os livres-pensadores do mundo” (ZWEIG, 2013, p. 28).

No exercício do livre-pensamento, o ensaísta organiza suas experiências numa prosa viva. A subjetividade funciona como um filtro para o exame da cultura que o rodeia. No entanto, tal postura diante do mundo não significa um mergulho profundo numa espécie de subjetivismo atomista. Ao contrário, o caráter impermanente do texto ensaísta reflete de forma translúcida o confronto entre o eu e o mundo. Deixa-se ver na mesma medida em que objetiva expor o outro.

De sua origem em Montaigne aos desdobramentos filosóficos do ensaísmo, o gênero foi constantemente repensando por outros autores. Tal como exposto em suas condições de um gênero de fronteira, o exercício do ensaísmo de fato se expressa de forma maleável, pois o próprio ensaísta deve negar uma definição rígida de sua atividade intelectual. Por esse motivo, muitos autores não se contentaram em escrever ensaios, mas dedicaram-se a escrever *sobre* o ensaio. É o caso de Lukács que em carta de 1910 para seu amigo Leo Popper fornece um novo vigor para a discussão teórica a respeito do ensaio.

Para Lukács (2014) o ensaio se posiciona diante da vida com o mesmo gesto da arte. Não importa a expressão sistemática, mas sim, o processo de julgamento exposto

pelo ensaísta. Vale lembrar que Lukács faz um balanço original de ensaístas clássicos e modernos, tal como: Platão, Montaigne, Lessing, Wickelmann, Burckhardt e Kierkegaard. Na carta de 1910, o filósofo defende o ensaio como uma forma de arte. Uma forma de arte que está municiada por duas coisas: em primeiro lugar por um conceito enfático de crítica, em seguida por uma postura de acolhimento para um conjunto de experiências intelectuais a serem interpretadas como mote para a compreensão do mundo. Embora encontre tal afinidade entre o ensaio e a arte, Lukács observou um declínio do exercício do ensaísmo na modernidade³. Para ele, o ensaio moderno "perdeu o horizonte de vida", abrindo mão, portanto, dos conteúdos essenciais que dão corpo a forma ensaio: "Somente agora podemos assentar no papel as palavras iniciais: o ensaio é uma forma de arte, uma configuração própria e cabal de uma vida própria e completa." (LUKÁCS, 2014, p. 50).

A forma ensaio que deriva das tradições de pensamento de Nietzsche e Lukács, como vimos, toma como estímulo as ideias de crítica como fonte para o exercício do ensaísmo. Num sentido filosófico a crítica reabilita o ensaio a partir das fontes primevas dos escritos de Montaigne. Sullivan (2015) aponta tal ambiguidade na origem da forma ensaio. Para ele, embora a origem do ensaio seja francesa, o ensaísmo como atitude intelectual desenvolveu-se na Inglaterra. Como postura intelectual, a ideia do ensaísmo se expande a partir do século XVIII, de acordo com Sullivan. Para ele, a história do ensaio tem seu desenvolvimento decisivo no palco da história moderna — em contraste a Lukács, para quem o ensaísmo tem uma herança mais ampla, estando presente desde os escritos de Platão. Tais discordâncias são importantes para notarmos a abrangência da discussão sobre o ensaísmo e sua persistência na reflexão intelectual.

Do ponto de vista desta introdução a questão do ensaio, vale mencionar ainda a reflexão de Max Bense (2014) sobre o tema. Em *O ensaio e sua prosa*, o autor analisa a

³ É evidente um sentimento de decadentismo da reflexão intelectual nos autores situados historicamente nas primeiras décadas do século XX. Contribui com o diagnóstico o forte impulso por especialização científica característica da modernidade. Ringer (2000) analisa tais reações do *mandarinato* alemão num certo "pessimismo" desses intelectuais diante das transformações da Alemanha industrializada. Sobre as preocupações referentes a especialização, sintetiza Ringer: "Assim, o axioma da doutrina mandarim era que a universidade devia dedicar-se a busca de uma verdade "total", filosófica. Não se devia abandonar essa busca em favor de resultados práticos imediatos; o ensino não deveria separar-se da filosofia." (RINGER, 2000, pp. 111-112).

história do ensaísmo em sua relação com a estética. Portanto, trata-se de compreender quais os contornos dessa escrita que converge prosa e poesia. Max Bense usa a ideia de *autor intermediário* para situar uma forma de escrita posicionada entre a prosa e a poesia. Escritores como Lessing, Herder, Kierkegaard, Marx, Nietzsche, Sartre, Camus, Walter Benjamin, entre outros, apresentam um esforço para a criação de uma forma de pensar que congregue a poesia ao pensamento⁴. Max Bense define essa postura intelectual por meio das ideias de convicção e criação, na qual, o ensaísta sintetiza o diálogo orgânico entre as duas dimensões.

Podemos então admitir que entre a poesia e a prosa, entre o estado estético da criação e o estado ético da convicção, há um terreno intermediário que é digno de nota. De aspecto iridescente, oscilando numa ambivalência entre a criação e a convicção, ele se fixa na forma literária do ensaio. E com isso chegamos a nosso objeto. O ensaio é uma peça de realidade em prosa que não perde de vista a poesia. Ensaio significa *tentativa* (BENSE, 2014, p. 173, *grifos do autor*).

O ensaio, portanto, reflete os esforços, as tentativas, a experimentação intelectual. Max Bense defende o ensaio próximo de uma literatura experimental num sentido similar a ideia de experimento científico. O ensaísmo é uma tentativa de provar algo seguindo uma hipótese, no entanto, resguardado das pretensões universalizantes e definitivas da ciência. O ensaísta se contenta em se aproximar da arte para, a partir daí, expressar-se poeticamente. Do ponto de vista de Max Bense, o ensaio, o experimento, embora não se efetive como teoria, pode criar uma nova teoria a partir de sua apresentação, sobretudo no que Bense denomina como *ensaísmo espiritual*. O ensaísmo espiritual dedica-se aquilo que parece estranho à ciência, podendo tatear questões e criar novos objetos que, somente mais tarde, podem ser absorvidos pelo cânone científico. Por essa perspectiva, o ensaísmo é importante tanto por se afirmar como um gênero de liberdade intelectual, como também, por se mostrar como um texto de fundação, ou seja, um estilo de criação reflexiva.

⁴ Situando a ideia de pensamento e poesia, podemos fazer menção a caracterização que Adorno faz de Benjamin. Em sua forma de apresentação tão próxima do estilo literário diz Adorno em duas passagens interessantes: “O ensaio como forma consiste na capacidade de contemplar o histórico, as manifestações do espírito objetivo, a “cultura”, como se fossem natureza. Benjamin tinha essa capacidade como poucos.” (ADORNO, 1998, p.228) e “A sua ensaística consiste na abordagem de textos profanos como se fossem sagrados.” (ADORNO, 1998, p. 230).

Como vimos até aqui, o ensaio como forma e o exercício do ensaísmo compõe uma longa tradição intelectual. Ao mesmo tempo que se configura como um estilo livre, o ensaio também se insere em rigorosas tradições de exames filosóficos. Mesmo sendo uma forma que reconhece efemeridade, o ensaio pode conceder os substratos para construções perenes. Embora tenha uma identidade fronteiriça e desencaixada na história do pensamento, o ensaio é a forma que constrói as pontes entre o científico e o artístico.

Diante do exposto, nota-se as dificuldades para uma definição restrita da forma ensaio. Não é propriamente científico, tampouco essencialmente artístico. O ensaio é movimento, caminho entre mundos, escrita de fronteira. Jean Starobinski (2012), a respeito desta questão, aduz que o ensaio funciona como um jogo entre subjetividade e objetividade. Os objetos são examinados sob o filtro da experiência, no entanto, em frequente contraste com o mundo. Para Starobinski, o ensaísta, quando descreve o mundo, também se descreve — sendo seus textos, portanto, *pinturas do eu*.

A partir de agora veremos como podemos interpretar sociologicamente os escritos de Simmel e Benjamin por meio do mote do ensaísmo. A análise apresenta uma caracterização do procedimento intelectual dos autores. No caso de Simmel, o ensaísmo toma os contornos de uma *dialética característica*, ou seja, de um movimento particular entre exterioridade e interioridade. O *duplo-olhar* do ensaio simmeliano, nesse sentido, visa entrelaçar a dualidade entre o ponto de vista do sujeito na relação com sua rede de interações. No que diz respeito a Benjamin, o ensaísmo pode ser sintetizado numa palavra: *interpretação movente*. A ideia do procedimento ensaísta em Benjamin é dar sentido a apresentação dos objetos em seus movimentos imanentes, ou seja, cabe ao ensaísta realizar o acompanhamento das ideias, compreendendo seus passos, situando-as historicamente. O ensaio de interpretação em Simmel e Benjamin possuem algumas afinidades eletivas⁵. Indicamos o conceito de constelação como uma afinidade central entre os dois pensadores.

⁵ A ideia de *afinidades eletivas* que fazemos referência no texto é a que deriva do romance de Goethe e que foi traduzida sociologicamente na obra de Max Weber em sua análise sobre o desenvolvimento do capitalismo tardio. A afinidade eletiva pode ser definida como um impulso à união, um encontro, uma afinidade espiritual, um sentimento partilhado, um ponto de equilíbrio que sugere estreita ligação. Tal

II. O todo e as partes: constelações sócio-filosóficas em Simmel e Benjamin

Para compreender sociologicamente a forma ensaística de Simmel e Benjamin tomamos como fonte duas obras específicas. O primeiro texto é *O estrangeiro*, de 1908, escrito por Simmel. O segundo ensaio é o *Prefácio crítico-epistemológico* do livro *A origem do drama trágico alemão*, de 1925, escrito por Benjamin. O que a escolha dos ensaios demonstra, naturalmente, não é uma afinidade temática entre as obras, fato este que não confunde nosso argumento na medida em que não visamos um exercício de comparação. Nosso olhar se volta para o exame do procedimento do ensaio. Por esse motivo, importa-nos entender como se estrutura o pensamento de Simmel e Benjamin. As obras supracitadas, quando analisadas detidamente, mostram, nas entrelinhas, retratos intelectuais de cada autor. Por meio do mote retrato intelectual, sustentamos que Simmel e Benjamin são exemplos no século XX do desenvolvimento do ensaísmo de interpretação. Tal concepção intelectual sugere uma sensibilidade para a reflexão teórica distinta da visão especializada da ciência.

Um autor contemporâneo a Simmel e Benjamin, Siegfried Kracauer, ensaiou uma espécie de retrato intelectual dos dois autores. Kracauer (2009) sublinha que há nos escritos de simmelianos a preocupação do olhar para contornos fragmentários da modernidade. Simmel realiza uma decomposição de seu objeto tateando cada parte para compreender a existência do todo nas partes. Embora tenha escrito obras de fôlego como a *Filosofia do dinheiro* de 1900, Kracauer destaca que para Simmel o texto não marca um fim, mas sim uma possibilidade de criação do novo: “O caminho do filósofo não termina nestas análises, mas passando por elas conduz a outras metas.” (KRACAUER, 2009, p. 244). Um pensamento que abre espaço para o cultivo de novas reflexões. Kracauer anota essa condição provocativa da filosofia de Simmel mostrando que, o interesse nas formas

concepção parece-nos interessante na arquitetura intelectual do estudo, na medida em que, permite compreender os programas de pesquisas de autores singulares sem recair em noções simplistas como de “influência” e “apropriação”. As afinidades eletivas, portanto, contribuem para compreender o particular em seu encontro como o geral.

de socialização revela um compromisso do autor com o conflito que marca a modernidade, ou seja, a relação entre indivíduo e sociedade.

O pensamento assistemático de Simmel, de acordo com Kracauer, situa uma própria dificuldade de classificação do pensamento desse autor. Embora se afirme como filósofo, ele transitou entre diversas outras ciências especializadas, tal como, a sociologia. O profundo interesse pelas manifestações da vida do espírito, levaram Simmel a propor interpretações sobre a vida moderna em seus ensaios. Kracauer destaca que um forte conceito de *empatia* alicerça os ensaios do autor, na medida em que por meio dele Simmel visa apresentar as conexões entre os fragmentos que compõem a sociedade.

Trata-se sempre de liberar o objeto de seu isolamento, examinando-os de todos os lados, até que não reconheçamos nele o aferrar-se de uma lei que está presente também lá para inseri-lo, de tal modo, em uma vasta rede de relações. (KRACAUER, 2009, p. 254).

Em síntese: “Pôr a nu os fios que envolvem os fenômenos”, tarefa que Kracauer observa como lição constante dos ensaios de Simmel. A caracterização intelectual que Kracauer (2009) escreve sobre Benjamin carrega consigo uma convergência com a de Simmel, trata-se da ideia que, nos escritos benjaminianos apresentam-se uma exposição “estranha”, somente compreendida por um compromisso enfático com a busca da *dialética das essências*. Benjamin não é um escritor de pensamento tradicional, para Kracauer, ele concretiza sua reflexão olhando para as ruínas, os fragmentos, os vestígios, as pistas deixadas para descrever filosoficamente a realidade a partir de sua origem. Como salienta Kracauer “o conhecimento nasce das ruínas”, e, no jogo dialético, toma forma concreta no pensamento de Benjamin (KRACAUER, 2009, pp. 284-285).

Nessa perspectiva, podemos notar que os escritos de Simmel e Benjamin possuem algumas características que tornam complexa a compreensão de seus desenhos teóricos, afinal, seus pensamentos possuem inúmeras camadas e nuances variando inclusive no olhar sobre o mesmo objeto. Tais características são: os atributos antissistemáticos de suas obras e a dimensão fronteira dos seus legados intelectuais. Seus ensaios podem ser lidos como fragmentos de um conjunto, partes de um todo, mas que, no entanto, não se realizam num sistema, visto que o processo nunca se encerra.

Em outras palavras: cada contemplação do objeto, o exame de seu movimento, exige uma outra leitura. Ensaio é movimento, em Simmel e Benjamin, e tal procedimento convida o leitor para compreender os fenômenos em seu aspecto movente.

No ensaio *O estrangeiro* (1908), Simmel indica os contornos gerais de seu procedimento ensaístico. Sua interpretação a respeito do tipo social do estrangeiro demonstra um exercício prático da descrição do ensaísta. Em Simmel o ensaio assume a dialética característica do *duplo-olhar* que mira tanto para a exterioridade, como para a interioridade. Assim, o ensaio de 1908 foi composto por um conjunto de impressões daquele sujeito posicionado de forma ambígua na sociedade, na medida em que está perto, mas ao mesmo tempo, permanece distante. Pertence embora não integre o conjunto. Ou seja, o estranho⁶.

Simmel (1992) visa compor seu ensaio com o olhar do estrangeiro. De seu ponto de vista, tal figura encarna a característica dualista: proximidade e distância, fixação e desprendimento, mobilização e desmobilização, envolvimento e indiferença, objetividade e subjetividade. Por meio do tipo social do estrangeiro, nesse sentido, Simmel objetiva a compreensão histórico-sociológica não apenas do modo como a sociedade enxerga aquele que não é familiar, mas também incrementa com as impressões deste ser social.

Como ensaio de interpretação, tal postura transparece o escritor. Em certo sentido, no ensaio *O estrangeiro* a perspectiva é exposta a partir da ideia de unidade nas quais estão congregadas as experiências do *não-familiar* com as impressões daqueles com que ele inicia um processo de interação. Do mesmo modo que na experiência do estrangeiro unifica-se no dualismo característico da escrita de Simmel sobre a sociedade, a noção de unidade faz referência a um aspecto mais amplo constitutivo da sociabilidade do tipo social do estrangeiro. Tratam-se das disposições do estrangeiro em cultivar um tipo específico de interação. Simmel, portanto, tenta dar corpo as impressões de um

⁶ A imagem de tipos sociais que se encontram no *entre-lugar* social foram abordadas de outras maneiras pela literatura e pela ciência. Sigmund Freud tenta congrega uma reflexão neste sentido em seu ensaio *Das Unheimliche* (*O infamiliar*). O autor se inspira no conto de E.T.A Hoffman *O homem de areia* e aborda a origem da angústia provocada pela personagem não-familiar: “O *infamiliar* seria propriamente algo do qual sempre, por assim dizer, nada se sabe” (FREUD, 2019, p. 33).

indivíduo inscrito em interações sociais de diferença. Ao ser social que tem sua existência fraturada pela perspectiva fronteiriça, cabe o cultivo de um olhar diferenciado para a sociedade. Sob as lentes do estrangeiro, expõe as consequências últimas da ideia de *estranho* (*Fremde*).

Cabe ao não-idêntico, isto é, ao estrangeiro, cultivar um olhar para a complexidade das formas de associação. Enquanto o familiar se acomoda com tudo aquilo que é habitual, geralmente permanecendo nas águas mais rasas a vida social, resta ao estrangeiro, para quem nada é cotidiano, realizar o mergulho profundo nos costumes e formas de vida que lhe são estranhas. No jogo da indiferença e envolvimento, o estrangeiro tem vantagem, na medida em que enxerga de longe, porém, também consegue diferenciar os detalhes das formas de interação. Tal disposição dualista, captada no ensaio de 1908, situa a experiência particular do ser social que une objetividade e subjetividade.

Nos sentidos que desejamos compreender o ensaísmo de Simmel, vale destacar que o estrangeiro, como uma imagem socio-filosófica, permite o ensaio do autor uma atemporalidade. O estrangeiro descrito não está delimitado no tempo e nem no espaço. Ele é o conceito movente, particular do argumento ensaísta. Para Simmel, portanto, vale como a unidade de impressões desse tipo social que serve como impulso originário para a observação das formas de interação. Para dialogarmos com a ideia de ensaio que mobiliza o presente trabalho, podemos defender que tal perspectiva ensaísta aponta para uma dimensão experimental da escrita de Simmel⁷.

O ensaio *O estrangeiro*, por essa perspectiva, pode ser lido com um movimento experimental. Como indica Waizbort (2013) numa leitura sobre o ensaio em Simmel: “O

⁷ No livro *As aventuras de Georg Simmel*, Leopoldo Waizbort (2013) sublinha alguns aspectos importantes do pensamento do filósofo berlinense. Waizbort argumenta que a cultura filosófica que orienta o pensamento de Simmel pressupõe uma atitude de apreensão do objeto em sua mobilidade particular, isto é, numa perspectiva de oposição atividade do dogma científico e numa aposta na plasticidade das coisas. O ensaio incorpora tal perspectiva filosófica, na medida em que: “movimento, subjetividade e experiência compõem a constelação do ensaio.” (WAIZBORT, 2013, p. 35). O ensaísmo de Simmel tem como característica apresentar uma visada sobre o objeto, sem a intenção de esgotá-lo. Para Waizbort, o ensaio tem proximidade com a escrita de uma carta: “O característico da carta é seu caráter absolutamente subjetivo, e é isso que também encontramos no ensaio. O que o faz viver é essa tensão entre seus elementos subjetivos objetivos e por isso ele é a forma de apresentação da cultura filosófica.” (WAIZBORT, 2013, p. 54).

fragmento, o aforismo e mesmo o ensaio são formas que permitem um pensamento em movimento, *work in progress*.” (WAIZBORT, 2013, p. 55). A partir do objeto mobilizado dá-se o contraste com o real. Ele não é final, mas sim um começo. Nesse aspecto o ensaísmo se mostra conflitiva com uma ideia de ciência, sobretudo se sob esta perspectiva se entender o exame exaustivo de hipóteses, refutações e universalidade de teses. No sentido que Simmel anota seu procedimento, o ensaio atua como um mapa que aponta para a morada das experiências.

Nas reflexões propedêuticas do *Prefácio crítico-epistemológico* do livro de 1925, Benjamin visa reabilitar o conceito de *apresentação* (*Darstellung*) na filosofia⁸. A apresentação ou exposição se propõe como um procedimento, na medida em que, por meio dela o pensador pode se dedicar à contemplação efetiva dos conceitos. A ideia de apresentação que Benjamin se refere, é a de movimento das ideias que atuaria na contraposição da imposição do sistema filosófico, da lógica matemática⁹. Nesse sentido, o filósofo propõe um pensamento antissistemático que seja capaz de contemplar a verdade. Benjamin (1991) dialoga fortemente contra o neopositivismo e o historicismo. Sua crítica se direciona a visão atomizada de tais perspectivas, sobretudo em sua síntese na ideia de representação. Nas teses do *Prefácio* há uma defesa da perspectiva da apresentação do movimento dos conceitos. Os conceitos, para Benjamin, carregam consigo uma memória histórica, isto é, são o resultado de um acúmulo de conhecimento, testemunhas de experiências.

⁸ Sobre a questão da ideia filosófica de *Darstellung* estamos de acordo com Machado (2014): “O conceito de apresentação (*Darstellung*), ou ainda, exposição tem um papel central no contexto do prefácio. [...] Neste momento, trata-se de colocar o conceito de apresentação como determinante do método da filosofia mesma. Justamente por ser apresentação, o método filosófico para Benjamin deve diferenciar-se tanto do procedimento matemático como de todo sistema construído lógica e dedutivamente.” (MACHADO, 2014, p. 46).

⁹ Dessa crítica presente no livro de Benjamin se desdobra uma afinidade importante de Benjamin com outros pensadores da teoria crítica da sociedade, em específico, Theodor Adorno e Max Horkheimer. A crítica comum contra o sistema e a lógica matemática encontra-se presente na formulação de *O ensaio como forma*, escrito por Adorno. Juntos, Adorno e Benjamin efetivam uma posição filosófica enfática em oposição ao positivismo e ao programa de pesquisa científico que se origina em Descartes (1596-1650). Em Max Horkheimer, um eco de tal crítica pode ser visto em algumas teses do livro *Eclipse da razão* de crítica a primazia do pensamento neopositivista na ciência moderna: “De acordo com a filosofia do intelectual moderno, há apenas uma autoridade, a saber, a ciência, concebida como classificação de fatos e o cálculo de probabilidades. A afirmação de que a justiça e a liberdade são em si melhores que a injustiça e a opressão é cientificamente inverificável e inútil.” (HORKHEIMER, 2015, p. 32).

O *Prefácio* de 1925 mostra de forma mais esquemática o procedimento de Benjamin. O autor alude que em sua alternativa filosófica ao sistema fechado, tal perspectiva assemelha-se ao *ensaio esotérico* (*Essay esoterischen*). O compromisso dessa forma ensaio é com a apresentação do movimento das ideias. Para Benjamin, a filosofia moderna abandona o compromisso com a verdade, em razão de afastar-se de tal perspectiva. A filosofia que emerge a partir de Descartes tem como pacto a cristalização e a redução do conhecimento à fórmula matemática. Contra o neopositivismo, Benjamin critica a intenção de retirar a reflexão científica do mundo, destacando na representação um fragmento deslocado da realidade.

Benjamin (1991) observou que a cristalização do conhecimento partia de um compromisso intrínseco com a reflexão dentro do sistema. Foi a partir de tal postura que se muda o sinal da questão: da *apresentação* para a *representação*. A representação isola os fragmentos da realidade sem a perspectiva de um momento de totalidade. De acordo com o autor, tal perspectiva leva a uma descaracterização da complexidade do objeto e um abandono por uma perspectiva de verdade. Para o pensamento da representação importa a transmutação da realidade numa formulação numérica, autonomizada de uma ideia de todo social. Um momento singular figurado como instante eterno. Benjamin critica tal postura como forma de apreensão de conhecimento e sugere no procedimento o ensaio uma alternativa.

A forma do *ensaio esotérico*, seguindo os passos de Benjamin (1991), incorpora o sentido pleno da ideia de apresentação das ideias, tal como, se configura como um procedimento de contemplação do movimento das ideias. Ao contrário da pretensão do sistema ao estabilizar a realidade no fragmento isolado, Benjamin defende como contraponto uma contemplação não-intencional em busca pela verdade. Para o autor “método é desvio” (BENJAMIN, 1991, p. 208). Machado (2014) sublinha um importante argumento ligado a ideia o jogo entre singularidade e totalidade: “A totalidade deve ser encontrada no singular. O universal não é considerado como algo puramente abstrato, mas concreto, pois ele se revela no singular.” (MACHADO, 2014, p. 47).

Na impossibilidade de paralisar a realidade, portanto, Benjamin (1991) aposta no acompanhamento das ideias como procedimento do ensaísta. No *Prefácio* de 1925 tal reflexão emerge como uma crítica aos sistemas filosóficos modernos, mas também como

um modo de insinuar os contornos de seu próprio pensamento. O importante conceito de *origem* (*Ursprung*), em certo sentido, sublinha tal perspectiva, pois da gênese dos conceitos Benjamin consegue romper com as teorias progressistas da história e, com olhar detido para o momento único, reabilitar o verdadeiro momento de rememoração para restaurar a experiência. Na origem estão as inscrições que tornam os conceitos únicos. Neste acompanhamento de seu movimento conceitual no palco da história, Benjamin sublinha a postura do pensador crítico.

Desta perspectiva presente no *Prefácio*, Benjamin defende que cabe ao ensaísta apresentar os conceitos na história conectando os fragmentos à totalidade. Embora o ensaísta possa tomar como mote para sua análise o fragmento, seguindo Benjamin, ele deve na exposição apresentar as mediações entre as partes e o todo. Esse pensador possui como tarefa encontrar as conexões das configurações da sociedade. No entanto, Benjamin era ciente da dificuldade da tarefa: a exposição do ensaio, assim, é sempre tentativa incompleta. Somente no sistema filosófico rígido a reflexão possui um fim. Ao ensaísta compete colecionar fragmentos e apresentá-los como formas efêmeras: “A verdade é a morte da intenção.” (BENJAMIN, 1991, p. 216).

Deste posicionamento anteriormente descrito, Benjamin visa estabelecer as bases do ensaísmo e congregá-lo com uma ideia enfática de crítica. Se olharmos para os *Exposés* presentes no trabalho das *Passagens*, Benjamin (2018) experimenta o procedimento filosófico apresentado no *Prefácio* de 1925, expondo uma interpretação movente.

No ensaio *Paris, a capital do século XIX*, Benjamin olha para a cidade visando compreender as transformações modernas e o impacto na paisagem urbana parisiense. Benjamin direciona seu olhar para a origem das passagens parisienses e toda sociabilidade que emerge no interior dessa construção arquitetônica. Paris como capital da modernidade funciona como um laboratório reflexivo para o ensaísta. Dentro do laboratório filosófico do autor, a imagem do *flâneur* é central para a compreensão do experimento. Na perambulação do *flâneur* Benjamin descreve as mudanças na capital francesa, o novo tipo de sociabilidade cultivada nas ruas, o caráter avassalador do capitalismo na arquitetura e a imposição de um espírito de liberdade. O conceito de *flâneur* é efêmero, modifica-se por todo ensaio benjaminiano. Se no início o seu

caminhar é marcado pelo sentimento de distinção do homem que flutua sobre a multidão afirmando sua diferença, ao final da análise, o otimismo do personagem se dissolve na massa uniforme que toma conta das ruas da metrópole.

Como é conhecido, o escrito mencionado possui duas versões. A primeira de 1935 e a segunda de 1939. Entre as duas encontramos passagens sugestivas da própria composição do tipo social *flâneur*. Diz Benjamin em 1935: “Com o *flâneur*, a intelectualidade encaminha-se para o mercado.” (BENJAMIN, 2018, p. 64). Acrescenta no texto de 1939: “O *flâneur* representa o arauto do mercado. Nesta qualidade ele é ao mesmo tempo o explorador e a multidão.” (BENJAMIN, 2018, p. 83). Tais acréscimos são significativos para o argumento, na medida em que sinalizam os movimentos contínuos do ensaísta. O autor acompanha os movimentos livres do objeto, sua exposição é o retrato de um momento que necessita sempre ser atualizado.

Considerando a tradição do ensaísmo, Simmel e Benjamin são autores importantes para compreendermos capítulos dessa história intelectual. O ensaio como tentativa, ensaio como experimento, ensaio como movimento originário das ideias, ensaio como escrita movente. O que permite a concretização da conexão entre o todo e as partes é o conceito de constelação que, como veremos a seguir, atua como uma afinidade eletiva decisiva entre o pensamento de Simmel e Benjamin.¹⁰

III. Interpretação movente: figurações e constelações no exercício ensaísta

O ponto comum da tradição intelectual ensaísta que nos referimos são os conceitos de *constelação* e *configuração*¹¹. Tais conceitos são indícios de *afinidades eletivas* entre o ensaísmo e a produção sociológica alemã, em especial a de Norbert Elias.

¹⁰ Do que foi exposto até aqui, podemos observar uma outra afinidade eletiva entre os programas de pesquisa dos dois autores. Trata-se do uso de tipos sociais. Tais personagens, como o estrangeiro e o *flâneur*, atuam como mediação para a descrição de uma ideia em movimento nos ensaios de Simmel e Benjamin.

¹¹ Sobre a ideia de constelação no pensamento de Simmel, Waizbort (2013) argumenta que ela se encontra presente na ideia de cultura filosófica e na adoção ensaio por parte do autor: “A própria ideia de constelação é algo que parece estar intimamente ligada ao ensaio. Em Simmel essa ideia aparece recorrentemente e isso foi incorporada pela crítica, pela sociologia e pela filosofia no curso do século (pois a ideia de “constelação” é uma ideia “ensaística”, ligada a liberdade do ensaio).” (WAIZBORT, 2013, p. 70).

Vinculada a este último objetivo, iremos repensar a crítica comum de *superficialidade* da prosa ensaística. A ideia principal não é negar a ideia de superfície, mas sim, pensá-la como dessa noção emerge um procedimento, isto é, uma forma de apreender a realidade reabilitado no desenvolvimento do ensaísmo contemporâneo. A segunda crítica que visamos retrabalhar é a referente a ideia de *subjetivismo* da atividade do ensaísta. Em contraponto a tal perspectiva, defendemos que, no exercício do ensaísmo, a subjetividade e o olhar interior atuam como um ponto de partida para o confronto das impressões do escritor com o mundo objetivo. Nesse sentido, o ensaísta escapa a dimensão de puro subjetivismo ao apostar numa *interpretação movente* das ideias, dos conceitos e das formas.

É conhecida entre os estudiosos da obra de Simmel a declaração dita em 1918 que ele não deixaria como legado herdeiros intelectuais. Para ele, sua herança intelectual, não seria repassada como uma fortuna a uma única pessoa, mas sim, como moedas, sua herança seria dividida em diversas partes a ponto de ser impossível identificação de sua raiz comum. A pesquisa sociológica da história intelectual tem encontrado algumas raízes comuns entre pensadores posteriores a Simmel. A afinidade eletiva entre o filósofo berlinense e Walter Benjamin, que defendemos neste artigo, é apenas um ramo da herança simmeliana.

Semelhante ideia encontra-se num artigo de Leopoldo Waizbort (2001) quando sugere que, elementos fundantes da sociologia de Norbert Elias se encontram, originalmente, nos escritos de Simmel¹². A ideia de uma sociologia das formas de interação, do confronto e dos processos de configuração, conecta Simmel e Elias num programa de pesquisa de uma sociologia dos processos. Como sublinha Waizbort, na obra de Elias, a ideia de uma sociologia do confronto está alicerçada num entendimento de que as *interações* (*Wechselwirkung*) são momentos sempre em movimento, isto é, efêmeros: “Daí o caráter fundamentalmente processual das sociologias de Simmel e

¹² Para Waizbort (2001), em certo sentido, Elias formaliza a sociologia simmeliana, levando adiante seu programa de pesquisa e desenvolvendo sua proposta de sociologia do confronto no exame empírico: “O que salta aos olhos, ao lermos Elias, é como suas formulações estão na continuidade a mais estreita com o pensamento simmeliano. Sou inclusive tentado a dizer que a contribuição de Elias está em formalizar, no conceito de figuração e suas consequências, a concepção que está presente nas análises de Simmel, embora não apareça, então, sob tal terminologia.” (WAIZBORT, 2001, p. 102).

Elias: como o movimento é aqui fundamental, eles têm sempre em vista processos, e não estados fixos e acabados.” (WAIZBORT, 2001, p.105). A parte da herança simmeliana que coube a Elias encontra-se no conceito de configuração.

Num ponto decisivo da obra *O processo civilizador*, Elias (1994) defende que o conceito de configuração atua como alternativa decisiva para a compreensão sociológica do desenvolvimento da sociedade. O conceito de configuração, portanto, permite ao pesquisador observar o mundo empírico e compreender mudanças estruturais de longo prazo. A configuração se insere no horizonte sociológico de forma decisiva a ideia de processo, que por sua vez, permite uma apreensão da relação entre o indivíduo e as estruturas sociais. Para Elias (1994) toda mudança se estrutura em outras formas de configuração¹³.

Se olharmos para a ideia análoga presente na obra de Simmel (1992), isto é, a *constelação* (*Konstellation*), de fato, o princípio se mostra semelhante. No ensaio sobre *O estrangeiro*, Simmel menciona o conceito de constelação como sinal de expressão das relações entre o indivíduo e grupo, visto que, a ideia congrega as perspectivas de distância e proximidade, indiferença e identidade num movimento da totalidade das interações. O procedimento de estudo das *formas de interação* (*Wechsekwirkungsform*) simmeliano, portanto, contribui para o cultivo de um olhar sociológico mais sensível para as nuances dos confrontos entre indivíduo e estrutura social. Constelação ou configuração são conceitos-chave e fundantes para a sociologia dedicada a compreensão dos processos históricos.

Nessa tradição de pensadores alemães a qual nos referimos, o ensaísmo adentra como uma forma de exposição não-sistemática das mudanças e dos processos. A apresentação do todo configurado (da constelação) perpassa pelo reconhecimento do caráter mutável das formas sociais, tal como, da *finis tessitura* que compõe a rede de interdependência social. Em certo sentido, podemos inserir Walter Benjamin nesta

¹³ Sobre o conceito de configuração em Elias: “O conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocamente o que chamamos de “sociedade” que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um “sistema” ou “totalidade” para além dos indivíduos, mas a rede de interdependências por eles formada.” (ELIAS, 1994, p. 249)

discussão¹⁴. Benjamin apropria-se de modo semelhante da ideia de constelação no *Prefácio* do livro *a Origem do drama trágico alemão*.

No *Prefácio* do livro de 1925, Benjamin (1991) sugere a constelação com um modo de conexão entre as ideias: “As ideias são como constelações eternas” (BENJAMIN, 1991, p. 215). As ideias relacionam historicamente do mesmo modo que as estrelas configuram as constelações. Benjamin sublinha que, dada sua dispersão natural, cabe ao filósofo reencontrar as conexões essenciais no universo da linguagem, especificamente, visando encontrar o caráter original do conceito. Para Benjamin, tal composição constelacional permite a apreensão histórica das ideias, bem como a compreensão dos processos e do movimento das ideias. Em poucas palavras: a constelação se concretiza como uma postura que visa articular a rede de conhecimento, escavando as experiências históricas presentes nas ideias.

Tal ponto de vista teórico auxiliou Benjamin a escapar das teorias deterministas do historicismo e de uma visão progressista da história. Os herdeiros de Simmel usam a fortuna intelectual de forma distinta. Enquanto Elias insere a ideia constelacional em seu procedimento de investigação dos processos de mudança estrutural e das formas de interação, Benjamin traduz a ideia simmeliana numa teoria de recuperação das experiências históricas que constituem as ideias. A herança comum pode ser sintetizada na ideia de que, as configurações, são efêmeras e devem ser visadas ao longo de seus processos na história.

Estabelecidas algumas notas sobre a ideia de movimento, sob o prisma da análise dos conceitos de *constelação* e *configuração*, e a afirmação de uma linhagem de pensadores que se colocam na herança intelectual de Simmel, passemos agora para uma breve discussão sobre as críticas ao procedimento ensaísta. Embora a atividade do

¹⁴ Adorno (2003) anota uma interessante ligação entre a ideia de configuração e o procedimento do ensaísta: “Todos os seus conceitos devem ser expostos de modo a carregar os outros, cada conceito deve ser articulado por suas configurações com os demais. No ensaio, elementos discretamente separados entre si são reunidos em um todo legível; ele não constrói nenhum andaime ou estrutura. Mas, enquanto configuração, os elementos se cristalizam por seu movimento. Essa configuração é um campo de forças, assim como cada formação do espírito, sob o olhar do ensaio, deve se transformar em um campo de forças.” (ADORNO, 2003, p. 31).

ensaísta acumule um conjunto grande de objeções, nos deteremos a apenas duas delas, a saber: a acusação de *superficialidade* e de exercício intelectual puramente *subjetivista*.

Em *O ensaio como forma*, Adorno (2003) sublinha as “difamações” que circundam a atividade do ensaísta. Por um lado, a alegada irracionalidade defendida pelos representantes da *ciência organizada*. Por outro lado, a sugestão que o ensaísta é o resultado decaído de um tipo de literatura. O ensaio para Adorno está no âmbito da interpretação sensível dos objetos e na contramão das tentativas de pura classificação e mutilação do conhecimento. O ensaísta, antes de tudo, tem como objetivo “desvendar o objeto” por meio de uma fértil fusão entre literatura, crítica e experiências. O ensaio é uma forma que atua na mediação dos fragmentos, uma tentativa de interpretação que toma como princípio a experiência e as impressões sobre uma configuração.

O ensaio pensa em fragmentos uma vez que a própria *realidade é fragmentada*; ele encontra sua unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplinar a realidade fraturada. [...] A descontinuidade é essencial ao ensaio; seu assunto é sempre um *conflito em suspenso*. (ADORNO, 2003, p. 35, grifos nossos).

Dos sentidos encontrados em sua forma, o ensaio assume a superfície como ponto de partida para a apreensão do significado profundo. Patrícia da Silva Santos (2016) no livro *Sociologia e superfície* contribui para uma reabilitação crítica da ideia de superfície. Em sua análise dos escritos de Kracauer, ela mostra como estavam configuradas as ideias de superfície no sentido de uma dedicação sociológica ao estudo do cotidiano. Tendo a raiz no pensamento de Georg Simmel, a ideia de superfície congrega as intenções de conhecer o objeto tomando a aparência imediata como ponto de partida¹⁵. Para Santos (2016), as discretas manifestações da superfície são assim

¹⁵ No livro *Sociologia e superfície - uma leitura dos escritos de Siegfried Kracauer até 1933*, Patricia da Silva Santos (2016) realiza uma profunda análise do desenvolvimento do pensamento de Kracauer. Para além do pensamento de Kracauer, subjaz uma presença intelectual da obra de Georg Simmel no pensamento do autor, bem como, de outros intelectuais que foram seus contemporâneos. Pode-se dizer que Kracauer também toma parte da herança simmeliana e, por esse sentido, as teses sobre o conceito de sociologia fazem sentido na reflexão deste artigo, na medida em que, atuam num panorama intelectual comum que corresponde aos escritos de Simmel, Benjamin, Kracauer e Adorno. Em várias passagens a autora analisa o procedimento de escrita de Kracauer, nesse sentido, situando-o numa linhagem de ensaístas que derivam de Simmel. Penso aqui na sugestão da ideia presente em Kracauer de vida como processo em contraposição a ideia fechada de sistema.

“formas marginais” que se expressam de modo ainda não explícito, mas que, carregam consigo um caminho para a apreensão do profundo. Em sua análise sobre Kracauer e o entrelaçamento do olhar sociológico para a superfície e seu vínculo com o sistema capitalista.

A sociologia das *superfícies*, como forma de análise da atualidade, adquire sua pertinência nesse sentido: o *profundo* “esconde-se” nas entranhas mais banais da sociedade contemporânea de modo que cada superfície possuiria uma espécie de referência ao sistema econômico. (SANTOS, 2016, p. 275)

Por essa perspectiva, a noção de superfície atua como *princípio* reflexivo, um primeiro passo para o caminhar do pensamento. Ela não se encerra em si, mas sugere uma origem do pensamento, uma primeira impressão dos fenômenos sociológicos. Podemos dizer que o ensaio tateia um fragmento e, no processo de reflexão do objeto, propõe seus vínculos com outros fragmentos num sentido de visada a totalidade. Algo análogo ao pintor que compõe as paisagens partindo de um detalhe minúsculo e, no processo de descrição, retrata uma totalidade no interior de uma moldura.

Sobre a questão do *subjetivismo*, ao longo do estudo foram apontados inúmeros contra-argumentos diante tal perspectiva. Embora o ensaísta origine sua reflexão de seu ponto original, isto é, suas impressões, ele confronta tais ideias com a realidade objetiva. Como em Simmel que, o ponto de vista da subjetividade combina-se com da objetividade na criação de um duplo-olhar descrito nas constelações experimentadas pelo ensaísta. O dualismo sociológico de Simmel assume a radicalidade de confrontar as impressões do objeto com uma espécie de vida própria das formas nas quais, cabe ao pensador, acompanhá-las em seu movimento particular.

Novamente fazendo menção ao *O ensaio como forma*, Adorno contribui para fecharmos essa nota a respeito da ideia de subjetivismo. O aparente “mal-estar” presente nos adversários do ensaio deriva da ideia de que ele se perpetua num exercício infinito. De fato, tal ideia, à luz da tradição que propomos, parece-nos verdadeira. Mas o significado do sempre indefinido alude ao atributo do não estabelecimento do pensamento na rede do sistema.

Mas esse mal-estar não é verdadeiro, porque a constelação do ensaio não é tão arbitrária quanto pensa aquele subjetivismo filosófico que desloca para a ordem conceitual a coerção própria da coisa. O que determina o ensaio é a unidade de seu objeto, junto com a unidade de teoria e experiência que o objeto acolhe (ADORNO, 2003, p. 36).

Em conclusão, as teses defendidas neste artigo a respeito da forma ensaio, sublinham a existência de uma tradição de pensadores dedicados à investigação do fenômeno moderno que tomaram como mediação procedimental o ensaio. A obra de Georg Simmel se mostrou paradigmática, na medida em que dela foi derivada uma disposição intelectual marcadamente presente em pensadores das ciências do espírito. A herança simmeliana, como vimos, foi reivindicada nas obras de Benjamin, Kracauer e Elias. Para além da ideia de ensaio, o conceito de *constelação* (ou *figuração*) atua como uma *afinidade eletiva* entre as perspectivas teóricas dos pensadores mencionados e se concretiza num programa de pesquisa sociofilosófico de investigação do fenômeno moderno.

Referências

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003.

_____. Caracterização de Walter Benjamin. In: **Prismas** – crítica e sociedade. São Paulo: Editora Ática. 1998 [1950].

BENJAMIN, Walter. Ursprung des deutschen Trauerspiels. In: **Gesammelte Schriften I**. Frankfurt am Main: Suhrkamp. 1991 [1925].

_____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

BENSE, Max. O ensaio e sua prosa. In: **Revista Serrote** volume 16. Instituto Moreira Salles, São Paulo, 2014.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FREUD, Sigmund. **O infamiliar** [Das Unheimliche]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

HORKHEIMER, Max. **Teoria tradicional e teoria crítica**. Textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1980 [1937].

_____. **Eclipse da razão**. São Paulo: Editora Unesp, 2015 [1947].

KRACAUER, Siegfried. **O ornamento da massa: ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

LUKÁCS, György. Sobre a essência e a forma do ensaio: Carta a Leo Popper. In: **Revista Serrote** volume 18. Instituto Moreira Salles, São Paulo, 2014.

MACHADO, Francisco de Ambrosio Pinheiro. **Imanência e história: a crítica do conhecimento em Walter Benjamin**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaaios**. São Paulo: Editora 34, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das letras. 2007.

RINGER, Fritz K. **O declínio dos Mandarins alemães: A comunidade acadêmica alemã, 1890-1933**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2000.

SANTOS, Patrícia da Silva. **Sociologia e superfície: uma leitura dos escritos de Siegfried Kracauer até 1933**. São Paulo: Unifesp, 2016.

SIMMEL, Georg. Exkurs über den Fremden. In: **Soziologie – Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung**. Suhrkamp: Frankfurt am Main. 1992.

_____. **As grandes cidades e a vida do espírito** (1903). Mana, Rio de Janeiro, v.11, n.2, 2005.

STAROBINSKI, Jean. É possível definir o ensaio? In: **Revista Serrote** volume 10. Instituto Moreira Salles, São Paulo, 2012.

SULLIVAN, John Jeremiah. Essai, Essay, Ensaio. In: **Revista Serrote** volume 19. Instituto Moreira Salles, São Paulo, 2015.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/Editora 34, 2013.

_____. Elias e Simmel. In: **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

WITTE, Bernd. **Walter Benjamin**. Uma biografia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ZWEIG, Stefan. Montaigne e a liberdade espiritual. In: **O mundo insone e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Curitiba, 1978: um relato do ARTSHOW

Manita Menezes¹
 Marcos Namba Beccari²
 Felipe Prando³

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

Este texto pretende fazer uma reflexão sobre a produção e circulação das imagens na esfera pública, dando ênfase ao evento Artshow, um projeto multimídia realizado no centro histórico da cidade de Curitiba no ano de 1978, em plena vigência da ditadura militar no país. A pesquisa é qualitativa e utiliza o recurso da história oral, por meio do contato direto e prolongado de um dos autores deste artigo com o principal realizador do evento, o artista visual Sergio Moura. A partir de autores que se debruçam sobre a arte na esfera pública e os espaços democráticos, a pesquisa enfatiza a importância de se dar voz às demandas sociais por meio de uma produção de arte mais integrada aos valores de cidadania.

Palavras chave: Artshow; espaços públicos; multimídia.

Curitiba, 1978: the ARTSHOW report

ABSTRACT

This paper intends to reflect on the production and circulation of images in the public sphere, emphasizing the Artshow event, a multimedia project carried out in the historic center of the city of Curitiba in 1978, in the middle of the military dictatorship in the country. The research is qualitative and uses the resource of oral history, through direct and prolonged contact between one of the researchers and the main director of the event, the visual artist Sergio Moura. Based on authors who think about art in the public sphere and democratic spaces, the research emphasizes the importance of giving voice to social demands through an art production more integrated with citizenship values.

Keywords: Artshow; public spaces; multimedia.

O Artshow foi um evento multimídia coordenado pelo artista visual Sergio Moura, que aconteceu na Galeria Júlio Moreira, no centro histórico de Curitiba. O ano era 1978 e é importante reconhecer que o país ainda estava sob a ditadura militar. O evento era

¹ Doutoranda em Design (UFPR), mestra em Comunicação e Linguagens (UTP), especialista em Marketing (UFPR). Professora dos cursos de Design da Universidade Positivo (UP). E-mail: manitamenezes@gmail.com.

² Doutor em Educação pela USP. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Design da UFPR. E-mail: contato@marcosbeccari.com.

³ Doutor em Poéticas Visuais pela USP. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Design da UFPR. E-mail: felipeprando@gmail.com.

composto por vários artistas do polo cultural curitibano e tinha como objetivo promover encontros entre os artistas e os transeuntes, e processos interativos que envolviam desde desenhos colaborativos até vestidos de papel inspirados nos Parangolés de Hélio Oiticica.⁴ Os artistas tinham em comum a vontade de estimular uma relação de troca com o público que passaria pelo local, e com isso despertar uma mensagem de esperança e resistência às pessoas, testemunhas ativas de um contexto social atribulado.

Para valer-se do Artshow como objeto desse texto, foi usada a história oral como método de investigação. Segundo Verena Alberti (2005, p. 30), que se dedica a investigar a contribuição da história oral na produção do conhecimento, este método é “uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram”. Pode, inclusive, ser aplicado a um(a) entrevistado(a) apenas, mas sempre em conjunto com outras fontes que venham a sustentar a relevância do depoimento. Em seu livro *Manual da História Oral*, a autora justifica que, “se o depoimento estiver sendo tomado como complemento de outras fontes e for suficientemente significativo”, pode figurar como investimento de história oral isolado no conjunto da pesquisa (ALBERTI, 2005, p. 35). Neste trabalho, só solicitamos o depoimento e ouvimos o artista visual amazonense, mas radicado em Curitiba-PR, Sergio Moura, o idealizador do evento em 1978 e o principal colaborador deste trabalho. O artista atua nas áreas de desenho, pintura, serigrafia, instalações, além de ações coletivas, arte-educação e pesquisa. Além de ter realizado 23 exposições individuais e participado de inúmeras mostras coletivas, criou e coordenou em Curitiba os projetos Praça da Arte, Artshow, Sensibilizar, Imagine e Artixx.

O Artshow e a “Galeria do Tuc”

Apesar do horizonte em comum, a forma de expressão de cada artista era única: múltiplas linguagens estavam reunidas e em constante movimento naquela

⁴ Hélio Oiticica foi um pintor, escultor, artista plástico e performático proeminente no cenário internacional entre as décadas de 1950 e 1970. Ver: FAVARETTO, 2015.

galeria de passagem. Enquanto Reynaldo Jardim⁵ declamava poesias, Sergio Moura preenchia telas de serigrafia e, em seguida, Paulo Leminski cantaria *Verdura* pela primeira vez. As intervenções aconteceram durante uma semana, e tudo o que fora produzido foi fotografado e filmado por câmeras S-8, resultando em um material audiovisual que foi sonorizado posteriormente, por depoimento de Sergio Moura. Esse vídeo, com duração de 25 minutos, foi editado e produzido para a mostra Circuitos Compartilhados, que estreou em 2008 na Cinemateca de Curitiba.

Figura 1 – Sergio Moura fazendo serigrafia



Fonte: Site de Sergio Moura.⁶

Para Moura (2008), o artista que idealizou e concebeu o movimento cultural, “a arte na rua é a própria obra de arte”, ou seja, quando a arte vai às ruas e, portanto, ganha dimensões maiores, ela torna-se o próprio objetivo final da arte em si:

⁵ Reynaldo Jardim foi um dos mais influentes poetas artistas gráficos da segunda metade do século XX no Brasil. Para mais informações, ver: <<https://brasilia.memoriaeinvencao.com/reynaldo-jardim/>>. Acesso em 19 jul. 2021.

⁶ Disponível em: <www.aartedesergiomoura.wordpress.com>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Pra mim quando a arte vai às ruas, criando situações que abraçam a população, envolvendo e provocando a integração, andando junto com o trabalho...Isso pra mim era a arte na rua. O fato da participação já é um sentido maior, entende? Não vejo sentido maior do que isso (MOURA, 2008).

No site do artista, há uma sequência de imagens que foram fotografadas naquela semana, retratando as atividades que ali aconteciam. Um grupo de fotógrafos ativos da cidade foi chamado para participar. Artistas como João Urban, Ivan Rodrigues, João Henrique, Alberto Viana e Reginaldo Fernandes que, nas palavras de Moura, não só registravam, mas também “inventavam com a máquina” (MOURA, 2008).

A imagem abaixo faz parte dos registros do evento e é considerada, por diversas características, a essência do Artshow. Uma delas seria a transcrição de uma ideia de Marcel Duchamp: “tudo é arte e nada é arte”, frase “desenhada” pelo artista Sergio Moura em um dos murais que circundavam a galeria Júlio Moreira.

Figura 2 – Mural feito por Sergio Moura em parceria com Paulo Leminski



Fonte: Site de Sergio Moura.⁷

⁷ Disponível em: <www.aartedesergiomoura.wordpress.com>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Duchamp foi um anarquista visceralmente associado aos dadaístas, mas, sobretudo, um dos principais articuladores do pensamento criativo que influenciou radicalmente os rumos da arte na segunda metade do século XX. Suas obras tornaram-se inevitáveis referências da arte contemporânea, quando o ato de *fazer arte* tornava-se mais importante que o objeto produzido. Suas inovações se iniciam quando começa a transportar objetos da vida cotidiana para o palco, até então estrito, das artes. O novo conceito ficou conhecido como *ready made*, que consistia em escolher um objeto de uso comum e reposicioná-lo, atribuindo ao objeto um sentido e um valor que não lhe são inerentes. Se, em uma manifestação artística tradicional, a obra passa a existir depois de um processo de transformação da matéria prima, como tintas e tela no caso de um quadro, por exemplo, no caso dos objetos de Duchamp a escolha e o deslocamento do objeto compõem a ação estética realizada.

A partir dessas reflexões do artista, abre-se espaço para uma série de questões. O que é a arte? Qualquer coisa pode ser uma obra de arte? Se for assim, nada/tudo é uma obra de arte? Estas provavelmente eram as provocações de Moura quando *escolheu* aplicar a frase já citada, instigando uma interação com o público por meio de tais questionamentos. O artista destaca que o evento teve como uma de suas premissas a imprevisibilidade, com o objetivo de promover a inovação artística. Segundo Russo (2012), o grau de novidade de uma inovação está relacionado com o nível de incerteza do seu resultado. Isso posto, projetos progressistas como o Artshow são inovadores por apresentarem alto nível de incerteza. Esse clima de desorganização incluía também a vontade de convocar as pessoas por meio do som:

O Artshow reúne essa galera para criar “de improviso”, sem nenhum planejamento prévio, era pura criação. Concordamos que tínhamos que fazer barulho, um eco de barulho. O que nos levou a fortalecer essa ideia foi manter dois compressores ligados continuamente. Enquanto tudo acontecia, os compressores estavam ligados, aquele barulho de máquina (MOURA, 2008).

Figura 3 – As intervenções nos registros do Artshow (1978)



Fonte: Site de Sergio Moura.⁸

Apesar de não haver um planejamento prévio para o que poderia acontecer durante o evento, é importante frisar que a Galeria Júlio Moreira foi inicialmente escolhida por razões de ordem prática: sua localização central, forte concentração popular e tamanho adequado para a ação. Construída dois anos antes, a galeria conecta o centro histórico de Curitiba, pois fora instalada no túnel subterrâneo entre o Largo da Ordem e a Praça Tiradentes.

Para nós, a galeria Júlio Moreira tinha o tamanho certo. O fato de ela não ser muito grande permitia que nós pudéssemos, com poucos recursos, manter essas pessoas concentradas, não vou dizer presas, mas focadas ali no trabalho, ao contrário do que aconteceria em um metrô, ou em uma galeria grande, onde para você fazer isso é mais difícil (MOURA, 2008).

⁸ Disponível em: <www.aartedesergiomoura.wordpress.com>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Como espaço público e de trânsito comum, a galeria abriu passagem para todos os tipos de pessoas, de turistas a traficantes. Mas também para as artes, pois abriga desde então o Teatro Universitário de Curitiba (TUC) que, segundo o site da Fundação Cultural de Curitiba, é um espaço multiuso com uma programação que contempla “desde bandas de garagem a manifestações populares, apresentando o que há de melhor na capital paranaense nos âmbitos artístico e cultural” (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 2019). Em relação aos problemas urbanos que uma passagem subterrânea pode causar, a coordenadora do teatro Nilza Maria dos Santos Raimundo declarou em entrevista à Jornalista Fabiane Menezes, do jornal Gazeta do Povo: “A gente ajuda a cuidar. Chamando a atenção de que aqui não pode [tráfego e uso de drogas]. É complicado, e por isso mesmo a gente tenta ocupar o espaço o máximo possível.” (MENEZES, 2016).

A declaração da coordenadora entra em conjunção com uma discussão que aparece na década de 1940 com o Expressionismo Abstrato, que, mesmo promovendo um certo distanciamento do mundo, cria condições para, nos anos 1960, um grupo de artistas aproximar mais a arte do real, procurando por um sentido mais político, cultural e social, e não apenas estético. Neste cenário, pode-se dizer, então, que o papel tradicional da arte e o seu lugar começam a ser questionados. Artistas conceituais relevantes como o americano Michael Asher e o francês Daniel Buren começaram a confrontar a isenção dos ditos espaços de arte, como museus e galerias que, com seus aspectos neutros e assépticos, não poderiam acolher uma expressão artística que ultrapasse os limites físicos e espaciais até então reservados à arte.

A partir desse debate sobre o alcance e o lugar da arte, levantou-se a necessidade de promover a sua saída dos espaços idealizados das instituições, em direção aos espaços alternativos e à ocupação dos espaços públicos — desde os cinemas, os mercados, os hospitais, as escolas, até lugares não físicos como o rádio, a televisão, a internet etc. Abrangendo então as ruas, os semáforos, os *outdoors*, os parques, os muros e os prédios abandonados, a arte realizada nos espaços públicos convertia-se em estratégia de aproximação com a realidade cotidiana e com o público. Os transeuntes viravam espectadores de arte e a cidade, espaço de arte. Segundo Moura (2019), a bandeira do evento Artshow foi uma frase de autoria de Jean Jacques

Lebel, ativista político e historiador de arte francês diretamente relacionado à Duchamp: “A arte deve descer até as ruas, sair do zoológico cultural em que está estabelecida”.

Figura 4 – “A Arte deve descer até as ruas, sair do zoológico cultural”



Fonte: Site de Sergio Moura.⁹

Ainda sobre as expressões artísticas e o espaço onde estão inseridas, no ano seguinte ao Artshow uma nova perspectiva foi introduzida pela historiadora Rosalind Krauss, no artigo “A escultura no Campo Ampliado” (1984). Ainda que Krauss se refira a uma expressão artística específica (a escultura), a abordagem parece eficiente para dimensionar o papel da arte na paisagem urbana e, por conseguinte, na cultura contemporânea. Ao propor um campo ampliado, Krauss se refere a um campo de relações com conexões múltiplas e heterogêneas, resultando em uma problematização de um conjunto de oposições entre esculturas, arquitetura e paisagem.

Portanto, o campo estabelece tanto um conjunto ampliado, porém finito, de posições relacionadas para determinado artista ocupar e explorar, como uma

⁹ Disponível em: <www.aartedeserjomoura.wordpress.com>. Acesso em: 12 jul. 2021.

organização de trabalho que não é ditada pelas condições de determinado meio de expressão. Fica óbvio, a partir da estrutura acima exposta, que a lógica do espaço da práxis pós-modernista já não é organizada em torno da definição de um determinado meio de expressão, tomando-se por base o material ou a percepção deste material, mas sim através do universo de termos sentidos como estando em oposição no âmbito cultural (KRAUSS, 1984, p. 136).

Aproximando as instalações e obras do Artshow à reflexão de Krauss em torno da escultura, é possível considerar o evento como um campo de forças que proporciona uma série de relações ampliadas. A relevância do trabalho da autora se dá na exploração dessas relações, algo que foi bem destacado por Moura em seus relatos para este artigo.

No pós-modernismo, a práxis não é definida em relação a um determinado meio de expressão – escultura – mas sim em relação a operações lógicas dentro de um conjunto de termos culturais para o qual vários meios – fotografia, livros, linhas em parede, espelhos, ou escultura propriamente dita – possam ser usados (KRAUSS, 1984, p. 136).

Atualmente, é comum o uso dos espaços públicos como um suporte para a manifestação artística, quase como uma continuidade para a sua atuação. E a discussão sobre a indissociabilidade entre obra e lugar não é mais restrita à escultura, abarcando hoje qualquer meio de expressão. Muitas vezes, inclusive, o lugar pode influenciar de maneiras não previamente percebidas, como foi o caso das dimensões arquitetônicas da Galeria Júlio Moreira que, como conta Moura (2008), inesperadamente teve suas escadas também utilizadas para interferências criativas.

Como já dito anteriormente por Moura, a imprevisibilidade que provoca a inovação já estava sendo considerada no momento da escolha do local, pois, na época do evento Artshow, já se expandia o debate sobre a arte que se relaciona com o espaço onde está inserida e, mais do que isso, transforma a paisagem em um território contextual de sua prática artística. O termo *site-specific* (ou arte localizada) surgiu alguns anos antes do evento e o conceito se fortalecia em uma época em que artistas faziam obras artísticas que se relacionavam de forma intrínseca ao lugar onde eram instaladas. Os trabalhos de *site-specific* são desenvolvidos e pensados a partir de um local específico, no qual os elementos da obra dialogam com o meio circundante.

A curadora de arte contemporânea coreana Miwon Kwon (1997) destaca que, em sua primeira formação, o trabalho *site-specific* “focava no estabelecimento de uma relação inextricável, indivisível entre o trabalho e sua localização, e demandava a presença física do espectador” (KWON, 1997, p. 167). Porém, para ela, existem mais camadas a serem consideradas, camadas que agregam novas características à arte *site-specific*: outras linguagens artísticas sendo incorporadas, uma mudança epistemológica do objeto artístico, um novo modelo de sujeito, mais suscetível às experiências corporais, e uma inconsciente resistência às logicas cada vez mais capitalistas do mercado de arte (KWON, 1997).

Mas, ainda segundo Kwon (1997), os trabalhos *site-specific* costumam elaborar uma espécie de enraizamento no lugar em que são feitos, pois, geralmente lidam com a gravidade e têm profunda conexão com a materialidade, mesmo que efêmera ou inflexível, mesmo que sujeitos ao desaparecimento ou à destruição. São trabalhos “adequados” aos espaços físicos, de forma que sua materialização se dê a partir de uma dimensão discursiva específica.

Se o Artshow não tivesse sido realizado na galeria Júlio Moreira, teria certamente perdido um bocado do seu significado e potência. A própria escadaria subterrânea já contribuía para a surpresa do que estava por vir. Quando chegavam ao subsolo, as pessoas se deparavam com faixas de papel penduradas que obstruíam o livre fluxo dos transeuntes. A ideia dos artistas era que as pessoas se indagassem a respeito e tivessem que tomar alguma atitude, aquela que seria apenas a primeira de uma série de interações. Além disso, uma equipe de pessoas fazia uma coleta de lixo pelas redondezas, o qual era colado nas faixas de papel que barravam as pessoas e geravam curiosidade. Para conseguirem passar, os transeuntes teriam então que rasgá-las, ou abaixar-se, iniciando o processo interativo. Ainda segundo Moura:

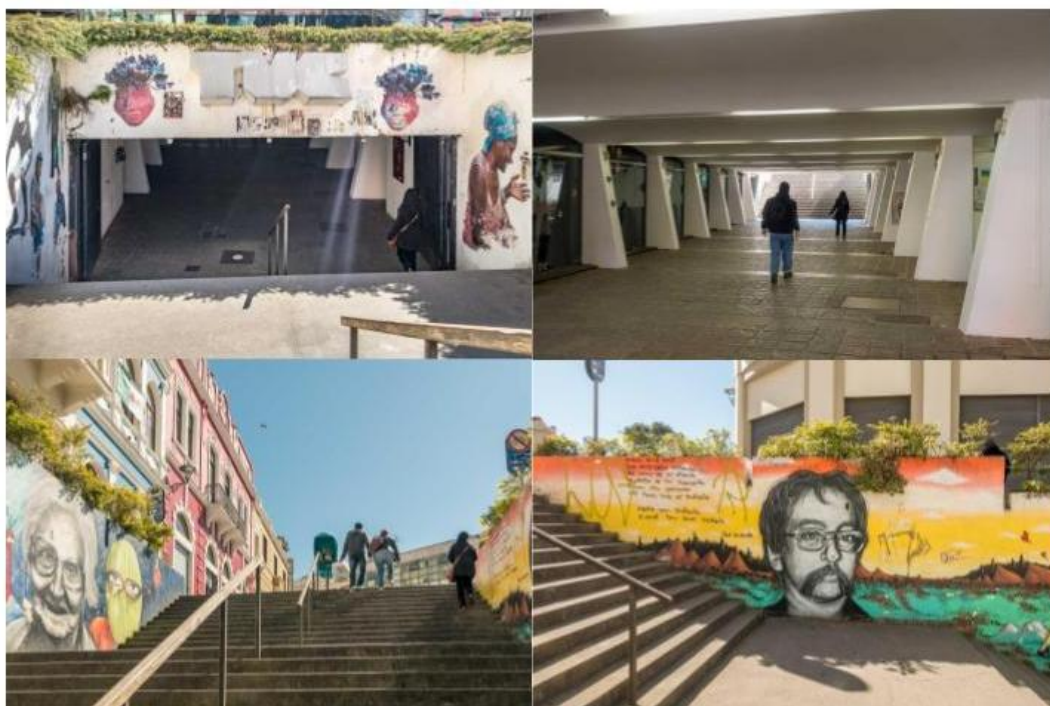
“Percebemos que a escada era um elemento espacial importantíssimo, por causa disso sua figura virou o ‘logo’ do projeto, duas escadas convergindo uma para outra. Ficávamos observando, era bonito, inusitado. O cara saía dali e no outro dia voltava, com outro gás, com outra energia.” (MOURA, 2008).

Figura 5 – Os transeuntes entre as faixas de papel



Fonte: Site de Sergio Moura.¹⁰

Figura 6 – A Galeria Júlio Moreira em 2017



Fonte: Fotografando Curitiba.¹¹

¹⁰ Disponível em: <www.aartedesergiomoura.wordpress.com>. Acesso em: 12 jul. 2021.

¹¹ Disponível em: <www.fotografandocuritiba.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Desde a ascensão do movimento cultural do Iluminismo, quando houve um considerável desenvolvimento intelectual e urbano na sociedade, pode-se considerar que a esfera pública se tornou um espaço de debate público, da circulação de informações e imagens e da produção de visibilidades e invisibilidades. Para o filósofo Walter Benjamin, a imagem é uma força motriz do imaginário social e coletivo. No método histórico-dialético proposto por Benjamin, a composição da trama histórica deve se dar por meio das narrativas e da memória. Além de se fazer jus à conjuntura concreta do objeto estudado, trata-se também de valorizar a situação histórica e social que lhe dá suporte e que, portanto, suscita o interesse do objeto estudado (BENJAMIN, 1994¹² apud LÖWY, 2005).

A partir dessas ideias, é possível adotar o pensamento benjaminiano como um referencial teórico para uma produção de arte mais integrada aos valores de cidadania, para uma prática artística que busque dar voz aos movimentos sociais e às minorias políticas, ajudando a difundir e reproduzir suas memórias, suas representações e identidades. Em consonância com o relato sobre o Artshow — onde aconteceu, em que contexto social e em qual período histórico —, pode-se perceber como os espaços públicos contribuem e dão suporte às expressões artísticas, transformando o momento presente em uma imobilização histórica, repleta de significados sociais e valores simbólicos.

Complementando as ideias de Benjamin, não se pode deixar de considerar o caráter plural da arte contemporânea, que faz com que seja possível conciliá-la a diversas linguagens, auxiliando nessa transposição para os espaços urbanos. A respeito das expressões artísticas que fizeram parte do Artshow, em seu depoimento, Moura esclarece uma das poucas condições pré-estabelecidas: “Queríamos dar a ideia de um grande ateliê; até chegarmos a esse conceito, tudo foi bem discutido” (MOURA, 2019). O artista acredita que um dos pontos altos da proposta foi a “permanência elástica e abrangente das linguagens expressivas e não apenas visuais” (MOURA, 2019), o que é complementado por seu depoimento anterior:

¹² BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v.1).

A melhor solução que achamos foi convidar toda a categoria de produtores e artistas sem se fixar em nenhuma linguagem específica, pelo contrário, reunindo essas linguagens para que pudéssemos abrir um fluxo de produção ali dentro. Tínhamos do simples desenho até o cinema (MOURA, 2008).

Sobre a capacidade de alcance e abrangência da arte, é interessante recorrer às ideias do filósofo, crítico, editor e curador francês Nicolas Bourriaud, que considera que a arte é capaz de reeditar o mundo contemporâneo. Ele apresenta essa ideia em seu livro *Estética Relacional* (2009), onde reflete os encontros possibilitados pelos processos artísticos, tendo como condição o espaço e o tempo compartilhados entre atores e espectadores. Dito de outro modo, a arte só aconteceria a partir de *relações*, em sistemas de rupturas, continuidades e devires, gerando acontecimentos e não obras acabadas (BOURRIAUD, 2009).

Seu texto articula autores como Michel Foucault, Jurgen Habermas, Gilles Deleuze e Félix Guattari e tem o diferencial de lançar um olhar mais compreensivo para a produção de arte dos anos 1990, um olhar menos austero do que aquele que a crítica especializada costuma disparar. Para consolidar suas reflexões, Bourriaud procurou se aproximar de diversos artistas que se tornaram referência na época e constatou o campo da arte como um campo de trocas onde as relações humanas e seu contexto social importa mais do que os espaços simbólicos, autônomos e privados.

Figura 7 – A arte como um campo de trocas



Fonte: Site de Sergio Moura.¹³

No entanto, é curioso relatar que Bourriaud, quando participou como conferencista da 27ª Bienal de São Paulo em 2006, declarou não conhecer o artista brasileiro Hélio Oiticica, um precursor da arte como estado de encontro e, portanto, da teoria do crítico francês (FIALHO, 2006).

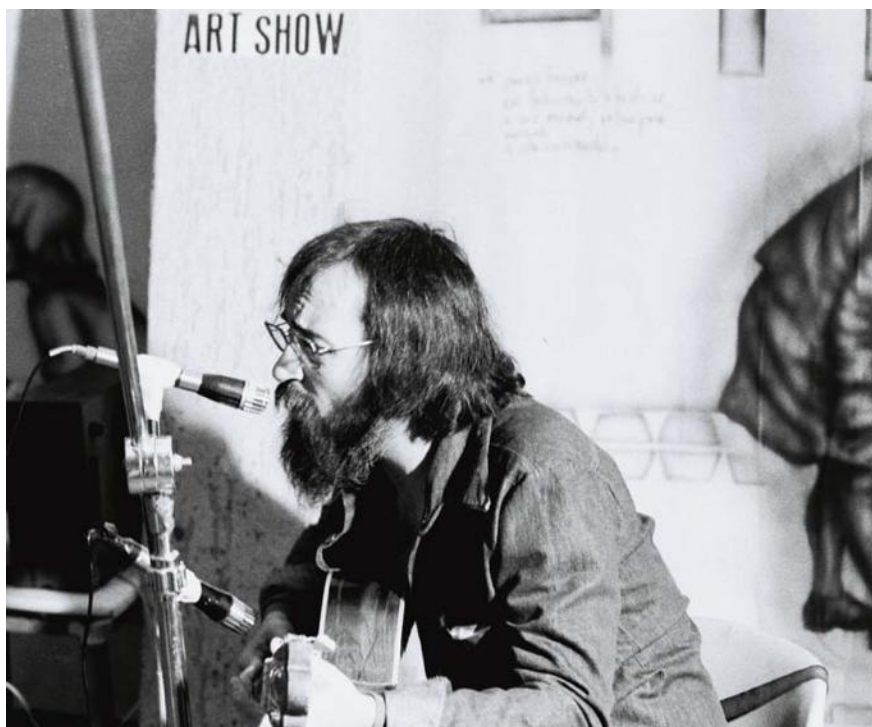
Corroborando com Bourriaud, durante todo seu depoimento no vídeo que registra o Artshow, Sergio Moura destaca a importância dos encontros, especialmente quando declara que a atividade artística é, por definição, processo criativo, mas sempre terá sua origem nos sujeitos, não no objeto, e, por conseguinte, “jamais se renderá totalmente à submissão imposta pelas circunstâncias políticas e sociais” (MOURA, 2008).

No fim do mesmo vídeo, o artista relata a curiosa participação de Paulo Leminski no painel que ilustra a segunda imagem deste trabalho (Figura 2). Conta

¹³ Disponível em: <www.aartedesergiomoura.wordpress.com>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Moura que, assim que terminou de escrever sua frase inspirada em Duchamp, Leminski correu para o outro lado do painel e puxou uma seta, completando a provocação: “O pinico de Duchamp é a fonte da juventude”. A referência ao “pinico” provém de uma das obras mais famosas do artista francês, em se tratando de *ready made*: a *Fonte*, obra de 1917 que representava um mictório como símbolo de contestação do status da própria arte. Em entrevista¹⁴ para este texto, Moura diz que o interesse da dupla era claramente o de estimular o debate “em torno da dúvida, que Duchamp ampliou e nos legou”, e que sentiam que “todas as possibilidades criativas estavam ao nosso alcance, para expressar ideias, sentimentos, as nossas vontades emergentes” (MOURA, 2019).

Figura 8 – Paulo Leminski no Artshow



Fonte: Site de Sergio Moura.¹⁵

O painel ainda contém duas serigrafias e é relevante compreender o sentido e o objetivo dessas intervenções; trata-se de uma imagem urbana e outra do artista

¹⁴ MOURA, Sergio. **Sobre as imagens que registraram o Artshow**. Curitiba, 2019. Entrevista.

¹⁵ Disponível em: <www.aartedesergiomoura.wordpress.com>. Acesso em: 12 jul. 2021.

amazonense Hahnemann Bacelar, amigo próximo e parceiro profissional de Moura, mas que, à época do evento, já tinha falecido em um episódio trágico. Ambas as serigrafias foram riscadas com um “X”, pois a ideia foi descartá-las enquanto imagem e signo de valor. Essas serigrafias, juntamente com as frases, eram representações ora de ironia, ora de renúncia, e parecem demonstrar o que Chantal Mouffe descreve como paradigma de uma “democracia agonística”, que tem como ideia central o processo de conflito e deliberação entre cidadãos sob formas variáveis (MOUFFE, 2013).

Mais precisamente, o que chama atenção nas reflexões da autora é a ideia da produção do dissenso como uma oportunidade de crescimento social. Investir na produção artística como uma intervenção que provoque os sujeitos sociais a se assumirem como plurais e heterogêneos significa, para a filósofa, avançar de fato em direção a uma prática de políticas de arte relevantes socialmente. “Arte crítica promove dissidência: torna visível o que o consenso dominante tende a obscurecer e obliterar” (MOUFFE, 2013, p. 190).

Rosalyn Deutsche é outra crítica de arte que discute a arte na esfera pública e, conseqüentemente, os espaços democráticos. Conforme observou Kwon (1997), Deutsche (2009) fez uma análise relevante que destacava a diferença entre *site-specificity* de modelo assimilativo e *site-specificity* de modelo intervencionista. No primeiro, a arte se integrava ao ambiente existente, unificando assim o espaço e o tornando coeso, harmonioso. No segundo, a arte atuava como uma intervenção crítica, na própria lógica já existente no local, como fez o evento Artshow, que já nascia como uma proposta de arte *site specific* mesmo sem ter sido planejado como tal.

Aprofundando esse segundo modelo e questionando, na esteira de Mouffe, aspectos que caracterizam supostamente propostas de arte como públicas, Deutsche (2009) analisa a opacidade de determinados agrupamentos sociais e defende que artistas que querem aprofundar e ampliar as suas atuações públicas têm uma tarefa dupla: criar trabalhos que (1) permitam àqueles que foram invisibilizados a “fazer sua aparição”, e que (2) concedam ao espectador a possibilidade de responder a essa aparição. A autora acredita que a ordem social é necessariamente instável e está aberta à contestação, sendo o debate sobre o que é legítimo e o que é ilegítimo aquilo que é em todo caso partilhado e acordado, ainda que provisoriamente, no espaço público.

Já Mouffe, autora belga com trabalhos majoritariamente sobre filosofia política e estudos de gênero, acredita que a saída para esses problemas de legitimidade social reside na própria manutenção dos conflitos. Para ela, há um crescimento exponencial da quantidade de pessoas desapontadas com seus governantes e com os partidos políticos tradicionais, sendo que estes deixaram de atender aos interesses da população e isso teria culminado na ascensão do antagonismo discursivo como paradigma democrático pautado por extremos políticos. A autora propõe, então, uma ressignificação, a diluição do antagonismo em direção a um *agonismo* radical, onde pontos de contato entre teorias e abordagens políticas possam ser estabelecidos. “A meu ver, o que está em jogo nesse debate é o tipo de espaço público que aqueles que desejam criar o projeto democrático radical deveriam tentar estabelecer, um espaço de ponderação e consenso ou um espaço de confrontação agonística.” (MOUFFE, 2013, p. 182).

Para Chantal Mouffe, as teorias democráticas fundadas no consenso são sempre excludentes e normativas, sendo tal paradoxo inerente à democracia moderna. A autora se contrapõe, nesse sentido, a teóricos como Hannah Arendt e Jürgen Habermas, que “concebem a política como um espaço de liberdade e de decisões públicas”, e defende, ao contrário, o entendimento da política “como espaço de poder, conflito” (MOUFFE, 2013, p. 183). Seguindo tal perspectiva, Mouffe também propõe a não distinção entre arte política e arte não-política, uma vez que haveria sempre uma dimensão estética na política e uma dimensão política na estética.

Conclusão

As artes costumam desafiar a ordem discursiva hegemônica e, por este motivo, sempre possuem uma dimensão política. Partindo de uma abordagem multidisciplinar das forças políticas existentes e sua correlação com valores culturais, filosóficos e estéticos, o Artshow proporcionou, em Curitiba, um espaço de democracia agonística, um evento histórico que pressupõe o conflito no lugar do consenso, abrindo-se a debates e interações, a qualquer tipo de manifestação.

Se a arte costuma se expressar pelas relações, como propõe Bourriaud (2009), e também por meio de rupturas ou continuidades, é possível dizer que o Artshow realizou o potencial político de uma manifestação artística localizada na esfera pública, sem deixar de lado sua proposta original: um evento de expressões artísticas realizado por pessoas, fossem elas artistas ou não.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

BOURRIAUD, Nicolas. **Estética Relacional**. Tradução de: BOTTMANN, Denise. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DEUTSCHE, Rosalyn. Arte de ser testemunha na esfera pública dos tempos de guerra. **Concinnitas**, v. 2, n. 15, p. 174-185, 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/55557/35628>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FAVARETTO, Celso Fernando. **A invenção de Hélio Oiticica**. 2a ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

FIALHO, Ana Leticia. Relato da palestra de Nicolas Bourriaud. **Forum Permanente**. Disponível em: http://www.forumpermanente.org/event_pres/simp_sem/semin-bienal/bienal-trocas/trocas-doc/copy_of_confi. Acesso em: 06 jun. 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Teatro Universitário De Curitiba**. Disponível em: www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/espacos-culturais/teatro-universitario-de-curitiba-r-tuc. Acesso em: 12 ago. 2019.

GALERIA Júlio Moreira. Disponível em: www.fotografandocuitiba.com.br/2017/07/galeria-julio-moreira.html. Acesso em: 11 maio 2021.

KRAUSS, Rosalind. A escultura no campo ampliado. Tradução de: BAEZ, Elizabeth Carbone. **Gávea**: Revista semestral do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil, Rio de Janeiro, n. 1, p. 92-93, 1984.

KWON, Miwon. **One Place After Another**: Notes on Site Specificity. October 80, The MIT Press, Boston, v. 80, p. 85-110, 1997.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de: BRANT, Wanda Nogueira Caldeira. São Paulo: Boitempo, 2005.

MENEZES, Fabiane Ziolla. Em Curitiba, Galeria Júlio Moreira é um exemplo de espaço de arte subterrâneo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 abril 2016. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/em-curitiba-galeria-julio-moreira-e-um-exemplo-de-espaco-de-arte-subterraneo-2g4llmgr7eel8656ipa4ysivo Acesso em: 12 ago. 2019.

MOUFFE, Chantal. Quais espaços públicos para práticas de arte crítica? **Arte & Ensaios**: revista do PPGAV-EBA-UFRJ, n. 27, p. 180-199, dez. 2013.

MOURA, Sergio. **Artshow 1978**. Curitiba: Cinemateca, 2008. Depoimento sonorizado para a mostra Circuitos Compartilhados.

MOURA, Sergio. **Sobre as imagens que registraram o Artshow**. Curitiba, 2019. Entrevista.

RUSSO, Rosaria F. S. M., & SBRAGIA, Roberto. (2014). **Incerteza imprevisível em projetos inovadores**: criando sentido com a gestão de projetos. Revista de Gestão e Projetos, 5(2), 24-39.

O neoliberalismo e as relações raciais: o não-lugar do racismo estrutural nos editoriais sobre a morte de George Floyd

João Fernando de Lima Parra¹

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

O racismo figura como um elemento estrutural nas sociedades capitalistas, no entanto, o tema ainda é debatido como conjunto de ações individuais ou práticas institucionais. A morte de George Floyd reacendeu o debate racial de uma forma inédita, colocando o tema em evidência em grande parte da mídia mundial. Com a notoriedade, se abriu uma janela de oportunidade para colocar em pauta o racismo estrutural. Com o objetivo de verificar como o tema foi tratado pela mídia e se houve menções a este caráter totalizante, foram analisados trinta e quatro artigos de opinião do jornal Folha de São Paulo, cobrindo o período posterior ao assassinato, até o dia do funeral em Houston, Texas. Foi possível evidenciar que são poucos artigos que tratam do caráter estrutural do racismo, sendo que o termo é obliterado pela maioria dos autores. O neoliberalismo e sua ideologia baseada na igualdade de condições entre os indivíduos é um forte limitador do entendimento do caráter estrutural do racismo que contribui com a manutenção de privilégios de uma classe em detrimento de outra. Os resultados mostram que há uma dificuldade em abordar o termo, pois admitir a sua existência implica em aceitar o aspecto segregacionista de uma sociedade que beneficia os brancos, não simplesmente excluindo um grande contingente de negros e negras, mas se beneficiando desta exclusão.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Mídia; Neoliberalismo; George Floyd.

Neoliberalism and race relations: the non-place of structural racism in the editorials about the death of George Floyd.

ABSTRACT

Racism figures as a structural element in capitalist societies, however, the theme is still debated as a set of individual actions or institutional practices. The death of George Floyd rekindled the racial debate in an unprecedented way, putting the issue in evidence in much of the world's media. With the notoriety, a window of opportunity was opened to put structural racism on the agenda. In order to verify how the theme was handled by the media and whether there were mentions of this totalizing character, thirty-four opinion articles from the newspaper Folha de São Paulo were analyzed, covering the period after the murder, until the day of the funeral in Houston, Texas. It was possible to evidence that there are few articles that deal with the structural character of racism, and the term is obliterated by most authors. Neoliberalism and its ideology based on equality of conditions between individuals is a strong limiting

¹ Bacharel em Marketing e Propaganda pela Universidade Norte do Paraná (2007), Bacharel em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2016), Mestre em Marketing e Investigación de Mercados pela Universitat de València (2009), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2019) e Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina. Bolsista CAPES/DS. Email: joaoparra@hotmail.com.

factor in the understanding of the structural character of racism that contributes to the maintenance of privileges of one class over another. The results show that there is a difficulty in approaching the term, as admitting its existence implies accepting the segregationist aspect of a society that benefits whites, not simply excluding a large contingent of black men and women but benefiting from this exclusion.

Keywords: Structural racism, Media, Neoliberalism, George Floyd.

O mundo se levantou com a morte brutal de George Floyd no dia 25 de maio de 2020 sob o joelho de um policial branco. A cena foi registrada em vídeo, no qual vemos o policial Derek Chauvin com as mãos no bolso, como se estivesse tranquilamente passeando, em vez de estar obstruindo as vias respiratórias de um ser humano.

Este artigo foi escrito no dia seguinte a eleição que consagrou a derrota do Presidente Donald Trump. Ainda não há como afirmar, com bases empíricas, se a derrota foi um resultado direto das manifestações que ocorreram logo após a morte de George Floyd. Os protestos (este e outros que aconteceram no espaço entre a morte de George Floyd e a eleição), foram usados pelos dois candidatos como trunfo eleitoral, Biden pelas reações desrespeitosas do atual mandatário, e Trump destacando os atos de vandalismo e violência praticados durante as manifestações.

O que se pode afirmar, com base nos resultados eleitorais, é que Biden conseguiu vitórias importantes em cidades como Detroit e Filadélfia, com a ajuda dos votos de negros e negras - sem contar o caso do Estado da Geórgia, que deu ao futuro presidente uma votação histórica que não acontecia desde 1992. Esse fenômeno teve um relevante efeito simbólico, uma vez que se trata de um Estado “historicamente marcado pela supressão do voto negro” (MATTOS, 2020).

Mesmo com a vitória de Biden e o ineditismo de uma mulher de ascendência negra e asiática na vice-presidência, ainda é cedo para afirmar que os atos estremeceram, de alguma forma, as bases estruturais sobre o modo como o racismo é visto na sociedade americana. Não sabemos se as manifestações pela morte de George Floyd terão comoção diferente quando avaliamos seu impacto institucional em relação as práticas de discriminação racial quando comparadas às de 1992, em Los Angeles e a de 2014, no estado do Missouri, que deram origem ao slogan “black lives matter”. O que fica latente é que no bojo de toda essa revolta, justa e necessária, se coloca a

questão de por que o assassinato de um negro americano colocou o racismo na pauta jornalística (brasileira) de uma maneira quase que inédita² (LIMA, 2020).

A questão racial, junto com previsíveis comparações entre a reação da sociedade americana e brasileira, veio à tona nos meios televisivos, acadêmicos e em rodas de conversa pelo Brasil afora. Não quero me deter sobre as diferenças entre os tipos de racismo nos dois países, acredito que muito já foi escrito sobre o tema e uma longa reflexão só reforçaria alguns aspectos sobre as semelhanças³. Tenho o objetivo de destacar aqui como a questão do racismo é debatida na mídia no contexto neoliberal brasileiro. Tomo como hipótese inicial que é tratado como um fato execrável e digno de pena e condenação legal, mas ainda enquanto uma atitude individual, anulando assim o seu caráter sistêmico - ou melhor estrutural. E um dos pontos que corroboram essa individualização está relacionado com os valores neoliberais, que soube imprimir em forma de ideologia a ideia de que não importa a classe e sim o mérito de cada um, através de suas livres escolhas individuais, obliterando a sua função estrutural e estruturante da sociedade (ALMEIDA, 2018).

Dessa forma, o sucesso é visto como corolário da vida de cada indivíduo, e o seu fracasso é responsabilidade única e exclusiva dessas ações. Penso que a sociedade neoliberal contribui para a perpetuação das forças estruturais de racismo de uma maneira singularmente efetiva, pela negação de sua existência, em seu melhor papel de mito de uma sociedade pós-racial (ROBERT, 2016).

Neste sentido, faremos uma análise de artigos de opinião do maior jornal em circulação no país, a Folha de São Paulo. Como recorte temporal, o foco será do dia

² Para clarificar o “ineditismo” que a autora está se referindo, vale mencionar que o assassinato de negros por agentes do Estado é uma constante no Brasil. Para se ter uma ideia 75,7% de todos os homicídios no ano de 2018 são de negros e pardos (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020). Mesmo diante destes indicadores não há o mesmo nível de notoriedade e, muito menos, espaço nos meios de comunicação do país como foi do caso George Floyd.

³ Para mais informações sugiro a leitura do artigo “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem” de Oracy Nogueira (2006), nele o autor destaca a existência de singularidades do racismo nesses dois países e que, apesar das semelhanças, no que se refere aos impactos do racismo em relação a população negra, a discriminação racial no Brasil se baseia no preconceito de marca (fenótipo ou aparência) e não de origem (características biológicas ou ascendência) que independe da aparência, como nos Estados Unidos.

seguinte à morte de George Floyd, até o final de semana⁴ após o seu funeral, no dia 04 de junho. Dessa forma, poderemos avaliar a repercussão, não só do episódio que gerou a sua morte, mas também todo o efeito dos protestos passando pelas reações políticas dos governantes e pelo espriamento da revolta por outros países. Foram avaliados 26 artigos de nomes de autores dos mais variados tipos e espectros ideológicos.

Para um maior entendimento sobre a questão do racismo estrutural e de como ele está relacionado ao neoliberalismo, é de fundamental importância dedicar algumas linhas a respeito da questão racial (2) e como ela foi (e ainda é) tratada, aqui no Brasil (3), para depois concentrarmos forças no discurso neoliberal da sociedade pós-classe (4). Logo após a fundamentação teórica, analisaremos os artigos de opinião (5), para, na sequência, concluir com as considerações finais.

Raça, racismo, discriminação racial

Não há uma maneira fácil e sintética de esclarecer temas tão amplos e densos a respeito da raça, racismo e a discriminação racial. O que pretendo aqui é fazer um pequeno panorama destes tópicos, baseado nas obras de Silvio Almeida *O racismo estrutural* (2018) e Aníbal Quijano *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* (2005) para que seja possível um embasamento teórico para as análises dos artigos de opinião e de como o neoliberalismo entra nesta equação enquanto um potencial difusor e amplificador do racismo através da negação de sua existência (ROBERT, 2016).

Ao falarmos de raça podemos elencar suas origens no iluminismo, e de como o homem e sua subjetividade foram tratados pela filosofia enquanto um elemento central e estruturante do mundo (QUIJANO, 2005). Notem que não se trata de qualquer homem, mas sim do homem europeu branco. A partir deste recorte de base de pensamento, se pode classificar o mundo em duas categorias, o homem branco e o restante do mundo, que era simplesmente visto como o “outro”. A partir daí, vimos surgir uma grande quantidade de substantivos como nativo, selvagem, índio, negro

⁴ Estendi o recorte até o final de semana após o funeral, pois em jornais de grande circulação os editoriais de sábado e domingo tratam sobre assuntos importantes ocorridos na semana.

que remetem qualificações que salientam um lado animalesco e desprovido de razão, até generalizações que matam, em um sentido figurado, toda uma gama de tradições culturais, sociais e individuais, como é o caso do “índio” e do “negro” (QUIJANO, 2005).

Dito dessa forma, a questão da raça pode trazer uma base científica para a classificar as diferenças. Críticos podem afirmar que diferenças entre povos sempre existiram e que qualificar os outros como bárbaros não é novidade alguma desde o momento em que o império romano cruzou o Rubicão. A questão delineada, de forma inédita na história, é que há uma base científica para essa definição que “justifica” o racismo e é utilizada como bússola, tendo como norte o homem europeu branco (QUIJANO, 2005).

A partir dessa lógica pode se verificar uma discriminação com base na raça no sentido de “um tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (ALMEIDA, 2016, p. 25). Precisamos entender que por trás das questões de raça há sempre uma questão implícita de poder, que significa, na prática, que um grupo ganha com a discriminação de outro. Por mais básica que a frase acima possa parecer, essa ressalva se faz necessária, pois o caráter sistêmico do racismo está longe de ser um consenso. Nas palavras de Almeida (2018, p. 27):

O racismo é definido então pelo seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política econômica e nas relações cotidianas.

Em contraposição a esta concepção, está a noção de racismo individualista, que se encaixa muito bem na concepção liberal, que trata a questão como algo pertencente a um indivíduo, em um tipo de ação concreta. A concepção liberal de racismo é facilmente visualizada, pois um comportamento ou atitude racista pode ser filmado e qualquer pessoa tem acesso. Já a concepção estrutural só pode ser entendida em sua completude através de um exercício de reflexão, que está longe de ser simples, como acessar um vídeo em um grupo de *WhatsApp*.

A solução na concepção liberal também é de fácil entendimento, basta uma punição individual exemplar para a voltarmos ao normal de uma sociedade que trata todos os indivíduos como iguais, instaurando uma normalidade que até o mais cético dos sujeitos, com um pouco de boa-fé, admitirá ter um caráter sistêmico. Afinal, os porteiros e seguranças, Brasil afora, sabem muito bem quem deve ir pela entrada de serviço⁵ e quem deve ser deixado de fora de algum local, ou mesmo, ser motivo de atenção redobrada⁶.

Na continuação vamos entender da onde vem essa pretensa igualdade de todos os indivíduos e a influência que as correntes econômicas tiveram nesta tese, que cada dia mais vem sendo propagada como “axioma” pelos liberais.

As diferentes explicações econômicas para o racismo

Pode-se encontrar os mais variados tipos de explicações do racismo em diferentes correntes econômicas. Antes de entrarmos nas explicações neoliberais, permito-me fazer uma pequena excursão teórica sobre as diferentes concepções que explicam o racismo pelo prisma econômico.

Dando início pelo exspecto mais à esquerda do pensamento heterodoxo temos a visão marxista de Oliver Cox (1970) que afirma que o racismo é na verdade um suporte das relações de exploração capitalista. Afinal, segundo o autor, o ódio racial visto nas sociedades modernas não tem paralelo em sociedade não capitalistas. Há então um reforço do modo de produção capitalista neste processo de exclusão que gera por sua vez o racismo.

⁵ A questão da entrada de serviço é um reflexo de que mesmo os negros e pardos sendo maioria da população, eles ainda são minoria, ou até mesmo inexitem, em condomínios e prédios de luxo. Isso faz com que exista um certo “padrão” em prestadores de serviço. Em uma matéria da jornalista Danielle Valentim (2019), que indaga um porteiro sobre o tema, ele responde: “negro, negro, é prestador de serviço e empregada doméstica. As negras que vejo aqui é tudo doméstica”. Esse elitismo da sociedade brasileira fica evidente também em relação aos tipos de profissionais que são instados a recorrer a entrada de serviço, um médico dificilmente teria que percorrer o mesmo caminho que um encanador, mesmo os dois sendo prestadores de serviços.

⁶ Uma pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva verificou que 7 em cada 10 negros sofreram preconceito em loja, restaurante ou mercado (EXAME, 2021) o que revela um claro desconforto dos negros em relação a essa atenção dedicada exclusivamente pelo viés racial.

É preciso destacar que há uma ampla base de estudos marxistas que contribuem com a noção de Cox (1970) e partem desse referencial teórico como fundamento para debater questões raciais, colocando o combate ao racismo como forma de luta contra o próprio capitalismo. Pode-se destacar as contribuições de Ângela Davis e da ideologia do Partido dos Panteras Negras, assim como autores que analisam o continente africano e formas de resistência por este mesmo prisma - como é o caso de Amílcar Cabral, Patrice Lumumba, Franz Fanon e Kwame Nkrumah. No entanto, se tomarmos a visão marxista como tão bem elucidada por estes autores, veremos que o racismo não se dá somente pelas relações capitalistas. Há ainda um componente mais estruturante que não se extingue junto com o modo de produção.

Passando por uma visão mais liberal com viés keynesiano, temos o autor, Gunnar Myrdal (1944), que vê o racismo como uma sucessão de causas cumulativas que ao fim e ao cabo geram uma desigualdade de condições que impacta em uma diferente inserção do negro na sociedade, sempre em condições mais precárias. Causas estas se referem, por exemplo, a questão de menor acesso à educação, que, por sua vez, gera menos conhecimento sobre outros fatores que são considerados importantes pelo mercado. Como corolário, todas estas causas gerariam um racismo tido como uma decisão racional do mercado. Dessa forma, para acabar com estes elementos causadores de desigualdade se faz necessário um investimento público para pôr fim a estas disparidades e colocar o negro em condição de igualdade (MYRDAL apud ALMEIDA 2018).

Saindo um pouco das visões heterodoxas e liberais, temos a visão neoclássica, corrente da qual o neoliberalismo derivará. Um de seus autores, Garry Becker (1957), afirma que o racismo é orientado por um comportamento que vem de falhas de mercado, ou seja, de um mercado que não gera informações suficientes para que os agentes tomem as decisões corretas. Em resumo, o racismo gerado pelos entes do mercado vem de um comportamento baseado na ignorância.

Vejam que interessante, o racismo nesta corrente é tratado de maneira individualizada. Os agentes do mercado⁷, isto é, as empresas, contratam menos negros porque acreditam que estes, devido muitas vezes a baixa taxa de escolaridade, ou a uma percepção de que eles existem para trabalhos mais precarizados, preferem contratar brancos ou mesmo colocar os negros em posições menos rentáveis. Tudo se resume a uma questão de custo-benefício, a empresa contrata alguém que pensa ser mais efetivo e que, ao fim e ao cabo, gerará mais lucro para os empresários.

Na mesma linha, outra corrente, também de matriz neoclássica, posiciona o racismo diretamente como um comportamento individual, a teoria do capital humano (SCHULTZ, 1975; BECKER, 1993; MINCER, 1958). A teoria aborda a questão com base no nível de produtividade. Há diferentes níveis porque os processos históricos de discriminação contra os negros fazem dos brancos detentores de capital humano diferenciado. Isto se reflete nas desigualdades salariais, no sentido de que os brancos por terem uma melhor educação formal tendem a receber melhores salários. Assim sendo, essa tendência será mantida por uma lógica de racionalidade. É irracional começar a pagar um salário maior para uma pessoa por uma simples decisão pessoal, há de se seguir o mercado.

Antes de entrar no ponto central do artigo, que é a análise do neoliberalismo e da questão racial, acredito que se fez necessária essa revisão teórica das doutrinas para ilustrar que, com exceção da concepção Marxista⁸, todas as outras correntes econômicas obliteram o aspecto estrutural do racismo.

⁷ Ao falarmos sobre agentes do mercado é importante ressaltar que alguns dados empíricos que, mesmo não podendo ser associado a questão do custo benefício em destaque, são importantes para entendermos o mercado de trabalho para a população negra. O livro de 1986 de Clóvis Moura “*O negro no mercado de trabalho*” já mostrava uma triste realidade e ao compararmos com dados mais recentes, vemos que ainda se mostram atuais. Ao analisarmos a lista de maiores rendimentos salariais os homens brancos estão no topo da pirâmide, a cada R\$ 1.000 recebidos por esse grupo, eram pagos R\$ 758 para mulheres brancas, R\$ 561 para homens pretos ou pardos e R\$ 444 para mulheres pretas ou pardas (GARCIA, 2019). Até mesmo no contexto da pandemia vemos essa disparidade aumentar ainda mais fazendo com que a diferença da taxa de desemprego entre brancos (14%) e negros (16%) aumentasse e atingisse seu maior nível desde 2012, quando começou a atual pesquisa do IBGE (CARRAÇA, 2020).

⁸ Importante destacar que a teoria marxista traz uma importante contribuição para a questão racial, e permite uma análise mais estruturante. Isto se deve a “algumas características presentes em seu modelo explicativo. A primeira é a visão holística do funcionamento da economia, ou seja, considera que há uma determinação social, e não individual, dos fenômenos econômicos” (CHADAREVIAN,

O neoliberalismo nesta equação

O fenômeno do neoliberalismo como doutrina hegemônica é muito mais recente que a questão do racismo e de forma alguma pretendemos afirmar aqui a sua interdependência ou qualquer outra coisa do tipo. O tema do qual pretendo tratar se refere ao neoliberalismo como um fenômeno constituinte da própria reificação do racismo nas sociedades, se propondo a tratá-lo como um aspecto individual se nutrindo da máxima liberal que todos são iguais perante, não só à lei, mas ao mérito individual (ROBERT, 2016).

Vimos no apartado anterior outras correntes econômicas que tentam apontar uma justificativa e explicação para o racismo. O foco aqui é centrar na corrente neoliberal que descende diretamente das ideias da escola de Chicago e da escola Austríaca que, por sua vez, derivam das ideias neoclássicas.

Primeiro cabe fazer uma ressalva a respeito do que é neoliberalismo, já que o termo é mais comumente utilizado por seus críticos e detratores do que pelos próprios partidários destas doutrinas (ENGLAND; WARD, 2016). O termo aqui é empreendido no sentido das reformas econômicas e políticas que foram primeiramente consolidadas pelos governos Pinochet, Reagan e Thatcher, para depois se espalhar para outros países da Europa ocidental até chegarem ao Brasil com as diretrizes do consenso de Washington. Entre as reformas destacamos a não interferência do Estado na economia como uma forma de ampliar a liberdade do indivíduo (BRESER-PEREIRA, 1991) e é nessa questão que vamos enfocar o neoliberalismo como apoio para a consolidação do racismo estrutural.

O neoliberalismo pode ser analisado de duas maneiras⁹, a primeira com um prisma economicista que tem como foco instituições e políticas relacionados à relação

2007, p.75). Enquanto em outras concepções liberais o indivíduo precede a sociedade, na teoria marxista a sociedade precede o indivíduo.

⁹ É prudente ressaltar que o debate a respeito do neoliberalismo se põe muito mais amplo que nas duas vertentes exemplificadas neste trabalho. Saliento estas duas pois são as mais relevantes para o debate proposto. Para mais informações o professor Daniel Pereira Andrade (2019) faz um debate interessante sobre as vertentes e o uso do termo no artigo “*O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais*”.

de causa e efeito a partir de diretrizes econômicas. Essa corrente de análise está muito bem representada por David Harvey em muitos dos seus livros (1992; 2005; 2014). A segunda, que será utilizada neste artigo, é a visão *foucaultiana* que foi sintetizada por Pierre Dardot e Christian Laval (2016) em seu livro *Nova razão do mundo* e por Wendy Brown (2019), em *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*.

Nesta abordagem, o foco está muito mais em princípios que orientam e relacionam o Estado, os sujeitos e a subjetividade, e revelam como essa ideologia molda as subjetividades desta “nova razão” neoliberal que tem o poder de fazer com que os indivíduos, mais do que nunca, pensem a si próprios como um reflexo do mercado - ou seja, pensem a si próprios como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2019).

Os indivíduos, segundo a doutrina, são a principal engrenagem de qualquer sociedade, por sua capacidade inata de se desenvolver e empreender. Segundo a lógica, que emplaca juntamente a noção de empreendedorismo, destaca-se que hoje, em um mundo globalizado, não há mais lugar para pessoas que querem depender de um emprego vitalício, ajuda do Estado ou qualquer outra subvenção a nível individual¹⁰. Dessa forma, pensando a si próprio como uma empresa, o próprio indivíduo se torna o fator chave do seu sucesso e, por uma lógica binária, de seu próprio fracasso - eximindo o Estado de qualquer forma de culpa ou compromisso.

A falta de qualquer menção da questão racial até aqui é proposital, pois toda a noção neoliberal de liberdade individual, iniciativa e empreendedorismo, oblitera qualquer menção a raça (ROBERT, 2016). No sentido de que somos todos dotados das mesmas oportunidades¹¹ nesta nova sociedade, que alguns até definem como pós-

¹⁰ Cabe mencionar aqui que a doutrina neoliberal, desde seus mais famosos intelectuais, com o é o caso de Milton Friedman, que inclusive utilizava o termo “neoliberal” para enfatizar a originalidade de suas ideias (FRIEDMAN, 1951), pressupõe a ideia de uma renda mínima, só que esta é mais focalizada para os mais pobres entre os pobres e isso de forma alguma suplanta a ideia de um individualismo empreendedor.

¹¹ Aqui há de se ressaltar que essa questão de igualdade de oportunidade não supõe de forma alguma a igualdade entre os indivíduos tal como supõe o pensamento iluminista. No neoliberalismo há autores, como é o caso de Hayek (HARVEY, 2014), que tratam a desigualdade de uma sociedade como um valor positivo e imprescindível da humanidade, colocando como algo que pode motivar indivíduos a se desenvolverem.

racial. Colocando de uma forma mais coloquial: “não importa a cor da sua pele para crescer no capitalismo”.

Dito isso, esse discurso é apropriado como uma forma de dizer, ao mesmo tempo, que o racismo como prática estruturada não existe e a melhor solução para esse problema é dar condições, leia-se liberdades, para que os negros ou outras minorias, possam competir nessas sociedades com possibilidades ilimitadas. Cabe a cada um buscar seu lugar ao sol através de seu próprio esforço.

Feita toda essa análise teórica, posso agora destacar que ao eliminar as questões raciais de uma sociedade que se fundamenta, justamente, no quesito raça como pedra angular de suas relações (QUIJANO, 1992; ALMEIDA, 2018), ela acaba por reiterar o racismo de sua pior forma possível, atribuindo toda a culpa de seus fracassos às próprias pessoas vitimizadas. Assim sendo, caminhos se abrem para afirmações de cunho racista dizendo que há poucos negros nas universidades porque estes não se esforçam o suficiente. Esta crítica está colocada com muita ênfase nas formulações contrárias às políticas de ações afirmativas, principalmente às cotas para negros em universidades públicas. Há, também, se apoiando na noção de democracia racial, aqueles que afirma que negros e brancos teriam a mesma “capacidade” para exercerem suas potências, desconsiderando as desigualdades sociais e de condições estabelecida entre eles. Alguns até afirmam que há uma certa atribuição diferente para cada tipo de pessoa, coroando assim as frases odiosas ditas pelo senso comum.

De maneira sintética, cabe entender a doutrina neoliberal com uma face desta sociedade racista que, através de sua concepção meritocrática, reforça a estrutura racial desigual, enquanto modifica os processos de racialização como uma forma de criar uma certa “neutralidade” e garantir que o componente racial não seja um empecilho para o sucesso. Assim, há uma espécie de verniz que blinda o racismo de seu caráter excludente através de um projeto moral com práticas ancoradas na meritocracia.

Analisando mais especificamente o caso brasileiro, o verniz que reforça esta estrutura racial desigual pode ser creditado a um pensamento hegemônico baseado na

democracia racial¹² que, mesmo depois de toda uma gama de escritos desmistificando as teses de Gilberto Freyre (SOUZA, 2015; HASELBALG, 2005), ainda é usado como base para assimilar e oprimir minorias a partir de um amalgame unificado de raças em torno da supremacia branca – o que significa um verdadeiro etnocídio (QUIJANO, 2005). Roger Bastide e Florestan Fernandes em sua obra *Branços e Negros em São Paulo* (1974) já deixavam claro que o país, mesmo sobre o manto da “democracia racial”, estava repleto de práticas discriminatórias.

Ao chegar neste ponto a pergunta que se pode fazer é: Qual a novidade? Já que outros tipos de doutrinas econômicas também tinham sua maneira de se portar como isonômicas no tratamento das pessoas. O neoliberalismo, neste caso, reforça e transforma a questão racial de uma estrutura que edifica as relações sociais, econômicas e políticas enquanto um problema individualizado e, portanto, impossível de ser solucionado ou até mesmo visualizado dessa forma (ROBERT, 2016).

Tratando o racismo como uma manifestação individual, mesmo com políticas que tenham foco em distribuição de renda, não se reverterá o problema, pois jamais alterará as estruturas que permitem hoje que o racismo se manifeste.

Os editoriais de opinião sobre o caso George Floyd

A minha ideia foi tentar identificar nos artigos de opinião sobre o caso George Floyd (pela notoriedade e importância que teve, tanto na mídia brasileira quanto a nível mundial), a existência de alguma citação que coloque o episódio como uma ação individual de um policial e se há menções sobre o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018).

Para minha gratificante surpresa, não encontrei nenhuma citação entre os artigos pesquisados que trata a ação, que resultou na morte de George Floyd, como uma ação individual de um policial, que era uma das hipóteses iniciais. Tomei como base a ideologia neoliberal que está presente nas sociedades e cogitei que isso seria evidenciado, pelo menos em algum artigo.

¹² A tese de Gilberto Freyre forneceu as bases para uma nova interpretação do Brasil, dando um valor positivo a mestiçagem e afirmando que o preconceito de raça não existe no país.

Os autores, por sua vez, são enfáticos em denunciar, de diferentes maneiras, o caso como rotineiro nas polícias, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. A realidade Brasileira, para qualquer observador com boa vontade, permite essa visualização, já que alguns dias antes da morte de George Floyd, um menino de 14 anos chamado João Pedro Matos Pinto morreu dentro de sua casa que foi alvejada por mais de setenta tiros¹³ efetuados por policiais em uma ação no complexo do Salgueiro em São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Agora ao analisar minha segunda hipótese que inquire se o racismo estrutural é levado em consideração nas análises, vemos que são poucos os que jogam luz para o problema do racismo pelo prisma estrutural. Antes de passarmos para as análises pormenorizadas, cabe aqui uma elucidação, mesmo sendo considerado que as práticas policiais são motivadas por questões raciais e preconceituosas, essa visão não se encaixa na concepção de racismo estrutural de Silvio Almeida, pois ela é muito mais ampla e abrange uma vasta gama de privilégios que vai além da abordagem policial.

Como o caso foi tratado nos editoriais

O Caso George Floyd reverberou de uma maneira nunca vista, pelo menos em um passado recente, questões relacionadas ao racismo na mídia Brasileira. Nos artigos pesquisados, considero a postura da ombudsman da Folha de São Paulo, Flavia Lima, como uma das mais coerentes com a situação ensejada: “em uma semana, a morte de George Floyd, assassinado por um policial nos EUA, fez muito mais pelo debate na imprensa Brasileira acerca do racismo do que ela mesma se dispôs a fazer em décadas” (LIMA, 2020).

A jornalista salienta ainda que o episódio revelou um despreparo para lidar com a pauta, por um motivo deveras simples, pela falta de representatividade racial dos meios de comunicação. A própria Folha de São Paulo tem apenas dez negros entre mais de duzentos colunistas. Tal conjuntura demonstrou que “pela primeira vez

¹³ “A casa onde o menino João Pedro Matos Pinto brincava com os primos, antes de ser morto durante uma operação policial na tarde de segunda (18/05/2020), tem hoje cerca de 70 marcas de tiros, contaram as pessoas que foram ao local nesta terça (19/05/2020)” (BARBON, 2020).

jornalistas brancos ficam sem saber o que fazer com o monopólio de opinião e de imagem que sempre detiveram” (LIMA, 2020).

Esta falta de representatividade, por si só, deveria elevar o debate a respeito do racismo estrutural e não como questão a ser colocada em pauta quando há uma comoção geral, geralmente envolvendo eventos violentos com crianças ou mulheres e, não raro, internacionais por parte das forças de segurança pública.

Ainda mais em um país como o Brasil, com um número de homicídios anuais maiores do que os de países em guerra, e em sua grande maioria vitimam jovens negros e moradores de periferias. Para se ter uma ideia, apenas em 2018, pretos e pardos representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Só para nível de comparação, entre não-brancos a taxa foi de 13,9 o que significa que, em 2018, para cada não negro assassinado 2,7 negros foram mortos (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020).

Salvo algumas execráveis exceções¹⁴, os episódios violentos são sempre retratados com pesar e profunda indignação por grande parte dos jornalistas. No entanto, o objetivo aqui é muito maior do que apenas verificar o pesar, justo e merecido, de parte da mídia por qualquer morte. Quero entender se há um tratamento do racismo como estrutura social.

Por isso resolvi fazer uma imersão no universo jornalístico para entender como foi retratada a morte de George Floyd e todos os aspectos associados a realidade brasileira que foram feitos pelos mais diferentes articulistas. O objetivo foi analisar as opiniões e verificar o modo como elas qualificaram o episódio. Como recorte proposto, foram selecionados os artigos de opinião, desde o dia do assassinato, até o dia do sepultamento em Houston-Texas. O veículo de análise escolhido foi a Folha de São Paulo, por ser um jornal de grande circulação nacional e com uma postura mais liberal¹⁵ do que seus concorrentes diretos, como é o caso do jornal Estado de São Paulo

¹⁴ Alguns jornalistas defenderam a ação da polícia, justificando que se tratava de ex-presidiário e estava sob o efeito de drogas, no entanto, foram tão poucas menções que não cabe citar nomes neste artigo para não publicitar atitudes racistas e lamentáveis.

¹⁵ O próprio jornal tem posições que encaram o aborto como questão de saúde pública, é contra as medidas punitivistas e carcerárias, liberalização e descriminalização do consumo de drogas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). Mesmo tendo uma posição firme contra práticas racistas e que as mesmas

e o Globo. A escolha foi motivada a partir da premissa de que, em um jornal liberal, seria mais fácil encontrar menções relacionadas a questão estrutural.

Esta pesquisa não se fecha com este artigo, ficando aberta para novos projetos, que poderiam focar no modo como esta questão é tratada em jornais mais “conservadores”.

Para escolher os artigos utilizei o próprio buscador do site Folha fazendo o recorte por datas proposto acima e filtrando a busca apenas por artigos de opinião, pois seria neles em que possivelmente encontraria relatos sobre o racismo estrutural. Em reportagens tradicionais os dados refletem por vezes os fatos, se eximindo de opiniões contundentes.

Feitas as orientações de busca, foram encontrados trinta e quatro artigos a partir das palavras “George Floyd”. A partir daí, foi empreendida uma análise minuciosa de todos os resultados que havia menção ao nome. Não é objetivo desta pesquisa fazer uma análise quantitativa, no sentido de buscar porcentagens de citações ou mesmo fazer um cálculo amostral. O Importante é entender como está sendo debatida a questão do racismo, se ele é visto como um aspecto individual e principalmente se há menções estruturantes.

Imediatamente já foi possível retirar alguns resultados da análise, pois como a busca foi nominal, alguns artigos faziam menção ao nome, mas falavam de outros temas, como por exemplo no Painel S.A que fala sobre empresas de Wall Street apoiando o protesto (OLIVEIRA; GRAZINI, 2020), Zuckerberg como amigo dos poderosos (GUIMARÃES, 2020) e até mesmo artigos falando somente da situação de Trump comparada com a brasileira (MOTA, 2020). Isso aconteceu com oito artigos. As citações que efetivamente trouxeram à baila as temáticas relacionadas ao racismo merecem um destaque pormenorizado.

Começo essa análise pelo próprio editorial da Folha do 31/05/2020. Os editoriais dominicais são os mais relevantes, pois têm maior tiragem e número de visualizações, além de normalmente tratarem de assuntos importantes ocorridos na semana.

devem ser punidas com o “devido rigor judicial” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021) o jornal não se posiciona a favor de cotas raciais e sim cotas “baseadas em critérios objetivos, como renda ou escola de origem” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Neste editorial, que sintetiza bem a posição do jornal, faz-se questão de denunciar de formal cabal a “covardia monstruosa do policial e a desproporção de força por ele utilizada”. Também é feita uma importante ressalva sobre como um país que é opulento em sua economia, se mostra cada vez mais desigual. Um dos argumentos mais fortes do editorial, importante para nossa análise, é que há toda uma institucionalização da violência policial, inclusive com bases legais, nos Estados Unidos através da doutrina da imunidade qualificada - enquanto no Brasil houve uma tentativa de se caminhar nesse sentido com a implementação do pacote anticrime que tinha entre suas atribuições ampliações do excludente de ilicitude (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Em grande parte dos artigos analisados há esta ênfase importante na questão da banalização da violência, racismo, abuso por parte de forças policiais. Contudo quando falamos sobre o tema a partir do prisma do conceito de racismo estrutural desenvolvido por Silvio Almeida (2018), vemos que são poucos os artigos que tratam do tema em sua amplitude. No sentido de que todas as questões institucionais e relativas à banalização da violência contra negros estão intrinsecamente ligadas a faceta estruturante do racismo e não é entendendo apenas a relação policial que se pode ter uma abrangência do todo.

Essa menção foi encontrada mais em artigos de pessoas ligadas aos movimentos negros, com notáveis e importantes exceções como é o caso dos articulistas Demétrio Magnoli¹⁶ e Alexandre Schneider.

O racismo estrutural em perspectiva

Nos dezoito artigos analisados, menções ao racismo estrutural aparecem em quatro deles, sendo um do Jornalista e escritor Sergio Rodrigues (2020) e outro da Djamila Taís Ribeiro (2020), muito conhecida por sua ligação com movimentos

¹⁶ É preciso destacar que mesmo tendo uma postura positiva em relação ao caráter estrutural do racismo, o autor tem uma longa trajetória crítica sobre as cotas raciais e reforça o discurso liberal (MAGNOLI, 2013; MAGNOLI, 2009).

feministas negros – levando em conta, ainda os textos de Magnoli (2020) e Schneider (2020) citados acima.

Daremos início a análise, pelo artigo do Sergio Rodrigues (2020), pois ele é o único que cita o termo “racismo estrutural” literalmente e é enfático em afirmar que “é impossível entender o mundo” sem esta terminologia. Segundo o jornalista e escritor, a expressão, que tem menos de um século, é algo que “se confunde com a paisagem, representações culturais, códigos não escritos, modos de entender e ver o mundo” e se torna quase que imperceptível. Uma importante contribuição do artigo, que será discutida mais adiante, e foi amplamente debatida pelos meios de comunicação está no fato de discorrer sobre o porquê que no Brasil não há um verdadeiro “escândalo nacional” sobre as diversas mortes de negros causadas pela polícia.

O artigo da Djamila (2020) igualmente traz à tona a questão do racismo como um elemento muito mais amplo do que os demais artigos apresentam. No entanto, sua ênfase está na questão de que a branquitude brasileira deve “se mobilizar contra o sistema que a beneficia” e ainda “é tão racista que só com a morte de um americano negro foi capaz de mobilizar o debate racial”. Ela finaliza o artigo com uma mensagem de otimismo em relação a onda de protestos, o qualificando como um “levante em curso” e quem se opor será atropelado pela “marcha da história”.

Finalizando a análise do racismo estrutural em editoriais de opinião, fecho com as análises dos artigos de Magnoli (2020) e Schneider (2020). Os dois, mesmo sem mencionar o termo, conseguem abordar de maneira direta a questão do racismo para muito além do homicídio policial com requintes de crueldade. Schneider salienta que “do ponto de vista simbólico, esquadrimos inconscientemente os ‘lugares’ de brancos e negros” pelo fato de que aprendemos a ser racistas desde cedo, por não enxergarmos negros em espaços de poder. Isso é um aspecto estrutural, no sentido de que a sociedade seja orientada e facilitada para o acesso de uma determinada classe, que se beneficia dessa estrutura. O poder simbólico dessa perpetuação contribui para que as mortes de negros nas periferias do Brasil não causem a mesma comoção que outras mortes. Este poder simbólico é apenas um dos fatores da equação e existem outras questões que também impactam nessa falta de comoção, como vários autores

ressalvam que isso seja uma herança do nosso longo passado escravocrata (JESSÉ, 2017).

Demétrio Magnoli (2020) segue a mesma linha, em seu artigo ele explica que mesmo que o racismo tenha saído dos códigos legais ele não saiu das consciências americanas. Ainda que ele esteja se referindo aos Estados Unidos, nós podemos traçar paralelos com a questão nacional, mesmo o Brasil não tendo um histórico de leis segregacionistas. Esse aspecto ligado às consciências das pessoas é um reflexo do poder estruturante do racismo que não pode ser apagado com indignações inflamadas ou mesmo ações pontuais relacionadas a violência.

Fazendo um adendo a respeito das leis segregacionistas, há entre os artigos analisados um que aborda o aspecto legal das ações policiais (AMPARO, 2020). Este artigo, e por isso que eu o menciono para finalizar a análise, faz referência ao fato de que as ações policiais não são um desvio de conduta, como a tradição neoliberal nos insta a entender, mas são a “reencarnação da própria função de controle social para as quais as polícias foram originalmente criadas”. Ao elencarmos um marco legal aqui no Brasil, segundo o autor, podemos pensar que no período pós-abolição, quando temos que “o documento fundante de nossa república não foi uma carta de direitos, mas sim o código penal de 1890 para controlar a população recém liberta” (AMPARO, 2020).

Finalizo destacando a dificuldade de apresentar o debate sobre o racismo estrutural, pois admitir a sua existência implica em aceitar o aspecto segregacionista de uma sociedade que beneficia os brancos, não simplesmente excluindo um grande contingente de negros e negras, mas se beneficiando desta exclusão ao se manter na posição de liderança nesta sociedade.

Considerações finais

Não pretendo dar a palavra final sobre a questão racial e seus desenlaces. O meu ponto aqui é, utilizando das palavras do Professor Kabengele Munanga (1999), entender que o racismo nesta sociedade neoliberal só pode ser vencido em uma via de mão dupla que compreende fatalmente a entrada de mais negros em posições de

mando e de poder e ao mesmo tempo uma identificação do negro com a sua própria cultura.

Há de se deixar claro que há uma hegemonia branca que vem desde os tempos do iluminismo, isso é muito bem ilustrado por Aníbal Quijano (2005) em seu texto clássico. Conforme mencionado acima, o Brasil, com o mito da democracia racial, pôde fazer com que essa hegemonia branca se escamoteasse em uma pretensa igualdade.

O que isto significou na prática? Que para se ter uma inserção social era preciso se aproximar da condição de branco, seja culturalmente ou em seus espaços de poder e ao mesmo tempo, em uma equação de soma zero mata a sua própria identidade negra (ANDRE, 2008). Vemos muitos exemplos da questão particular brasileira da “ideologia do branqueamento”¹⁷ em que se tenta descolar da imagem de negro partindo de um gradiente de cores que soam como um eufemismo abstrato, podendo ser utilizado para ser “aceito” em diferentes espaços. Essa questão, juntamente com o mito da democracia racial, é um importante componente do racismo Brasileiro.

Então há pessoas que buscam ascender pelas métricas brancas de educação, sucesso nos negócios e ao conseguirem chegar nestes locais se esquecem da sua condição de negro ou a abandonam literalmente, como em frases ditas por negros que simplesmente esquecem da sua cor. Tamanha era a carga hegemônica da concepção de democracia racial no Brasil que o próprio movimento negro, antes da década de 1970, tratava o racismo como uma questão ética e de ignorância (GUIMARÃES, 2003), no sentido de que se os negros conseguissem uma melhor educação poderiam sair de sua condição de pobreza.

No entanto, mesmo com a ascensão pela educação, o estigma relacionado com a cor da pele não os deixaria de maneira tão simples. Por isso, nos anos 1970 houve, pelo próprio movimento negro, uma nova ressignificação da forma como a negritude era vista e valorizada (GUIMARÃES, 2003). Com o objetivo de colocar o negro como

¹⁷ “No século XIX e meados do século XX, a elite brasileira estruturou a ‘ideologia do branqueamento’ baseada na premissa de que era necessário embranquecer o país (tornar a população branca mesmo), uma vez que ser negro era considerado ruim” (DALTRO, 2019, *online*).

contraponto ao discurso aglutinador da democracia racial. Era preciso ter orgulho do ser negro, do ser preto, de suas origens e de suas raízes.

Toda essa reestruturação significou que, além de educação, que é uma petição deveras importante, há também a questão de se valorizar como tal e tentar, mesmo que de uma forma precária, mover a estrutura da balança que pende a raça branca em uma posição tão desigual na estrutura da sociedade.

Pensando a sociedade neoliberal, é preciso combater a unicidade dessa pretensa sociedade “pós-classe”, “pós-racismo”, mesmo que seja no campo das ideias. Há de denunciar as desigualdades, sejam elas sociais e raciais, mas é preciso ainda, mesmo que seja em um horizonte de médio e longo prazo, uma retomada do processo de ressignificação do ser negro como um elemento de igualdade de importância com a branquitude dominante.

Pode parecer um pouco utópico, mas a questão de um horizonte, mesmo que seja fantasioso, é sempre um primeiro passo em busca de uma nova concepção de mundo. Afinal, se não conseguimos imaginar uma situação diferente, é melhor que sentemos e esperemos pela terra arrasada, que fatalmente virá.

Referências

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 34, Número 1, p.211-239, janeiro/Abril 2019.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O ser negro: a construção da subjetividade em afrobrasileiros**. Brasília: LGE, 2008.

AMPARO, Thiago. Negros queimam mito da democracia americana. **Folha de São Paulo**. Opinião. São Paulo. Grupo Folha. [31/05/2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2020/05/negros-queimam-mito-da-democracia-americana.shtml>. Acesso em: 17 nov 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BARBON, Júlia. Casa onde menino de 14 anos foi morto tem cerca de 70 marcas de tiro. **Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo. Grupo Folha. [20/05/2020]. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/casa-onde-menino-de-14-anos-foi-morto-tem-cerca-de-70-marcas-de-tiro.shtml>. Acesso em: 07 jun 2021.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo. Companhia Editora Nacional. Brasileira n.9 305. 3a edição. 305 pp. 1974.

BECKER, Garry. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

BECKER, Gary. **Economics of discrimination**. Chicago: University of Chicago press. 1957.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise da América Latina: consenso de Washington ou Crise Fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3-23, abril 1991.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARRAÇA, Thais. Taxa de desemprego chega a 17% entre mulheres e 16% entre negros. **Folha de São Paulo**. Mercado. São Paulo. Grupo Folha. [23/10/2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/taxa-de-desemprego-chega-a-17-entre-mulheres-e-16-entre-negros.shtml>. Acesso em: 07 jun 2021.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. Os precursores da interpretação marxista do problema racial. **Crítica marxista**. São Paulo, v. 1, n.24, p. 73-92. 2007.

COX, Oliver. **Caste, class and race**: a study of social dynamics. Nova York: Londres; Modern reader paperbacks, 1970.

DALTRO, Luana Mendes. A Ideologia do branqueamento: tudo que você precisa saber. **Portal GELEDÉS**. Artigos e Reflexões [24/09/2019]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-ideologia-do-branqueamento-tudo-que-voce-precisa-saber/>. Acesso em: 25 fev 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGLAND, Kim; WARD, Kevin. Theorizing neoliberalization. In: SPRINGER; BIRCH; MACLEAVY (org.). **The handbook of neoliberalism**. New York: Routledge, 2016. p. 50-60.20

EXAME. 7 em cada 10 negros sofreram preconceito em loja, restaurante ou mercado. Revista Exame: Bússola. São Paulo: **Grupo Abril**, [30/04/2021]. Quinzenal. Disponível em: <https://exame.com/bussola/7-em-cada-10-negros-sofreram-preconceito-em-loja-restaurante-ou-mercado/>. Acesso em: 17 nov 2020

FOLHA DE SÃO PAULO. O que a Folha pensa. Poder. São Paulo: **Grupo Folha**, [18/02/2018]. Diário. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/o-que-a-folha-pensa.shtml>. Acesso em: 07 jul 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Sem justiça, sem paz. São Paulo: **Grupo Folha**, [31/05/2020]. Diário. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/05/sem-justica-sem-paz.shtml>. Acesso em: 17 nov 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Injúria racial e racismo. São Paulo: **Grupo Folha**, [27/03/2021]. Diário. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/05/sem-justica-sem-paz.shtml>. Acesso em: 17 nov 2020.

FRIEDMAN, Milton. “**Neoliberalism and its prospects**”. Farmand, 17 February, pp. 89-93. 1951.

GARCIA, Diego. Desemprego aumenta só entre os negros no 3º trimestre, aponta IBGE. **Folha de São Paulo**. Mercado. São Paulo: Grupo Folha, [20/11/2019]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/desemprego-aumenta-so-entre-os-negros-no-3o-trimestre-aponta-ibge.shtml>. Acesso em 17 jun 2021.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com "raça" em sociologia. Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

GUIMARÃES, Lucia. Zuckerberg se tornou o amigo dos autocratas. Folha de São Paulo. Eleição nos Estados Unidos. São Paulo: **Grupo Folha**, [03/06/2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/lucia-guimaraes/2020/06/zuckerberg-se-tornou-o-amigo-dos-autocratas.shtml>. Acesso em: 17 nov 2020.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades sociais no Brasil**. Belo Horizonte: editora UFMG, RJ, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. Ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES E DA DEMOCRACIA (DIEST); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSB). **Atlas da violência 2020** (Principais resultados), 2020.

LIMA, Flavia. Sim, somos racistas. Folha de São Paulo. Opinião. São Paulo: **Grupo Folha**, [07/07/2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/06/sim-somos-racistas.shtml>. Acesso em: 16 nov 2020.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto. 2009.

MAGNOLI, Demétrio. Brasil e a “nação diaspórica”. O Globo. Opinião. Rio de Janeiro: **Grupo Globo**. [07/11/2013]. Diário. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/o-brasil-a-nacao-diasporica-10704825>. Acesso em: 25 fev 2021.

MAGNOLI, Demétrio. Nos EUA, o racismo saiu dos códigos legais, mas não das consciências. Folha de São Paulo. Opinião. São Paulo: **Grupo Folha**, [05/07/2020]. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2020/06/nos-eua-o-racismo-saiu-dos-codigos-legais-mas-nao-das-consciencias.shtml>. Acesso em: 17 nov 2020.

MATTOS, Hebe. Mudança de ventos. Folha de São Paulo. Opinião. São Paulo: **Grupo Folha**, [09/11/2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/11/mudanca-de-ventos.shtml>. Acesso em: 16 nov 2020.

MINCER, J. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. **Journal of Political Economy**, 1958.

MOTA, Vinicius. O povo contra o populismo. Folha de São Paulo. Opinião. São Paulo: **Grupo Folha**, [07/07/2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciusmota/2020/06/o-povo-contra-o-populismo.shtml>. Acesso em: 16 nov 2020.

MOURA, Clóvis. PESTANA, Mauricio. **O negro no mercado de trabalho**. Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo. 1986.

MYRDAL, Gunnar. **An American dilemma**: the negro problem and the American democracy. Nova York; Londres: Harpers & Brothers, 1944.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, Felipe. GRAZINI, Mariana. Wall Street apoia protesto, mas EUA ainda debatem racismo no acesso a crédito. Folha de São Paulo. Paineis. São Paulo; **Grupo**

Folha, [02/07/2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/06/wall-street-apoia-protesto-mas-eua-ainda-debatem-racismo-no-acesso-a-credito.shtml>. Acesso em: 17 nov 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **Colonialismo; Modernidad; Capitalismo; Poder Político; Sociedad; Historia; Eurocentrismo; America Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

RIBEIRO, Djamila. O enfrentamento ao racismo precisa ser mais do que posts para aliviar a consciência. Folha de São Paulo. Opinião. São Paulo: **Grupo Folha**, [04/07/2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/06/o-enfrentamento-ao-racismo-precisa-ser-mais-do-que-posts-para-aliviar-a-consciencia.shtml>. Acesso em: 17 nov 2020.

ROBERT, David. Neoliberalism and race. **In the handbook of neoliberalism**. New York: Routledge, 2016. p. 209-2016.

RODRIGUES, Sérgio. George Floyd. Folha de São Paulo. Opinião. São Paulo: **Grupo Folha**, [03/06/2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/sergio-rodrigues/2020/06/george-floyd.shtml>. Acesso em: 17 nov 2020.

SCHEIDER, Alexandre. Racismo se 'desaprende' na escola. Folha de São Paulo. Opinião. São Paulo: **Grupo Folha**, [04/06/2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandre-schneider/2020/06/racismo-se-desaprende-na-escola.shtml>. Acesso em: 17 nov 2020.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SOUZA, JESSÉ. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite, São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, JESSÉ. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VALENTIM, Danielle. O ano é 2019 e os negros ao seu redor estão te servindo ou se divertindo? Campo Grande News. Comportamento. Campo Grande: **Campo Grande News**, [20/11/2019]. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/o-ano-e-2019-e-os-negros-ao-seu-redor-estao-te-servindo-ou-se-divertindo>. Acesso em: 07 de Jul 2021.

Questão agrária e campesinato: teoria e paradigma no contexto da corrente marxista clássica

Pedro Henrique Vanzo¹

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

Qual o sentido e as tendências do desenvolvimento capitalista na agricultura, e qual o destino do camponês frente ao modo de produção capitalista? Ou ainda: quem é, afinal, o camponês? Esse artigo propõe fomentar o debate em torno desses questionamentos através da análise de como os clássicos marxistas colocaram a questão agrária e sobre o campesinato em pauta, tendo como primeira referência o próprio Marx, em seguida Lênin e Kautsky. Depois, ao trazer as contribuições de Alexander Chayanov, enquanto representante de uma corrente teórica contraposta aos marxistas clássicos, o artigo propõe evidenciar o debate que, a partir dos anos finais do século XIX, vem dominando os estudos agrários no que diz respeito as tendências da agricultura e do campesinato em relação aos processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista. O trabalho se estrutura a partir de uma revisão de literatura sobre os clássicos em questão, e finaliza tecendo leituras sob a perspectiva contemporânea dos estudos agrários e rurais, em particular no contexto brasileiro. Pode servir, assim, como instrumento e bagagem teórica daquele que procura compreender como vem se estruturando a dinâmica teórica e analítica da categoria social do campesinato e as mudanças agrárias em curso num contexto de modernização capitalista.

Palavras-chave: Questão agrária; Campesinato; Marxismo; Alexander Chayanov.

Agrarian question and peasant: theory and paradigm in the context of the classical marxist current

ABSTRACT

What is the meaning and tendencies of capitalist development in agriculture, and what is the fate of the peasant in the face of the capitalist mode of production? Or again: who is, after all, the peasant? This article proposes to boost the debate around these questions through the analysis of how the classic Marxists put the agrarian question and the peasantry on the agenda, having Marx himself as the first reference, followed by Lenin and Kautsky. Afterwards, by bringing the contributions of Alexander Chayanov, as a representative of a theoretical current opposed to the classical Marxists, the article proposes to highlight the debate that, from the final years of the 19th century onwards, has dominated agrarian studies with regard to tendencies in agriculture and peasantry in relation to the development processes of the capitalist mode of production. The work is structured by a literature review on the classics in question, and concludes by indicating possible readings from the contemporary perspective of agrarian and rural studies, particularly in the Brazilian context. It can thus serve as an instrument and theoretical background for those seeking to understand how the theoretical and analytical dynamics of

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Sociologia (PPGSocio) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: pedrohvanzo@gmail.com.

the social category of the peasantry and the agrarian changes underway in a context of capitalist modernization have been structuring.

Keywords: Agrarian question; Peasantry; Marxism; Alexander Chayanov.

A questão agrária e o campesinato, como afirma José Paulo Netto (1982), se tornam fenômenos relevantes que passam a ser estudados com maior notoriedade nas últimas décadas do século XIX (com destaque pra última década deste século). As análises que Karl Marx (2017a, 2017b) realizou em sua grande obra **O Capital** sobre o camponês e a questão rural em detrimento dos processos de desenvolvimento do capitalismo, foi um grande marco teórico para construção posterior de estudos relacionados a esses temas.

Vai ser assim no interior do Partido Social Democrata Alemão (SPD), que a questão agrária vai, pouco a pouco, ganhando maior destaque e importância em relação às análises sobre o modo de produção capitalista. Dentre alguns teóricos, emerge Karl Kautsky (grande leitor e estudioso de Marx) que vai elaborar *A Questão Agrária* (1899), uma importante obra sobre as tendências das mudanças agrárias no contexto de capitalismo em desenvolvimento. Em condições distintas, debates similares eram elaborados na Rússia sobre os processos de desenvolvimento do capitalismo em relação as mudanças agrárias em curso. Assim, no mesmo ano que Kautsky lançou seu livro, Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin), outro assíduo leitor e estudioso das obras de Marx, também lança uma obra de peso sobre a questão agrária: *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1899). Com o passar dos anos, Marx, Kautsky e Lênin se tornam importantes referências teóricas sobre o campesinato e as questões agrárias em relação aos processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista, influenciando gerações de pesquisadores e provocando importantes debates em torno desses temas.

Contudo, o paradigma do qual se estuda o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, cuja matriz são os trabalhos clássicos (marxistas) citados acima, "vem-se mostrando cada vez menos capaz de dar conta dos fenômenos contemporâneos decisivos" (ABRAMOVAY, 1990, p. IV). De acordo com Ricardo Abramovay (1990), há certa dificuldade para a compreensão das questões agrárias contemporâneas por causa das ambiguidades com que a noção de unidade familiar de produção camponesa tem

sido tratada, sendo que, nesse paradigma, foi muito custoso responder a seguinte questão: o que é o camponês? Por isso, afirma ainda Abramovay que uma teoria sobre o campesinato e sobre a produção familiar na agricultura (suas tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista), não existiu de fato na corrente marxista clássica, inclusive pode-se encontrar uma abordagem com um profundo ceticismo em relação à essa categoria social. É preciso, portanto, deixar claro que foi difícil encontrar uma definição precisa sobre o camponês na corrente marxista, isso porque - embora o campesinato esteja presente nessa corrente teórica - foi sempre retratado por ela subsumido às categorias explicativas do modo de produção capitalista.

Apesar de sua importância analítica e teórica, as discussões sobre as questões agrárias e sobre o campesinato não se limitaram apenas aos marxistas. Assim será, de certa forma, contra essa perspectiva clássica que irá emergir estudos e teorias, como por exemplo a de Alexander Chayanov, que elaborou também importante obra sobre a questão agrária e o campesinato na contemporaneidade dos clássicos marxistas, que é a *A Organização da Unidade Econômica Camponesa*, publicada no ano de 1925. Destaca-se que Chayanov não foi um autor que procurou simplesmente repudiar o marxismo clássico, mas sim acabou se esforçando em elaborar uma teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas (que, dentre eles, destaca-se a economia camponesa), e que vai, dessa maneira, divergir da própria corrente teórica marxista. Para ele, a economia camponesa foi considerada um objeto de um conhecimento racional e positivo, e assim procurou demonstrar suas leis de funcionamento e existência enquanto uma necessidade social (ABRAMOVAY, 1990). Essa necessidade será investigada por Chayanov no interior mesmo no próprio "organismo" camponês (mais especificamente, na unidade de produção familiar camponesa).

Assim, Chayanov procurou investigar justamente aquilo que na visão dos marxistas parecia um contra senso, ou seja, buscou uma definição de campesinato cuja a base é construída pela própria família camponesa, e assim verificou as leis e determinações que essa estrutura familiar impõe sobre o próprio comportamento econômico camponês. Conforme afirma Abramovay (1990), há, portanto, um sentido e um compromisso político explícito na obra de Chayanov em evidenciar a unidade e a identidade camponesa: trata-se de um setor da sociedade que possui determinada

substância que procura pautar um processo autônomo de desenvolvimento social, e de que na luta por essa ideia de desenvolvimento e emancipação, está o esforço em legitimar que sua posição na estrutura social seja respeitada e valorizada. Dessa forma, enquanto uma contracorrente da teoria marxista clássica, Chayanov não apenas reconheceu a existência do camponês independente dos processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista, como deixou claro que o campesinato se desenvolve e reproduz sob outra lógica e outro sistema econômico que não o capitalista.

Dessa forma, o artigo tem por objetivo tratar dessa polêmica que dominou o século XX (SILVA e STOLCKE, 1981) - e que se estende ainda em nosso século -, sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura e sobre a questão do destino dos camponeses frente a esses processos de desenvolvimento. Em resumo, procura-se através deste trabalho fomentar o debate para pensarmos as seguintes questões: qual o sentido e as tendências do desenvolvimento capitalista na agricultura, e qual o destino do camponês frente ao modo de produção capitalista? Para isso, será elaborada uma leitura e sistematização da questão agrária e sobre o campesinato tendo como referência os escritos e obras dos próprios clássicos marxistas (Marx, Lênin e Kautsky), além da obra de Alexander Chayanov (1974; 1981), enquanto representante de outra corrente teórica e analítica sobre o tema. O objetivo então é verificar como a questão agrária e o campesinato foi colocada por esses autores citados através de seus próprios escritos, na intenção não apenas de fomentar as discussões sobre os temas, mas de oferecer direcionamentos teóricos para aquele que se interessa em investigar questões e fenômenos relacionados aos questionamentos levantados por este trabalho.

Karl Marx: a acumulação primitiva do capital e os processos de expropriação/exploração dos camponeses

Foi em sua grande obra *O Capital* (2017a; 2017b) que Marx dedicou grande parte para analisar com maior detalhamento os conteúdos relacionados às questões agrárias e rurais. Foi através do fenômeno que chamou de pré-história do capitalismo, ou seja, a acumulação primitiva do capital (o momento de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, desde o século XIV ao XIX), que

Marx se debruçou em compreender as mudanças agrárias em consequências dos processos de desenvolvimento do capital, analisando as transformações nas organizações de vida camponesa, na agricultura, na propriedade e na renda fundiária.

Nas palavras do próprio Marx, então, a acumulação primitiva não foi o resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida, isto é, o processo em que a estrutura econômica da sociedade capitalista surge em decorrência da estrutura econômica da sociedade feudal; em outras palavras, foi a dissolução do feudalismo que possibilitou a liberação dos elementos necessários para emergência do capitalismo. A acumulação primitiva foi então, segundo Marx, o fenômeno que acabou por transformar o dinheiro e as mercadorias em capital, além de ser, principalmente, o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Assim, o processo que:

[...] cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção, e por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2017a, p. 786).

De acordo com Marx, uma visão historiográfica burguesa concebeu esse processo histórico que transformou os produtores em trabalhadores assalariados como uma espécie de "libertação" dessas pessoas da servidão e da coação corporativa do feudalismo. Porém, Marx apresenta outra visão discorrendo que na verdade essa libertação dos trabalhadores nada mais foi que o roubo - através de muito "sangue e violência" - de todos os seus meios de produção e reprodução, bem como de todas as suas garantias de existência. Assim, o processo da acumulação primitiva corresponde à época das transformações que serviram de alavanca para a formação do capitalismo, e que essas alavancas foram, acima de tudo, o momento em que as "grandes massas humanas" são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como proletários "livres". Dessa maneira, afirma Marx que foi a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, o camponês, a base de todo processo inicial de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Tal método conquistou a possibilidade do campo da "agricultura

capitalista", onde a incorporação do solo ao capital acabou criando para a indústria urbana emergente a oferta necessária de um proletário agora "livre", fruto dos processos de expropriação que sofreram em decorrência do desenvolvimento do capitalismo.

Contudo, esses trabalhadores camponeses expulsos e expropriados violentamente de suas terras, não puderam ser absorvidos pela manufatura emergente à serviço do capital, e muitos simplesmente não conseguiam se ajustar a disciplina que essa nova situação os obrigou a passar. Assim, essa população rural (agora expulsos e expropriados de suas terras) "viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferro em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado" (MARX, 2017a, p. 808). Assim resume-se que, para Marx, a acumulação primitiva foi forjada em processos intermitentes e sempre renovados de expropriação e expulsão da população rural, que foi fornecendo à indústria urbana massas cada vez maiores de proletários. Nesse contexto, então, o camponês tem agora de adquirir, por meio de salários e em servidão ao seu "novo senhor", o capitalista industrial, o valor necessário aos seus meios alimentares, ou seja, sua própria subsistência. Sua sobrevivência agora passou a depender do capitalista industrial e de seu próprio salário.

Marx (2017a) então acaba por analisar principalmente a situação específica do camponês (trabalhador agrícola) inglês. Irá tratar do retrocesso que esses trabalhadores rurais ingleses tiveram em relação ao processo antagônico da produção e acumulação capitalista. Afirma ele que, apesar da agricultura moderna datar - na Inglaterra - em meados do século XVIII (momento de maior análise de Marx em relação a questão agrária e do camponês inglês), os processos de transformação fundiária e agrícola do modo de produção capitalista são muito anteriores (remontando aqui a análise que fez em relação à transição do mundo feudal para o capitalista). Afirma Marx ao analisar a situação desses trabalhadores rurais ingleses do século XVIII, principalmente nas décadas de 1770 e 1780, que tanto as questões que dizem respeito a suas condições alimentares, moradia e habitação, quanto as de dignidade pessoal, diversão, entre outros, constituem ideais que nunca mais seriam alcançados novamente. Dito de outra forma, Marx concebe o desenvolvimento do

capitalismo como um fenômeno que, de forma inevitável, arruína com os processos de produção e reprodução de vida desses trabalhadores rurais ingleses; na medida em que o capitalismo avança, tende a acabar com toda forma de produção camponesa, inevitavelmente. Nesse contexto, analisa Marx que a situação do camponês era então transformada à pura miséria, a mais brutal dos sofrimentos, sendo que "de todos os animais mantidos pelos arrendatários, o trabalhador, o *instrumentum vocale* [instrumento falante], tornou-se a partir de então o mais extenuado, o pior alimentado e o que recebe o tratamento mais brutal" (MARX, 2017a, p. 748, grifos do autor).

Já outra análise importante que Marx realizou e que nos auxilia para refletirmos sobre as questões agrárias, foi o desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria. Relata ele que a finalidade da maquinaria foi sempre baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que os trabalhadores necessitam para si mesmos, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente ao capitalista (nas palavras do próprio Marx, a maquinaria é meio para a produção de mais-valor). Além disso, afirma ele que a transformação dos meios de trabalho (meios de produção) constitui o ponto de partida da grande indústria, e essa transformação assume a sua forma mais desenvolvida nos sistemas articulados das máquinas nas fábricas. Disso aponta algumas consequências imediatas, como por exemplo o aumento do trabalho feminino e infantil - como muito bem demonstrou Engels (2010) em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* -, como também o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho (na intenção do aumento cada vez maior de produtividade). E será, portanto, na esfera da agricultura que Marx diz que a grande indústria (com seu novo e poderoso maquinário emergente) acabou atuando de maneira mais revolucionária, "ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o "camponês", substituindo-o pelo trabalhador assalariado" (MARX, 2017a, p. 572). É na agricultura, portanto, que as transformações capitalistas nos processos de produção tornam o meio de trabalho um meio de subjugação, de exploração e de empobrecimento do trabalhador. Além de ser um processo que "saqueia" o trabalhador, saqueia e explora também a própria terra.

De acordo com Marx, o capitalismo, então, se apodera e domina a agricultura. Como o modo de produção capitalista em geral baseia-se na expropriação dos

trabalhadores das condições de trabalho, "na agricultura ele se baseia na expropriação dos trabalhadores rurais da terra e sua subordinação a um capitalista, que explora a agricultura visando o lucro" (MARX, 2017b, p. 675). Com isso, chega à análise da propriedade e da renda fundiária da terra. O autor coloca que a propriedade fundiária capitalista se baseia no monopólio de certas pessoas capitalistas/proprietárias que detêm porções definidas do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão das massas de trabalhadores. Com isso, o monopólio da propriedade da terra é uma premissa histórica da qual Marx afirma ser a base constante do modo de produção capitalista. Assim, formula as condições prévias de funcionamento do modo de produção capitalista, da seguinte maneira: os verdadeiros cultivadores do solo são os assalariados (os antigos camponeses), que são empregados pelo capitalista (o arrendatário), que só se dedica a agricultura como campo de exploração específico para a acumulação de riquezas (lucro). O capitalista-arrendatário paga ao proprietário fundiário (o proprietário da terra por ele explorada, que muitas vezes pode ser representado pela mesma pessoa) em prazos e valores determinados fixados em contratos. Esse valor pago é o que Marx trata, portanto, como a renda fundiária, e afirma que é essa renda, então, a forma na qual se realiza economicamente a propriedade fundiária. Com isso, temos aqui, reunidas e confrontadas, as três classes que Marx considerou como as classes constituintes do marco da sociedade moderna: o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário fundiário (MARX, 2017a).

Contudo, afirma Marx, ainda ao tratar sobre a renda fundiária, que o aumento do valor da terra é idêntico à desvalorização do trabalho, ou seja, o alto nível do preço da terra é igual ao baixo nível do preço do trabalho. Dessa forma, a renda fundiária é concebida estando diretamente relacionada ao preço do trabalho, influenciando diretamente nos baixos salários e nas péssimas condições nas quais se encontram os trabalhadores rurais (como exposto nos parágrafos anteriores). A apropriação da renda é a forma econômica na qual se realiza a propriedade fundiária; por sua vez, a renda da terra pressupõe uma propriedade da terra, daí a expropriação e exploração dos camponeses e também dos processos de concentração de terras em domínios de poucas pessoas.

Por fim, conclui então que a transformação das sociedades agrícolas feudais em capitalistas ocorreu tendo como verdadeira importância o rápido desenvolvimento do capital, por meio da rápida expropriação dos produtores independentes (camponeses) e a transformação destes em trabalhadores assalariados, e por meio da acumulação e concentração fortemente aceleradas dos capitais, isto é, por meio da criação das condições do modo de produção capitalista. Então, vai afirmar Marx (2017a) que toda produção de mais-valor e, portanto, também todo desenvolvimento do capital, de acordo com sua base natural, repousa sobre a produtividade do trabalho agrícola. Está dada, portanto, a importância que a questão agrária assume nos estudos de Marx em relação ao processo de desenvolvimento do capitalismo, e como este autor analisou o camponês em função do processo histórico de desenvolvimento desse novo modo de produção em emergência.

Vladimir Lênin: os processos de diferenciação agrária e a desintegração do camponês

Lênin, principalmente em sua obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1982), realizou importante e detalhada análise sobre os processos de desenvolvimento do capitalismo naquele país em relação às mudanças agrárias em curso. Assim, nessa obra o autor se debruça em analisar e criticar o movimento que, a partir da década de 1860, passa a emergir na Rússia, conhecido mais tarde por populismo.

Conforme discorre Netto (1982), os populistas, então, eram conhecidos na Rússia por repelir o capitalismo ocidental, e com isso esperavam que o país fosse capaz de superar o capitalismo através da experiência dos *mir*,² transferindo-se diretamente para o socialismo agrário. Os populistas eram convencidos que a economia rural e as instituições camponesas eram poderosos antídotos contra o capitalismo. Assim,

² Mir eram comunidades rurais na Rússia, onde a terra, por exemplo, era um bem compartilhado por todos em que nela moravam. Essas comunidades, existentes até meados do século XX, serviram de inspiração aos populistas Russos para superação do modo de produção capitalista em emergência naquele país.

pretendiam preservar essas instituições camponesas e a economia rural, para evitar o estágio ocidental do capitalismo, tal como os processos ocorridos na Europa. Contudo, pouco a pouco, conforme Lênin irá demonstrar, as transformações econômicas e sociais da Rússia foram claramente se inclinando para a via capitalista, e é com isso, portanto, que ele irá desferir suas maiores críticas ao populismo, analisando as mudanças agrárias na Rússia, tendo como pano de fundo o aprofundado estudo da obra do Capital de Marx.

Assim, morando na província de Samara na última década do século XIX, Lênin se direciona em analisar a questão agrária na Rússia, e vai procurar conhecer a realidade camponesa através de investigações concretas, realizando levantamentos e análises de dados empíricos e estatísticos sobre essas populações rurais. Irá concluir e demonstrar posteriormente que os camponeses foram levados a ruína, e que esses processos só ocorreram porque foram necessários para o pleno desenvolvimento do capitalismo no país, onde os processos crescentes de industrialização foram liberando as massas camponesas para a formação do proletariado (similar ao que o próprio Marx observou na Inglaterra). A crítica ao populismo então é feita por Lênin através de demonstrações da possibilidade concreta do capitalismo se desenvolver na Rússia, e pela desintegração do campesinato através da formação de três segmentos diferenciados e opostos no mundo rural russo: os camponeses ricos, os camponeses médios e os camponeses pobres (LÊNIN, 1982).

Similar ao que Marx fez em analisar a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista (aquilo que ele chamou de acumulação primitiva), Lênin também analisará a passagem da agricultura da Corveia (feudalismo) para a agricultura capitalista, ou seja, a passagem da economia camponesa para a latifundiária. O período da corveia, como vai analisar Lênin, foi o momento em que as terras eram divididas em duas partes: as terras senhoriais e as terras camponesas. As terras camponesas eram pedaços de terra concedidas aos camponeses, que cultivavam os meios de sua própria subsistência com seus próprios instrumentos (meios de produção). Do outro lado, o trabalho excedente representava o cultivo do latifúndio (dos senhores), realizados com os mesmos meios de produção dos camponeses. Desse modo, "o lote camponês era, nesse sistema, uma forma de salário em espécie (para

empregarmos a linguagem de hoje), ou um meio de assegurar a mão-de-obra para o latifúndio" (LÊNIN, 1982, p. 123).

Define Lênin, então, sobre a economia baseada na corveia: ela (economia) não existia simplesmente para assegurar os meios de subsistência dos camponeses, mas sim para assegurar mão de obra para o latifúndio feudal. Esse sistema se garantia por uma "coação extraeconômica", ou seja, o camponês dependia pessoalmente do senhor, pois, sem essa dependência, não teria a relação necessária de servidão para a construção da base de estruturação do sistema feudal. Contudo, o fim da corveia foi momento em que Lênin discorre que houve a abolição da servidão, onde ocorreu o fim da economia natural dos feudos, onde o caráter "fechado" e autossuficiente do feudo veio a ruína, e o poder do latifundiário sobre os camponeses também. É um momento em que Lênin trata como a transição entre as economias, onde foi necessário, em primeiro lugar, certa "libertação" dos camponeses e sua habituação para um novo tipo de trabalho, o trabalho assalariado (ou seja, a formação do proletariado, como também o próprio Marx discorre). Essa libertação dos camponeses da qual fala Lênin, portanto, é o que ele caracterizou e tratou como a desintegração do campesinato, que é representada pela decadência do sistema de pagamento em trabalho (que era, portanto, o sistema econômico da corveia), para a formação do sistema de pagamento através de salários. Isso fez com que se formasse um processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e/ou operários agrícolas, através de processos de diferenciação e oposição entre eles.

Dessa forma, o autor irá tratar então desses processos de diferenciação entre os camponeses em decorrência dos processos de desenvolvimento do capitalismo, que assim ficou conhecido como a formação de três grupos sociais do campesinato russo: os camponeses ricos, os médios e os pobres. Discorre Lênin que quanto mais a produção mercantil penetra a agricultura (portanto, quanto mais o capitalismo se desenvolve no meio rural), mais se agudiza também a concorrência entre os agricultores, as disputas pela terra e as lutas pela independência econômica, e assim leva a perda total do campesinato médio e pobre pela burguesia camponesa. Dessa maneira, Lênin buscou analisar dados estatísticos produzidos sobre os *Zemtovs* (províncias russas), e afirma o seguinte: "deles, resulta inquestionável a conclusão de

que o campesinato está em total desintegração, com o pleno domínio da burguesia camponesa" (LÊNIN, 1982, p. 46). Discorre ele que quem se desintegra nesse processo é o camponês pobre e o médio, porque o rico (burguesia camponesa) se torna uma outra coisa: um capitalista, e não mais um "camponês". Desse processo então resulta que, de um lado, tem-se os ricos, praticantes da grande agricultura e pecuária capitalista, e do outro os camponeses médios e pobres, aos quais não restou outra coisa do que a venda de sua força de trabalho. Conforme afirma o autor, a comunidade camponesa russa não se forma antagônica ao capitalismo – como propunha os populistas –, mas sim constitui a sua base mais profunda e sólida (igualmente ao resultado que Marx obteve ao concluir as análises sobre o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra).

A desintegração do campesinato então, de acordo com Lênin, é a destruição radical do antigo campesinato patriarcal e a criação de novos tipos de população rural (agora subordinados e subsumidos ao capital – os ricos, médios e pobres). O campesinato antigo não simplesmente se diferencia, mas sim "deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista" (LÊNIN, 1982, p. 114). Essa desintegração, portanto, é a criação de dois extremos: o da burguesia rural (camponeses ricos, proprietários de estabelecimentos e empresas industriais/comerciais) e o proletariado rural (os camponeses pobres, que não possuem outra coisa senão sua própria força de trabalho para vender). No meio disso está o camponês médio, que está no esforço constante de se tornar rico: contudo só poucos conseguem, e quando fracassam (o que é normal acontecer), acabam tendo também apenas a força de trabalho para vender, e assim ocupam juntos o lugar de camponês pobre.

Por fim, ainda através de dados empíricos e estatísticos, Lênin observa o crescente emprego de máquinas na agricultura russa, e traz conclusões no que diz respeito as consequências desses processos (aumento do trabalho infantil e feminino, aumento da intensidade do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho, etc.). Contudo, reconhece que o crescimento da produção agrícola de tipo técnico foi de enorme importância para o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Com isso, vai relacionar constantemente esses processos de desenvolvimento do capitalismo que

incide sobre a desintegração do campesinato, como um processo que o autor tratou de "descamponização", ou seja, os processos de transformação e desintegração do campesinato. Afirma, então, que o crescimento da agricultura comercial (capitalista) acompanha a criação de um mercado interno para o capitalismo, e com isso a tendência de se introduzir na "cena mundial" através da ampliação infinita da produção comercial agrícola. Em síntese, vai afirmar Lênin então que o capitalismo segue, portanto, a tendência de dominar a agricultura, isto é, a agricultura, as mudanças agrárias e o campesinato submetidos aos interesses do capitalismo e de seu desenvolvimento histórico.

Karl Kautsky: a destruição do camponês e a relação entre a grande e a pequena exploração agrícola

Karl Kautsky (1972a, 1972b), como já informado na introdução, foi outro estudioso das questões agrárias que posteriormente se tornou um referencial teórico clássico sobre o tema. Relata o autor que o interesse pelas questões agrárias começa a aparecer em seus estudos já na década de 1870. À época, Marx vinha se tornando a base teórica do movimento socialista mundial, e com a publicação e repercussão do terceiro volume de sua grande obra d'O Capital, a questão agrária vinha ganhando cada vez mais destaque.

Começa Kautsky por tratar do campesinato na idade média, contexto no qual essa categoria social fazia parte de uma sociedade que se bastava inteiramente a si própria, através da produção de sua própria subsistência, a construção própria de utensílios domésticos e de sua moradia, como também de suas próprias vestimentas, entre outros. Era uma sociedade camponesa abastada, segura e confiante no futuro, como relata o autor. Porém, discorre que tudo começou a mudar a partir do momento de maior atuação da indústria e do comércio urbano, mexendo nas estruturas camponesas no campo, provocando alterações na estrutura da divisão do trabalho no seio da comunidade camponesa. Diz que o desenvolvimento da indústria e do comércio produziu nas cidades novas necessidades que, com os instrumentos novos e aperfeiçoados, penetrava no campo de maneira tanto mais rápida e tanto mais

"irresistível" quanto mais ativas se tornavam as relações entre a cidade e o campo, necessidades essas que a simples indústria camponesa não podia mais satisfazer. Assim, o começo da indústria urbana, ainda na idade média, foi o início da dissolução da indústria e economia camponesa: "só a indústria capitalista tem uma tão grande superioridade que elimina rapidamente a indústria doméstica do camponês" (KAUTSKY, 1972a, p. 26). Dito de outra forma, quanto mais a indústria urbana avança, mais rapidamente acontecem também as transformações nos modos de vida dos camponeses, afirmando (como Marx) que a mesma evolução que, por um lado, produz a necessidade de operários assalariados cria, por outro, esses próprios operários. Isto é, a revolução capitalista produz os processos de proletarianização dos camponeses, reduzindo suas famílias e lançando no mercado de trabalho os excedentes de filhos e filhas dessas comunidades como a nova mão de obra necessária para o modo de produção capitalista.

Com isso, afirma Kautsky que a antiga sociedade da família camponesa é então substituída pelas "grandes explorações", sendo que o antagonismo de classes passa a penetrar nas comunidades rurais e destrói a antiga "harmonia" da comunidade camponesa. O autor coloca que "o desenvolvimento do modo de produção capitalista apenas na cidade já basta para transformar completamente a existência do camponês" (KAUTSKY, 1972a, p. 31), mesmo antes ainda de se formar o principal antagonismo entre a pequena e a grande exploração. Dessa maneira, Kautsky vai falar da destruição do camponês devido a entrada das pressões exteriores à comunidade camponesa, que antes bastava a si própria e era inteiramente independente. As transformações mais profundas se mostram logo de início nas próprias condições de vida dos camponeses, como por exemplo sua alimentação: Kautsky fala que o camponês se torna agora (com o desenvolvimento do capitalismo) um faminto, pois com as novas estruturas se formando, que retiram dele o seu caráter de subsistência e autossuficiência, falta-lhe comida, e quando tem, é de má qualidade.

Por boa parte de seus estudos, Kautsky também disserta sobre as revoluções ocorridas nos métodos e equipamentos/máquinas na agricultura, da crescente dependência da agricultura ao comércio, da agricultura se desenvolvendo enquanto ciência e da própria renda fundiária (análises muito similares ao que Marx observou na

Inglaterra e Lênin na Rússia). Com isso, chega por fim a principal análise de sua obra, que é sobre a relação entre a grande e a pequena exploração, e trata logo de início da superioridade técnica da grande exploração: "quanto mais o capitalismo se desenvolve na agricultura, mais aumenta a diferença qualitativa entre a técnica da grande exploração e da pequena" (KAUTSKY, 1972a, p. 129). Além dos meios técnicos, a grande exploração também é superior no que diz respeito a economia e otimização de recursos, tirando melhores proveitos, por exemplo, da divisão do trabalho dentro da agricultura. Por outro lado, analisa também as desvantagens da pequena exploração: o excesso de trabalho e a insuficiência do consumo dos camponeses. Vai afirmar que só um "partidário fanático" poderia ser ainda adepto da pequena exploração, visto que sua maior consequência é a exploração do próprio camponês (pelas más condições de vida a que são submetidos). Sendo assim, o autor disserta que a pequena exploração "é um fenômeno econômico do passado", e que mostra um verdadeiro "obstáculo ao progresso econômico" (KAUTSKY, 1972a, p. 156).

Com isso, Kautsky irá concluir que existe uma forte tendência de a pequena exploração desaparecer, ainda que não houvesse desaparecido por completo. Isso porque a grande exploração nunca está sozinha, pois depende de "braços" para o trabalho, sendo que esses braços são oriundos sempre dos proletários da própria pequena exploração. Assim, vai afirmar que onde quer que a grande exploração tenda a eliminar a pequena, existirão sempre certos conservadores e grandes proprietários fundiários que irão se esforçar por aumentar o número de pequenas explorações, por medidas de ordem política e privada (para manutenção da "ordem" da grande exploração). Irá concluir, portanto, que a pequena exploração não deixa de existir por completo, e que também não representa mais uma competição com a grande, mas que passam então a coexistir. Apesar de não deixar de existir, a vida e a existência do camponês e da pequena exploração, segundo as análises de Kautsky, são condições necessárias para manutenção e desenvolvimento do capital através da atuação da grande exploração. Dessa forma, a industrialização capitalista da agricultura prende o pequeno agricultor (camponês) à fábrica, "transformando-o inteiramente num escravo do capital industrial, segundo as necessidades do qual ele tem que explorar a terra. É esta a salvação que a indústria agrícola traz ao camponês" (KAUTSKY, 1972b, p. 145).

Alexander Chayanov: a unidade de produção familiar camponesa

Conforme relata Silva e Stolcke (1981), Alexander Chayanov foi o maior expoente da última geração de populistas russos (populistas estes que tanto Lênin criticou em seus trabalhos) que se dedicou aos estudos agrários, sendo que suas análises recuperam ainda muitos elementos dos chamados "marxistas legais" dos anos 1890-1910. Contudo, em contrapartida propõe um corpo teórico não marxista para a análise das organizações camponesas. Desde o início do século XX o autor já vem postulando o pressuposto que a economia camponesa não é tipicamente capitalista, e afirma, portanto, que é um fenômeno em si mesmo, e que para estudá-lo é necessário elaborar conceitos específicos. Esse populismo agrícola que Chayanov defendia, contra os que consideravam a organização da produção camponesa como uma "fase inferior" do desenvolvimento da agricultura capitalista, vai posteriormente lhe custar a liberdade e consequentemente a própria vida. Porém o seu legado se perpetuou, e sua obra repercutiu positivamente nos estudos agrários e sobre o campesinato.

Chayanov (1974) propôs elaborar um novo trabalho sobre a unidade econômica camponesa, dizendo que se deve olhar para os debates e teorias anteriores (as marxistas, principalmente), e pautar um novo e renovado método de trabalho. Afirma que nas teorias marxistas, então, o estudo da exploração camponesa era elaborado do ponto de vista do desenvolvimento econômico nacional, e por isso mesmo irá propor elaborar uma teoria particular sobre a unidade econômica camponesa. Assim, a originalidade dos estudos de Chayanov foi então conceber, primeiramente, o camponês não como simples trabalhador assalariado do capital, muito menos como um agricultor capitalista. Dessa forma, se propõe a não tratar a economia camponesa pelo viés do desenvolvimento nacional, e assim se direcionou a investigar a própria unidade familiar de trabalho camponês, o que vai permitir a ele, então, diferenciar essas unidades das demais estruturas econômicas vigentes em sua época, e tratar ao mesmo tempo de sua coexistência com essas outras estruturas econômicas. Ao propor isso, é inevitável, como diz Chayanov, "comezar nuestra investigación com un análisis exhaustivo de la constitución y de las leyes que

gobiernan la composición del sujeto de esta unidad: la familia que la dirige" (CHAYANOV, 1974, p. 47).

Para Chayanov, não se trata, portanto, de compreender o destino da unidade econômica camponesa (o que muitos – principalmente os marxistas – tentaram propor), nem mesmo de sua concepção histórica e nacional, mas sim compreender "que és la unidad económica campesina desde un punto de vista organizativo ¿Cuál es la morfología de este aparato productivo?" (CHAYANOV, 1974, p. 36). Afirma, dessa maneira, que é totalmente certo que a exploração rural não é homogênea, e que, inclusive, é representada ainda por numerosas unidades semiproletárias e semicapitalistas. Com isso, se propõe a estudar com detalhes a família mesma em seu desenvolvimento biológico como uma cooperativa de unidades de trabalho e de consumo, tentando compreender as motivações para o trabalho entre os membros da família, assim como a produção e outros elementos que determinam o grau de auto-exploração da força de trabalho. Essa auto-exploração da qual fala o autor, se refere a um equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho, ou seja, o nível de força de trabalho empregado pela família é regulado diretamente pelas necessidades dessa unidade familiar, que, segundo Chayanov, deve se utilizar do mercado e das condições naturais da produção como forma de proporcionar equilíbrio interno e níveis mais elevados de bem estar para a unidade familiar camponesa.

Chayanov muito bem observou em seus estudos que, na moderna teoria da economia nacional (aí incluída principalmente a corrente marxista clássica), foi costumeiro pensar que todos os fenômenos econômicos eram de domínio exclusivo dos termos cunhados pela economia capitalista, ou seja, "todos os demais tipos (não capitalistas) de vida econômica são vistos como insignificantes, ou em extinção; no mínimo considera-se que não tem influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico" (CHAYANOV, 1981, p. 133). Assim, reconhecendo uma multiplicidade de sistemas econômicos, discorre Chayanov que, para cada sistema (sociedade) econômica diferente, deve-se construir um sistema econômico correspondente às suas características particulares. Por isso, irá tratar o autor então da economia natural (camponesa) enquanto fenômeno peculiar/particular

que, de um lado, evidencia a exigência de satisfação das necessidades de cada unidade (familiar) de produção, e de outro, é também uma unidade de consumo.

No que diz respeito a análise do camponês e sua forma de organização de vida individual e coletiva, relata Chayanov que as categorias econômicas capitalistas são inadequadas para sua análise e investigação. Dado que não existe necessariamente a categoria de "salários" na organização de vida camponesa, são inaplicáveis os conceitos e fórmulas do trabalho assalariado, do lucro, da mais-valia, da acumulação, etc., isso porque é a própria família (equipada com meios de produção) que emprega a própria força de trabalho no cultivo da terra, recebendo como resultado de um ano de trabalho, por exemplo, certa quantidade de bens necessários à sua produção e reprodução familiar. Mesmo assim, Chayanov não torna homogênea as unidades econômicas familiares camponesas e admite que podem variar segundo a situação de mercado na qual se encontram e a localização da unidade relativa a esses mercados, como também a própria disponibilidade dos meios de produção, o tamanho e a composição da família, a qualidade da terra, etc.

Outra característica fundamental é que Chayanov reforça a todo momento que a estrutura de exploração familiar camponesa, a intensidade do cultivo e suas formas organizativas dependem sempre de fenômenos internos (ao contrário da corrente marxista que concebeu esses fenômenos dependentes de fatores externos à unidade familiar), como por exemplo o tamanho da família trabalhadora, a extensão da terra utilizável, a extensão das necessidades, entre outros. Outro fator ainda apontado é que o padrão de vida tradicional das unidades familiares camponesas é mantido e afirmado pelos costumes e hábitos, que determinam juntos as exigências de consumo das famílias, e por consequência a aplicação de sua força de trabalho.

Chayanov analisou com muito detalhe a atividade econômica da família camponesa individual, verificando principalmente os mecanismos de equilíbrio interno da família, e pensando posteriormente também onde se localiza a família camponesa na estrutura econômica nacional e suas relações com essa economia. Em oposição à homogeneização do rural subsumido às categorias econômicas nacionais, Chayanov relata que quando se compara alguns dados e estimativas dos séculos XVII e XVIII, se comprova que a heterogeneidade do rural não é característica exclusiva de sua época,

mas sim também se evidenciam em períodos históricos anteriores. Por isso, diz que o caráter histórico da heterogeneidade da unidade de produção familiar camponesa deriva da própria natureza de sua exploração, e não é algo ligado a história recente (capitalismo). Por fim, nos lembra novamente sobre os riscos de conceber a própria Economia enquanto ciência que se ocupa somente das estruturas e sistemas capitalistas, e de como isso impossibilita a compreensão de outros sistemas econômicos não-capitalistas (como os camponeses, por exemplo).

Assim, destaca o autor que significativos "blocos" de unidades camponesas de trabalho familiar estão disseminados na economia capitalista mundial, dizendo ainda existir formações econômicas que lembram formas não capitalistas de economia. Dessa forma, Chayanov não simplesmente homogeneizou as diferenças entre economia capitalista versus as não capitalistas, mas sim falou de vários tipos de economias que coexistem. Assim, discorreu que o futuro da teoria econômica "não reside na construção de uma única teoria universal da vida econômica, mas em conceber vários sistemas teóricos, adequados ao elenco de ordens econômicas presentes e passadas, que revelem as formas de sua coexistência e evolução" (CHAYANOV, 1981, p. 163). Assim se estruturou seus estudos no que diz respeito às questões agrárias e do campesinato de sua época, através dessa concepção heterogênea de economia da qual irá se opor, diretamente, à corrente marxista clássica. Consequentemente, foi responsável por inaugurar uma nova corrente teórica sobre o campesinato, principalmente sobre as unidades familiares de produção camponesa, e que posteriormente ganhou importância suficiente para não apenas confrontar as literaturas clássicas já existentes, como também para se tornar uma outra corrente clássica dos estudos agrários mundiais.

Do debate clássico ao rural e as ruralidades no Brasil contemporâneo

O campesinato no Brasil, a partir das décadas de 1980 e 1990 - momento que se passou a superar, em certa medida, o debate clássico em torno dessa classe social e seu possível desaparecimento frente aos processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista -, passou a ser representado historicamente por uma maneira

singular de civilização e de cultura. É evidente que os camponeses e agricultores familiares brasileiros em questão não mais representam uma reprodução clássica e "tradicional" do campesinato, tal como as sociedades pré-capitalistas, mas nem por isso se deslocaram de sua "condição camponesa" (PLOEG, 2008, p. 39) de existência. Os processos de transformação do campesinato não são simplesmente sua transição de um espaço "isolado" para outro "englobante", nem sua inserção integral na economia e sociedade moderna, mas sim representam processos de rupturas e continuidades (WANDERLEY, 2004) em relação a suas formas de produção e reprodução da vida em decorrência dos processos de transformação ocasionados pelo modelo da modernização capitalista. Evidencia-se, dessa maneira, que a imposição do modelo empresarial de tipo industrial na agricultura, não gerou formas sociais rurais de produção únicas e homogeneizadas, mas sim configurações heterogêneas de um mundo rural marcado pela atuação de diversos atores que, apesar de serem representados no momento histórico de um mundo moderno (capitalista) em questão, preservam também suas tradições e seus movimentos de adaptação a esse mundo. Nesse contexto (últimas décadas do século XX) é que a noção de ruralidade (BRANDENBURG, 2018; WANDERLEY, 2009; CARNEIRO, 2012) emerge enquanto categoria analítica e teórica de um rural marcado pela heterogeneidade de formas de vida, e fundamentalmente pela capacidade de adaptação e resistência do campesinato frente aos novos modelos industriais e modernos de agricultura.

A crítica à modernização capitalista da agricultura vem se colocando em diversos países e contextos por atores que acabam por assumir, então, uma condição de vida camponesa em resposta às contradições desse modelo moderno/capitalista em desenvolvimento. Assim emerge a visão sobre o mundo rural, de um lado, como integrado ao conjunto da sociedade brasileira, não mais "isolado", e de outro como um local que mantém certas particularidades históricas e sociais enquanto realidade própria. Um rural emergente enquanto um espaço físico diferenciado e "enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência "identitária") e lugar onde se vê e vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional)" (WANDERLEY, 2001, p. 32). É uma visão que acaba por supor então um lugar onde se têm formas particulares de vida e de trabalho, não

simplesmente como um lugar de investimento ou reservas de valores (orientações englobantes do modelo capitalista).

A diversificação (heterogeneidade) do rural tem se colocado enquanto palco de fatores de dinamismo e como fonte de conflitos a respeito do que é o rural hoje em dia, quem são seus atores e quais os seus diferentes usos e características principais. O compromisso, portanto, de compreender o rural como espaço diversificado de vida é - além de concebê-lo enquanto um espaço singular com reivindicações próprias -, inseri-lo como protagonista nos programas políticos de desenvolvimento e assumir uma posição reparadora no que diz respeito aos processos da modernização que o rural e as agriculturas vêm enfrentando de forma mais acentuada e desigual desde os últimos dois séculos (BERNSTEIN, 2011), que acabou marginalizando a existência do camponês e do agricultor familiar nos processos políticos participativos das sociedades modernas, e em específico da sociedade brasileira.

Considerações Finais

Na literatura clássica sobre a questão agrária e o campesinato (tendo aqui como principal referência as teorias marxistas clássicas), o camponês só pôde ser definido pela "tragédia de seu destino social" (ABRAMOVAY, 1990, p. VIII), ou seja, foi analisado tendo em perspectiva a sua extinção em decorrência dos processos de desenvolvimento do capitalismo. Na medida que o capitalismo avançava em seus processos de industrialização, o camponês tenderia inevitavelmente a ser expropriado e a desaparecer (MARX, 2017a; 2017b), ser desintegrado (LÊNIN, 1982) ou destruído (KAUTSKY, 1972a; 1972b) pelos processos de diferenciação entre os produtores rurais (ou o camponês se tornaria um capitalista proprietário de meios de produção, ou se tornaria um simples trabalhador assalariado, e, portanto, um proletário) ou em relação a sua incapacidade de concorrer com as grandes empresas agrícolas emergentes. Porém, como destaca ainda Abramovay, os clássicos marxistas acabaram por refletir muito mais as suas próprias condições em que viveram do que simplesmente deram conta de elaborar uma teoria universal a respeito da questão agrária e sobre o campesinato.

Chayanov, por sua vez, inaugura uma nova corrente teórica que vai influenciar fortemente os estudos rurais e agrários na contemporaneidade, assumindo de imediato um contraponto à visão marxista clássica. É através da nova corrente teórica chayanoviana que inúmeros estudos rurais na atualidade se direcionam para compreender o mundo rural e as mudanças agrárias em curso, levando em consideração a importância e preeminência do campesinato enquanto categoria social responsável pela estruturação de um universo em constante conflito e contradição devido aos processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Os métodos da modernização capitalista (principalmente aqueles ligados ao setor agrícola, desde suas origens e se acentuando a partir da segunda metade do século XX) que pretendem se tornar dominantes em escala global, pressupõe certa homogeneização da vida no que diz respeito às formas de desenvolvimento social (PLOEG, 2008; BERNSTEIN, 2011). Como bem colocado pela corrente marxista clássica, esses processos de modernização capitalista tendem a homogeneizar as categorias sociais rurais em detrimento do desenvolvimento das sociedades urbanas, ou seja, o mundo rural tende a se modernizar e a refletir as estruturas sociais postuladas pelas sociedades urbano-industriais capitalistas. De acordo com quem defende estritamente essa visão, o camponês inevitavelmente desaparecerá, dando lugar ao agricultor capitalista ou ao simples trabalhador rural assalariado (proletário). Em contraponto a essa visão homogeneizadora da modernização capitalista, a corrente teórica neo-chayanoviana tem categorizado o universo do rural (em especial o rural brasileiro), enquanto um local heterogêneo de produção e reprodução da vida, onde se encontram estruturas sociais particulares (e peculiares) que estruturam seus mundos a partir das adaptações realizadas frente aos processos de desenvolvimento difundidos pela modernização capitalista, não excluindo, é claro, os efeitos que tal modernização provocou (e continua a provocar) nesse mundo rural.

Evidente, portanto, que essas correntes teóricas são contrapostas no que diz respeito aos estudos teóricos em relação ao mundo rural e as mudanças agrárias em curso. O campesinato, por sua vez, constitui-se hoje enquanto categoria social em constante conflito e contradição explicitada pelas correntes teóricas aqui apresentadas, sendo considerado ora uma categoria social existente, ora desaparecida ou em

desaparecimento. A importância de retomarmos esse debate e voltarmos aos clássicos, portanto, é tarefa ainda imprescindível para aquele que pretende compreender o universo rural e agrícola, tão complexo, conflituoso e por vezes contraditório. Além do mais, termos reconhecimento de como os próprios clássicos colocaram as questões em debate, levando em consideração o contexto de vida deles, nos permite reflexões sempre atuais de como nós, em nossos próprios contextos, concebemos e analisamos a realidade que nos cerca. Compreender, portanto, a dinâmica da vida social do campesinato e das mudanças agrárias em curso, se coloca aqui como um exercício teórico importante que também (e ainda) os próprios clássicos podem muito contribuir.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1990.
- BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de Classe e mudança agrária**. São Paulo. Editora Unesp. 2011.
- BRANDENBURG, Alfio. **Mundo Rural e Ruralidades**. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.
- CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.
- CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão Agrária**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.
- CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires, Argentina. 1974.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista**. Vol. I, Portucalense Editora, Porto, 1972a.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**: a evolução da agricultura na sociedade capitalista. Vol. II, Portucalense Editora, Porto, 1972b.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo da produção do capital; tradução Rubens Enderle, 2. Ed., São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da econômica política: Livro III: o processo global da produção capitalista; tradução Rubens Enderle; edição de Friedrich Engels, 1. Ed., São Paulo: Boitempo, 2017b.

NETTO, José Paulo. Introdução. In: LENIN, Vladimir Ilich. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão Agrária**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. *En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales da América Latina y el Caribe de CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura Familiar e Campesinato: Rupturas e Continuidades. **Aula Inaugural do primeiro semestre a ser ministrada no CPDA/UFRRJ**. 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Um diálogo inacabado: clássicos e contemporâneos da sociologia

Gustavo Martins do Carmo Miranda¹

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

É sabido que há uma vasta literatura associando – de inúmeras formas – clássicos e contemporâneos da sociologia. Todavia, tal discussão ainda é pertinente e possibilita pensarmos em múltiplas possibilidades no universo acadêmico. Diante disto, este artigo estabeleceu uma conexão entre clássicos – Marx, Durkheim e Weber – e contemporâneos – Merton, Parsons, Freidson, Boltanski, Dahrendorf e Lenski –, através da noção das concepções sociológicas desenvolvidas pelos primeiros à luz dos segundos. Para realizar esta abordagem, foram usados conceitos de “concepção” e “modernidades múltiplas”, bem como a delimitação de “sociologia contemporânea”. Em termos de métodos, optou-se por uma revisão bibliográfica de fontes primárias e uma abordagem metateórica. Concluiu-se que esta análise adotada não é apenas válida, como também dialoga com estudos recentes que buscam relacionar os autores aqui abordados

Palavras-chave: Sociologia; Clássicos; Contemporâneos; Concepção; Modernidades.

An unfinished dialogue: classics and contemporaries of sociology

ABSTRACT

It is known that there is a vast literature linking – in countless ways – classics and contemporaries of sociology. However, this discussion is still relevant and allows us to think about multiple possibilities in the academic world. Therefore, this article established a connection between classics – Marx, Durkheim and Weber – and contemporaries – Merton, Parsons, Freidson, Boltanski, Dahrendorf and Lenski – through the notion of sociological conceptions developed by the former in the light of the latter. To carry out this approach, concepts of "conception" and "multiple "modernities" were used, as well as the delimitation of "contemporary sociology". In terms of methods, we opted for a literature review of primary sources and a metatheoretical approach. It was concluded that this analysis adopted is not only valid, but also dialogues with recent studies that seek to relate the authors discussed here.

Keywords: Sociology; Classics; Contemporaries; Conception; Modernities.

Não é novidade no universo acadêmico estabelecer associações – em diversos níveis – entre clássicos e contemporâneos da sociologia. A literatura é vasta e muito variada. Podemos citar alguns exemplos que elucidam este fato: 1) A relação entre Emile

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista CAPES. E-mail: gustavmcm@gmail.com

Durkheim,² Talcott Parsons, Pierre Bourdieu e Niklas Luhmann sobre a temática da “diferenciação social”; 2) A noção de “racionalização” de Max Weber sob os olhares de Jürgen Habermas e Norbert Elias; e 3) A influência de Karl Marx em autores como André Gorz – em torno do chamado “ecossocialismo” –, e Bourdieu – através do conceito de “capital” (DESAN, 2013; LÖWY, 2017; SCAVONE, 2005).

Entretanto, é preciso destacar a dinamicidade da sociologia contemporânea, isto é, seus estudos nos remetem a um constante diálogo com Durkheim, Weber e Marx (LIEDKE FILHO, 2003; SCAVONE, 2005). Neste sentido, há um fluxo de possibilidades³ e alternativas que não se esgotam completamente – o que implica na formulação de novos problemas sociológicos. Daí que os próprios clássicos são atuais, pois “[...] seus conceitos e teorias ainda ressoam com as preocupações contemporâneas.” (APPELROUTH; EDLES, 2008, p. 2, tradução nossa). É com base neste raciocínio que este trabalho se alinha. Porém, antes de adentrarmos nos objetivos deste artigo, é preciso esclarecer alguns pontos.

Em primeiro lugar, deve-se ter em mente o que se entende por aqui quando falamos na constante relação entre clássicos e contemporâneos na sociologia. Tal ideia está diretamente relacionada à noção de “modernidade”. Apoiando-se em Eisenstadt (2001, 2010), a modernidade é compreendida neste artigo em seu sentido múltiplo, ou seja, pressupõe analisar o moderno em termos de uma história contínua – que implica construção e reconstrução. Daí que tanto os clássicos como também os contemporâneos da sociologia estão inseridos espaço multidimensional.⁴

Em segundo lugar, é preciso esclarecer o que estamos chamando de sociologia contemporânea. Sabemos que Marx, Durkheim e Weber são autores consolidados, isto é, estão inseridos no chamado cânone sociológico. Todavia, como ainda é incerta⁵ a

² Pode-se, por exemplo, aproximar Durkheim, com sua problemática de “integração” e “diferenciação de desvios e normas”, com a ideia de espaço social, campo e *habitus* de Bourdieu (SCAVONE, 2005).

³ Alguns autores preferem usar a expressão “espaço transcendental de possibilidades” (VANDENBERGUE, 2016).

⁴ Seguindo essa lógica, cabe ressaltar que sociologia oferece uma espécie de autodescrição reflexiva da modernidade (VANDENBERGUE, 2016).

⁵ Alguns autores entendem que a sociologia contemporânea teve início a partir do final da década de setenta do século passado, outros preferem situá-la a partir de 1935. Ademais, há uma corrente que prefere dar atenção às grandes teorias (*grand theories*), surgidas no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial (ALVES, 2010; APPELROUTH; EDLES, 2008; SELL, 2017).

delimitação temporal da sociologia contemporânea, procuramos situá-la a partir do término da Segunda Guerra Mundial (SELL, 2017). É neste contexto que a sociologia passa a ser vista – majoritariamente – como uma disciplina e que adquire uma notável popularidade na sociedade como um todo – em virtude das inúmeras pesquisas realizadas (ALVES, 2010).⁶

Em terceiro lugar, é necessário esclarecer o que entendemos por associar os clássicos aos contemporâneos. Procuramos relacionar algumas concepções desenvolvidas pelos primeiros e sua discussão sob a ótica dos segundos. Entendemos que concepção – enquanto uma definição filosófica propriamente dita – seja uma forma mais abrangente e dinâmica de análise, por estar relacionada com a própria ideia de modernidades múltiplas. Concepção, do latim *conceptio*, refere-se a uma operação em que os sujeitos formam – a partir de suas experiências subjetivas e objetivas – a representação de um objetivo de pensamento. Trocando em miúdos, é uma operação intelectual cujo entendimento constitui o conceito (JAPIASSI; MARCONDES, 2001). Daí a noção de algo contínuo e não acabado.

Feitas estas considerações iniciais, o presente artigo busca relacionar seis concepções desenvolvidas pelos clássicos da sociologia à luz das interpretações dos contemporâneos, a saber: 1) “Anomia” – Durkheim/Merton; 2) “Solidariamente orgânica” – Durkheim/Parsons; 3) “Dominação racional-legal” – Weber/Eliot Freidson; 4) “Capitalismo racional” – Weber/ Luc Boltanski; 5) “Luta de classes” – Marx/ Ralf Dahrendorf; e 6) Estamentos – Weber/ Gerhard Lenski.

Ao estabelecer este tipo de associação, nossa hipótese é a seguinte: é possível encontrar – em autores contemporâneos – um diálogo crítico e também um avanço em relação às concepções elaboradas pelos clássicos da sociologia. Tal fato possibilita pensarmos, inclusive, no desenvolvimento de novas abordagens teóricas e discussões empíricas mais recentes.

⁶ É sempre bom enfatizar que a instituição da sociologia na Europa teve início em 1940. Nos Estados Unidos este processo ganhou os primeiros ares ainda no começo do século passado (ALVES, 2010).

Pensar em concepção dos clássicos à luz dos contemporâneos implica reconhecer a própria peculiaridade da sociologia.⁷ Ela está a todo o momento se reinventando – vivendo de impasses e reorientações. Discussões clássicas envolvendo “anomia”, “solidariedade orgânica”, “dominação racional-legal”, “capitalismo racional”, “luta de classes” e “estamentos”, são reinterpretadas pelos contemporâneos através de um olhar dinâmico, ou seja, da busca por uma atualização daquilo que já foi discutido. Tal fato acaba propiciando o desenvolvimento da chamada “sociologia da sociologia” (IANNI, 1990).

Como método de abordagem, optamos em realizar dois procedimentos. O primeiro deles foi uma revisão bibliográfica de fontes primárias – artigos e livros – elaborados pelos autores aqui discutidos. Seleccionamos os materiais voltados propriamente ao objeto de análise.

Após esta etapa, foi realizada uma abordagem metateórica, reflexão da teoria sobre a própria teoria, voltada para uma análise sistemática – privilegiando questões estruturantes e também fundamentais do assunto aqui discutido. Neste sentido:

A análise metateórica não é um fim em si mesma. Como uma propedêutica à construção teórica geral, ele conclama a teórica ou o teórico a comparar e contrastar sistematicamente as posições teóricas no interior do campo enquanto ela/e trilha seu caminho da ação à ordem e à mudança. O propósito da metateoria não é o de evidenciar posições antagônicas no campo, mas o de abraçar seus pontos de vista e construir uma teoria de modo tal que suas próprias limitações sejam superadas em um quadro de referência mais abrangente e dialético (VANDENBERGUE, 2016, p. 145).

O propósito deste tipo de procedimento, de natureza dinâmica, consiste em elaborar um conjunto cumulativo e integrado de temas, problemas e questões que estão presentes no arcabouço da teoria sociológica. Cabe salientar que a metateoria não está necessariamente presa aos pressupostos puramente teóricos, ou seja, a uma visão lógico-conceitual. Ela também possibilita situar, do ponto de vista espacial e temporal, as abordagens sociológicas mediante uma ênfase histórica, isto é, propõem

⁷ Neste caso, haveria uma peculiaridade da sociologia até mesmo em relação com as demais ciências sociais (IANNI, 1990).

relacionar autores e correntes de pensamento (SELL, 2017). É pensando nestas duas possibilidades que este trabalho procurou se apoiar.

A concepção de “anomia” em Durkheim na visão de Merton

Através do diálogo com Durkheim, Merton desenvolveu sua concepção sobre “anomia”. Ao contrário do autor francês que via esta última como um estágio patológico presente em sociedades marcadas por perturbações coletivas e caracterizadas por crises ou transformações profundas (DURKHEIM, 1999, 2000), Merton demonstrou que a “anomia” era um evento corriqueiro, não uniforme e decorria do desequilíbrio da estrutura social. Tal estrutura conduziria ao comportamento desviado dos indivíduos – em vários níveis. “A estrutura social produz uma tendência a anomia e ao comportamento divergente.” (MERTON, 1970, p. 232).

Segundo Merton, a estrutura social seria composta por dois elementos chaves: 1) Objetivos culturalmente definidos – mantidos como propósitos legítimos de todos os indivíduos e; 2) Normas institucionais, que definiriam e regulariam os modos aceitáveis dos objetivos culturais. A fonte da “anomia” viria do conflito – da não integração – entre estes dois componentes: “A teoria em exame considera o conflito entre os objetivos culturalmente definidos e a normas institucionais como fonte da anomia.” (MERTON, 1970, p. 257).

Tomando como base empírica a sociedade norte-americana de sua época – alicerçada, entre outras coisas, pelo “objetivo do bom êxito” –, Merton identificou que haveria uma ênfase considerável dos objetivos culturalmente definidos sobre as normas institucionais. “É o conflito entre os valores culturalmente aceitos e as dificuldades socialmente estruturadas em viver de acordo com esses valores que exerce pressão para os desvios de comportamento e o rompimento dos sistemas normativos.” (MERTON, 1970, p.257). Isto poderia ser percebido, por exemplo, nas competições de atletismo: quando o alvo da vitória fosse despojado de suas roupagens institucionais, haveria o anseio desenfreado em ganhar uma determinada partida não levando em conta as regras do jogo (MERTON, 1970).

Ao contrário de Durkheim que procurou observar a ocorrência da “anomia” principalmente no meio industrial e matrimonial – levando em conta o fator “suicídio” – (DURKHEIM, 1999), Merton buscou analisar este processo estabelecendo cinco tipos de adaptações individuais na sociedade norte-americana contemporânea: 1) Conformidade – interiorização dos objetivos culturais e adesão às normas institucionais; 2) Inovação – haveria uma adesão às normas, porém por meio de desvio; 3) Ritualismo – adesão às normas em detrimento dos objetivos culturais; 4) Evasão – renúncia seguida de abdicação dos objetivos culturais das normas; e 5) Rebelião – haveria uma renúncia, mas seguida de inconformismo e revolta (MERTON, 1970).

Assim, através destes cinco tipos, foi possível identificar – empiricamente – os graus de ocorrências da “anomia” – tendo em vista a conduta dos indivíduos na estrutura social. No caso da inovação, por exemplo, Merton concluiu que o comportamento desviado em questão – exemplificado principalmente pelo furto – seria mais visto nas camadas inferiores norte-americanas. “Dada a estigmatização norte-americana ao trabalho manual, a qual se verificou ser bastante uniforme em todas as classes sociais, e a ausência de oportunidades realísticas para ultrapassar aquele nível, o resultado tem sido uma tendência acentuada em direção ao comportamento desviado.” (MERTON, 1970, p. 218). Já em relação ao ritualismo, teríamos um elemento encontrado na classe média baixa. Os pais exerceriam uma pressão sobre as crianças “[...] a fim de pautarem pelos mandatos morais da sociedade, e na qual a escalada social para cima apresenta menos possibilidade de encontrar sucesso do que entre a classe média superior.” (MERTON, 1970, p. 224). Tal disciplinamento, segundo Merton, poderia levar ao desenvolvimento de crises de ansiedade futuras.

A concepção de “solidariedade orgânica” de Durkheim na visão de Parsons

Mediante um diálogo com Durkheim, Parsons aprofundou a concepção de “solidariedade orgânica” através de sua abordagem centrada na chamada “teoria geral da ação”. Ele tomou como referência a noção durkheimiana de “solidariedade orgânica” enquanto sociedades constituídas por sistemas de “órgãos” diferenciados e integrados – em que cada parte, no caso os indivíduos, possui um papel e uma personalidade

(DURKHEIM, 1999). Isto pode ser percebido quando o autor norte-americano procurou relacionar o sistema social com outros dois sistemas – o de personalidade e o cultural. “Uma sociedade não é somente um sistema social, mas também uma rede complexa de subsistemas inter-relacionados e interdependentes [...]” (PARSONS, 1984, p. 50).

O sistema social seria “[...] constituído pela interação direta ou indireta de seres humanos entre si.” (PARSONS, 1984, p. 49). O sistema de personalidade compreenderia a ação dos indivíduos em diferentes níveis e papéis. “É o papel ou status-papel de um indivíduo que o torna a unidade do grupo, isto é, a estrutura do sistema social.” (PARSONS, 1984, p.51). Já o sistema cultural, dizia respeito ao comportamento, interação, padronização e internalização dos papéis mediante uma atribuição de significados dos objetos (PARSONS, 1970). Através da relação entre estes sistemas, a noção de papel ficaria mais clara, pois indicaria tanto um setor da personalidade, como também um comportamento padronizado de cada ator (PARSONS, 1970).

Mediante a relação entre estes sistemas, Parsons conseguiu avançar, principalmente do ponto de vista empírico, as análises durkheimianas da “solidariedade orgânica” no contexto moderno da divisão do trabalho – onde os indivíduos não eram mais agrupados segundo suas relações de descendência, mas sim mediante regras jurídicas (DURKHEIM, 1999). O autor norte-americano procurou demonstrar tal fato através da análise funcional das profissões em subsistemas da sociedade ocidental moderna (PARSONS, 1970).

Um dos exemplos empíricos de Parsons foi a mudança da prática médica na modernidade. Ela passou a ser organizada em torno de papéis institucionalizados mediante uma profissão alicerçada pelo conhecimento científico. Este fator seria um exemplo da divisão do trabalho (PARSONS, 1970).

A alta competência técnica do médico também implicaria uma especificidade de sua função – o que acabaria excluindo a especialidade em outros campos. Não se esperaria, por exemplo, uma opinião fundamentada deste profissional em relação à legislação fiscal ou mesmo a uma política externa. A prática médica deveria ser compreendida no sistema social – a relação médico-paciente propriamente dita. A

saúde seria uma das necessidades funcionais dos indivíduos na sociedade. A enfermidade tornaria os sujeitos incapacitados de desempenharem seus diversos papéis sociais. Daí que a prática médica seria um mecanismo de combate contra estas doenças (PARSONS, 1970).

A concepção de “dominação racional-legal” de Weber na visão de Freidson

Podemos dizer que Freidson resgatou alguns pontos-chaves desta concepção weberiana, a saber: 1) A estrutura na dominação racional-legal baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas mediante uma jurisdição – representadas, por exemplo, pelo Estado; e 2) As categorias fundamentais desta dominação – hierarquia oficial, não uniformidade do tipo de controle e separação entre os quadros administrativos (WEBER, 2004). O autor norte-americano procurou fazer isto relacionando profissão e Estado (FRIEDSON, 1996). Daí o seguinte pressuposto: “Argumento que o controle ocupacional do trabalho possui importância teórica em igual nível dos modelos da burocracia racional-legal” (FREIDSON, 1999, p. 121, tradução nossa).

Freidson definiu profissão como uma ocupação, um tipo específico de trabalho especializado. Ao contrário da prática do ofício – que preservaria o controle laboral procurando manter segredo sobre a estrutura de suas qualificações – os indivíduos ligados à profissão passariam por treinamentos criteriosos e institucionalizados pelo Estado. “A variação mais importante para o profissionalismo é o Estado. As instituições do profissionalismo não podem ser estabelecidas ou mantidas sem o exercício do poder do Estado.” (FREIDSON, 1996, p. 04).

Freidson acreditou que a atuação do Estado não era uniforme (FREIDSON, 1999). Através de um modelo tipológico, ele classificou quatro elementos distintos de Estados agrupados em duas dimensões. “Uma dimensão é a maneira como os ministérios e agências estatais se organizam para executar a política do Estado.” (FREIDSON, 1999, p. 123, tradução nossa). Esta seria representada pelo modo hierárquico – que se referiria à burocracia-legal racional composta por funcionários qualificados de carreira –, e o modo coordenativo – um decreto estatal não hierárquico.

A outra dimensão dizia respeito ao exercício do poder do Estado – enquanto orientador de políticas. Tal dimensão seria representada pelo Estado reativo – agiria como “facilitador” e permitiria que a maioria dos assuntos fosse gerida por grupos organizados da sociedade –, e pelo Estado ativista – que seguiria sua própria visão do que seria desejável (FRIEDSON, 1999).

Assim, estas tipologias estatais seriam relacionadas – empiricamente – com as profissões através das seguintes combinações: 1) Estado coordenativo/reativo; 2) Estado hierárquico/reativo; 3) Estado hierárquico ativista; e 4) Estado coordenativo/ativista. No Estado hierárquico/ativista, por exemplo, as profissões ficariam totalmente vinculadas a uma estrutura burocrática de governo. “Em um estado hierárquico/ativista, por outro lado, constituiria o ‘corporativismo estatal’, a associação participante aparecendo como criatura da política estatal, que não pode expressar outra posição senão a aprovada pelo governo” (FRIEDSON, 1996, p. 05). Esse seria um caso dos médicos da União Soviética (FRIEDSON, 1994).

A concepção de “capitalismo racional” em Weber na visão de Boltanski

O sociólogo francês Luc Boltanski dialogou criticamente com a concepção weberiana de “capitalismo racional”, tomando como base a obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Ele buscou como referência a compreensão de Weber em torno da emergência do *ethos* capitalista moderno – baseado na ascese protestante intramundana que beneficiou a tendência à vida burguesa economicamente racional (WEBER, 2003). Daí que “[...] em Weber, a noção de espírito tem lugar numa análise dos tipos de condutas racionais práticas, das incitações práticas à ação que constituem um novo *ethos*, possibilitam a ruptura com as práticas tradicionais, a generalização da disposição para o calculismo [...]” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

Boltanski não pretendeu esmiuçar e compreender a gênese do capitalismo, mas sim analisar em que condições ele ainda vigora, isto é, buscou evidenciar suas variações ao longo do desenvolvimento da sociedade. “Nosso propósito é o estudo das variações observadas e não a descrição exaustiva de todas as constituintes do espírito do capitalismo.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 43).

Todavia, este estudo das variações observadas não descartaria as “[...] características mais estáveis do capitalismo.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42). Boltanski reconheceu em Weber o pioneirismo na descrição da emergência do capitalismo moderno mediante um *ethos* capitalista. “No entanto, ao longo desse percurso histórico, permanecemos fieis ao método do tipo ideal weberiano sistematizando e ressaltando o que nos parece específico de uma época em oposição às épocas precedentes.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.42). O sociólogo francês procurou relacionar a concepção weberiana com a noção de “justificação”:

Quanto a nós, retomamos essas [...] dimensões, inserindo o termo justificação numa acepção que possibilite abarcar ao mesmo tempo as justificações individuais (aquilo em que uma pessoa encontra motivos para empenhar-se na empresa capitalista) e as justificações gerais (em que sentido o empenho na empresa capitalista serve ao bem comum) (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 41).

Segundo Boltanski, seria possível identificar três estágios históricos do chamado “espírito do capitalismo”. O primeiro seria datado nos finais do século XIX. Nesta fase haveria uma junção entre dois elementos relacionados à burguesia: 1) A figura do burguês; e 2) a moral burguesa. O primeiro se associava às chamadas “[...] disposições econômicas inovadoras (avareza ou parcimônia, espírito poupador, tendência a racionalizar a vida cotidiana em todos os seus aspectos, desenvolvimento de habilidades contábeis, de cálculo e previsão) [...]” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.49). Já o segundo dizia respeito à “[...] posicionamentos domésticos tradicionais: importância atribuída à família, à linhagem, ao patrimônio, à castidade das moças (para evitar casamentos desvantajosos e dilapidação do capital); caráter familiar ou patriarcal das relações mantidas com os empregados [...]” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.49).

O segundo teria se desenvolvido entre os anos 30 e 60 do século XX. Seria um capitalismo baseado não tanto no empresário individual, mas sim na organização – na empresa centralizada e burocratizada. O diretor empresarial teria um papel chave, pois ele desejaria aumentar o tamanho da firma no intuito de desenvolver uma produção em massa, “[...] baseada em economias de escala, na padronização dos produtos, na

organização racional do trabalho e em novas técnicas de ampliação dos mercados (marketing).” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p 50).

Já o terceiro estaria ainda em formação. Ele seria semelhante a um capitalismo globalizado – no qual colocaria em prática novas tecnologias em um mundo cada vez mais conectado. “[...] novas tecnologias de comunicação, encabeçadas pela telemática, possibilitaram gerar encomendas em tempo real em nível planetário, conferindo meios para uma reatividade mundial até então desconhecida.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 23). Desta forma: “Pode-se assim pensar que a formação de um terceiro espírito do capitalismo e sua encarnação em dispositivos que dependerão em grande medida do interesse apresentado para as multinacionais [...]” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, 52).

A concepção de “luta de classes” de Marx na visão de Dahrendorf

Ralf Gustav Dahrendorf compreendeu como uma postura bastante crítica a concepção de “luta de classes” de Marx. Fez isto tomando como base a obra *Manifesto Comunista*. Segundo Dahrendorf, Marx elaborou uma “teoria das classes” que não teria sustentação empírica – quando observada através dos chamados padrões de desenvolvimento social. Ele não concordou que a visão marxiana da sociedade capitalista do século XIX marcada por um processo de mudança radical em virtude da luta entre burguesia e proletariado (ENGELS; MARX, 2003), seria perceptível na sociedade contemporânea. Isto levaria a uma visão puramente linear e deveria ser evitado do ponto de vista sociológico (DAHRENDORF, 1959).

Tomando como base empírica as sociedades industriais avançadas, Dahrendorf procurou elaborar uma espécie de teoria centrada no conflito. As sociedades industriais avançadas deveriam ser explicadas por “[...] uma teoria da mudança e do conflito que afirma ser aplicável não apenas às sociedades capitalistas, mas às sociedades industriais em geral.” (DAHRENDORF, 1959, p.36, tradução nossa).

Dahrendorf acreditou que Marx demonstrou certa “ingenuidade sociológica” quando expressou sua crença de que a sociedade capitalista seria totalmente incapaz de lidar com o conflito de classes gerado por sua estrutura. (DAHRENDORF, 1959).

Com o advento das sociedades industriais, ocorreu uma institucionalização dos conflitos. “A institucionalização do conflito de classes implica sua existência continuada.” (DAHRENDORF, 1959, p.66, tradução nossa). A institucionalização do conflito de classes estaria muito distante da luta de classes vista por Marx (DAHRENDORF, 1959).

Tal institucionalização dos conflitos ocorreria de forma heterogênea. As sociedades industriais se caracterizariam por uma mobilidade social. Elas se diferenciariam das sociedades capitalistas do século XIX que, segundo Marx, seria cada vez mais divididas em duas grandes classes opostas – burguesia e proletariado (ENGELS; MARX, 2003). Com a proliferação de empresas estatais e cooperativas no século XX, Dahrendorf observou o desenvolvimento de trabalhadores qualificados, semiespecializados e também uma emergência de uma nova classe média – composta por trabalhadores de escritório. Os conflitos seriam vistos mais em termos de “grupos” – enquanto autoridades – do que de classes. “Grupos de conflitos, gerados pela distribuição diferenciada de autoridade em associações imperativamente coordenadas.” (DAHRENDORF, 1959, p. 183, tradução nossa).

Através da institucionalização, os conflitos não desapareceriam. Eles seriam regulados via órgãos legislativos e tribunais de justiça. Haveria uma legitimação dos conflitos de interesses dos grupos. Tais interesses não estariam relacionados à distribuição escassa de recursos, mas sim aos contratos (DAHRENDORF, 1969).

A concepção de estamentos em Weber na visão de Lenski

No sexto – e último – caso, podemos encontrar uma ampliação da concepção de “estamentos” em Weber, através da noção de “cristalização de status” desenvolvida pelo sociólogo norte-americano Gerhard Lenski.

Lenski fez uma interpretação do trabalho de Weber sobre “classes, “estamentos” e partidos”. Segundo Lenski, a abordagem weberiana – ao não analisar isoladamente os “estamentos” – foi importante para superar uma análise da estratificação social com influências marxianas – pautadas numa estrutura hierárquica e unidimensional em que cada membro ocuparia uma única posição de classe. “Desde

Max Weber até os dias atuais essa abordagem tradicional passou a ser criticada” (LENSKI, 1954, p. 405, tradução nossa).

Lenski argumentou que Weber, ao não desenvolver uma teoria sistemática da estratificação social, contribuiu para uma reformulação dos problemas e dos conceitos sobre esta área. Podemos dizer que o argumento weberiano sobre a possibilidade de transformação dos “estamentos” em “castas fechadas” (WEBER, 1974), levou o sociólogo norte-americano a pensar sobre o próprio grau do fenômeno da estratificação na contemporaneidade através de uma análise multidimensional – envolvendo inúmeras hierarquias verticais e paralelas que correlacionavam entre si (LENSKI, 1984). A visão weberiana possibilitaria sair de dicotomias como “existe ou não um sistema de castas na sociedade norte-americana”, para “até que ponto o sistema de castas, caso exista, está presente na sociedade norte-americana” (LENSKI, 1984).

A “cristalização de status” foi usada por Lenski como sinônimo de “consistência de status” dos indivíduos na sociedade. Ele buscou correlacionar empiricamente esta concepção com status social – no caso deste último, usando uma posição hierárquica de renda, ocupação, educação e etnia (LENSKI, 1954). Para tanto, foi realizado uma pesquisa – via entrevistas – em Detroit, no intuito de compreender a escolha do voto dos entrevistados para eleição presidencial de 1948, 1952 e a governamental de 1950 (LENKSI, 1954).

Lenski estabeleceu uma distribuição de frequência para cada uma das quatro categorias do status social. Posteriormente, usando este primeiro procedimento como base, atribuiu *scores* para cada uma das posições – a fim de comparar a posição dos entrevistados. Após isto, estabeleceu uma medida quantitativa de “cristalização de status”. Como resultado deste último procedimento, agrupou os entrevistados em dois grupos: 1) Alto grau de cristalização – consistência sólida; e 2) Baixo grau de cristalização – consistência frágil.

O comportamento político dos entrevistados indicou o seguinte: indivíduos com baixa cristalização de status votaram em maior número nos candidatos do Partido Democrata do que aqueles com alta cristalização – estes apoiaram, em maior magnitude, os Republicanos. Daí a constatação: uma pessoa com pouca cristalização

ocupa uma posição inconsistente no ambiente social. Ela estaria à margem e sujeita a certas pressões. “Uma posição em que ela provavelmente será submetida a inúmeras experiências desagradáveis no curso natural da interação social.” (LENSKI, 1956, p. 458, tradução nossa).

Desta forma, a relação entre “cristalização de status” e comportamento político estaria relacionada à estrutura social e mudança. Indivíduos com baixa cristalização apoiariam os Democratas – e suas políticas mais liberais – buscando tanto alterar a ordem social existente, como também minar a posição social dos membros das classes influentes na sociedade norte-americana (LENSKI, 1956).

Considerações finais

Trazer à tona uma associação entre clássicos e contemporâneos da sociologia pode parecer, em um primeiro momento, algo não atual – ou mesmo um tema já desgastado. Todavia, ao se combinar a noção de “concepção” e “modernidade” aqui adotadas, novas possibilidades parecem surgir ou mesmo ressurgir com outras perspectivas – podemos falar, por exemplo, em “concepções das concepções”. Ademais, o entendimento – do ponto de vista temporal – de sociologia contemporânea compreendido neste artigo, abre um leque interessante de abordagens teóricas plurais – elaboradas a partir do término da Segunda Guerra Mundial.

A concepção de “anomia” de Durkheim na visão de Merton possibilita pensarmos no retorno a uma associação entre ambos os autores, tal como fizeram recentemente Çam e Irmak (2014) e Faizi *et al.* (2017). Contrariando – por exemplo – Sell (2017), que não vê a necessidade de trazer à tona os pressupostos básicos mertonianos – por considerá-los já bem trabalhados –, estes autores – partindo justamente da ótica da “anomia social” – argumentam a necessidade de se explorar as diferenças entre Merton e Durkheim – já que elas seriam ignoradas, tendo em vista a hegemonia assumida pela teoria mertoniana (FAIZI *et al.*, 2017). Ademais, a interpretação empírica da visão de “anomia” de Merton – tomando como base as influências durkheimianas – é um tema recorrente. Atualmente, há trabalhos que se interessam em compreender o Irã sob esta ótica (FAIZI *et al.*, 2017).

Pensar a concepção de “solidariedade orgânica” de Durkheim através da ótica parsoniana dos papéis sociais é pertinente, uma vez que atualmente há um interesse em torno dos estudos das profissões – sobretudo a médica. Durkheim é visto como um dos autores que influenciaram Parsons na compreensão das especificidades decorrentes da divisão do trabalho. O sociólogo norte-americano é tido como um dos pioneiros da chamada “sociologia das profissões” (JAISSON, 2018).

A concepção weberiana de “dominação racional-legal” sob a ótica da relação entre profissão e Estado de Friedson, também nos remete aos estudos atuais da “sociologia das profissões”. Sell (2014) argumenta que – desde 1970 – Hidelberg tem sido um palco frutífero de atualização do pensamento do autor alemão. Podemos estender este ambiente intelectual para fora da Alemanha também. Segundo Schmitz (2014), Friedson – um norte-americano, vale lembrar – pertenceria ao grupo dos chamados neweberianos críticos. Ele seria responsável por dar continuidade dos trabalhos sobre “sociologia das profissões” nos EUA – todavia, através de uma visão crítica em relação aos argumentos parsonianos.

A concepção weberiana de “capitalismo racional” pensada na visão das “fases do espírito do capitalismo” de Boltanski, abre duas possibilidades convergentes. A primeira diz respeito aos estudos atuais que conectam ambos os autores na discussão do “espírito do capitalismo” – este seria o sustentáculo da chamada “ideologia gerencialista” presente no capitalismo contemporâneo (GEMELLI, 2020). A segunda refere-se à possibilidade da ampliação da visão do pensamento de Boltanski. Vandenberg (2006) considera este autor um legítimo representante da “nova sociologia francesa”. Sem deixar de lado esta definição, podemos acrescentar o seguinte: Boltanski seria um novo representante da sociologia francesa que, além de estabelecer um diálogo crítico com Bourdieu, busca trazer à tona uma revisão weberiana do *ethos* capitalista para compreender o próprio movimento do capitalismo contemporâneo.

A concepção marxiana de “luta de classes”, na visão da “teoria de conflito” de Dahendorf, traz à tona a importância da atualidade de Marx – principalmente levando-se em conta a discussão sobre classes. Dias Junior (2012), tem se dedicado aos estudos de Dahendorf – em torno de diferentes olhares. Um deles é justamente a crítica deste autor aos chamados modelos totalizantes e utópicos da sociedade – desenvolvidos por

autores como Kar Marx, através de sua “filosofia da história” e “luta de classes”. Ademais, embora tenha realizado uma leitura bastante crítica de Marx, Dahendorf comunga com o primeiro a ideia de uma sociedade em tensão. Daí a presença de estudos atuais que buscam estabelecer uma relação entre os dois autores através da temática da inclusão e exclusão social (GÜÇLÜ; IRMARK, 2012).

Já a concepção de “estamentos” de Weber na visão de Leinski – centrada na chamada “cristalização de status” –, possibilita pensarmos nos estudos atuais – na área da estratificação social – que buscam relacionar ambos os autores em torno dos comportamentos políticos nas democracias modernas (DUBROW, 2015). Há um interesse acadêmico em debater o tema da decisão política mediante uma espécie de via de mão dupla: a economia impacta a política e vice-versa. Weber e Lenski seriam importantes para sustentar esta visão, já que ambos procuraram se afastar de uma visão puramente economicista dos comportamentos políticos, pois discutiram a noção de “poder” através de uma perspectiva multidimensional (BARNETT; MCNAIR, 2004).

Como podemos notar, há uma gama de possibilidades que são – inclusive – relacionadas com outras abordagens ainda mais atuais de pesquisas. Este leque que não parece findar, também propicia pensarmos em estudos futuros. A concepção dos clássicos à luz dos contemporâneos – seja do ponto de vista de avanço ou de uma crítica – traz à tona a necessidade da relação constante entre ambos. Os clássicos são imprescindíveis para os contemporâneos, na medida em que os primeiros integram o campo do discurso teórico dos segundos (ALEXANDER, 2005).⁸ Isto não quer dizer que a sociologia seja uma ciência pouco amadurecida,⁹ mas sim que possui uma potencialidade de estar em constante reconstrução – os clássicos auxiliam os contemporâneos neste processo. Daí que as novas abordagens aqui discutidas sobre “anomia”, “solidariedade orgânica”, dominação “racional-legal”, “capitalismo racional”, “luta de classes” e “estamentos”, indicam um desafio do fazer sociológico. “As teorias

⁸ Cabe ressaltar que o reconhecimento de um clássico implica uma espécie de ponto de referência em comum (ALEXANDER, 2005).

⁹ No sentido da necessidade de sempre estar voltando aos clássicos para se apoiar. Tal argumento seria incorreto, pois estaria se baseando em princípios das ciências naturais (IANNI, 1990).

multiplicam-se. Há contínuas criações quanto ao objeto e método, conceitos e interpretações, temas e linguagens.” (IANNI, 1990, p. 08).

Por fim, cabe ressaltar que o método aqui adotado – centrado na chamada metateoria – procurou tratar os aspectos teóricos das concepções dos clássicos da sociologia à luz dos contemporâneos relacionando-os a duas visões: 1) Lógico-conceitual; e 2) Histórica. Todavia, cabe uma reflexão sobre a necessidade de aprofundar esta segunda, a fim de dar uma atenção mais acentuada ao contexto sócio-histórico das construções teóricas dos intelectuais.¹⁰ Afinal de contas – neste próprio artigo – enfatizou-se que autores contemporâneos da sociologia tomaram como base as sociedades de suas épocas para elaborar uma releitura dos clássicos. “A realidade social é um objeto em movimento. As suas configurações estáveis, normais, estáticas, sincrônicas representam momentos, sistemas, estruturas da mudança, dinâmica, modificação, transformação, historicidade, devir.” (IANNI, 1990, p. 05).

Referências

ALEXANDER, Jeffrey C. A importância dos clássicos. In. GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan H. (Orgs). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 2005.

ALVES, Paulo Cesar. A teoria sociológica contemporânea: da superdeterminação pela teoria à historicidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.25, n.1, p.15-31, abr. 2010.

APPELROUTH, Scott; EDLES, Laura. **Classical and Contemporary Sociological Theory: Text and Readings**. Índia, Sage Publications, 2008.

BARNETT, Bernice McNair. Introduction: The Life, Career, and Social Thought of Gerhard Lenski-Scholar, Teacher, Mentor, Leader. **Sociological Theory**, v.22, n.2, p.163-193, jun. 2004.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ÇAM, Taner; IRMAK, Fatih. An overview of Durkheim and Merton's social anomie. **International Journal of Human Science**, Sakarya, v.11, n.2, p. 1297-1305, jul./dez., 2014.

¹⁰ Seria pensar no chamado estudo histórico-sociológico. Ele parte do princípio de que os discursos teóricos produzidos pelos autores são, também, produtos sociais (SELL, 2017).

DAHRENDORF, Ralf. **Class and class conflict in industrial society**. Stanford: Stanford Univ. Press, 1959.

DESAN, Mathieu Hikaru. Bourdieu, Marx, and Capital: A Critique of the Extension Model. **Sociological Theory**, EUA, v.31, n.4, p.318-342, jan. 2013.

DIAS JUNIOR, Antonio Carlos. O lugar das utopias no pensamento de Ralf Dahrendorf: crítica a Talcott Parsons e Karl Marx. **Em Tese**, Florianópolis, v.9, n.1, p.27-38, jan./jul., 2012.

DUBROW, Joshua Kjerulf. Political Inequality is International, Interdisciplinary, and Intersectional. **Sociology Compass**, EUA, v.9, n.6, p.477-486, jun. 2015.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio**: estudo de sociologia. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EISENSTADT, Shmuel Noah. Modernidades múltiplas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n.35, p.139-163, abr. 2001.

EISENSTADT, Shmuel Noah. The New Religious Constellations in the Frameworks of Contemporary Globalization and Civilizational Transformation. In. BEN-RAFAEL, Eliezer; STERNBERG, Yitzhak. (Orgs). **World Religions and Multiculturalism: A Dialectic Relation**. Boston-Leiden: Brill, 2010.

FAIZI, Iraj. *et al.* Anomie theory of Durkheim and Merton, Similarities, Differences and Methods of Measurement. **Social Welfare Quarterly**, Teerã, v.17, n.66, p.9-52, 2017.

FREIDSON, Eliot. **Professionalism reborn**: theory, prophecy, and policy. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, p.141-145, jun. 1996.

FREIDSON, Eliot. Theory of Professionalism: Method and Substance. **Revue Internationale de Sociologie**, v.9, n.1, p.117-129, 1999.

GEMELLI, Catia Eli. Capitalismo flexível como propulsor da ideologia gerencialista: um diálogo com Luc Boltanski, Ève Chiapello, Vincent de Gaulejac e Richard Sennett. **Farol**, Belo Horizonte, v.7, n.19, p.738-767, ago. 2014.

GÜÇLÜ, İdris; IRMAK, Fatih. Revisiting Marx and Dahrendorf on social exclusion and inclusion. **International Journal of Human Science**, Sakarya, v.9, n.2, p.1499-1509, jul./dez., 2012.

IANNI, Octavio. A crise dos paradigmas na Sociologia: problemas de explicação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº13, v. 5, jun. 1990.

JAISSON, Marie. O estudo de práticas médicas: o cenário da sociologia das profissões. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.27, n.2, p.704-714, jul./set., 2018.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LENSKI, Gerhard Emmanuel. Status Crystallization: A Non-Vertical Dimension of Social Status. **American Sociological Review**, v. 19, n. 4, p.405-413, ago. 1954.

LENSKI, Gerhard Emmanuel. 1956. Social Participation and Status Crystallization. **American Sociological Review**, v. 21, n. 4, p.458-464, ago. 1956.

LENSKI, Gerhard Emmanuel. **Power and privilege: a theory of social stratification**. Chapel Hill; London: The University of North Carolina, 1984.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 5, n. 5, p. 216-245, jan. 2003.

LÖWY, Michael. O marxismo de André Gorz. **Caderno CRH**, Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da Universidade Federal da Bahia, Salvador, v.3, n.81, p.427-433, set./dez., 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista: texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MERTON, Robert King. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

PARSONS, Talcott. **El sistema social**. Madrid: Revista de Occidente, 1970.

PARSONS, Talcott. 1984. O conceito de sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio (Orgs). **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. São Paulo: Nacional, p.47-56.

SCAVONE, Lucília. Dos clássicos aos contemporâneos. **Cadernos de Campo**, Araraquara, n.11, p.9-16, 2005.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Max Weber e a corrente neweuberiana na sociologia das profissões. **Em Tese**, Florianópolis, v.11, n.1, p.10-29, jan./jun., 2014.

SELL, Carlos Eduardo. Weber no Século XXI: Desafios e Dilemas de um Paradigma Weberiano. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n.1, p.35-71, mar. 2014.

SELL, Carlos Eduardo. Introdução: O que é teoria sociológica contemporânea? In: MARTINS, Carlos Benedito; SELL, Carlos Eduardo (Orgs). **Teoria sociológica contemporânea: atores e perspectivas**. São Paulo: Annablume, p.13-46, 2017.

VANDENBERGUE, Frédéric. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.2, p.315-366, ago. 2006.

VANDENBERGUE, Frédéric. Cultura e agência: a visão de “dentro”. **Sociologias**, Porto Alegre, v.18, n.41, p.130-163, jan/abr. 2016.

WEBER, Max, TRAGTENBERG, Mauricio. **Ensaio de sociologia e outros escritos**. São Paulo: 1974.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. ed. rev. São Paulo: Thomson, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 2004.

Caminhos para o desenvolvimento de uma Sociologia das Homenagens

Rafaela Mascarenhas Rocha¹

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

A construção de um subcampo dentro da Sociologia que trate sobre o processo de prestação e recebimento de homenagens passa por pelo menos dois conceito-chave e que serão abordados nesta discussão: a visibilidade e o reconhecimento de um indivíduo, se isso é dado ou conquistado junto ao meio social no qual ele está inserido. E pensamos as homenagens através de denominações de logradouros como um fragmento da história viva deste indivíduo e também operando como um sinônimo para visibilidade. Por isso, o caminho teórico traçado neste escrito inicia-se por Bergson (1990) e a conceituação de materialidade de memória, por ele definida; posteriormente adentramos ao estudo sobre memória coletiva desenvolvido por Halbwachs (2003). Em um segundo momento trazemos a noção de reconhecimento entre os indivíduos com base no estudo de Honneth (2003). Utilizando ainda a obra de Nora (1986) compreendemos o processo de homenagens através da denominação de logradouros públicos. Para assim estabelecermos uma reflexão sobre logradouros com nomes de imigrantes poloneses na cidade de Curitiba.

Palavras Chave: Homenagens; Memória; Reconhecimento.

Pathways to the development of a sociology of tributes

ABSTRACT

The construction of a sub-field within Sociology about the process of providing and receiving homage passes by two key concepts at least and that will be addressed in this debate: the individual's visibility and the recognizing among the society, if it is given or conquered by the individual. We think the honors through naming addresses as a part of an alive history of him and operating as a synonym for visibility as well. For that reason, the theoretical path drawn in this paper begins by Bergson (2003) and his concept about memory materiality, developed by him. In a second moment we bring the recognizing notion between individuals with base in Honneth's study (HONNETH, 2003). Also using the work of Nora (1986) we understand the process of tributes through the designation of public places. In order to establish a reflection on streets with names of Polish immigrants in the city of Curitiba.

Keywords: Homage; Memory; Recognizing.

A proposta de iniciar a construção de um subcampo dentro da Sociologia que discuta questões referentes à prestação e ao recebimento de homenagens passa por pelo menos dois conceitos chave e que são abordados nesta discussão: o primeiro é a visibilidade

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Email: rafaela_mrocha@yahoo.com.br.

dada a um indivíduo e que se perpetua através da memória coletiva; e o segundo é o reconhecimento no meio social em que o indivíduo está inserido, como a sua história viva e que também opera como um sinônimo para visibilidade. Esse é um estudo que vem se construindo a partir de nossa tese de doutorado, apresentada em julho de 2021, sobre as homenagens públicas prestadas a imigrantes poloneses e alemães na cidade de Curitiba, com a denominação de logradouros.

A homenagem, neste caso, é o reconhecimento da memória. E para compreendermos melhor esta noção, abordamos o fundamento teórico sobre o tema, contido em Bergson (1990) e o conceito de Memória Coletiva elaborado por Halbwachs (2003) e quais são os componentes necessários para que uma lembrança pertencente a um grupo seja ele uma comunidade ou uma nação, se perpetue enquanto parte da memória deste grupo. Além disso, trazemos para essa discussão os escritos de Honneth (2003) sobre o processo intersubjetivo de reconhecimento social e como isso é conquistado, segundo o autor, por intermédio de um processo de disputa de espaço e notoriedade. Sobre os nomes que denominam endereços em uma cidade e a narrativa da trajetória neles contidas, é fundamental dialogarmos com Nora (1986) que traz uma história do tempo presente e define lugares de memória enquanto espaços — tal qual o é na presente pesquisa — físicos em uma cidade, dedicados a narrar uma trajetória individual ou de um grupo.

Como um delimitador do grupo social aqui estudado — os imigrantes europeus em Curitiba — revisamos brevemente os caminhos que a Sociologia da Imigração percorreu desde a sua elaboração pelos estudiosos da Escola de Chicago até a sua chegada ao Brasil e os trabalhos que Ianni (1966) elaborou na região de Curitiba em torno do grupo de imigrantes poloneses. Para então de forma suficiente discutir a proposta de um tratado geral para uma Sociologia das Homenagens e o que propomos com esse novo subcampo da ciência, que é compreender o processo de reconhecimento de imigrantes poloneses em Curitiba através da prestação de homenagens em logradouros públicos na cidade.

A Construção do Conceito de Homenagem na Sociologia

Para se definir o que é homenagem e a visibilidade por ela gerada é fundamental começarmos o debate por Bergson (1990), que se debruçou sobre a questão da memória humana para além das definições do campo psicológico, considerando que o “passado sobrevive sob duas formas distintas: 1) Em mecanismos motores; 2) Em lembranças independentes.” (BERGSON, 1990, p. 84). E estes mecanismos motores de que o autor fala podem ser objetos ou imagens, que são, pois, representações do passado que se mantêm no presente para ajudar a construir a lembrança na memória dos indivíduos, podendo ser por exemplo, relíquias e fotografias às quais os indivíduos recorrem para se lembrar de algo. O mesmo autor ainda classifica a memória propriamente dita como lembrança espontânea, que é aquela que não precisa de repetição para ser consolidada, sendo ela capaz de reproduzir fatos, datas e locais com perfeição (BERGSON, 1990). Em seguida, convém pensar na definição de memória coletiva desenvolvida por Maurice Halbwachs, que em *A Memória Coletiva* (2003) explica os caminhos para que uma lembrança individual seja construída a partir de contribuições de lembranças dos outros, uma vez que o indivíduo nunca está só em um acontecimento, sempre há testemunhas que podem se lembrar de mais informações e melhor de um ou outro detalhe daquele mesmo episódio, compondo fatos e frases, e assim reconstruir as memórias. Para o autor, quando as lembranças são memoradas por outros sujeitos presentes na situação, podem ocorrer modificações da impressão que o próprio indivíduo teve e de sua visão sobre o fato e segundo ele isso é comum e ocorre devido às imposições sociais, como pequenas correções no trajeto daquela situação. E mais do que isso, uma lembrança individual não seria de todo suficiente para que aquele fato se concretizasse na memória de um grupo, pois uma vez que a lembrança é individual, ela vem carregada de sentimentos e percepções que não podem ser compartilhadas entre o grupo. Mas se a reconstrução do fato em uma narrativa encontra pontos de convergência com outras versões e pontos de vista, contados por outros indivíduos também presentes no mesmo fato, essa lembrança tem mais chance de se tornar uma memória, pois nas palavras do autor:

É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que esteja em nosso espírito e também no dos outros [...] o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 2003).

O que significa dizer que uma lembrança pode sim ter aspectos particulares para cada indivíduo que a vivenciou, mas elas estarão construídas sobre uma base comum entre os demais que também a vivenciaram. No entanto, não é necessário que todo um grupo esteja presente para referendar a lembrança com suas contribuições, apenas alguns membros que compartilham de um segundo espaço de convívio no momento da recordação já são suficientes para que a lembrança se consolide. Outro aspecto referente à lembrança e que o autor destaca ainda neste raciocínio é a surpreendente possibilidade de reconhecer uma figura ou um lugar visto no passado e poder recordar exatamente como estava naquele momento e como se sentia quando viu tal coisa. Para Halbwachs (2003) isto é possível devido a uma sequência de percepções que se tem ao se refazer exatamente o mesmo caminho de outrora. Então, a lembrança se constitui em um conjunto de reflexões que reúnem a memória e a percepção daquele momento. Percepções estas que, segundo ele, “limitam-se a reproduzir objetos exteriores, (...)”. Daí a convicção de que elas serviram unicamente para nos deixar em determinada disposição (...) favorável ao reaparecimento da lembrança.” (HALBWACHS, 2003. p. 53-54).

Outra importante noção utilizada por Halbwachs (2003) é a intuição sensível, ela pende entre a projeção individual de uma lembrança e a influência social sobre a memória do indivíduo, determinando o que deve ser lembrado e como. O autor chega a esta noção explicando que as lembranças independem das vontades dos indivíduos sendo, portanto, algo externo a eles, algo advindo dos ambientes por onde passou. Fala também em estados que estão ligados entre si na consciência do indivíduo, e que se tornam pontos de perspectiva, nos permitindo compreender que as perspectivas criadas pelos indivíduos são construtoras ou formuladoras das impressões ou sensações que cada um tem ou teve sobre um fato vivenciado. À primeira vista, a intuição sensível é percebida como um fenômeno individual, que genericamente pode ser atribuído ao

esforço e mérito do possuidor da consciência, porém, segundo a explicação de Halbwachs (2003) ela é fruto da confluência de vários grupos influenciando na consciência do indivíduo.

Quando muitas correntes sociais se cruzam e se chocam em nossa consciência, surgem esses estados que chamamos de intuições sensíveis e que tomam a forma de estados individuais porque não estão ligados inteiramente a um e a outro ambiente, e então os relacionamos a nós mesmos (HALBWACHS, 2003).

A intuição sensível é, portanto, um conjunto de elementos — pensamentos, preferências, impressões ou lembranças — que não dependem do mundo exterior, no entanto não são elas próprias construções individuais, são sim marcas das influências que os indivíduos recebem dos grupos aos quais participam, recebem um pouco de informações de cada grupo, confrontam um ponto ou outro, para irem construindo eles próprios os seus constructos sobre uma lembrança.

Halbwachs considerou a memória como um resultado de representações coletivas construídas no presente, com a intenção de manter a sociedade coerente e unida (SANTOS, 2012, p.25) — muito próximo aos princípios definidores de sociedade para Durkheim — não considerando a memória um fruto da natureza individual mas levando em conta também as estruturas coletivas como geradoras das lembranças. E é a partir desta reflexão que a memória passa a ser também considerada como um objeto nas ciências humanas, além somente de um aspecto neurológico, pois parte de resultados de práticas reflexivas e processos interativos, ou seja, a partir de práticas sociais de forma geral (SANTOS, 2012).

E ao se ter em mente a ideia de materialidade de memória, de Bergson (1990), e as características definidoras de uma construída socialmente, colocadas por Halbwachs (2003), incluímos neste diálogo a proposta de Nora (1986) que trata sobre lugares de representação da memória, ou melhor, lugares onde ela se refugia, estando ligada a momentos e aspectos da história de um povo, segundo as próprias palavras do autor (NORA, 1986, p. 17). Ele estabelece primeiramente uma importante diferenciação entre a memória com base na conservação e transmissão de valores — aquela memória intocada que servia de base para as chamadas sociedades arcaicas, que por não recorrer a um passado, acabava por reconduzir eternamente a uma herança — e a que se quer debater

com referência aos fatos históricos e constituintes de um povo. Para ele, desde que haja distanciamento e mediação sobre os fatos, não há mais essa memória dita intocada e verdadeira, mas sim a história. E define a história como uma reconstrução problemática e incompleta do passado, ou seja, apenas uma representação facetada deste. Assim, sua definição de memória também se baseia nesta condição de contribuições, lembranças e esquecimentos, como podemos ver nos trechos a seguir: “La mémoire est la vie, (...), elle est en évolution permanente, ouverte à la dialectique du souvenir et de l’amnésie.”² (NORA, 1986, p. 19). E também: “La mémoire [...] se nourrit de souvenirs flous, télescopants, globaux ou flottants, particuliers ou symboliques, sensibles à tous les transferts, écrans, censure ou projections³.” (NORA, 1986, p. 19).

Pois bem, para o autor, os estudos de lugares de memória são em parte um movimento puramente historiográfico, em que um dos objetivos é um retorno reflexivo da história para dentro dela mesma. E então ele começa a listar alguns lugares de memória como ambientes da manutenção e propagação da história, como os museus, bibliotecas e o Pantheon⁴, por exemplo. E assim ele disserta sobre como a materialização da memória se constitui como algo valioso para a sociedade moderna e contemporânea, por meio das recentes técnicas de reprodução e conservação de documentos, e a facilidade em se documentar a história: lembrando que em nenhuma outra época se produziu voluntariamente tantos documentos quanto na sociedade contemporânea. Desta forma, Nora (1986) também faz a crítica de que se na sociedade ocidental contemporânea existe uma valorização maior daquilo que é novo em relação ao que é velho, que espaços reservados ao que é antigo sejam celebrados com nostalgia, na ânsia de se resgatar e preservar uma memória, que não é espontânea mas sim introduzida e celebrada socialmente, o que denuncia a existência de uma sociedade sem ritual, de acordo com seu raciocínio.

² “A memória é a via (...), ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia.” em tradução livre.

³ “A memória (...) se alimenta de lembranças desfocadas, telescópicas, globais ou fluidas, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, censuras ou projeções.” em tradução livre.

⁴ Pantheon de Paris está localizado no 5º arrondissement da capital francesa, no prédio de uma antiga igreja católica construída por Luis XIV, para superar o tamanho da Basílica de São Pedro, em Roma. Este templo foi tomado pela Revolução Francesa e ganhou novo significado, para que passasse a servir como última morada dos heróis da França.

Sobre os lugares de memória que trabalhamos neste artigo, Nora (1986) escreve um capítulo específico sobre os nomes de rua nas cidades francesas. Explicando que as denominações de vias públicas em vários locais daquele país acompanharam momentos históricos e dependeram fundamentalmente do grupo que estava no poder para se tornarem nomes oficiais. Como por exemplo, os nomes originários da Idade Média e que pareciam obscenos dão lugar a outros nomes considerados mais polidos, a partir do reinado de Henrique IV, no século XVII e essas substituições se dariam devido ao que Elias irá chamar de *Processo Civilizador*. Outro exemplo é quando acontece a Revolução Francesa, em 1789, em que a mudança política no país também se reflete nos nomes de logradouros, com a substituição daqueles nomes que faziam menção à monarquia ou à igreja católica. E desta forma, o autor descreve como os vários processos políticos da França foram determinantes para renomeações ou restauro de nomes de logradouros públicos que haviam sido renomeados pelo sistema político derrotado e substituído. Isso nos permite traçar uma reflexão comparativa com o caso brasileiro, pois quando ocorre a deposição da família imperial no Brasil e que dá início ao período republicano, em 1889, a junta militar que toma o poder faz substituições de nomes em importantes logradouros pelo país. E o exemplo curitibano que podemos citar é o da Rua da Imperatriz que passa a se chamar Rua XV de Novembro, no centro da cidade. Ou como em casos mais atuais, como nas iniciativas — por parte dos movimentos sociais ou de vereadores do campo democrático — de se substituir nomes de agentes da ditadura militar de 1964 presentes em endereços de várias cidades brasileiras.

O autor também faz uma contribuição importantíssima para a nossa discussão, quando diz: “Pour qui s’intéresse à la constitution des lieux de mémoire, les noms de rues pourraient peut-être servir d’indices, et ce à un double titre: comme manifestations de la mémoire collective d’une communauté et comme signes extérieurs de notoriété⁵” (NORA, 1986, p. 285). E é exatamente este caminho que pretendemos traçar em relação aos nomes de imigrantes nas ruas de Curitiba, observando onde está marcada a memória de um grupo e os casos de reconhecimento da notoriedade, sem que se exclua

⁵ “Aos que se interessam sobre a constituição dos lugares de memória, os nomes de ruas poderiam talvez servir de indícios, e de um duplo título: como manifestações da memória coletiva de uma comunidade e como símbolos exteriores de notoriedade.” em tradução livre.

uma e outra possibilidade. Porém, como Nora (1986) aborda basicamente nomes nacionais da política e intelectualidade francesas para vias públicas, e não considerando nomes de estrangeiros, ele destaca a força da narrativa do grupo no poder para que se consolidem as escolhas nas denominações, como neste trecho: “Plus nombreux sont, désormais, ceux qui considèrent que les noms de rues *doivent*⁶ représenter la mémoire collective — nationale cette fois. Il ne s’agit plus, dans ce cas, d’un fond populaire qu’il faudrait sauvegarder, mais d’un répertoire officiel qu’il faudrait promouvoir⁷” (NORA, 1986, p. 285). Pois, se há um esforço para lembrar de algum nome, há também o mesmo no sentido contrário: o de esquecer, ou ainda o de promover o apagamento de um nome da memória coletiva, em favor de destacar outros. E como exemplo desta prática, Nora (1986) elenca alguns nomes que são muito contestados dentre os considerados heróis nacionais para servirem de denominação de logradouros em seu país: como Napoleão I, Richelieu e Luis XIV, e ainda aqueles que possuem má reputação e que são, portanto, evitados nas denominações de endereços, como o caso de Catarina de Médicis, Luís XV, Luís XVI e Napoleão III. O que aqui no caso brasileiro pode ser percebido por intermédio de nomes que são muito contestados pelos grupos no poder em períodos ditatoriais como os casos de representantes da resistência popular, como João Cândido⁸, Antônio Conselheiro ou Carlos Marighella, que jamais ganharam homenagens em vias públicas na cidade de Curitiba entre o período de 1964 a 1984, por exemplo. Ou ao contrário, os nomes de agentes repressores são considerados de má reputação em períodos democráticos, como o caso de Ernesto Geisel que não recebeu qualquer nome de logradouro em Curitiba entre os anos de 1988 até 2015⁹, por exemplo.

⁶ Grifo do autor.

⁷ “Mais nombreux são, entretanto, os que consideram que os nomes de rua *devem* representar a memória coletiva — desta vez, nacional. Não se trata, neste caso, de uma base popular que deveria salvaguardar uma memória, mas sim de um repertório oficial que deveria promovê-la.” em tradução livre.

⁸ João Cândido, também conhecido como o “Almirante Negro” foi um dos principais líderes da Revolta da Chibata no Rio de Janeiro, em 1910 — um protesto contra os castigos físicos que aconteciam oficialmente na Marinha do Brasil, mas somente àqueles marinheiros de pele preta, mesmo já sendo todos homens livres há mais de vinte anos. O João Cândido que se refere a praça no Centro Histórico de Curitiba, popularmente chamada de Largo da Ordem, homenageia um homônimo do Almirante, que foi um médico e escritor nascido na Lapa (PR) que ocupou o cargo de Presidente da Província do Paraná em 1907, segundo fonte da página da Casa Civil do Estado do Paraná, consultada em 09/10/2020.

⁹ Exemplificamos o ano de 2015 devido à data do Índice de Logradouros de Curitiba utilizado nesta pesquisa ser de 2014 e também por 2015 ser o ano anterior ao do início do processo de golpe de Estado, em curso no país desde 2016.

Mas como não tratamos somente de homenagens a personagens ilustres nesta pesquisa, vamos agora adentrar ao conceito de reconhecimento social, a fim de compreendermos o que é necessário para que um personagem histórico tenha sua trajetória lembrada e reconhecida como homenageável em um meio social.

O reconhecimento social

Conforme indicamos anteriormente, a visibilidade de indivíduos de origem imigrante que cedem seus nomes a logradouros na cidade de Curitiba funciona como um sinônimo de reconhecimento social. E para aprofundar a compreensão sobre isso lançamos mão da obra de Axel Honneth *Luta Por Reconhecimento* (2003), um trabalho conceitual árduo em que o autor retoma o que segundo ele, eram apenas alguns esboços e esquemas feitos por Hegel em torno da ideia de que os sujeitos lutam por reconhecimento recíproco de sua identidade individual dentro da sociedade (HONNETH, 2003). O autor faz uma revisão teórica dentro do campo filosófico acerca da capacidade humana de estabelecer-se em comunidade, da luta individual pela conservação de identidade e os conflitos influenciados pelo poder ao longo da transição das sociedades antigas, para medievais e modernas, destacando a centralidade que a intersubjetividade tem na definição do que é reconhecimento social e afirmando que os comportamentos praticados em público são reconhecidos como expressão intersubjetiva das particularidades: “Só os comportamentos praticados intersubjetivamente e também efetivamente são capazes de fornecer uma base sólida para (...) liberdade ampliada” (HONNETH, 2003, p. 41). Falando em obrigações intersubjetivas como condição quase natural do processo de socialização, o autor chega ao conceito de reconhecimento, que se dá através de um entrelaçamento entre universalização e individuação, um movimento de ação recíproca entre os indivíduos que, desta forma, pode se aplicar dentro das relações comunicativas e ainda dá possibilidade para uma segunda onda de reconhecimento, que consiste na relação ética dos sujeitos possível de ser vista em processos de reconciliação e resolução de conflitos. O que passa diretamente pelo processo de luta por honra, ou seja, a validação de prestígio e reconhecimento que um indivíduo tem por parte do grupo em que está inserido e que o ajuda a se posicionar

positivamente diante do grupo, automática e simultaneamente. “Honra é a postura que adoto em relação a mim mesmo quando me identifico positivamente com todas as minhas qualidades e peculiaridades” (HONNETH, 2003, p. 55). Especificamente sobre o processo de luta para se obter o reconhecimento, o autor a define como um processo de comunitarização social que força o mútuo reconhecimento. Como um processo de descentramento das formas individuais da consciência. É quando a consciência individual se entrecruza com as dos demais indivíduos, levando a uma consciência universal e, portanto, consensual, que capacita o outro a ter o mesmo reconhecimento garantido por mim. “O indivíduo só pode se proporcionar um sentimento de garantia a respeito de ser reconhecido por seu parceiro de interação mediante a experiência da reação prática com que aquele responde a um desafio deliberado” (HONNETH, 2003, p. 64). E este reconhecimento recíproco funcionaria, então, como um médium da universalização social.

No caso do processo de denominação de logradouros em uma cidade, acreditamos primeiramente que não se trata de uma homenagem direta ao indivíduo cujo nome está naquele logradouro, mas sim à sua memória e ao prestígio que sua trajetória alcançou. Denominar um logradouro em uma cidade pode ser tanto uma homenagem aos descendentes vivos daquele indivíduo como também uma iniciativa que parta destes. No endereço com o nome da pessoa homenageada encontra-se o registro de uma trajetória memorável e relevante para a cidade, como também uma referência ao grupo de pertença daquele indivíduo: sua família, seu local de trabalho, seu grupo cultural ou religioso, etc. Para ilustrarmos, basta observarmos a *Rua Jerônimo Durski* no bairro Bigorrrilho, em Curitiba. Esta via foi assim denominada por meio de um decreto do então prefeito da cidade Ney Braga, em março de 1956. Quando a prefeitura urbanizou o caminho conhecido como *Rua da Campina*, fez a opção de oficializar o endereço dando a este o nome do imigrante polonês nascido em Poznan em 1824, que imigrou para o Paraná e na terra de adoção foi professor nas escolas das colônias polonesas, como Orleans e Campo Comprido e que faleceu na cidade de Campo Largo em 1905. Homenagem esta que não foi direcionada individualmente a Durski - pois ele havia falecido 50 anos antes - mas sim à trajetória deste imigrante e todo o grupo de imigrantes poloneses, então bastante numeroso nesta região da cidade, e que com isso o

poder público local faz um movimento de reconhecimento àquele grupo. Outro exemplo está na *Rua Rosa Saporski*, no bairro Mercês, uma extensa via que homenageia a descendente de poloneses que também atuou como professora nessa mesma região da cidade. Rosa viveu em Curitiba entre os anos de 1895 e 1961, lecionou em escolas públicas da cidade e também foi diretora em estabelecimentos de ensino. A rua que leva seu nome foi a mesma em que ela viveu, e a inauguração oficial desta aconteceu em 1962 com a presença de seu filho, o então vereador Edmundo Leinig Saporski. Isso mostra que a homenagem envolveu os descendentes de Rosa, acontecendo inclusive com a contribuição do prestígio que seu filho obtivera na vida pública local.

Com este aparato trazido a partir de Honneth (2003) é possível compreendermos que tanto o homenageado quanto o prestador da homenagem devem ter alguma notoriedade, como é o caso dos vereadores de Curitiba que são responsáveis pelas propostas, tramitações e aprovações de cada nome que se tornará um logradouro oficial na cidade. Portanto, passamos a debater sobre os estudos referentes às imigrações sob o ponto de vista do campo sociológico, a fim de compreendermos como este movimento de homenagear imigrantes por meio de denominação de logradouros é relevante e merece destaque, pois difere grandemente de uma homenagem prestada ao grupo luso-brasileiro — instalado há mais tempo no território — devido aos processos de integração social, ascensão econômica na terra de adoção e também a gradativa transição que estes grupos imigrantes obtiveram, partindo de uma situação de exclusão e preconceito para um caminho de luta por destaque social e o reconhecimento.

O papel dos Estudos Migratórios em nosso objeto de estudo

Em muitos estudos sociológicos que abordam populações imigrantes é possível perceber empasses e dificuldades de inclusão nas sociedades de adoção. Antes ainda da definição deste campo na Sociologia, é possível perceber que há uma postura habitual de se tratar a imigração como um “problema social”, como pode ser observado na obra de Engels: *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (2008). É preciso retratar aqui, que neste texto, o autor tem um ponto de vista carregado de preconceitos sobre os trabalhadores irlandeses na Inglaterra, pois em termos gerais, ele coloca sobre os

ombros dos trabalhadores irlandeses o peso de usarem abusivamente de álcool e da falta de acesso a bens culturais e educacionais, afirmando que a ignorância seria inerente ao povo irlandês. Retratando assim que a imigração era interpretada como um problema social, mas que posteriormente passaria a ser encarada como um processo humano e então compreendida como um direito. Uma sociologia das imigrações propriamente dita e estruturada como campo da sociologia começa a ser elaborada pelo grupo de estudiosos da Universidade de Chicago, que entre as décadas de 1920 e 1930 percebe o espaço urbano como um verdadeiro laboratório para a Sociologia. E é na cidade de Chicago, como também em Boston, que as populações imigrantes estão vivendo, ajudando a construir a vida urbana e também servindo como sujeito de pesquisa para vários estudos no campo da Sociologia. Destacamos aqui a obra *Sociedade de Esquina* (FOOTE WHYTE, 2005) em que o autor aplica a metodologia de observação participante, que até então era algo aplicado muito mais à antropologia, para integrar-se e estudar um grupo de jovens de origem italiana que vive em um subúrbio de Boston, sem receber políticas públicas específicas para sua educação, bem-estar e ingresso ao mundo do trabalho, muitos deles flertam com a marginalidade atuando em pequenos delitos e contravenções. Este é apenas um dos estudos desenvolvidos pela chamada Escola de Chicago, mas muito do que foi trabalhado nesta durante as primeiras décadas do século XX ainda serve de pilar estrutural da sociologia nos tempos atuais e que também nos serve de exemplo, pois se neste estudo Foote-Whyte está lidando com um setor marginalizado da sociedade urbana e o contraponto que temos em relação à pesquisa com logradouros que levam nomes de imigrantes diz respeito a indivíduos de grupos imigrantes que receberam homenagens em logradouros públicos na terra de adoção. Porque embora existam diferentes perfis individuais dentre os homenageados — tais como o do médico oftalmologista e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná, o imigrante polonês Julio Szymanski, que dá nome a uma praça no bairro Rebouças, ou como o caso de Maria Homan Wisniewski que foi uma descendente de poloneses que atuou como parteira na colônia Dom Pedro e tem uma rua com seu nome na Cidade Industrial de Curitiba — verificamos que este é um processo público que legitima a presença destes indivíduos na cidade independentemente das trajetórias

destes, e mais do que isso: os eleva à uma posição de destaque e relevância nas comunidades onde viveram e também no âmbito municipal.

Sobre os estudos referentes ao tema das migrações internacionais na sociologia brasileira, trazemos o trabalho de Ianni (1966) como um grande passo para o que se tem atualmente em termos de Sociologia das Imigrações no Brasil e, em específico, no caso das populações de imigrantes que adotaram o Paraná para viver. Em *Raças e Classes Sociais no Brasil* (1966) o autor observa Curitiba a fim de entender como se dava a vida de imigrantes e descendentes de poloneses nas chamadas colônias instaladas nos arredores da cidade. Na época desta obra, as antigas colônias de imigrantes poloneses ainda eram espaços rurais ou em processo de urbanização localizados distantes da área urbana, que seguia — esta sim — em acelerada expansão. Ianni então pode entender que algumas visões que partiam da população geral em Curitiba e se referiam ao caráter e a aspectos da vida social dos colonos poloneses, tais como seus hábitos religiosos e as preferências profissionais de maneira geral no grupo, eram bastante negativas. Parte dessas visões acabaram ficando registradas em obras de literatura como em contos de Dalton Trevisan, por exemplo, além de registros históricos que com o tempo foram superados, como o de Wilson Martins¹⁰. E também no imaginário popular, pois como o próprio Ianni (1966) mostra, grande parte do rechaço e do preconceito vividos pelo negro eram compartilhados pelo polonês em Curitiba: “(...) um informante nos prestou um esclarecimento que, de início, pareceu-nos um gracejo de mau gosto, tão inesperado foi. ‘Aqui, afirmou, não há negros. O negro do Paraná é o polaco’ (IANNI, 1966, p. 131). Outra depoente de origem alemã afirma o seguinte ao autor: “Não sei porquê tenho uma aversão especial por poloneses. (...) Acho os poloneses um povo atrasado, sem personalidade e muito traiçoeiro” (IANNI, 1966, p.132). Outros depoimentos presentes no estudo, vão associando o polonês ao negro, segundo o autor, e assim apresentando um inédito preconceito racial contra um elemento também branco e europeu, o polonês. Teria sido, enfim, essa a grande descoberta que Ianni fez a respeito das relações raciais no sul do Brasil, e lhe causara surpresa essa relação de rejeição do polonês por parte dos

¹⁰ Referimo-nos ao livro *Um Brasil Diferente* escrito por Martins em 1953, ano de comemoração do centenário da emancipação política do Paraná e que por essa razão a obra teria recebido financiamento do governo do estado para sua elaboração.

demaís grupos europeus instalados em Curitiba e uma equiparação mesmo que de forma negativa deste grupo com o de pessoas negras, e que também pode ser visto em Oliveira (2015).

No entanto, essa visão preconceituosa com a qual Ianni se deparou não se sustenta quando olhamos para o grupo polonês sob outro aspecto: o poder associativista e organizacional que os imigrantes e descendentes de poloneses alcançaram em Curitiba desde os primeiros anos de sua chegada à capital paranaense. Algo que também foi abordado por Oliveira (2010) quando mostra que desde as décadas finais do século XIX os imigrantes poloneses construíram em Curitiba associações culturais e esportivas como por exemplo a Sociedade Polono Brasileira Tadeusz Kosciuszko que em 2020 completou 130 anos de história. Como também criaram e mantiveram jornais e escolas para a difusão de informações em idioma polonês e a alfabetização das crianças da colônia, possibilitando à comunidade praticar o idioma materno. A educação das crianças para era considerada uma prioridade entre os membros das colônias polonesas em Curitiba. Essas iniciativas dão, deveras, outro contorno a esta população de imigrantes e à discussão feita em torno deste grupo, pois sendo o exato oposto do que apregoava o estereótipo de que eles seriam iletrados, alcoólatras e ultracatólicos. Este perfil voltado para as práticas cultural, esportiva, informativa e educativa das associações ajuda a desconstruir a visão inicial que o próprio Ianni tivera e transmitira através das entrevistas coletadas em seu *Do Polonês ao Polaco*¹¹. E que culmina no levantamento feito por nós, que indica a presença de 526 logradouros com nomes de poloneses — de um total de 9518 — espalhados por 60 dos 75 bairros da cidade de Curitiba, que foram oficializados entre os anos de 1958 a 2012 através de projetos de lei tramitados na Câmara Municipal de Curitiba ou de decretos do poder executivo local.

Reflexões para uma Sociologia das Homenagens

A proposta de um campo de estudo dentro da Sociologia que trate sobre homenagens leva em consideração o processo de reconhecimento social de um

¹¹ Artigo elaborado por Ianni como resultado de pesquisa e que se tornou um capítulo de sua obra *Raças e Classes Sociais no Brasil*, 1966.

indivíduo, que no caso aqui estudado também significa falar em visibilidade destes perante a sociedade curitibana. A valorização de sua trajetória pelo seu grupo social e também o registro deste personagem na memória do grupo são fatores centrais para a obtenção de uma homenagem. Tendo em vista todo o levantamento da literatura que fizemos até o momento, acreditamos ser possível estabelecer que a memória em torno de um indivíduo seja preservada devido ao seu reconhecimento perante o grupo e que isso fique demarcado através de uma homenagem pública, como a colocação do nome desta pessoa em um logradouro público. No processo de denominação de logradouros em Curitiba, existe uma relação de reconhecimento da trajetória do imigrante ou descendente que parte ora da comunidade do bairro onde o homenageado viveu, ora parte do parlamentar que tem a iniciativa de prestar a homenagem sem que necessariamente se entre no mérito da grandeza de feitos ou da trajetória do homenageado. Em que se pode verificar homenageados de diferentes segmentos sociais e profissões, conforme exemplificamos anteriormente.

Há ainda que se considerar que o processo de reconhecimento do homenageado tem várias etapas no âmbito do poder legislativo responsável pela denominação de logradouros em uma cidade: primeiro o nome chega ao parlamentar via petição da população ou por iniciativa própria do parlamentar que já tinha no homenageado alguma referência positiva; e em seguida este reconhecimento é referendado na Comissão de Trabalho por onde o projeto de lei vai tramitar e finalmente no Plenário da Casa, por onde é aprovado — geralmente — sem polêmicas, pois não são nomes que feriram os direitos humanos, nem são pessoas ainda vivas, o que obedece os requisitos da Casa. O acesso dos nomes de origem polonesa ao status de nome de logradouro público se dá muitas vezes devido à presença de parlamentares que tem origem imigrante, visto que uma vez estabelecidos nos setores mais altos da sociedade estes começaram a ser eleitos e a propor nomes em logradouros para relembrar seus antepassados, principalmente a partir dos anos 1950.

No nosso ponto de vista, a narrativa predominante no ato de denominar um logradouro está posta em debate, principalmente no decorrer do ano de 2020, quando movimentos sociais por igualdade racial colocaram em xeque figuras outrora homenageadas, mas que tiveram participação direta na escravidão de pessoas de

africanas, entre os séculos XVII e XIX. Manifestações envolvendo derrubada de estátuas e bustos de líderes ou mudanças simbólicas de nomes de endereços representam uma disputa na narrativa sobre as trajetórias destes líderes. Pois se antes eram consideradas ilibadas e acima de qualquer possível mancha, uma nova leitura sobre essas trajetórias mostra que se tratam de membros de uma elite opressora e que tem tido a unanimidade questionada a partir destas manifestações. Contudo este é um debate ainda em construção, que embora seja relevante apresentar aqui, não necessariamente atinge os indivíduos estudados neste documento, pois a maior parte dos homenageados possuem biografias pouco conhecidas e portanto, pouco contestadas socialmente (NORA, 1986).

O maior desafio encontrado nesse processo de pesquisa é certamente conhecer as trajetórias dos homenageados, porque os projetos de lei para denominação de logradouros e que são apresentados na Câmara Municipal de Curitiba não possuem qualquer menção às biografias dos homenageados em suas justificativas, somente seus nomes, de maneira muito mais quantitativa, conforme apresentamos nos dados acima. Nos permitindo pensar que o movimento feito pelos parlamentares de origem polonesa foi o de demarcar a presença destes antepassados na cidade, ressaltando mais a sua coletividade do que destacando especificamente alguns perfis considerados relevantes, seja por eles próprios ou pelo grupo imigrante.

Este modelo de homenagem questiona inclusive se é necessária uma chancela parlamentar para que aconteça, fazendo pensar se uma iniciativa popular é capaz de substituir este processo. É possível, portanto, olhar para a história e ver movimentos de reconhecimento espontâneo da sociedade em torno de uma figura? Qual é a força da representação popular em um processo de reconhecimento e homenagem? E a chamada dívida histórica com personagens antes renegados, mas que conseguem ter sua trajetória positivada e reconhecida, isto tem efeito real na disputa e construção de narrativas históricas? São muitas as possibilidades a partir daqui. Mas talvez a mais importante e que leve este campo de estudo a se tornar uma proposta real e possível dentro da Sociologia é pensar o caminho que uma trajetória percorre até obter visibilidade no meio social em que está ou esteve inserida e através deste caminho chegar à obtenção da homenagem. Pensando inclusive se há uma mudança no conceito geral que o grupo faz sobre aquele indivíduo, como uma positivação gradual da avaliação coletiva sobre sua

trajetória, por meio da análise de seus feitos; ou se há uma mudança na camada social do grupo como um todo, em que membros vão alcançando postos de visibilidade e assim levando seus iguais ao reconhecimento.

Considerações finais

A compreensão acerca da luta por reconhecimento social alcançado por imigrantes e descendentes de poloneses em Curitiba parte da percepção de rechaço e preconceito que este grupo recebera outrora e que aparece em registros de Ianni (1966) e Oliveira (2015). Observando como alguns membros deste grupo chegaram a uma homenagem pública como dar seu nome — ainda que postumamente — a um endereço na cidade e o prestígio que é ter o nome referenciado como um endereço na cidade. Como essas homenagens são na maioria das vezes póstumas — de acordo com a legislação local — fica a cargo dos descendentes a apropriação deste reconhecimento, que de fato verão o nome do antepassado ali reconhecido pela municipalidade. Contudo, como é possível verificar no estudo de Honneth (2003) esta notoriedade não se prende ao personagem homenageado postumamente, como também se estende aos seus descendentes e o reconhecimento mútuo parte e é aplicado a quem lhe presta a homenagem também.

Os passos para construir a memória coletiva de uma das capitais mais antigas do Brasil, passam pela opção de um tipo de narrativa sobre a contribuição que parcela imigrante polonesa foi grandemente reconhecida apesar de ter sido outrora rechaçada e preconceituada pela população local, como Ianni (1966) pode perceber. Esta narrativa reconhece que esse povo ajudou a desenvolver a economia da cidade na virada do século XIX para o XX e ela é possível muito devido à presença de parlamentares que tem origem descendente de imigrantes, visto que uma vez estabelecidos nos setores mais altos da sociedade, começaram a ser eleitos e a propor nomes em logradouros para seus antepassados, principalmente a partir dos anos 1950.

Apesar de uma suposta aleatoriedade na escolha e oficialização dos nomes, justificamos que o processo de tramitação dos nomes de logradouros em Curitiba, por mais consensual que pareça e seja, é um tipo de chancela que afirma o reconhecimento

daquela trajetória e daquela personalidade, que ao se tornar um endereço é referendado diante de um rol de representantes do povo da cidade, tendo então estabelecido o mútuo reconhecimento, conforme está postulado em Honneth (2003). Há que se passar por um exame claro, que considere inclusive a ideia de honra e prestígio pessoal mediante o grupo social do indivíduo, em que o nível de grandeza alcançado é medido de acordo com seus feitos, como estabelece Honneth (2003).

O que aparentemente se coloca como central na denominação de logradouros em Curitiba é um reconhecimento póstumo ao grupo de imigrantes que outrora fora rechaçado e preconceituado como abusadores de álcool, possuidores de baixa escolaridade e alienação religiosa. Houve um esforço da Câmara Municipal de Curitiba encabeçado pelos vereadores de origem polonesa para oferecer logradouros públicos que levassem nomes de cidadãos ilustres e comuns desta origem. São indivíduos que contribuíram para a vida econômica, social, cultural e comunitária da cidade, atuando nas mais diversas profissões. A quantidade expressiva de 526 logradouros com nomes de poloneses, entre os mais de 9500 na cidade, nos ajuda a afirmar que a presença polonesa na capital paranaense que já foi bastante numerosa entre o final do século XIX e início do XX, foi também visibilizada por meio dessa alternativa.

Referências

BERGSON, Henry. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. Cap. II.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la Justification: Les économies de la grandeur**. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

CAPDEVILA, Luc; LANGUE, Frédérique. **Entre Mémoire Collective et Histoire Officielle**. Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2009. Introduction e Cap. XIII.

FEDATTO, Carolina Padilha. **Um Saber nas Ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2011.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. **A Presença Italiana em nomes de ruas em Belo Horizonte: Passado e Presente**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

FOOTE WHYTE, William. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

NORA, Pierre. **Lieux de Mémoire**. Paris: Editions Gallimard, 1986. Intro e Cap. XL.

OLIVEIRA, Márcio Batista Silveira de. Organizações sociais dos Imigrantes Poloneses e seus descendentes em Curitiba (Brasil, 1890-1938). In: HECKER Alexandre e LIMA, Ismênia de. **E/imigrações: histórias, culturas, trajetórias.org**. 1ºed. São Paulo: Expressão e Arte editora, 2010, pp. 83-99.

OLIVEIRA, Márcio Batista Silveira de. A Inesperada Descoberta de Octavio Ianni. **Revista Sociedade e Estado**, vol.30, n. 3. Setembro a Dezembro, 2015. p.799 a 817.

OLIVEIRA, Márcio Batista Silveira de; ROCHA, Rafaela Mascarenhas. Polish Names in Addresses in Curitiba (Paraná-Brazil): Homage, Recognition, and Visibility of an Immigrant Group. In: SARMIENTO, E.; SIUDA-AMBROZIAK, R (orgs.). **Brazil-Poland: Focus on Migration**. 1 ed. Niteroi: ASOEC-UNIVERSO; Varsóvia: ASC-UW, 2019.

ROCHA, Rafaela Mascarenhas. **Curitiba Polonesa?: Um estudo sobre logradouros públicos dedicados a imigrantes e descendentes de poloneses (1951-2008)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2016.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Anna Blume, 2012. Introdução e Cap. I.

SARTORI, Tríssia Ordovás. **Ruas da minha cidade: Um estudo hodonímico**. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidades). Universidade de Caxias do Sul, 2010.

Mulheres negras na formação de docentes: identidades e estratégias de resistência em uma escola pública de Curitiba-PR

Aline Adriana de Oliveira¹
Carolina dos Anjos de Borba²

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

Neste artigo discutimos os resultados de pesquisa realizada entre 2018 e 2019 com alunas de uma turma do curso de formação de docentes em uma escola pública de Curitiba - PR. O objetivo era buscar uma aproximação entre a formação escolar e a construção de identidades negras, ou seja, compreender como “raça” enquanto temática foi mobilizada no cotidiano escolar, tal qual a maneira como emerge em narrativas identitárias formuladas pelas alunas. O recorte proposto procura compreender como estudantes que se veem como negras articulam suas identidades no espaço da escola, compreendendo tais identidades numa perspectiva que as entende como sendo negociadas e marcadas pelas diversas posições que os sujeitos ocupam. Através de etnografia, entrevistas semiestruturadas e um questionário de autoidentificação de raça-cor utilizado com a turma, os resultados sugerem a manutenção de formas diversas de racismos que se transmutam num sentimento difuso de “incapacidade” e falta de amparo em relação às estudantes que se autodeclararam negras, bem como a carência de abertura para o tema da história e cultura afro-brasileira nos currículos. Por fim, percebe-se como dos conflitos surgem estratégias de resistências, sobretudo para aquelas mulheres que se veem como negras e militantes e passam a reivindicar suas demandas na instituição escolar.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Identidades; Formação de Docentes; Ambiente Escolar, Relações Étnico-Raciais.

Black women on teacher training: the identities and resistance strategies at a public school in Curitiba-PR

ABSTRACT

In this text we discuss the results of research developed between 2018 and 2019, with female students from a class of the teaching training course at a public school in Curitiba - PR. The study aims to approach the school education and the black identities' formulation, meaning comprehending how “race” as a theme was discussed within the everyday life at school, as well as the way how it brings up

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de Diversidade, Diferença e Desigualdade social em Educação e licenciada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: aline.adriana.oliveira@gmail.com.

² Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (2006), mestrado (2008) e doutorado (2013) em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora adjunta na Universidade Federal do Paraná, atuando no Setor de Educação, no Pós-Graduação em Educação e no Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Contato: carolzinhadosanjos@gmail.com.

the identity narratives expressed by the students. The emphasis proposed aims to understand how the students who identify themselves as black women express their identities on the scholar environment, those identities understood as negotiated and brought by the various positions occupied by the subjects. Through ethnographic research, semi-structured interviews and a race/ skin color self-identification survey made on the class, the results shows some different racism forms that can be seen as a diffuse feeling of “incapacity” and loss of support regarding the female students self identified as black women, also there is the low entry for the African-Brazilian history and culture on the curricula. The conflicts open space to resistance strategies specially from those students who claim themselves as black women and political agents and fight for their demands within the school.

Palavras-chave: Black Women; Identities; Teaching Training; School Environment, Racial Relationships.

O artigo lança mão de achados colhidos durante pesquisa realizada entre 2018 e 2019 em uma escola de formação de docentes na cidade de Curitiba, cujo tema é a construção das identidades de mulheres negras no âmbito da educação escolar. Para tanto, foi utilizado o método etnográfico e entrevista semiestruturada com alunas que se autodeclararam negras, estudantes da turma do 3º ano noturno da formação de docentes.

Na medida em que se intensifica o debate sobre raça/cor no Brasil, tanto no ambiente acadêmico quanto na esfera política (CARVALHO; SEGATO, 2004; MAGGUY; FRY, 2002), impulsionado pela implantação das cotas para acesso ao ensino superior, tornam-se latentes duas questões: quem é negra em um país miscigenado como o Brasil? Como se definem essas identidades raciais? Além da emergência da temática, estudos como os de Rosemberg (1987) e Hasenbalg & Silva (1990) mostram como, no Brasil, a população negra teve acesso diferenciado à educação, compondo o grupo racial que alcançou, ao longo do século XX, menores níveis educacionais.

O que se pretende discutir nesse trabalho é a maneira como as identidades são mobilizadas pelos sujeitos enquanto processos sociais. Por essa razão, assumimos o suposto de que elas são contrastivas e plurais, não sendo fixas, mas construídas em determinados contextos (HALL, 2006; WOODWARD, 2014). Nesse sentido, e será importante para a nossa argumentação, interessa-nos a intersecção entre diferentes marcadores sociais na construção dessas identidades, notadamente raça e gênero. Ao privilegiar a maneira como essas estudantes, em cursos de formação de docentes, articulam suas identidades, é possível observar, no quadro social mais amplo, como a

escola, enquanto espaço de socialização e formação, mostra-se, ou não, como sendo um ambiente (re)produtor de desigualdades.

O estudo buscou analisar também quais são os marcadores simbólicos mobilizados pelas jovens negras na veiculação de suas imagens no afã de compreender de que modo aparece, no ambiente escolar, a questão da raça/cor e entender a forma como essas mulheres projetam seus futuros. Esses objetivos auxiliaram a pensar como elas percebem a influência do processo de escolarização sobre sua construção identitária, também o modo como narram o seu pertencimento identitário.

Já há um acúmulo de estudos que indicam como os currículos e práticas escolares atuam na reprodução de racismos ao ver as diferenças como nocivas, tornadas desigualdades (GOMES, 2007; LOURO, 1997; DUSCHATZKY; SKLIAR, 2000). Para Walsh (2009), isto seria fruto da manutenção de uma concepção epistêmica eurocentrada, que instaura uma relação hierárquica entre saberes e a racialização das esferas de poder, reflexo da colonialidade. Em contrapartida, o espaço escolar não deixa de ser palco de disputas de sentidos, funções e direitos. A educação reproduz preconceitos, mas oportuniza resistências. Essa ambivalência também foi flagrada na pesquisa, como será discutido a seguir.

No decorrer do texto, ao nos referirmos às estudantes com quem houve contato em campo, buscando preservar o anonimato, atribuímos nomes fictícios referentes a personalidades da cultura afro-brasileira. A primeira é Dandara de Palmares (?-1654), logo após João Francisco dos Santos, conhecido como Madame Satã (1900-1976), Tereza de Benguela (S.I. – viveu no século XVIII), Carolina Maria de Jesus (1914-1976), Esperança Garcia (1751-) e Maria Firmina dos Reis (1822-1917).

Identidade, negritude e mulheres negras na educação: debates teóricos

Ao pesquisar processos de formação identitária, a primeira questão que se coloca é compreender o que se entende por identidade e diferença. Para Hall (2006), as identidades são móveis, contingentes, múltiplas, suscetíveis ao modo como somos representados e nos representamos, nos sistemas culturais em que estamos inseridos. As identidades, que são construídas no âmbito da diversidade, pressupõem alteridades.

Segundo Woodward (2014), a depender do momento histórico, algumas diferenças são mais significativas que outras, estabelecendo padrões de desigualdade. Identidade não é, desse modo, o oposto de diferença, ela depende da diferença no processo de circunscrição do *nós* e do *outro*.

A reivindicação de uma identidade negra implica a formação de um olhar dos sujeitos que pertencem a um grupo étnico-racial sobre *si* e sobre o *outro* (GOMES, 2003). Como as identidades são construídas em determinados contextos sociais e (re)formuladas em diversos momentos históricos, alguns autores retomam a história das relações raciais no Brasil e os papéis sociais ocupados pelos negros ao longo da constituição da nação. É assim que Munanga (2003) sugere que a construção da negritude enquanto forma de identificação remonta ao colonialismo e à mestiçagem, acionada enquanto meio para branqueamento da população brasileira no início do século XX, acompanhada do rechaçamento à cultura afro-brasileira, sobrepondo a esta uma identidade nacional. O que teria formado um racismo que “trata a si mesmo como antirracismo, negando como antinacional a presença integral do afro-brasileiro [...]” (GUIMARÃES, 1995, p. 42). Munanga (2003) argumenta que tal processo teria gerado uma cultura de discriminação racial velada, não dita. Na mesma direção de Segato (2005), quando afirma que raça é signo. Raça seria uma forma de qualificação ancorada nos sistemas de representações sociais e esses sistemas são, no Brasil, discriminatórios contra as negras e os negros. Nesse sentido, Nogueira (2007) apontou que o racismo brasileiro se constitui a partir de critérios fenotípicos e se expressa através do corpo que, ao ser mobilizado como componente político pelo movimento, na ideia de “negritude”, retomando Munanga (2003), é ressignificado. Valorizam-se, com isso, os traços fenotípicos socialmente rejeitados, ou seja, a “aparência racial”(NOGUEIRA, 2007) importa e passa a ser associada à ancestralidade africana. Portanto, o corpo e o cabelo, tal como ressalta Gomes (2008), tornam-se elementos decisivos para uma identidade negra.

A condição de mulher opera como outro elemento balizador de condutas num contexto social marcado por clivagens entre os gêneros, mas também entre as mulheres, tal como levantado pelas mulheres negras (LOURO, 1997). A confluência de formas de opressão distintas movimentou a necessidade de se pensar abordagens

analíticas que incluam raça, classe e gênero como estruturas de opressão imbricadas (COLLINS, 2015). É nesse sentido que Crenshaw (2004; 2006) formula o conceito de *interseccionalidade*, que descreve tanto a articulação e a interação entre o sexismo e o racismo como descreve a localização de mulheres negras em ambos os sistemas de subordinação, nas margens do feminismo e do antirracismo.

No Brasil, a posição social das mulheres negras levantou debates acadêmicos e políticos desde a década de 1980. A articulação do racismo com o sexismo produziria, segundo Gonzales (1984), efeitos violentos sobre as mulheres negras, que seriam representadas como “mulatas” de exportação, como empregadas domésticas, ou como mães pretas, tal como discute Segato (2006). Por essa razão, Carneiro (2003) argumenta a favor da necessidade de “enegrecer” o feminismo para captar as formas de opressão que atingem de maneira particular as mulheres negras. Não é à toa que Guimarães (1995) chama a atenção para o uso, no Brasil, do gênero como metáfora da raça. É nesse cenário, em que tanto gênero quanto raça estabelecem critérios de desigualdade social implícita, que se está tentando pensar a formação das identidades de mulheres negras.

Diante desse contexto, onde fica a educação em um contexto social marcado por essas manifestações de desigualdades? De que forma atua na sua perpetuação, ou superação? Guimarães (1995) ressalta que a lógica nacional racializada, que operou desigualdades entre negros e brancos, passou por dois elementos principais: classe/renda e educação. O acesso à educação acabou se transformando em medida de cidadania e branqueamento, uma vez que a população negra era majoritariamente analfabeta. Gonçalves e Silva (2000) apontam as leis educacionais do início do século XX que não abrangiam as crianças negras, sendo setores do movimento negro, em especial em São Paulo, articuladores de escolas para alfabetização dessa parcela da população ignorada pelo Estado até meados do século passado.

Outros pesquisadores do campo da educação, como Gomes (2007), Arroyo (2015) e Walsh (2009), apontam a origem do pensamento educacional ocidental inscrito na lógica da dominação colonialista e do eurocentramento do saber, que desvalorizou conhecimentos e saberes daqueles considerados “diversos”. Para Walsh (2009), a partir da colonialidade, as diferenças seriam marcadas por oposições binárias,

como homem/mulher, branco/negro, saber científico/saber tradicional, sendo sempre o primeiro termo da oposição tomado como norma em detrimento do segundo. Tal estrutura se manteria ao passo em que estabeleceu a racialização das posições de poder e saber (QUIJANO, 2005).

No suposto de que educação escolar, além de promover o conhecimento científico, atua como importante esfera de socialização, inclusive refletindo desigualdades e preconceitos, temos que ela atua no processo de construção identitária dos estudantes (GOMES, 2007), o que não elimina a *agência* dos sujeitos e a influência dos demais espaços de socialização. A relação professor-aluno, as vozes e os silenciamentos constroem uma escola que é forte elemento na formação das identidades. Nesse entremeio, Cavalleiro (2006) aponta que o material pedagógico, um universo semântico pejorativo em relação aos símbolos da negritude, a ausência da diversidade racial na composição do corpo docente e a minimização das consequências do racismo, elementos encontrados em suas pesquisas sobre educação e relações raciais, reprisariam a racialização enquanto desigualdade através da educação. Uma escola cujo referencial é todo em torno da branquitude geraria, segundo Cavalleiro (2006), uma inadequação social das alunas e alunos negros. Esse processo ilustra o que a Gomes (1996) diz ser a rejeição da possibilidade de manifestação de uma identidade negra, ou, nos termos de Munanga (2012), a negação da negritude. Gomes (1996) afirma que, por vezes, a discriminação não se manifesta sob a forma de agressão explícita, porém se faz presente como um discurso, que perpassa as práticas. Por isso o recurso ao silenciamento parece ser acionado nesse âmbito, tal como o enunciado da igualdade (GONÇALVES, 1985). Compreender a construção da trajetória das alunas negras passa por considerar a influência de situações de racismo e discriminação no próprio ambiente escolar.

Em pesquisa com professoras pardas e pretas, Castelar *et al.* (2015) encontrou docentes que indicavam situações de racismo que vivenciaram, enquanto várias delas de identificam como morenas. O que sugere como a vivência e a formação das identidades na escola, colocando em relevo o critério racial, é marcada por formas de percepção distintas e, portanto, de engajamentos identitários diversos. Essa complexidade de percepções sobre si e sobre o outro, a formulação de uma

autoimagem pelas estudantes negras, que ocorre de formas distintas para cada uma dessas mulheres, e as resistências por elas articuladas nesse meio é o que veremos a seguir.

A aproximação com o campo

Definidos tema e problemática, buscamos a melhor estratégia metodologia para compreender o processo de formação e afirmação das identidades. Optamos por realizar trabalho de campo em escola normalista da rede pública que oferecesse curso de formação de docentes, integrado ao ensino médio, em Curitiba. Isso se deve a dois principais motivos. Primeiro, pelo perfil socioeconômico: em sua composição, escolas públicas abrigam estudantes oriundos de famílias com menor renda e, como mostra Rosenberg (1987), existe forte relação entre ser pobre e ser negra(o) no Brasil. Tal tendência é corroborada pelos dados do último Censo do IBGE, quando mostra que 50% da população negra (pretos e pardos) tem rendimento nominal mensal entre $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo e 2 salários mínimos, menor que qualquer outro grupo de raça/cor no país. Segundo, que um curso de formação de docentes seria interessante para captar como o tema da diversidade e do racismo aparece no conteúdo pedagógico.

A pesquisa etnográfica foi escolhida com o intuito de compreender como os discursos sobre diversidade de raça/cor e negritude se manifestam no cotidiano escolar. A observação foi realizada por meio de visitas à escola e as aulas da turma de 3º ano noturno da formação de docentes. Como se tratou de compreender as formações de identidades raciais, a autoidentificação importava mais do que a classificação compulsória feita pelos pesquisadores, o que levou à escolha pela aplicação de um pequeno questionário indagando a identificação étnico-racial, inspirado nas perguntas do Censo do Instituto IBGE, para as estudantes.

Em 2019, tendo já finalizado a primeira etapa, houve retorno ao campo para acompanhar algumas aulas e, principalmente, a sala dos professores com o consentimento de um dos docentes. Nesse mesmo ano, foram aprofundados alguns tópicos através de entrevista semiestruturada com duas interlocutoras.

Identidades de raça/cor: conflitos e resistências no espaço escolar

A pesquisa de campo foi realizada em uma das escolas normalistas mais antigas do Paraná. Quando houve contato com um dos pedagogos e com a direção, foi perceptível o interesse diante do tema proposto; sugerindo que a pesquisa fosse feita com a turma do período noturno que, nas palavras do pedagogo, tinha várias alunas negras que seriam “meninas engajadas”, “mais militantes”, mas que, “às vezes, exageram”.

Discursos e práticas sobre raça na escola foram se delineando durante o campo. Um exemplo foi no Dia da Consciência Negra, em 2018, data em que não houve atividade sobre esse dia no período noturno. Nessa ocasião, ao perceberem que nenhuma aula abordou o tema, dois alunos, Dandara e João, discutiam sobre a importância da data quando o professor que estava na classe interrompeu a conversa para dizer que “não devia haver separação entre brancos e negros”. Fomos levadas a crer que história e cultura afro-brasileiras são temas pouco trabalhados no ambiente escolar e que a narrativa da escola, ao mostrar-se aberta à pesquisa e ao tema proposto, era confrontada com as práticas cotidianas em face da manifestação dos alunos mais engajados na militância negra.

Outro aspecto que me chamou a atenção foi a composição da turma na qual se acompanhou as atividades. Nela, havia apenas um menino (negro) e o restante composto por alunas (cerca de 20), dessas, metade havia se identificado no questionário como pretas e pardas. Percebemos que as indicações do pedagogo e da direção sobre quais eles viam como “militantes políticas” coincidia com um estereótipo muito associado à imagem das meninas. Era o caso de Tereza, que usava cabelo Black Power, brincos que representam pentes-garfo e camisetas de sindicatos, partidos ou coletivos. Carolina, prima de Tereza, seguia o mesmo estilo, apesar de não ser filiada a partido ou movimento social. Carolina é negra de pele retinta, enquanto Tereza tem pele mais clara. Tereza é a aluna que considero a mais engajada politicamente e com a qual fiz contato. Por ter a pele mais clara, ela afirma que era questionada pelos demais, que não a viam como ela mesma se declarava, uma mulher preta, deslegitimando sua fala quando essa identidade de raça estava em pauta.

Com a observação dos grupos de afinidades, os discursos e práticas das estudantes ao longo de dois meses, notou-se que o tema “raça” sempre gerava polêmicas e disputas. Parecia não haver consenso entre as estudantes acerca de quem era negra, quem era branca e as nuances de legitimidade sobre quem podia falar. Numa aula de filosofia, por exemplo, discutia-se o uso do “politicamente correto” no tratamento à população negra. Maria Firmina rebateu a afirmação de uma colega branca sobre a dificuldade para se definir a denominação correta, dizendo que, como preta, achava correto chamar assim. A colega questionou sua afirmação dizendo que ela era branca. Note-se que Maria Firmina tem a pele mais clara e cabelo cacheado.

Ainda nas disputas discursivas, as representações associadas à noção de “boa aluna” e “má aluna” também permeavam o cotidiano e os papéis das diferentes estudantes na turma. João, cujo fenótipo é negro de pele retinta, alto e forte, aparecia nas falas dos docentes como “mau aluno”, por vezes “perigoso”. “Ele consegue acabar com uma aula se quiser”, ou ainda, “ele assusta, mas não faz nada”, diziam os docentes na sala dos professores. Nas conversas com alunas, as meninas negras costumavam reclamar de perseguições e punições por parte dos professores, enquanto as meninas brancas tinham simpatia por e para eles.

Em campo, a situação apresentava-se assim. Era uma aula dedicada à finalização de um trabalho de português que tinha três critérios: a) escolha de poemas a partir da leitura de determinados autores; b) trabalho escrito justificando a escolha dos poemas; c) preparação de material para exposição dos poemas nos corredores da escola. Dandara me mostrou três livros que consultou, explicando a escolha de cada um. Seu material para exposição, porém, era feito de itens reciclados. Em determinado momento, a professora começou a visitar os grupos de trabalho com uma pedagoga, convidando-me para circular com elas. Diante de cada um dos grupos fez comentários. Elogiou o trabalho das meninas brancas e criticou o de Dandara dizendo que, por mais que se esforçasse, ela acabava fazendo as atividades errado. A aluna pareceu frustrada. Nesse mesmo dia, ainda, o grupo de João, Carolina e Esperança decidiu fazer o material para exposição com imagens de orixás, tema dos poemas escolhidos. A professora criticou o visual do material e disse que não estava tão bonito quanto os dos demais grupos. Comparação, condescendência e descontentamento por parte dos docentes

quando apareciam referenciais da negritude se fizeram presentes no cotidiano escolar, segundo o que pude notar a partir de várias situações em campo.

Como sugere Carvalho (2004), o docente cria uma expectativa com relação à turma e ela se assenta em um apanhado de elementos simbólicos que advém da sua formação, trajetória de vida e socializações outras que fornecem critérios de julgamento. É com essa métrica que ele tentará, no ano letivo, eleger os que se encaixam nos perfis de bom ou mau aluno, tendendo a tratá-los de maneira diferenciada ao longo do ano. Tal expectativa autorrealizadora também é perpassada pelo critério racial. Os discursos dos docentes na sala dos professores, sempre criticando a postura das alunas negras daquela turma, que eles consideravam “exageradas”, parecia reforçar essa expectativa, fomentando práticas de silenciamento diante das queixas de racismos e sexismos pelas estudantes.

É nesse contexto que as estudantes encontram diferentes modos de afirmação identitária. Os resultados dos questionários aplicados sugerem tal complexidade. Havia alunas que se identificavam como pardas, a maioria se dizendo morena na pergunta aberta. Ser “negra” era uma identidade com significados distintos para elas. Não é generalizada a ideia de identidade negra enquanto ser “mulher preta”, como declaravam aquelas que se afirmavam militantes. Essas identidades construídas na escola são múltiplas e passam também pela rejeição desse pertencimento identitário que demanda, provoca e se converte em ação política. Dialogando e ouvindo essas jovens, percebeu-se como os modos de identificação estão muito associados ao colorismo, remetendo à cor da pele, seja para designação de parda, preta e branca. As alunas que reivindicavam alguma militância eram as que problematizavam a categoria “pardo” e se mostravam as mais engajadas em confrontar o que consideravam racismo no ambiente escolar.

Durante a entrevista, Tereza e Dandara indicaram uma formação identitária permeada por vivências de racismo e desamparo desde a infância. A isso relacionam o papel, além da escola, da família. O tema “família” era mobilizado para falar do desamparo no sentido subjetivo, e das diferentes formas de opressão vivenciadas ainda na infância. Além da carência de suporte financeiro, que as impeliu logo cedo a conciliar trabalho e estudo, são trajetórias carregadas pela experiência do preconceito

racial. A esse desamparo por parte da família as interlocutoras verbalizam a formação de uma autoconcepção de incapacidade, gestado neste meio, mas sentido, segundo elas, em diversas situações, em especial no processo de escolarização, ainda no presente.

Eu sei que é [racismo] só no olhar. [...] [A] primeira coisa na qual eles rotulam a gente é que a gente é incapaz de qualquer tipo de coisa, porque a gente é diferente. [...] Quando sai uma coisa bonita da nossa boca, eles ficam perdidos... (Dandara, 18 anos).

Eles ficam impressionados, como se a gente não tivesse capacidade de ser assim [inteligente]... (Tereza, 22 anos).

Tereza conta que essa perplexidade frente à sua demonstração de intelectualidade é reflexo de uma visão estereotipada da mulher negra, que seria vista como “preta raivosa, que quer brigar com todo mundo, a mulata exportação e a escrava”. Em outro momento da entrevista, Tereza foi questionada se ela ainda pretende entrar na faculdade, conforme havia mencionado em momento anterior. Ela diz que não sabe mais o que quer fazer, porque de tantas vezes que foi questionada em sua capacidade para tal, acabou desmotivada.

É uma coisa que a gente é condicionada a pensar, que a gente não é capaz, que uma mulher preta serve pra limpar a casa e só pra isso, que ela não pode estar lá em cima [...]. Eu falei do colégio, que eu não me vejo sendo pedagoga de lá daqui uns anos, porque aquilo lá não se encaixa, porque eu não me encaixo. O problema [...] que não é uma coisa de que eu acho que não sou capaz, eu fui ensinada de que eu não sou capaz disso... (Tereza, 22 anos).

Essa autopercepção verbalizada pelas estudantes como “incapacidade” pode ser relacionada ao que Batista *et al* (2020) chamam de autopercepção cognitiva. Para os pesquisadores, essa visão sobre si deriva de processos psicológicos vivenciados pelos alunos na escola e dizem respeito à visão destas sobre seu desempenho escolar e sobre a expectativa de desempenho. No caso das crianças e adolescentes com quem aplicaram questionários, em escolas da rede pública, entre o Fundamental II e o Ensino Médio, a autopercepção cognitiva era pior em estudantes mais velhos e dentre os que se classificaram como pretos e pardos. Os autores apontam a possível influência dos estereótipos de raça/cor tomados no ambiente escolar como fator que contribui para

tal autopercepção cognitiva de pretos e pardos significativamente menor do que de qualquer outro grupo racial.

Por vezes, é o silenciamento que emerge como prática de opressão.

[...] Teve uma vez que eu citei isso, eu falei: “você nunca me deixam falar!”. Falei, “a mulher preta sempre é silenciada”. E eu falei sério e eu olhei pra todo mundo da sala, as pessoas começaram a rir... Eu falei: “estão fazendo de novo!” (Tereza, 22 anos).

Vencer o que consideram ser tentativas de silenciamento é um modo de autoafirmação em outra chave para recuperar uma imagem de confiança. Nas falas e na observação de campo, essa imagem de si parecia estar associada ao uso político do corpo, principalmente do cabelo, como instrumentos de afirmação de uma identidade de mulher preta, como elas chamam. O corpo é mobilizado como suporte para afirmações identitárias. Em uma ocasião em campo, uma professora elogiava o cabelo de Maria Firmina, que é cacheado, longo, usado com efeito molhado, com o volume sempre controlado. Em 2019, Dandara conta que cortou o cabelo para deixá-lo crescer com a textura natural, usando o *Black Power*. Os antigos elogios, que ouvia quando estava com o cabelo trançado, transformaram-se em comentários racistas, a sugerir que o fenótipo, mais propriamente o cabelo, apresentam-se como arena de disputas simbólicas. Tereza conta que, na mesma semana em que conversamos, ela foi alvo de racismo quando a proprietária da escola na qual trabalhava sugeriu que ela usasse lenços (turbantes) para esconder o seu cabelo crespo. A mobilização de elementos da estética corporal como exercício de resistência a faz ativar memórias da infância, pelas discussões que o cabelo provocava na família.

Eu ouvia da minha mãe que meu cabelo tinha que estar preso, porque ele era feio, porque as outras pessoas não iam gostar de ver um cabelo assim. Que eu precisava sentar na frente porque eu não enxergava e, se eu usasse meu cabelo natural, eu ia atrapalhar o aprendizado das outras crianças. Então eu sempre cresci com essa preocupação de que: “poxa, eu vou atrapalhar, o meu cabelo vai atrapalhar”. “Eu sou assim, mas eu não posso ser”. Atrapalhava, por exemplo, a visão das outras crianças, porque as outras crianças não conseguiam enxergar o quadro, mas eu falava: “eu também não consigo enxergar, e aí”. Só que eu tenho um problema de visão, é outra coisa. Tiveram que chamar a minha mãe pra reclamar, falar: “olha, dá um jeito porque não dá”. E é uma forma de fazer com que você não reconheça a sua própria identidade. Quando eu descobri como era o meu cabelo solto eu gostava muito dele, mas de tanto ouvir que ele era feio e que ele atrapalhava, que pra ser bonita eu teria que ter o cabelo liso, com dez anos eu alisei o meu cabelo e ele quebrou inteiro, é um cabelo muito sensível. Eu tive que cortar o meu cabelo extremamente curto, aí já entrou outra questão: “menina macho” (Tereza, 22 anos).

Seja enquanto aluna, enquanto professora, enquanto funcionária de uma escola, o racismo expresso nas manifestações contra o seu cabelo interpela a vida de Tereza em diferentes momentos de sua trajetória. Dandara conta também um caso de racismo que sofreu após cortar seu cabelo e assumir a textura natural. Para Gomes (2007), o cabelo e o corpo são símbolos da identidade negra, no processo que chama de rejeição/ aceitação/ ressignificação do cabelo crespo, que designa uma formulação identitária, para além de ser um mero penteado, enquanto tecnologia de moda. O penteado é forma de expressão da identidade.

Diante das situações de racismo e das tentativas de afirmação, as interlocutoras entrevistadas diziam: “Ser mulher negra é... ser resistência”. As jovens apresentaram essa resistência tanto como um processo de tornar-se negra e passar a vivenciar uma luta contra o racismo e o sexismo no seu cotidiano, quanto como uma militância política que perpassa a articulação com movimentos sociais. A resistência descenderia, segundo essas falas, de um processo de construção da autoestima enquanto mulheres negras.

E o que é esse processo?

De aceitação, de defender o que eu sou, de ouvir e muitas vezes buscar desconstruir aquilo que tá nos outros, porque é uma rotina diária, e de também entender. [...] são anos de estudo. Então é muito auto, o conhecimento ele é autopercepção daquilo que você vive. Toda maturidade – pela experiência de vida que eu tenho – a maturidade vem através do sofrimento, se você não sofrer você não vai aprender. (Dandara, 18 anos).

Questionada sobre o que é militância, Tereza responde que se trata de um dos componentes de sua identidade, uma forma de resistência. Apesar de ser filiada a um partido de esquerda, comunista, para Tereza, a militância acontece muito mais na forma de enfrentamento diário do que via partido, ou ação política coordenada. “Independente se eu tivesse a consciência política que eu tenho, eu continuo sendo uma mulher preta, sapatão, umbandista, e a sociedade não vai me deixar esquecer isso...”, diz ela.

Militar enquanto verbo, para as interlocutoras com quem houve diálogo, significa esse reconhecimento enquanto mulheres negras e essa postura de resistência frente ao racismo, sexismo, hipersexualização, preterimento, sentimento de incapacidade e silenciamento pelos quais passam. Resistência é enfrentar dia a dia os comentários racistas, a desconfiança contínua, e seguir se fortalecendo através da busca de pares.

As interlocutoras entrevistadas indicaram que sua construção identitária e sua resistência passam pela formação e profissão, como futuras professoras da educação infantil. Como observado, as mulheres que se identificam como pretas na pesquisa usam cabelos, roupas e acessórios como formas de reivindicar e exaltar um ideal de negritude. Elas usam tal mecanismo mesmo em sua atuação profissional, como estratégia para criar outra imagem para as crianças, agora numa acepção positiva.

Eu acho que é uma questão muito forte frente às crianças. Eu tenho uma só criança que tem o cabelo crespo onde eu trabalho, uma criança. Ela olha pra mim e quando eu coloquei trança ela falou: “porque seu cabelo não tá igual o meu?” A única referência que ela tem sou eu. Eu tento ser pra ela aquilo que eu não tive, entendeu? Porque eu lembro que pras minhas professoras brancas, na escola eu era sempre a criança que atrapalhava (Tereza, 22 anos).

Acreditar que você pode representar esses que não “existiram” é muito forte. É forte pra mim porque eu sou uma professora que está lá na frente falando com meu cabelo *Black Power* pra eles, e eles me conhecerem como a portadora do conhecimento que está ali na frente, eles acreditando em mim, é muito forte, assim, eles até olham pra mim e falam: “nossa professora, como que você fez esse cabelo, que eu também quero! É muito diferente seu penteado, é muito bonito!” (Dandara, 18 anos).

A carência de referências que lhes servissem de exemplos na memória da infância surge assim como dificuldade de aceitação de um corpo que parece ser a todo momento rejeitado pelos demais e, conseqüentemente, por si mesmas. Pergunto se a escola influenciava essa percepção sobre si. Ela responde:

Você se sente desmotivado, sabe? Por mais que às vezes não aconteça um caso, assim, um racismo bem explícito, mas você olha em volta, os professores, a coordenação, quem está lá em cima, não tem nenhuma pessoa igual você, nenhuma. Nossa, várias vezes de eu parar e me perguntar: “nossa, mas o que eu estou fazendo, pra que? Eu não vou chegar lá onde eles estão”. Eu acho que todo o ambiente acaba influenciando dessa forma (Tereza, 22 anos).

Indagadas sobre o que significa serem professoras, a resposta de Tereza sugere insegurança acerca das situações de racismo que já enfrentou e que pode vir a enfrentar ao longo de sua profissão. Várias vezes ao longo de seu relato ela fala da vontade de revidar e se colocar expressamente contra o racismo, porém, entra em conflito com a necessidade objetiva de trabalhar. Para Dandara, a possibilidade de representar e defender as crianças negras se sobrepõe às possíveis situações de racismo a serem enfrentadas.

As resistências dessas estudantes-educadoras, em resumo, passam pela articulação com as memórias da infância, com o cotidiano da vida e do trabalho, para dizer o quadro social mais amplo em que estão inseridas. Estes são os elementos mobilizados na reivindicação de uma identidade negra. Como vimos, corpo e cabelo se transformam em munição para afirmação da negritude, como ação de resistência.

Considerações finais

O trabalho aqui apresentado buscou compreender processos de formação identitária de mulheres negras, elegendo a trajetória escolar como forma de acessar as socializações que se dão no espaço da escola. Entende-se que a construção das identidades é um processo relacional, que reclama alteridades, na demarcação do “eu” e do “outro”. Ela assume igualmente representações coletivas, que dizem respeito a grupos, que disputam a legitimidade das suas formas de se representar.

Na pesquisa com a escola de formação de docentes, enquanto houve convívio com essas estudantes negras matriculadas no curso, foi possível colher alguns indícios sobre a forma como a instituição se coloca frente a tais processos de construção de identidades negra. A negação e a aceitação da diversidade dos alunos, sobretudo no que toca a questão racial, mostra-se muito ambígua. A julgar pelas associações de problemas com alunas “militantes”, ou sobre quando o tema raça emerge durante as aulas, ou ainda o modo como os corpos são representados e percebidos pelos agentes responsáveis pela sala (professores), pela manutenção da escola (funcionários administrativos) e pela administração (coordenadores), que, por meio de práticas, legitimam e deslegitimam pleitos e comportamento das alunas e alunos, que desembocam numa representação da(o) aluna(o) ideal. A tentativa foi de mostrar como esse ideal está distante da inclusão de perfis diferentes, que comporte a diversidade racial da escola.

Em outro sentido, a análise das relações sociais entre as alunas, ou entre alunas e professores, evidenciam como a identidade negra é também essencializada. Nesta acepção, apresentamos seu uso politizado, porém este fazendo frente às mulheres negras de pele clara que têm sua identidade questionada. Professores e colegas de sala se mostraram ambíguas quando o tema era definir quem era branco e quem era negro em sala, rejeitando, por vezes, as demandas do grupo que se afirmava na chave da negritude. Ao que as evidências sugerem, a instituição parece ter dificuldade em lidar com essas identidades cada vez mais articuladas enquanto elemento de mobilização política.

Em contrapartida, a educação surge como um recurso mobilizado pelas mulheres negras dessa escola como componente de suas identidades e militâncias. É por isso que, para elas, ser professora negra, vai além de um projeto de carreira profissional, é também um projeto de vida, que serve como militância. Desse modo, atuar como docentes significa ao mesmo tempo, ofertar um exemplo para crianças negras e lutar contra o racismo que se manifesta.

Como vimos, as trajetórias das alunas falam de opressões, silenciamentos e outras violências, mas falam, sobretudo, de resistências. Afirmar essas identidades que frequentemente são contestadas em diversos contextos, inclusive por meio do corpo e

do que chamam de militância, são formas através das quais elas elaboram sua resistência.

Referências

ARROYO, Miguel. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, [S.l.], n. 55, p.47-68, mar. 2015.

BATISTA, Matheus do N. et al. O autoconceito cognitivo de estudantes pretos (as) e pardos (as). **Psicologia Argumento**, [s.l.], v. 37, n. 97, p. 299-311, 11 fev. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, p. 117-133, 2003.

CARVALHO, José J. de; SEGATO, Rita L. Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília. **Série Antropologia** 314, Brasília, p.1-52, 2004.

CARVALHO, Marília P. de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 247-290, Jun. 2004.

CASTELAR, Marilda et al. Brinquedos e brincar na vida de mulheres educadoras negras. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.l.], v. 19, n. 3, p.595-602, dez. 2015.

CAVALLEIRO, Eliane. Relações raciais no cotidiano escolar: implicações para a subjetividade e a afetividade. In: BRANDÃO, Ana P. (Org.). **Saberes e fazeres: modos de ver**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. Cap. 7. p. 82-96.

COLLINS, Patrícia H. Em direção a uma nova visão: Raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: Sof, 2015. Cap. 1. p. 13-42. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4).

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem**, p. 7-16, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Mapping the Margins. **Kvinder, Køn & Forskning**, [S.l.], p. 2-3, 2006.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 27, p.1-12, maio 1978.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. Os Nomes dos Outros. Reflexões sobre os Usos Escolares da Diversidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, 2000.

GOMES, Nilma L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, Jun. 2003.

GOMES, Nilma L. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 6/7, p. 67-82, Jan. 1996.

GOMES, Nilma L. O processo de rejeição/aceitação/ressignificação do corpo e do cabelo. In: GOMES, Nilma L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Cap. 2. p. 117-166.

GOMES, Nilma L. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

GONÇALVES, Luiz A. O. **O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial**. 1985. 342 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

GONCALVES, Luiz; SILVA, Petronilha. Movimento negro e educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 15, p.134-158, Dez. 2000.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Antonio S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos: CEBRAP**, S.I., n. 43, p. 26-44, nov. 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. 101 p. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 73, p. 5-12, 1990.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 270 p.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, 184 p.

MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. **Enfoques: Revista Eletrônica**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 1, p. 93-117, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Uberlândia, v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB**, Rio de Janeiro, nov. 2003.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, jun. 2007.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: **Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO**, p. 117-142, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Relações raciais e rendimento escolar**. Cadernos de Pesquisa, n. 63, p. 19-23, 1987.

SEGATO, Rita L. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. **Série Antropologia**, Brasília, n. 400, 2006.

SEGATO, Rita L. Raça é signo. **Série Antropologia** 372, Brasília, p.1-16, 2005.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera M. **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7letras, 2009. 32 p.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. da. **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ESPAÇO GRADUAÇÃO

A Sociologia das Cozinhas – usos, práticas sociais, relações de gênero e de trabalho no cotidiano da cozinha das casas

Ana Cláudia Bessa¹

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

Este artigo se baseia em um trabalho proposto em sala de aula para a graduação em Sociologia. O tema da pesquisa abrangeu as relações sociais que se estabelecem nas cozinhas das casas a partir de paralelos entre o universo doméstico e o comportamento social, cruzando perspectivas diferentes para analisar um contexto que pode produzir tanto a subalternidade, como o protagonismo feminino. A pesquisa exploratória de pequena abrangência foi realizada através de um *survey online* que forneceu dados que permitem um direcionamento ao desenvolvimento de novas hipóteses a respeito do ambiente doméstico com suas relações sociais e de parentesco. Os resultados permitiram considerações sobre a importância da casa como elemento central das relações, das representações e das reproduções sociais dos papéis masculinos e femininos no cotidiano. As respostas revelaram que há um campo a ser explorado nos estudos das relações sociais que se estabelecem a partir da cozinha das casas, que vão além das relações de parentesco e avançam para questões de gênero, dominação e divisão sexual do trabalho.

Palavras-chave: Cozinha; Gênero; Divisão Sexual do Trabalho; Sociologia.

The sociology of kitchens – social uses and practices, gender and work relationships in the everyday use in the kitchen of the houses

ABSTRACT

This article is based on a work proposed in the classroom for undergraduate sociology. The research theme covered the social relationships that are established in the kitchen of the houses from parallels between the domestic universe and social behavior, crossing different perspectives to analyze a context that can produce both subordination and female protagonism. The exploratory research of small scope was carried out through an online survey that provided data that allow the development of new hypotheses regarding the domestic environment with its social and kinship relationships. The results allowed considerations about the importance of the house as a central element of relationships, representations and social reproductions of male and female roles in everyday life. The answers revealed that there is a field to be explored in the studies of social relations that are established from the kitchen of the houses, which go beyond kinship relations and advance to issues of gender, domination and the sexual division of work.

Keywords: kitchen; gender; sexual division of labor; sociology.

¹ Graduanda em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: nabessa.uff@gmail.com.

Este trabalho se originou nas aulas da disciplina *Ambiente e Sociedade*² para a graduação no curso de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). A ideia de ambiente é uma forma de olhar as questões sociais pela dimensão espacial ou de localização onde os indivíduos se encontram. Mesmo tendo consciência das limitações dos dados produzidos, para um breve trabalho de final de disciplina, a pesquisa buscou através de conceitos abordados pela Sociologia, desenvolver estudos no campo das Ciências Sociais para construir uma análise que integre a teoria e um estudo de caso, usando a cozinha como objeto de pesquisa.

O trabalho teve o objetivo de ser um estudo exploratório. Gil (2008) define que os estudos exploratórios partem de pesquisas em processos menos rígidos que podem ser a formulação de hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. A metodologia escolhida foi a pesquisa quantitativa, através do uso de um *survey online*. O formulário foi construído utilizando a ferramenta *Google Forms*³ e distribuído na rede social *Facebook*. Contudo, a partir da utilização dos dados para debater a teoria, e considerando a forma como os dados são usados e apresentados, a pesquisa que se iniciou como quantitativa, acabou por se caracterizar como qualitativa.

O trabalho se baseou em um questionário de opinião e comportamento – sobre os usos e práticas da cozinha no cotidiano das casas – que foi disponibilizado pela Internet em novembro de 2019 para pessoas maiores de 18 anos (sem necessidade de se identificar) que desejassem participar espontaneamente da coleta de dados. O formulário digital continha questões relacionadas a pessoa respondente e a sua casa, em especial a cozinha. As primeiras questões eram referentes ao perfil dos/as respondentes – como idade, gênero, cor ou raça, escolaridade, ocupação, orientação sexual, local de nascimento e moradia. A segunda parte continha questões sobre a casa

² Ementa da disciplina “Ambiente e Sociedade”: O curso tem o objetivo de discutir algumas das formas pelas quais o “ambiente” vem sendo tematizado pelas ciências sociais. “Meio ambiente”, “espaço”, “natureza”, “terra”, “território”, “moradia”, “casa”, “habitat”, “ecologia”, “pluriverso”: noções e conceitos como esses são expressivos de como múltiplas perspectivas e subcampos disciplinares colocam no centro de suas preocupações os ambientes enquanto lugares de vida e/ou lugares em que se vive.

³ *Google forms* é uma ferramenta digital disponibilizada pela empresa *Google* para criar questionários para a realização de pesquisas pela Internet. Disponível em <<https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>>. Acessado em 10 out. de 2019.

e a cozinha – como quantidade de cômodos, de moradores e quem reside na residência, se possuem mesa de refeições fora da cozinha, onde são feitas as refeições e etc. Na terceira parte constavam questões relacionadas aos usos e rotinas da convivência dentro da casa e da cozinha – quem usa a cozinha, como os espaços são utilizados, quanto tempo ficam neste cômodo, etc. Na parte final, o questionário procurava saber sobre os sentimentos relacionados a cozinha – se sabe/costuma/gosta de cozinhar, sobre lembranças de infância neste cômodo da casa, o que mais/menos gosta, etc.

Apesar de ter sido um questionário disponibilizado por pouco tempo, a quantidade de participantes foi relevante e foi nítida a percepção de interesse e satisfação das pessoas em responder a uma pesquisa com este tema. O tema evidenciou sentimentos de familiaridade e pertencimento nos/as respondentes e muitos fizeram questão de expressar o quanto gostaram de participar da pesquisa. Essas manifestações foram feitas diretamente à graduanda/pesquisadora em virtude da distribuição do questionário ter sido feita pelo perfil pessoal no *Facebook*. Esse retorno, inclusive, evidenciou que o questionário poderia ter tido um espaço para este tipo de *feedback* espontâneo em caso de os/as respondentes desejarem dizer algo mais a respeito da pesquisa. Este espaço seria uma forma de registrar esses depoimentos e também integrar estas manifestações como dados empíricos fornecidos pela pesquisa. Ademais, torna-se imperativo mencionar que o trabalho se tornou mais prazeroso e gratificante em decorrência dessas manifestações.

O questionário e o perfil dos/as respondentes

O questionário continha 37 perguntas que investigaram sobre o perfil dos/as respondentes, sobre suas casas, sobre as pessoas que convivem na casa, sobre as rotinas domésticas e sobre a cozinha. Conforme já mencionado, as pessoas que participaram da pesquisa foram acessadas através das redes sociais, a partir do perfil pessoal da graduanda no *Facebook*. O convite para participar da pesquisa incluiu um pedido para que os/as amigos/as repassassem o mesmo aos seus contatos, fazendo com que a pesquisa fosse divulgada para outros círculos de relacionamento. O questionário foi

disponibilizado por 15 dias e respondido por 247 pessoas. A decisão de interromper a coleta de dados foi tomada em função da data final para entrega do trabalho. Por se tratar de um trabalho para final de disciplina, não haveria disponibilidade de tempo para análise de um volume muito grande de dados.

As características principais do perfil dos/as respondentes revelaram que a maioria das pessoas que participou da pesquisa é do gênero feminino (90,2%), da raça ou cor branca (64%), têm entre 21 e 40 anos de idade (46,15%), heterossexuais (85,8%), moram em apartamento (51%), possuem emprego formal (43,7%) e possuem escolaridade superior completa (43,7%). Desta forma, temos um perfil de mulheres que vivem em centros urbanos, com boa escolaridade, com participação efetiva no mercado de trabalho e de uma faixa etária que corresponde à idade média em que as mulheres se casam, que é de 29 anos, segundo IBGE(2019)⁴.

Desta forma, é digno de nota, compreender que as características de perfil declaradas pelas respondentes neste trabalho apresentam um recorte de raça e de classe significativo que pode produzir resultados que exclui outras realidades femininas como as referentes às mulheres negras e também às mulheres pobres, por exemplo. Essa observação é relevante porque a questão racial, a falta de acesso à educação e a exclusão do mercado de emprego formal são realidades que produzem contextos diferentes dentro da perspectiva social, mesmo levando em consideração o fato de que este trabalho se resume ao ambiente doméstico.

A cozinha

A busca por definir uma casa pode ser bem ampla. A casa não é somente um lugar, ou onde se habita. A casa faz parte da constituição dos indivíduos, produz significados, materializa sentimentos, realizações e relações sociais. A partir da casa são centralizados muitos processos de constituição individual e coletiva, dos âmbitos público e privado.

⁴ Ver dados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=resultados>>. Acesso em 10. jun. de 2020.

A etnografia evidencia que a casa existe na medida em que está inserida em uma configuração de casas e que, em ambas, as relações se organizam ao integrar dois princípios distintos de “conectividade” (*relatedness*): “sangue” e “consideração”. Ademais, a existência relacional da casa e da configuração de casas está vinculada à coexistência e integração mútua de esforços de individuação e de processos relacionais (MCCALLUM; BUSTAMANTE, 2012).

A pesquisa demonstrou que a moradia é o lugar onde se vive e convive. A casa é o local primordial da convivência social onde se desenvolvem práticas e modos de vida. Cada família concebe subjetivamente seu lugar no mundo, seus espaços e suas formas de viver em dinâmicas diversas que podem ser vistas a partir da cozinha das casas. Deste modo, não se pode falar de ambiente e sociedade, ou de relações sociais, sem falar da casa. E dentre todos os cômodos que tem uma casa, não se pode deixar de analisar a cozinha como o cômodo onde se desenvolve grande parte das relações sociais primárias entre as pessoas.

Pensando nas relações que se estabelecem dentro deste cômodo, que é comum à maioria das casas, uma das perguntas da pesquisa foi exatamente essa: *Onde você mora tem cozinha?* Isso porque, apesar de parecer óbvio, é importante saber se as pessoas respondentes tinham cozinha em suas casas. Esta também foi uma forma de comunicar aos participantes da pesquisa, a que objeto de estudo a mesma se refere e também para certificar que a pesquisadora está se comunicando com o público correspondente. Em uma pesquisa online, isso se torna mais importante ainda para validar o método de pesquisa digital que ainda cria certa resistência entre alguns/mas pesquisadores/as. A resposta não surpreendeu: 100% dos/as respondentes declararam ter cozinha em sua casa. Ou seja, todas as pessoas que responderam à pesquisa partilham da convivência dentro de uma cozinha em alguma parte de seu dia.

Essa também é uma realidade das cozinhas: elas fazem parte de nosso cotidiano, não apenas existem dentro das casas. A pesquisa revelou que mais de 80% dos/as respondentes considera que a cozinha é importante para eles/as e quase 50% dos/as respondentes disseram que cozinham todos os dias em sua casa. Sendo, a cozinha de uma casa o local onde se preparam os alimentos, é lá que se dão atividades funcionais fundamentais, uma vez que a alimentação é uma necessidade básica de

sobrevivência humana. Isso torna a cozinha um espaço de uso compartilhado por todos. Tanto os indivíduos de dentro da casa, como os de fora da casa, usufruem desse espaço doméstico.

Mas a cozinha também é mais do que isso. A cozinha é um local onde se desenvolvem relações sociais e familiares, de confraternização, convivência e conflitos. Relações que unem trabalho, cultura e prazer. As próximas seções deste artigo, apresentarão um paralelo entre as respostas do questionário e conceitos sociológicos. Este paralelo teve por base estes apontamentos de forma a olhar para as características que revelaram a cozinha como um lugar de construção de significados nas relações humanas e sociais. Então, vamos para a cozinha!

As relações de gênero dentro da cozinha

A pesquisa revela uma informação importante: a cozinha ainda é *lugar de mulher*. É possível fazer essa afirmação a partir de várias respostas dadas na pesquisa, bem como também a partir de interpretações que podem ser dadas a essas respostas. Uma observação, e de onde se pode partir, reside na constatação de que entre os/as respondentes da pesquisa, 90,2% declararam ser do gênero feminino. Como forma de análise, será considerado este número absoluto, mesmo sabendo que não houve controle sobre a quantidade de homens e mulheres que receberam a pesquisa para responder. Isso é importante porque o número de homens que tiveram acesso ao questionário pode ser menor que o número de mulheres. Por outro lado, pode-se também interpretar que esse número menor pode indicar que, pelo fato da pesquisa ser espontânea, menos de 10% dos que tiveram acesso à pesquisa, e se interessaram – espontaneamente – em participar de uma pesquisa sobre cozinha, eram do gênero masculino. Ou ainda, que ao repassar a pesquisa, por ser da cozinha, as próprias mulheres repassaram para outras mulheres. De qualquer modo, a maior prevalência do gênero feminino pode dar a entender que – seja porque menos homens se interessaram ou porque mulheres repassaram a outras mulheres – a cozinha é um cômodo da casa que ainda não contempla a diversidade de gênero.

Outra consideração pertinente a respeito da presença feminina na cozinha das

casas é pensar sobre a presença feminina nas cozinhas profissionais. A diferenciação entre a cozinha doméstica e a cozinha profissional também apresenta uma divisão sexual do trabalho e um recorte de gênero. Segundo uma pesquisa rápida na Internet, só existe uma *Chef* de cozinha premiada no Brasil – em um total de 18 profissionais – com as estrelas do guia Michelin em 2019⁵. Sendo assim, o ambiente da cozinha doméstica – predominantemente feminino – não se reproduz nos ambientes de gastronomia que são considerados profissionais.

A cozinha profissional é um ambiente muito masculino. A cozinha de elite ou alta cozinha construiu-se estrategicamente em torno de chefs homens. Quando esse tipo de manifestação gastronômica deixou o espaço do privado para ocupar a esfera pública, o ambiente doméstico e os postos na cozinha doméstica foram designados às mulheres, que já eram desde há muito as responsáveis pelo cuidado com a alimentação de suas famílias (BORBA, 2015, p. 107).

Outra resposta destacada é a observação de que 90% das pessoas que responderam à pesquisa, disseram que sabem cozinhar. Os saberes culinários são um capital cultural importante que se transmite entre gerações. Além de saber cozinhar, 75% dos/as respondentes disseram que gostam de cozinhar. Ou seja, o estar dentro das cozinhas não é apenas uma questão de necessidade, existe um prazer em estar dentro dela. Efetivamente, as pessoas se relacionam afetivamente com a cozinha.

Por outro lado, se for considerada a informação de que mais de 90% das respondentes da pesquisa são mulheres e que há uma questão de gênero relacionada à presença majoritariamente feminina nos trabalhos domésticos, temos que pensar obrigatoriamente sobre o quanto o papel de gênero impõe às mulheres que saibam cozinhar. A divisão sexual do trabalho também pode confundir obrigações/necessidades e preferências/prazer. Essas diferenças entre preferências e obrigações podem configurar, não somente o trabalho doméstico feminino não

⁵ O Guia Michelin é um guia gastronômico de relevância mundial. Os restaurantes são avaliados com uma, duas ou três estrelas. No Brasil, em 2019, 18 restaurantes foram premiados com as estrelas Michelin, o que confere significativo prestígio aos/chefs que os comandam. Ver mais sobre o guia em <https://guide.michelin.com/br/pt_BR>. Sobre os restaurantes estrelados em 2019, ver mais no link: <<https://paladar.estadao.com.br/noticias/restaurante-e-bares,guia-michelin-2019-confira-os-restaurantes-estrelados-em-sp-e-no-rj,70002818173>>. Links acessados em 20 jul. de 2020.

remunerado, como a precarização persistente do mercado de trabalho para as mulheres. Outra indicação é o fato de que as mulheres ainda são as maiores responsáveis pelos cuidados familiares.

Note-se que a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada através do tempo pela marca da precariedade que tem atingido uma importante parcela de trabalhadoras. Mesmo que os dados sinalizem para um decréscimo relativo desse contingente na década de 90, ainda assim, em 1998 nada menos que 36% da força de trabalho feminina ou 10 milhões de mulheres situavam-se em nichos precários do mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas, seja realizando atividades não remuneradas ou trabalhos destinados ao consumo próprio ou do grupo familiar (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2016, p. 174).

A oposição entre cultura e natureza é estruturante do ser humano. Resumidamente, a cultura é aquilo que o homem modifica e a natureza aquilo que ele recebe pronto. O trabalho se organiza a partir dessa oposição, uma vez que o trabalho é produzindo pela interferência do homem sobre a natureza. Além disso, há também as diferentes concepções daquilo que é considerado trabalho. Ou seja, a forma como a sociedade se relaciona culturalmente com seu ambiente pode contribuir também para entender as relações que se estabelecem dentro das casas, e das cozinhas. O trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho são questões que se encaixam neste debate de oposição entre cultura e natureza, uma vez que são fatores que contribuem para organizar a vida social de homens e mulheres.

O desenvolvimento da ciência, dos processos tecnológicos e produtivos, carregam consigo esta construção do trabalho e controle da produção. Este controle que os indivíduos fazem de seu ambiente, caracteriza-se por essa oposição entre cultura (desenvolvimento) e natureza (primitivo), masculino (conhecimento) e feminino (selvagem), o domínio (cultura) que controla a submissão (natureza). Estes conceitos estão imbricados com a industrialização e o colonialismo que são constituídos de um patriarcado composto invariavelmente por uma visão machista de mundo (SHIVA, 2000). Essas práticas, carregadas de simbolismos, são utilizadas em diversas esferas da vida social. As relações que se estabelecem no ambiente doméstico, nos usos das cozinhas e na desvalorização dos trabalhos femininos, também podem ser entendidos a partir desses conceitos que, mesmo quando se parecem distantes, estão

muito relacionados. Uma forma de ilustrar essa oposição consiste no fato de que o trabalho na rua (considerado masculino) é valorizado, enquanto o trabalho doméstico (considerado feminino) é desvalorizado.

Deste modo, quando perguntado “quem normalmente prepara as refeições da casa no dia a dia atualmente”, o questionário obteve uma resposta que evidenciou, mais uma vez, a presença do gênero feminino na cozinha, pois 80% das respostas indicaram que são as mulheres que fazem este trabalho. Mulheres que podem ser as mães, irmãs, tias, avós, a própria pessoa do gênero feminino que respondeu o questionário, ou ainda trabalhadoras domésticas – estas últimas sempre especificadas como sendo do gênero feminino, conforme já evidenciamos anteriormente.

Continuando na linha de pensamento a respeito de cultura e natureza, não é possível pensar em ambiente e sociedade sem pensar em natureza, cultura e construção de processos históricos. Anne McClintock (2010) traz algumas considerações interessantes sobre o imperialismo e as relações de gênero como políticas – culturais e de poder – que permitem fazer relações com as vivências dentro da cozinha. A autora trata da feminilização do mundo e da natureza como modo em que o ambiente é explorado pelos homens. Os homens, detentores do conhecimento (cultura), como sendo os indivíduos sociais que detêm o poder e os que possuem a natureza (que é feminina). Essa posse compreende a subordinação das mulheres como categoria de natureza. A natureza que pode ser moldada e dominada pelo conhecimento. Isso dá uma boa possibilidade de explicação do motivo pelo qual as mulheres ainda estão tão presentes na cozinha, considerado socialmente como um trabalho inferior, de cuidado, e, muitas vezes, sequer considerado como trabalho. A invisibilidade e a desvalorização são realidades do trabalho doméstico. Assim como a diferenciação, já mencionada, entre a valorização da cozinha profissional (masculina, dotada de conhecimento) em relação à cozinha doméstica (feminina, categorizada como amadora).

A cozinha das casas também é tida como um local de saberes menores, de trabalho braçal e subalterno. Essa é uma concepção capitalista associada aos trabalhos não assalariados, “cuja exploração foi naturalizada” (FEDERICCI, 2017, p. 13). A cozinha ainda pode carregar em si uma diminuição e desvalorização do papel das mulheres,

reduzindo-as a meios ou ferramentas de trabalho, sem atuação criativa e que agem passivamente de acordo com as demandas que lhe são solicitadas dentro daquilo que abrange a vida privada/familiar/doméstica – sem valor efetivo – nas cozinhas. Uma herança do discurso colonial que permanece nos dias de hoje. Helena Hirata (2002) traz alguns elementos adicionais que ajudam a compor argumentos e pensar as questões de gênero citando as consequências que o modelo normativo traz para as desigualdades globais entre homens e mulheres no mundo do trabalho. São dados que podem ser ferramentas para análise das relações no ambiente doméstico e demonstram que esta é uma situação que apresenta lentidão no que se refere às mudanças, mesmo com a modernidade e a ascensão da mulher no mercado de trabalho. Situação que mantém a mulher ainda muito inserida no universo das tarefas domésticas e do cuidado dentro das famílias.

Em oposição a essas tendências recentes no trabalho profissional feminino, as mudanças no trabalho doméstico são menores e muito mais lentas. Se o forte desenvolvimento das tecnologias domésticas tendeu a facilitar essas tarefas, a divisão sexual do trabalho doméstico e a atribuição deste último às mulheres, em realidade, continuou intacta. A relação entre o trabalho doméstico e a afetividade parece estar no centro dessa permanência (HIRATA, 2002, p. 150).

Essa diferenciação entre homens e mulheres como herança do discurso colonial, também pressupõe a manutenção da diferenciação entre submissão e dominação, colônia e colonizador. O gênero masculino – o homem – como o grande possuidor e dominador de corpos e de modos submissos de vida femininos. Mary Douglas (1991) emprega essa analogia para expressar uma percepção de ordenamento que objetiva controle e estabilidade nas dinâmicas das relações sociais. São simbolismos e dispositivos que determinam distinções – por exemplo – entre dominador e dominado. Considerando que viver é classificar o mundo, não por acaso, a cozinha das casas ainda é categorizada e classificada como um local feminino, mesmo diante das transformações sociais que já se apresentam na participação da mulher na sociedade e no mercado de trabalho – fora de casa – no século XXI.

Neste ponto, é pertinente trazer a questão racial ao debate, ainda mais considerando que a maioria que respondeu ao questionário se declarou ser da raça

branca. Quando se fala em inserção no mercado de trabalho, é relevante citar que, nos casos das mulheres negras, essa inserção sempre aconteceu de uma forma ou de outra. As mulheres negras, escravizadas ou livres, sempre trabalharam arduamente nas lavouras ou fora das casas. O conceito de “dona de casa” ou da questão do trabalho doméstico, era uma realidade mais referente às mulheres brancas de classe média. Ainda assim, isso não impediu que as mulheres negras também fizessem trabalhos domésticos. As negras, por trabalharem fora, foram as primeiras a acumular funções de trabalho fora e dentro do ambiente doméstico (DAVIS, 2016).

É possível trazer mais elementos ao recorte de gênero, mesmo a mulher já estando, em alguma medida, bastante inserida no sistema capitalista e presente no mercado de trabalho, fora do ambiente doméstico. As mulheres continuam em um tipo de subordinação, acumulando funções sociais e encarando somadas jornadas de trabalho, sem que isso proporcione realização pessoal ou reconhecimento social. Analisando as respostas da pesquisa e as questões relacionadas ao tema, recordei uma passagem da minha infância, na casa de uma das avós. A casa dessa avó era onde obrigatoriamente a família ia todos os domingos quando eu era criança na década de 70. A casa era uma típica casa do patriarca da família. Mas o registro mais forte que se manteve na memória é da matriarca que recebe a família em sua casa no domingo para almoçar. Assim como na pesquisa, na cozinha dessa casa a presença também era feminina. Uma presença feminina tão forte que também leva a pensar em outra perspectiva possível baseada na relação entre casa e maternidade. A cozinha só tinha a presença da matriarca, das filhas, da empregada doméstica (que era sempre uma mulher) e eventualmente das netas, a quem era ensinado o ritual que unia a família em torno dessa refeição dominical que era servida para todos. Enquanto essa movimentação acontecia em torno da cozinha para o preparo do almoço, as crianças brincavam e os homens permaneciam na sala ou na área externa da casa, confraternizando entre si. Os homens só eram chamados e se encaminhavam para a refeição quando a mesa estava posta. Para as mulheres, era um domingo de muito trabalho em nome da família. Enquanto para os homens, era um dia de descanso e lazer. Uma história que configurava passagens comuns das famílias naquela época e a pesquisa também constata este passado, pois 70% das respostas indicam que era a mãe

que preparava as refeições em casa na infância. Em certa medida, a configuração de como essas relações acontecem dentro das casas pode ter mudado, se comparado a tempos passados. Alguma mudança sempre acontece e pode ser percebida na contemporaneidade. Embora não haja intenção de se debruçar sobre estas mudanças específicas neste momento, a cozinha de uma casa permanece – não só se mostrando como um *lugar de mulher* – como um local de grande demanda de trabalho feminino socialmente invisibilizado.

Por outro lado, é importante entender que essa construção histórica da desvalorização do trabalho doméstico, nem sempre existiu. No passado, a divisão do trabalho entre homens e mulheres era igualmente valorizada na vida em comunidade. E mesmo atualmente, existem sociedades que entendem o papel do trabalho doméstico executado pelas mulheres – que pode ir além dos cuidados com a limpeza, por exemplo – como tão essencial quanto as atividades desempenhadas pelos homens. Essa concepção de supremacia masculina é característica das sociedades capitalistas e da era industrial. A migração do trabalho das casas para as fábricas, trouxe consigo a desqualificação do trabalho doméstico a partir do momento em que a importância econômica – geradora de capital – passou a existir fora deste ambiente pois “como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista” (DAVIS, 2016, p. 230).

Nas outras respostas fica evidenciado que a mulher também está atuando fora do ambiente doméstico. Isso porque 50% das respondentes têm trabalho fora de casa. As mulheres também estão estudando e obtendo graduação – que lhes capacita a obter trabalho profissional – já que mais de 70% têm escolaridade superior completa ou maior. Além disso, mais de 30% das mães das respondentes têm terceiro grau completo, o que é significativo ao olhar para a perspectiva geracional. As mulheres, nessa pesquisa, demonstraram que não estão dedicadas somente ao trabalho doméstico e estão obtendo – de forma crescente – educação formal de alto nível há mais de uma geração. Ainda assim, 50% declararam que são elas que cozinham em casa, sem dividir esta tarefa com outras pessoas, sendo que menos de 10% declararam que moram sozinhas. Ou seja, a maior parte dos homens que dividem a moradia, não

atuam nesta tarefa doméstica. A sobrecarga feminina fica evidente.

As relações familiares dentro da cozinha

As relações familiares podem ser observadas e analisadas a partir das relações que se estabelecem dentro das cozinhas das casas? Pela divisão sexual do trabalho, já vimos que sim. A cozinha reproduz as inquietantes diferenciações sociais que existem entre os trabalhos femininos e os masculinos. Essas diferenciações, embora não tenha sido intenção de que elas fossem tratadas aqui diretamente, também se estendem às remunerações femininas e masculinas, entre oportunidades profissionais para mulheres e homens, entre carga sexual de trabalho e na valorização e diferenciação entre o que é – ou não – considerado trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2016).

Sob um outro ponto de vista, embora seja uma perspectiva relativamente distante da realidade das mulheres respondentes da pesquisa, Heredia (2013) mostra através da análise do modo de vida camponês como se dá estruturação social a partir das tarefas da família e dentro das casas. Considero importante citar essa diferenciação por ser mais um dado para buscar entender como se deu a construção de papéis na sociedade e, principalmente, dentro do ambiente doméstico. Os papéis – definidos de acordo com o trabalho que executam – também definem o cotidiano das famílias, a estruturação econômica, o desenvolvimento das formações sociais e de organização no ambiente. No texto de Heredia, essas diferenciações giram em torno da terra. Isso porque a terra para o campesinato é o grande valor. A terra é de onde se retira toda a riqueza e de onde o *homem* “retira o pão”. No campo, os trabalhos se dividem entre o roçado e a casa. Sendo o roçado o local de domínio do homem e a casa o local de domínio da mulher. Na perspectiva do campesinato, só é considerado trabalho, a atividade que produz bens de consumo para a família. Sendo assim, só o roçado é trabalho. A casa não produz o bem material, portanto não é trabalho. Deste modo, pode-se ver que o trabalho doméstico, ainda nos dias de hoje, nas áreas urbanas, reproduz essa desvalorização persistente de uma atividade que é designada às mulheres. Partindo desse contexto, podemos fazer alguns paralelos com a pesquisa da cozinha para entender como se dão as relações familiares e de trabalho dentro do

ambiente doméstico. No questionário, mais de 70% das respondentes moram com até três pessoas. Sendo assim, se considerarmos famílias nucleares (a maioria expressou que mora com filhos/as e companheiros/as), teremos um grande percentual de casas com 4 moradores – mãe, pai e dois filhos. Um outro dado revela a dinâmica cotidiana dessas famílias posto que a maioria faz suas refeições na sala de jantar, se reunindo mais comumente à noite na cozinha, conforme informado pelos/as respondentes. Levando em conta as demais respostas anteriores, vemos que a sobrecarga feminina se revela novamente, com a demonstração que os demais moradores somente conseguem estar em casa no fim do dia.

Desta forma, voltando ao campo, a rotina da família é também uma tarefa feminina. As decisões e a execução sobre o trabalho da casa são responsabilidades da mulher, em famílias que são, possivelmente, mais numerosas que as desta pesquisa. Ou seja, fazer todo o trabalho da casa para atender a tantas pessoas, é um trabalho pesado. Apesar disso, é interessante observar, como já mencionado, que no campo o valor do trabalho não está na casa. No campo, essa oposição entre casa e terra é que define o que é considerado trabalho e não-trabalho. O valor está na terra e todos os privilégios são dados ao homem porque é ele quem trabalha na terra e portanto, é ele quem produz. O trabalho da mulher, embora pesado e fundamental para a família, não tem valor porque ela não trabalha na terra, a mulher trabalha na casa.

Na pesquisa, em alguma medida, a indicação é a mesma pois o valor está na rua e não na casa, uma vez que as famílias somente se encontram à noite, depois de passar o dia todo produzindo na rua. O trabalho da casa no centro urbano é tão desvalorizado quanto no campo, mesmo que considerado sob perspectivas e realidades diferentes. Inclusive, é importante citar que existe um debate público e jurídico sobre a (des)valorização social do trabalho doméstico e do tempo que ele representa na rotina de quem o executa, sendo geralmente a mulher a pessoa de executa este trabalho.

As mulheres tendem a receber menos que os homens porque trabalham seis horas a menos por semana em sua ocupação remunerada. Porém, como dedicam duas vezes mais tempo que eles às atividades domésticas, trabalham, no total, cinco horas a mais que eles. Ao todo, a jornada das mulheres é de 55,1 horas por semana, contra 50,5 horas deles (VIEIRA, Agência Brasil, 2016).

Outro dado interessante levantado por Heredia (2013) é que a mulher também pode cumprir tarefas no roçado, além das tarefas da casa que são de sua exclusiva responsabilidade. A mulher, também no roçado, acumula funções sem que isso lhe confira nenhum privilégio, prestígio ou poder. Tal dado diz respeito ao fato de que as relações sociais são moldadas pelo ambiente e pelo contato com o mundo exterior. Ou seja, o homem que trabalha fora da casa é que detém a hegemonia e a superioridade na relação hierárquica dentro da sociedade, onde também se caracteriza uma condição de dominação social. Pode-se dizer que a mulher tem alguma autoridade sobre o ambiente da casa e da cozinha, o que para muitos pode ser uma interpretação de que a mulher exerce a dominação sob esta perspectiva. Contudo, essa autoridade e dominação perante a sociedade continuam de fato e de direito sendo do homem, enquanto a mulher acumula funções sem que isso lhe confira reconhecimento e valorização equivalentes.

É certo que estes dois contextos se apresentam em ambientes e épocas diferentes. Em boa medida, essas questões que nos ajudam a pensar sociologicamente contextos paralelos que se relacionam. Essa análise ajuda a interpretar, não somente os dados da pesquisa, mas também a construção histórica do papel da mulher na sociedade e no mundo do trabalho, olhando-as a partir das relações que se dão nas cozinhas das casas em ambientes e tempos históricos diversos.

As relações sociais dentro da cozinha

As perguntas sobre as relações sociais dentro da cozinha são as que mais interessaram para desenvolver a pesquisa. Ao mesmo tempo, foram as mais complexas para analisar e fazer associações de modo que a pesquisa da cozinha fosse útil para pensar os modos de ocupação desse espaço de uso comum e como este espaço é concebido pelos indivíduos que vivem na casa. As perguntas sobre quanto tempo as pessoas ficam na cozinha, quem usa a cozinha, como era a cozinha na infância – entre outras – foram pensadas para tentar dar uma orientação de sentido sobre como as relações se estabelecem dentro deste espaço nas moradias.

Numa observação empírica e sem critério científico, é possível que todos nós

sejamos capazes de nos lembrar de que é muito comum – seja na nossa casa ou na casa dos outros – que as boas conversas terminem migrando para a cozinha. A pesquisa mostrou isso: 50% das respostas indicaram que as visitas da casa frequentam a cozinha e que quase 70% considera que frequentar a cozinha de uma casa configura relação de intimidade entre os donos da casa e as suas visitas. Deste modo, a cozinha é um local também onde as relações sociais internas e externas se constituem e se caracterizam. A cozinha é um espaço da casa que conecta, além dos moradores da casa, amigos, vizinhos, colegas de trabalho e outros parentes. Sob uma perspectiva social e política, as relações se constroem quando se abre a *intimidade* das cozinhas das casas para aquele que vem de fora.

Deste modo, também usando de observação, pode-se buscar explicações possíveis dos motivos para que essa *reunião* na cozinha ocorra com tanta frequência: o preparo dos alimentos necessita de tempo e de presença humana para que ele seja executado. E são a presença e o preparo – que demandam tempo – dois dos motivos que levam para a permanência neste ambiente em troca de uma *boa prosa*, justificando que as relações sociais aconteçam neste ambiente. A cozinha se mostra como o espaço de uso, não só funcional, como coletivo. Não só de atividades práticas, mas também de construção de afetos.

Sobre as características das cozinhas, as respostas revelaram que – mesmo sendo a maioria de tamanho pequeno ou médio – possuem mesa com bancos e/ou cadeiras para que as pessoas se sentem juntas. As respostas indicaram que a maioria das moradas se divide – geralmente – com familiares que se reúnem na cozinha, pelo menos, uma vez por dia, todos os dias. Inclusive, a pesquisa revelou – na pergunta “o que você menos gosta na sua cozinha” – que uma das maiores queixas com relação a este cômodo da casa se refere ao tamanho. A resposta foi que a cozinha poderia ser maior, tanto para caber mais gente, como para caber mais coisas. Resposta essa que trouxe um novo elemento para caracterizar a cozinha: como um lugar onde as pessoas colocam suas coisas importantes, suas preferências, suas conquistas materiais e seu consumo, para além do consumo de alimentos.

As cozinhas têm coisas e essas coisas se referem a outra questão sobre a qual se necessita falar a respeito deste ambiente. Assim como a casa – que sempre tem algo pra

fazer, consertar ou mudar – a cozinha também nunca está pronta. Sempre há algo a acrescentar e ela está em movimento, construção e transformação, sempre precisando de alguma outra coisa. As respostas revelaram outro dado interessante neste ponto que define, além do tamanho, aquilo que mais agrada e o que menos agrada na cozinha. Para a maioria, os equipamentos que a cozinha possui, e o que ela não possui, entram nesta classificação respectivamente. Esse dado mostra a importância das coisas no ambiente da cozinha e o constante desejo de aquisição de novas coisas, como revelação de realizações pessoais e familiares. A partir desta perspectiva, em alguma medida, é possível pensar em como os espaços se moldam, como as pessoas moldam o espaço e como o espaço molda as pessoas, pois “(...) o mundo que habitamos é composto não por objetos, mas por coisas” (INGOLD, 2012, p. 27). O autor define que a diferença entre coisas e objetos se destaca pelo fato de que os objetos são fatos consumados, enquanto as coisas estão num constante porvir. E prossegue numa passagem que parece “*desenhar*” totalmente a cozinha e seu uso cotidiano pelas famílias pela perspectiva das coisas: “A coisa, por sua vez, é um ‘acontecer’, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam. Observar uma coisa não é ser trancado do lado de fora, mas é ser convidado para a reunião” (INGOLD, 2012, p. 27).

Este espaço de transformação e porvir, se relaciona mais ainda à cozinha, quando se considera que, além da presença das pessoas e das relações que acontecem dentro dela, o seu uso efetivo é para preparo de alimentos. Esse é o grande “acontecer” que se dá dentro da cozinha. A comida que se transforma, se movimenta, muda, termina, é repostada, num ciclo interminável de “acontecimentos” pelas mãos de pessoas que se revezam neste ambiente desempenhando a função de cozinhar e alimentar. Em metade das respostas é a própria pessoa que respondeu o questionário que cozinha a maior parte das vezes. Nas outras 50% das vezes, quem cozinha são outras pessoas na casa. Desta forma, a cozinha sempre será diferente a cada vez que se entra nelas, seja: pelo que a cozinha possui estruturalmente, pelos alimentos disponíveis, pelo que está sendo preparado, pelas pessoas que ali trabalham, ou pelos que ali se reúnem. Uma cozinha é sempre diferente todos os dias e pode revelar as mudanças que acontecem nas realidades familiares, nas relações sociais e nas relações de trabalho que ali se estabelecem.

Considerações finais

A análise foi feita a partir das relações que acontecem dentro da cozinha e das práticas que nela se constituem no cotidiano das casas. Essa perspectiva se firma por considerar que a cozinha é um local central dentro das moradias. A casa é uma inflexão da ideia de ambiente e um fato social total. A casa é elemento central na nossa vivência e convivência em sociedade. Ela pode ter muitos significados como um local de: história, memória, arquivo, depósito, acolhimento, segurança, estruturação econômica, transformação, troca, vida e morte. Inclusive, pode-se pensar a casa como um local de trabalho, de construção de vida e de cotidiano. Ela pode ser objeto para se pensar inúmeras questões sociais, estruturais e relacionais da sociedade. As relações familiares, de poder, econômicas, políticas, sociais, os modos de vida e de trabalho podem ser configuradas nas casas e na perspectiva a partir das relações que se estabelecem dentro das cozinhas.

A pesquisa que objetivava observar o ambiente, revelou um importante recorte de gênero. As respostas mostraram que as mulheres estão efetivamente mais presentes e inseridas neste ambiente doméstico que os homens. O perfil revelou mulheres urbanas, com boa escolaridade, com emprego formal que participam das rotinas domésticas, cozinhando todos os dias para suas famílias. Um perfil que também ainda reproduz uma realidade geracional, a partir da presença das mães dessas mulheres também nessas atividades. Deste modo, as mudanças dinâmicas que a sociedade apresenta – em certa medida – não estão abrangendo o universo feminino e as mulheres ainda estão acumulando funções e exercendo uma atividade extremamente desvalorizada. O que é ainda mais relevante quando se refere a uma atividade que, de fato, nem é considerada como trabalho.

Olhar para dentro das cozinhas trouxe também a perspectiva das relações sociais que se estabelecem neste ambiente. A cozinha, além de elemento central de convivência, também denota as representações coletivas e as reproduções sociais dos papéis masculinos e femininos no ambiente privado. Somado a isso, as realizações dentro das cozinhas, denotaram o cômodo como essencial para construção material de

significados e simbolismos que estruturam e moldam os indivíduos e seus modos de vida. Considerando a pluralidade de interações e acontecimentos que são vivenciados dentro da rotina da cozinha das casas entre indivíduos – de dentro e de fora da família – podemos chamar essas relações sociais como um tipo de *Sociologia da Cozinha*. Mesmo que seja prematuro afirmar, por se tratar de uma pesquisa pouco abrangente, dificilmente será errado considerar que a cozinha é um local de grande aprendizado para entendimento das relações humanas. Por fim, a pesquisa mostra que há um campo que pode ser melhor explorado nos estudos das relações sociais, de gênero e de trabalho – e até de consumo – que se estabelecem a partir da cozinha das casas, indo muito além das relações de parentesco. As relações dentro das cozinhas das casas podem ser utilizadas como ferramentas de análise para melhor compreensão das questões econômicas, de gênero, dominação e divisão sexual do trabalho.

Referências

BORBA, Clarissa Galvão Cavalcanti. **Dos ofícios da alimentação à moderna cozinha profissional**: reflexões sobre a ocupação de chef de cozinha / Clarissa Galvão Cavalcanti Borba. – 2015. 235 f.; 30 cm. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Silke Weber. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2015.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras Trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 17-18, p. 157-196, 2016. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644559>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. – 1^a ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo, Elefante, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE FORMS. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt->

BR/forms/about/>. Acesso em 05 nov. 2019.

HEREDIA, Beatriz M. A. **A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Editora Paz e Terra, 2013.

HIRATA, Helena. 2002. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 139-156. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=Soi04-83332002000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 ago. 2020.

INGOLD, Tim. 2012. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 24-44.

MCCALLUM, Cecília; BUSTAMANTE, Vania. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. **Etnográfica** [En ligne], vol. 16 (2) | 2012, mis en ligne le 26 juin 2012, consulté le 27 juin 2021. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/etnografica/1476>>. Acesso em 15 ago. 2020.

McCLINTOCK, Anna. **Couro Imperial: Raça, Gênero e Sexualidade no Embate Colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

Registro Civil 2019. **IBGE**. Sistema de Estatísticas Vitais – Tabelas. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=resultados>>. Acessado em 10 jun. de 2020.

SHIVA, Vandana. “Recursos Naturais” (pp. 300-316). In: Sachs, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder**. Petrópolis: Vozes, 2000

VIEIRA, Isabela. Mulheres trabalham cinco horas a mais e ganham 76% do salário dos homens. **Agência Brasil**, 06 dez. 2016. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/mercado-de-trabalho-continua-discriminando-mulheres-independentemente-da-crise>>. Acesso em 05 dez. 2019.

A condição da mulher privada de liberdade: um estudo de caso a partir da vivência de uma egressa da cadeia pública de Guarapuava

Tailan Cristina Maciel¹
Vanessa Elisabete Raue Rodrigues²

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

A presente investigação busca, por meio de um estudo de caso realizado com uma egressa da Cadeia Pública de Guarapuava, no estado do Paraná, compreender as relações de poder, violação de direitos e a condição da mulher privada de liberdade. O estudo proposto teve como instrumento uma entrevista com roteiro semiestruturado de discussões aplicado a uma egressa da Cadeia Pública de Guarapuava, selecionada a partir de uma aproximação feita no ano de 2019. O intuito foi apontar os anseios vivenciados pelas mulheres nas unidades prisionais e suas considerações frente às disposições impostas pelo encarceramento. Dadas as premissas da problemática, considera-se a educação como um instrumento para promoção da autonomia da mulher presa na luta pela garantia dos direitos.

Palavras-chave: Mulher; Privação de liberdade; Educação; Gênero.

The condition of women deprived of freedom: a case study from the experience of a egress from the Guarapuava public prison

ABSTRACT

The present investigation seeks, through a case study carried out with a graduate of the Public Prison of Guarapuava, in the state of Paraná, to understand the power relations, violation of rights and the condition of women deprived of freedom. The proposed study had as an instrument an interview with a semi-structured discussion script applied to a graduate of the Public Jail of Guarapuava, selected from an approximation made in 2019. The aim was to point out the yearnings experienced by women in prisons and their considerations against the provisions imposed by incarceration. Given the premises of the problem, education is considered as an instrument to promote the autonomy of women who are trapped in the struggle to guarantee their rights.

Keywords: Woman; Deprivation of liberty; Education; Gender.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) Guarapuava-Paraná. E-mail: thailancristinamaciel@gmail.com.

² Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e docente na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) Guarapuava-Paraná. E-mail: vanessarodrigues@unicentro.br.

A presente investigação busca, por meio de um estudo de caso realizado com uma egressa da Cadeia Pública de Guarapuava no estado do Paraná, compreender as relações de poder, a violação de direitos e a condição da mulher privada de liberdade.

O estudo de campo pautou-se na compreensão da condição da mulher privada de liberdade e as relações existentes dentro desse espaço. O que cabe à mulher que se encontra em regime de privação é evidenciado pela sua condição de desigualdade de gênero e pelos enfrentamentos³ nesses espaços. Essa investigação conclui que a educação é um meio de empoderamento social da mulher presa. Além de contribuir para sua emancipação com relação a privação de liberdade, é também um fator de garantia de seus direitos fundamentais, o que também ajuda a romper com o estigma social imposto através do gênero.

Este artigo está organizado em duas partes. A primeira seção trata do campo utilizado para a pesquisa e as condições das prisões na cidade de Guarapuava. Aponta-se as necessidades das mulheres, as precariedades presentes nos espaços prisionais, a negação de seus direitos e especificidades que o próprio gênero impõe. A segunda seção apresenta as questões pautadas pela entrevistada sobre sua vivência na Cadeia Pública de Guarapuava, e corrobora com autores que tratam da temática e ressaltam as negligências do sistema penitenciário e a necessidade de políticas públicas voltadas às mulheres encarceradas, visando sua viabilidade no cárcere, na sociedade e esferas institucionais.

Por trás das grades: realidades distintas entre homens e mulheres privados de liberdade

O município de Guarapuava, no estado do Paraná, conta com três unidades prisionais: uma provisória (Cadeia Pública), uma unidade de progressão (Penitenciária

³ Dentre esses enfrentamentos podem ser identificados os relacionados às estruturas de segregação social, de pobreza, de violência estatal, de guerras civis, além daqueles segmentos populacionais cujos direitos foram violados.

Estadual de Guarapuava – Unidade de Progressão/ PEG UP) e uma unidade industrial (Penitenciária Industrial de Guarapuava- PIG).

A Penitenciária Industrial de Guarapuava, inaugurada em 1999, conta com oportunidades de trabalho industrial, aspecto que auxilia no cumprimento de pena dos detentos em virtude do salário da remição. A estrutura física dessa instituição é ampla: contempla 35.000 m², distribuídos em cinco galerias, 120 alojamentos, espaços para visita íntima, consultório médico e odontológico, três salas de aula, lavanderia, biblioteca, cozinha e dois barracões destinados ao trabalho. Esse espaço abriga cerca de 240 presos, distribuídos em celas, onde cada cela acolhe dois a três detentos (DEPEN-PR, 2016).

Outra instituição do município é a Penitenciária Estadual de Guarapuava – Unidade de Progressão (PEG - UP), a qual teve sua inauguração em 2007. Inicialmente, destinava-se ao cumprimento de pena em regime semiaberto. Em 2018, com o resultado de uma parceria entre o Governo do Estado e o Tribunal de Justiça, passou a ser destinada à pessoas que estariam em processo de progressão de pena. Esta proposta faz parte das ações do projeto "Cidadania nos Presídios" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O espaço físico da instituição tem capacidade para atender a demanda de 220 presos (DEPEN-PR, 2016).

A última instituição prisional instalada no município é a Cadeia Pública. O espaço carcerário é o mais antigo de Guarapuava. Sua estrutura original é de 1963, sendo a adequação para carceragem realizada em 1983. Essa unidade conta com a capacidade de atender aproximadamente 166 presos provisórios, contudo, tem uma população que varia entre 400 a 500 presos e, conseqüentemente, enfrenta diversos problemas relacionados à superlotação, como a falta de infraestrutura.

Assim como a maioria das instituições prisionais do estado, as unidades prisionais descritas são destinadas a atender o público masculino. Contudo, durante décadas, a Cadeia Pública, também atendeu o público feminino, seja de forma provisória ou sentenciados. As mulheres, nesse ambiente, tinham a movimentação restrita a um único espaço o qual dividiam com as demais presas. Após a condenação, as mulheres permaneciam na Cadeia Pública de Guarapuava aguardando vaga para serem transferidas para uma das duas penitenciárias femininas do Estado do Paraná, localizadas nas cidades de Curitiba ou Foz do Iguaçu.

Em julho de 2020, após uma reestruturação da Cadeia Pública, as mulheres foram transferidas para a Cadeia do município de Pitanga, há 89 quilômetros de distância de Guarapuava. O jornal local Rede Sul de Notícias (2020), nessa data, destacou, em entrevista dada pelo, então, chefe da Cadeia Pública de Guarapuava, que o intuito do Departamento Penitenciário Estadual (Depen) seria organizar as carceragens no Estado, para que cada detento usufrísse e recebesse atendimento adequado. Desta forma, a carceragem de Pitanga, ao receber as 48 mulheres da Cadeia Pública de Guarapuava, se transformou em uma instituição de atendimento feminino.

Sobre essa mudança, o chefe de segurança ainda afirmou que “essas mulheres vão ter tratamento penal adequado em Pitanga. Assim, serão atendidas por agentes mulheres e terão a possibilidade de remir a pena, na razão de três por um, com um projeto, que ainda está em fase de implementação” (ESTECHE, 2020, s/p).

É importante destacar que a mudança acontece de uma carceragem de caráter provisório para outra e não, especificamente, para uma instituição penal destinada ao cumprimento de pena, após a condenação. Esse é um aspecto muito comum nos espaços prisionais brasileiros. Segundo Falcade e Asinelli-Luz (2016, p. 25)⁴, se para os homens privados de liberdade, as condições já são degradantes, “especificamente, no que diz respeito às mulheres, as atrocidades são ainda maiores, pois a elas é destinado o que sobra do Sistema Prisional masculino”.

A mudança institucional gera uma incerteza, também, em relação à distância de um município para o outro. A carência econômica dos familiares pode representar um novo problema: a carência afetiva. O deslocamento de familiares pode gerar um ônus muito grande para as famílias e algumas condições físicas de mães, avós ou, mesmo, filhos, ainda na tenra idade, podem significar um desgaste ainda maior. Essa é uma questão muito preocupante para os estudiosos que se debruçam sobre a investigação prisional. Uma especificidade da mulher privada de liberdade é o abandono. As autoras,

⁴ O livro das organizadoras Ires Aparecida Falcade e Araci Asinelli-Luz, intitulado *Mulheres Invisíveis*, é resultado de pesquisas que desvelam problemáticas da mulher encarcerada, extremamente, importantes. Denunciam a ineficácia das políticas públicas frente às desigualdades sociais, transportando para histórias de vida invisível a sociedade.

ainda, apontam que, segundo o Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil (OEA, 2007), nas prisões femininas, apenas um terço das mulheres recebem visitas.

Os fatores distância e custo financeiro do transporte para chegar até a unidade de visita dificultam e às vezes impedem que os familiares as realizem. Esta realidade mostra a discriminação sofrida pelas mulheres e o total abandono a que estão submetidas quando encarceradas (FALCADE; ASINELLI-LUZ, 2016, p. 21).

Nesse sentido, as mulheres passam por uma dupla discriminação, uma por estar presa e a outra por ser mulher. A questão é emergente, urgente e requer uma atenção redobrada por parte de todos os segmentos da sociedade em prol de políticas públicas mais pontuais.

Um estudo de caso sobre as discriminações sofridas pela mulher privada de liberdade

O estudo proposto teve como instrumento uma entrevista com roteiro semiestruturado de discussões aplicado a uma egressa da Cadeia Pública de Guarapuava, selecionada a partir de uma aproximação feita no ano de 2019. A relação entre o tema e o sujeito da pesquisa, aconteceram em momentos distintos, mas culminaram na pesquisa. A ligação entre as partes entrevistadora e entrevistada se deu por vínculos anteriores, num encontro de amizade fora do ambiente prisional, a qual relatou sua passagem por esse espaço, o que contribuiu para a realização e ênfase no desenvolvimento do estudo. Já o encontro com o tema aconteceu durante o período de graduação, durante os estudos de gestão escolar em ambientes não formais. Desse modo, foi construída a proposta de apontar os anseios vivenciados pelas mulheres nas unidades prisionais e suas considerações frente às condições impostas pelo encarceramento, considerando a imposição de gênero⁵, a luta pela sobrevivência e a violação de direitos.

A entrevistada optou pelo anonimato, pois considera sua trajetória na Cadeia Pública de Guarapuava uma lembrança coberta de tristezas, dor e sofrimento. Para

⁵ O termo imposição de gênero aqui abordado refere-se a uma cultura hegemônica de imposição do gênero e sexualidade do gênero masculino o qual afeta a vida e a existência de mulheres e pessoas divergentes ao normativismo heterossexual.

identificar a interlocutora da pesquisa utilizaremos um nome fictício, Maria, que traz consigo a romantização da luta da mulher brasileira. Maria é mulher jovem, de 24 anos de idade, branca, mãe de três filhos, amasiada, não concluinte do ensino fundamental e, atualmente, desempregada. Um perfil de tantas outras mulheres que ainda cumprem pena no Brasil.

Maria foi presa, condenada e cumpriu sua pena na Cadeia Pública de Guarapuava entre 2018 e 2019. Assim como tantas outras mulheres, ela não foi presa pela sua participação direta no crime. Ela foi julgada e sentenciada por ser considerada cúmplice de seu amásio num assalto. Ao ser condenada, adentrou a um universo que afirma nunca ter pensado encontrar. Maria afirma que “mesmo sabendo que não era culpada, pensava que quando ganhasse minha liberdade, nunca mais me envolveria com pessoas ou qualquer coisa que pudesse me levar até lá de novo.” (Maria, Entrevista I, 2020).

Falcade e Asinelli-Luz (2016) apontam a influência dos parceiros na entrada das mulheres no crime. Frutos de uma estrutura familiar abalada, muitas mulheres tendem a ter relações afetivas muito cedo, seja para suprir uma necessidade afetiva e emocional, seja para “fugir” das relações familiares. Em uma investigação com dez mulheres privadas de liberdade desenvolvida no Complexo Médico Penal, em Pinhais, no estado do Paraná, as autoras identificaram, por meio de entrevistas narrativas com grupos focais, que muitas mulheres submetidas ao aprisionamento, advém de outras situações de violência. Pelas entrevistas, Falcade e Asinelli-Luz (2016) assinalam que:

O indicador de sentimento e emoções de desvalia, sobrecarga e discriminações pela condição de gênero demonstrado nos relatos apresentam aspectos de violência sofridos em sua infância e adolescência: estupro por pessoas próximas e queridas, espancamentos, prostituição, sobrecarga e desespero em prover sozinhas os cuidados com os/as filhos/as (FALCADE; ASINELLI-LUZ, 2016, p. 25).

Quanto à dependência afetiva, muitas vezes, o que acontece é que muitas dessas mulheres só perceberão a participação dos seus parceiros no crime muito tempo depois, quando a situação já se encontra fora do controle, o que acaba influenciando sua entrada no crime. Muitas mulheres são presas por realizarem “favores” aos seus companheiros.

Um caso bastante recorrente é o transporte de drogas dentro do corpo, nesse caso, o papel que essas mulheres exercem é o de “mulas”. A posição feminina de submissão em detrimento da sua própria dignidade já foi assinalada por Simone de Beauvoir (1949, p.21):

Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje embora sua condição ainda esteja evoluindo, a mulher ainda arca um pesado handicap. Em quase nenhum país seu estatuto legal é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente (BEAUVOIR, 1949, p. 21).

Quando questionada sobre sua estadia na Cadeia Pública e sobre suas maiores dificuldades, Maria diz passar um filme na sua cabeça. Aos poucos, quando sua fisionomia vai sendo tomada pela tristeza, retrata com os olhos marejados pelas lágrimas de suas vivências e, com muito cuidado, vai ponderando as palavras. Suas principais dificuldades estiveram centradas no relacionamento com as outras presas. Para ela, se adaptar as regras impostas pelas próprias detentas foi algo bastante desafiador. Não deixou de citar a saudade de seus familiares, mas, o que mais marcou seus dias de cárcere, foi a gravidez. Sem assistência médica, sem direito ao pré-natal, passou seus dias em constante preocupação com sua saúde e de seu bebê.

A garantia à saúde da mulher privada de liberdade é apresentada pela Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE)⁶. Segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social (2019), os cuidados com o bebê são observados em alguns documentos. A Resolução nº 04, de 15 de julho de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) faz inferência sobre a amamentação. Contudo, o direito não se torna fato. Essa realidade é retratada no livro “Presos que menstruam” escrito pela jornalista Nana Queiroz (2015). Após entrevistas realizadas com cerca de 100 presas, a autora traz a

⁶ A Portaria Interministerial nº 210, de 16 de Janeiro de 2014, que instituiu a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, tem como objetivo reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, além de contribuir para a garantia dos direitos das mulheres, nacionais e estrangeiras. Prevê a formação de um Comitê Gestor formado por profissionais para fins de monitoramento e avaliação de seu cumprimento.

realidade enfrentada pelas mulheres nas penitenciárias. Além de serem privadas de acompanhar o crescimento de seus filhos, a maioria das mulheres não tem familiares que se responsabilizem pelas crianças fora da prisão e acabam perdendo a guarda das crianças, sem sequer ter o direito de recorrer juridicamente, para tal feito.

Queiroz (2015) aponta que em muitas instituições prisionais, as mulheres gestantes não podem receber acompanhamento médico e, muitas vezes, dão à luz nesses ambientes. A omissão continua após o nascimento de seus filhos, pois embora haja o amparo da lei que garanta o direito ao aleitamento materno e a companhia das mães nos primeiros meses de vida da criança, muitas delas têm seus filhos retirados de sua presença no dia seguinte ao parto pelo fato da instituição não ser adequada para a estadia de uma criança. Nessa direção, autoras Falcade e Asinelli-Luz (2016) sinalizam que grande parte dos espaços prisionais não estão preparados para a maternidade das mulheres encarceradas.

A maioria dos presídios não está preparado para o abrigo de crianças e as especificidades das mulheres. As condições apresentadas [...] às mulheres encarceradas apontam para a estruturação de espaços prisionais apropriados as condições e necessidades femininas previstas em lei, incluindo aí a gestação, maternagem das encarceradas e o cuidado com seus/as filhos/as (FALCADE; ASINELLI-LUZ, 2016, p.30).

Essa condição se redimensiona quando se percebe que a maioria das mulheres privadas de liberdade são mães. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), 79,3% possuem filhos, sendo que muitas eram as provedoras da família (BRASIL, 2017). A família tem um significado de alicerce a mulher presa. Maria, quando questionada sobre a importância da família na vida da pessoa privada de liberdade, apontou que foi de extrema importância. Ela afirma que, só foi persistente dentro da prisão devido ao apoio e acolhimento de seus familiares. A visita é um dos momentos mais esperados pelas pessoas que se encontram em cárcere, principalmente para as mulheres. Elas aguardam a espera de seus filhos, familiares e maridos. O que o cenário demonstra, porém, é que muitas mulheres, quando dão entrada no sistema prisional acabam perdendo seus maridos, ainda que sejam eles os responsáveis pela sua entrada. Sobre essa realidade, Queiroz (2015, p. 44) denuncia que:

Quando um homem é preso, comumente sua família continua em casa aguardando seu regresso. Quando uma mulher é presa, a história corriqueira é: ela perde o marido e a casa, os filhos são distribuídos entre familiares e abrigos. Enquanto o homem volta para um mundo que já o espera, ela sai e tem que reconstruir seu mundo (QUEIROZ, 2015, p. 44).

A entrevistada cita que recebia a visita de sua mãe, todos os finais de semana, e de seus filhos uma vez ao mês. Para ela, era um dia de alegria ter um pouco de “casa” naquele espaço, um alento para a alma e o coração mesmo que por poucas horas. A afirmativa de Maria sobre a influência da família retoma a questão da transferência das mulheres encarceradas da Cadeia Pública para a Cadeia de Pitanga, considerando as condições afetivas e emocionais dessas mulheres que estavam perto das suas famílias, e agora, se situam há quilômetros de distância.

Quando questionada sobre a questão da igualdade entre homens e mulheres privados de liberdade, considerando sua vivência na Cadeia Pública de Guarapuava, Maria (2020) ressalta:

Não, pois os agentes da cadeia pública davam prioridade “pro” que os homens pediam. Quando nós mulheres queríamos alguma coisa, tínhamos que pedir “pros” homens pedirem para eles, pra assim, sermos atendidas (Maria, Entrevista I, 2020).

Nas palavras da entrevistada, percebemos o quão forte é a desigualdade de gênero nas unidades prisionais. Espinoza (2004, p. 78) entende que “o cárcere é uma instituição totalizante e despersonalizadora”, na qual a desconfiança e a violência se tornam suas características marcantes. Quando uma pessoa é submetida ao cárcere, ela deveria apenas “perder” o direito à sua liberdade. Os demais direitos, deveriam ser mantidos, segundo a Lei de Execuções Penais n. 7.210/84 (LEP). A realidade se desmantela numa situação totalmente controversa, uma vez que, quando uma pessoa adentra ao sistema prisional, é como se ela se tornasse um ser ausente de direitos, de cidadania, como se não pertencesse à sociedade. Para as mulheres, essa omissão de direitos fundamentais de vida é ainda mais cruel. No sistema penitenciário, elas são submetidas a condições “mais difíceis” que os homens, como retrata a fala da entrevistada. Embora a Lei de Execuções Penais garanta que os estabelecimentos

penitenciários femininos devam ser individualizados como forma de garantia dignidade, muitas mulheres presas são mantidas em estabelecimentos que abrigam os dois públicos, como o caso ocorrido com a entrevistada.

Com relação a educação, Maria não teve condições de concluir seus estudos na adolescência e, apesar da precariedade da estrutura da Cadeia Pública, ela teve a oportunidade de estudar durante o período em que esteve confinada. Para ela, embora com poucas experiências educativas, a educação é um meio de “ver” as coisas com outros olhos, pensar por si própria e agir por si mesma.

Sobre a garantia de assistência educacional para as mulheres encarceradas, a LEP garante:

A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição. Art. 20º As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Art. 21º Em atendimento às condições locais, dotar-se-à cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984).

A LEP, na seção V, trata da assistência educacional e prevê em parágrafo único que a mulher em regime de privação de liberdade terá ensino profissional, de acordo com sua condição. Porém, essa condição não está descrita e nem definida em lei. Os atendimentos educacionais no sistema carcerário acabam se isentando da determinação legal, uma vez que há uma ausência história de políticas públicas específicas que atendam a demanda das mulheres que se encontram em cárcere. Mesmo com todas as condições insuficientes, precarização e violação de direitos, Maria define sua trajetória na Cadeia Pública de Guarapuava, como um aprendizado. Apesar da vulnerabilidade vivenciada, ela afirma que conseguiu tirar uma lição de vida, mesmo que carregada de muita dor, tristeza e sofrimento.

As mulheres encarceradas são as mais atingidas pelas desigualdades sociais, conforme o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2019, o informativo Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil, aponta que as mulheres recebem apenas 77,7% dos salários dos homens ocupando o mesmo cargo, tem a ocupação com pouco mais de 30% em cargos de gerente ou cargo de grande valia. As

mulheres ainda, têm a menor inserção no mercado de trabalho. Sobre essa afirmativa, é possível destacar o papel da mulher fora dos espaços de privação de liberdade. Segundo pesquisas realizadas pelo Fórum Econômico Mundial no relatório anual intitulado: Indicador Global de Disparidades de Gênero, dentre os 135 países avaliados no ano de 2011, o Brasil foi um dos que mais apresentou disparidades de gênero, passando da 67ª posição em 2006 para a 82ª naquele ano. Sobre o empoderamento político, o relatório destacou que o Brasil possui um dos piores índices, ocupando a 108ª posição (HAUSMANN; TYSON; ZAHIDI, 2011).

Na tentativa de enfrentamento de todas as desigualdades de gênero no país, implementou-se, em 2013, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). O PNPM envolvia ações que englobavam à igualdade, respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, universalização de políticas direcionadas ao gênero, laicidade do Estado e participação em atos políticos e sociais (BRASIL, 2013).

A partir dos apontamentos, observa-se que, se o papel da mulher na sociedade brasileira é composto historicamente pela luta por igualdade de gênero e exclusão da desigualdade. E, uma vez que falamos de mulheres privadas de liberdade, essas condições apenas se agravam. Conforme afirma Martins (2001, p. 04):

Na sutileza da perversão de um sistema presidiário que desrespeita o homem preso, que parcela cabe às mulheres presas que são obrigadas ao uso de uniforme semelhante ao deles? [...]. Nada de olhar-se no espelho e ver-se mulher, quiçá ser mãe, quiçá ter desejos. Nada de “estereótipos” femininos.

Nessa perspectiva, a mulher é julgada e cumpre pena pelos seus crimes, mas também por ser mulher. Isso porque não cabe a elas estarem nesses ambientes de privação de liberdade uma vez que, hierarquicamente, a posição da mulher vem sendo subjugada pela visão masculina. Nesta visão patriarcal a mulher sempre foi reprimida, substancialmente frágil, necessitando de proteção. Nesses vieses a igreja e o Estado estabeleceram ao longo dos séculos a ideia de que, a mulher cabe o papel de mãe/esposa/filha, mas, em nenhum momento criminosa. As que se encontram em regime de privação de liberdade, a repugna é além de sua condenação, pois parte de um princípio moral, ético, que fere a sua existência e gênero que rege os preceitos construídos socialmente sobre a mulher.

Bourdieu (2002, p. 49) na tentativa de explicar essa forte dominação sobre a mulher, destaca que, essa dominação masculina sobre as mulheres não se limita apenas à violência física e econômica, mas também uma violência simbólica. De antemão, em todas as instituições sociais, a mulher é encorajada a realizar determinadas tarefas em detrimento de outras. Encorajam-se as mulheres a serem mães, a cuidar do lar, a terem potencial para desenvolver atividades que vão de encontro com o bem-estar de seu próximo. Assim, as tarefas que são destinadas às mulheres são socialmente designadas como inferiores aos homens. É como se o universo das mulheres se definisse apenas pelo seu papel de mãe e esposa.

Considerando as afirmativas levantadas até aqui sobre gênero, posição da mulher e a situação do cárcere, volta-se a relacionar os apontamentos sobre a transferência das mulheres da Cadeia Pública (cidade-UF) para a nova carceragem de mulheres em Pitanga (UF). Sobre essa situação e levando em conta a vivência da entrevistada, Maria foi questionada acerca desse fato:

Um retrocesso, porque muitas já era difícil a família ajudar aqui, longe vai ser muito pior. Umas já não tinham visita aqui, pois a família não tinha condições, longe vai ser pior, além de que precisa de passagem. O lugar pode ser melhor, pra dormir, pelo espaço, mas não vale para o resto (Maria, Entrevista I, 2020).

Não bastassem todas essas questões de enfrentamento impostas às mulheres privadas de liberdade, percebe-se que a transferência remete a novas limitações. Um dos agravantes é de que as famílias, muitas vezes, não dispõem de dinheiro para o envio das contribuições dos itens não oferecidos pela instituição prisional. Maria relata que a expectativa pela “sacola” trazida pela família, com alimentos e materiais de higiene, é muito grande. Contudo, a urgência surge de ambas as partes, conforme explica Queiroz (2015):

Os parentes têm urgência de entrar. Querem saber se sua menina está bem, se sua mãe tem comido, se ninguém agrediu a namorada. Aos funcionários, essas preocupações parecem pouco importar (QUEIROZ, 2015, p. 50).

O cárcere não afeta só a liberdade dessas mulheres. Esse castigo se estende às suas famílias que também sofrem com inúmeras inquietações e humilhações, como a

discriminação da sociedade. Dada as condições, o sistema prisional cada vez mais se desvincula de seu caráter ressocializador. Um sistema que opera através da punição, violação de direitos e controle sob a mulher está longe de ser visto como um ambiente de reintegração do sujeito.

É nesse cenário que a educação precisa se estruturar com vista ao empoderamento feminino, constituindo-se como uma forma de enfrentamento e luta das mulheres contra todas as imposições de gênero. O contexto de contradições, controle, regras, punições, tem na educação uma “luz no fim do túnel”. Embora toda a insuficiência de materiais, precariedade do espaço e falta de investimentos, pesquisadores sobre o contexto prisional e mulheres, como: Graciano (2005), Oliveira (2008), Braunstein (2007), Tavares (2011) e Nonato (2010), denotam a escola como um espaço importante para a mudança da realidade das mulheres privadas de liberdade. Almeida (2017) traz entrevistas realizadas com mulheres em situação de liberdade, considerando suas vivências, visão e enfrentamentos nos espaços prisionais. Em sua obra ressalta a educação como um meio de ressocialização, integração e reinserção da mulher na sociedade. Uma vez que, somente a educação é capaz de dar voz às mulheres, de dar sentido à sua existência, seu espaço e sua interação com o meio social. Por isso, assim como concluiu o estudo da ONU Mulheres (2016, p. 12) de que “[é] preciso adotar a educação, como um recurso estratégico na remoção de obstáculos à igualdade de gênero.”

Na tentativa de significar as condições da mulher no cárcere, considera-se necessário atentar para as oportunidades de mudança de vida, no sentido de construir conhecimento, emancipação e autonomia. Assim, a educação torna-se um fator imprescindível para esse processo, uma vez que, contribui para a promoção da autoconfiança, auxilia no desenvolvimento da autoestima e contribui no processo de reinserção social da mulher. Isso favorece o desenvolvimento pessoal e social e auxilia na superação das condições que lhes são impostas historicamente. Destarte, é necessário que Políticas Públicas sejam implementadas, considerando a educação da mulher privada de liberdade, bem como todas as condições e peculiaridades que o próprio gênero impõe. O contexto que as prisões brasileiras apresentam, apenas ressaltam as exclusões e limitações das mulheres nos diferentes espaços fora da prisão, dado a

máxima “o indivíduo que se encontra na prisão apresenta ruptura dos vínculos sociais em várias dimensões e o sistema prisional aprofunda essa realidade” (CARVALHO *et al*, 2006, p. 462).

A educação tem papel fundamental na formação de uma pessoa e no seu desenvolvimento integral. Para quem se encontra em cárcere, essa constatação não é diferente. A privação de liberdade não anula a garantia dos seus direitos, incluindo o direito à educação, considerado como um direito fundamental a construção da cidadania. Aponta-se, portanto, a necessidade de sua efetivação nesses espaços. Embora, haja um grande rompimento no processo educacional no Sistema Penitenciário brasileiro, ainda assim, é possível que este opere à favor da transformação social da mulher presa, realizando seu papel de conscientização, reflexão e libertação. Nas palavras de Julião (2009, p. 20-21):

No que concerne a ressocialização, a educação pode vir a assumir papel de destaque, pois além dos benefícios de instrução escolar, o preso pode vir a participar de modificação capaz de melhorar sua visão de mundo, contribuindo para a formação do senso crítico, principalmente resultando no entendimento do valor da liberdade e melhorando o comportamento na vida carcerária.

A educação no cárcere é entendida como um fator de mobilização e empoderamento da mulher. Deve ser pautada como princípio de educar para a liberdade e estender seu papel para além das grades: uma educação pautada na construção do conhecimento significativo, que enfatize as contradições históricas estabelecidas e exercidas sob a mulher, ou seja, uma educação para os direitos humanos. Para tanto, é urgente o investimento em políticas educacionais efetivas voltadas às mulheres privadas de liberdade. É importante considerar suas especificidades e diferenças naturais, garantindo o direito a dignidade humana. Assim como exposto por Añaños (2010, p. 113) “as prisiones tiene que contar com políticas penitenciarias pensadas también para las reclusas femininas”. Nesse sentido, a educação torna-se um meio de romper o estigma de gênero nas prisões e sociedade.

Considerações finais

Os apontamentos apresentados nesse estudo indicam reflexões importantes para se pensar a condição da mulher em situação de vulnerabilidade devido ao contexto prisional. As condições históricas de desigualdade interferem nos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. A dívida histórica com as mulheres não se repara em ações aleatórias, ela precisa ser assumida na sua amplitude e reconhecida como tarefa de todos, especialmente, nas situações em que ela é ainda mais acentuada.

Destaca-se, aqui, a relevância da temática e a complexidade da situação sobre as mulheres privadas de liberdade no país. A vulnerabilidade da mulher, suas condições nesses espaços e a urgência no tratamento e garantia de seus direitos fundamentais de vida. Conclui-se que a educação é um fator de mobilização social e um meio de empoderamento da mulher presa na construção de sua autonomia e autoestima, algo que lhes é negado em diferentes momentos de suas vidas. Além disso, pode servir de instrumento no rompimento do estigma social imposto através do gênero.

Referências

AÑAÑOS, F. T. Mujeres presas y su relación com las drogas. Implicaciones desde la educación social. In: AÑAÑOS, F. T. (coord.). **Las mujeres en las prisiones: la educación social en contextos de riesgo y conflicto**. Barcelona: Gedisa, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Vol I e II. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei nº 7. 210 de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP. **Resolução CNPCP nº 04 de 15 de Julho de 2009**. Brasília, DOU (Diário Oficial da União), 2009. Disponível em: <https://www legisweb.com.br /legislacao/?id=112041> Acesso em 20 fev. de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)**. Brasília, 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência. **Atenção às famílias das mulheres grávidas, lactantes e com filhas/os até 12 anos incompletos ou com deficiência privadas de liberdade**. Brasília: DPSB, 2019.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBC-CRIM, 2004.

ESTECHE, Cristina. **Cadeia de Pitanga é transformada em unidade feminina**. Rede Sul de Notícias, Guarapuava, 30 de julho de 2020. Disponível em: <<https://redesuldenoticias.com.br/noticias/cadeia-de-pitanga-e-transformada-em-unidade-feminina/>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

FALCADE, Ires Aparecida; ASINELLI-LUZ, Araci. Discriminação de gênero no sistema penitenciário: implicações vividas. In: FALCADE, Ires Aparecida (org.). **Mulheres Invisíveis**. Curitiba: JM Editora e Livraria Jurídica, 2016.

HAUSMANN, R.; TYSON, L. D.; ZAHIDI, S. The Global Gender Gap Report 2011. **World Economic Forum**. Geneva: Switzerland, 2011.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2021.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

MARIA. Entrevista I. (10. 2020) Entrevistador: Tailan Cristina Maciel. Guarapuava, 2020. Arquivo mp3 (56 min.)

MARTINS, Dora. A mulher no sistema carcerário: breves reflexões. **Juízes para a democracia**, São Paulo, v.5, n. 25, jul./set.2001.

ONU. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf. Acesso mar. 2021.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam** [recurso eletrônico] 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015.

“Coisa de menina” e “coisa de menino”? Uma leitura do preconceito de gênero pela perspectiva dos praticantes de balé clássico masculino e futebol feminino

Tainá Nunes¹

Clara Schlichta²

Luara Franco Valente dos Santos³

Milena Camilla Pereira Maia⁴

Pauline Vitória de Souza Ferreira⁵

Vinícius Teixeira de Melo⁶

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

Um reflexo do machismo estrutural na sociedade é a criação de estereótipos de gênero, que determinam o que é aceitável para homens ou mulheres, estigmatizando certas práticas corporais. Este artigo buscou evidenciar os preconceitos sofridos por dois grupos – mulheres no futebol e homens no balé clássico – a partir de suas próprias percepções, através de um questionário com perguntas abertas e fechadas. A análise dos dados fez uso das categorias sociológicas apresentadas por Marchi Júnior, Almeida e Souza (2019), para explicar os fenômenos sociais e qualificar uma leitura preliminar do tema.

Palavras-chave: Balé; Futebol; Gênero; Preconceito; Machismo.

"Girl activity" and "boy activity"? A reading of gender prejudice from the perspective of male classical ballet and female soccer practitioners

ABSTRACT

One manifestation of the society's structural sexism is the creation of gender stereotypes, which determine what is acceptable for men or women, stigmatizing certain physical practices. This article sought to evidence the prejudices suffered by two groups – women in soccer and men in classical ballet – from their

¹ Cursando bacharelado em Educação Física na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Participante do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS). E-mail: taina.nunes8@gmail.com.

² Bacharel em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: clara.sch@hotmail.com.

³ Bacharel em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: luara.franco@hotmail.com.

⁴ Bacharel em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: milenacamilla.10@hotmail.com.

⁵ Cursando bacharelado em Educação Física na Universidade Federal do Paraná. E-mail: paulinevitoria_sf@hotmail.com.

⁶ Cursando bacharelado em Educação Física na Universidade Federal do Paraná. E-mail: vymelo8@gmail.com.

own perceptions, through a questionnaire with open and closed questions. The data analysis used the sociological categories presented by Marchi Júnior, Almeida e Souza (2019), to explain the social phenomena and qualify a preliminary reading of the theme.

Key-words: Ballet; Soccer; Gender; Prejudice; Sexism.

Existe um entendimento, socialmente motivado, de que através das normas, símbolos e atitudes dos seres humanos se promove aquilo que é feminino ou masculino em cada cultura. Nesse modelo de pensamento, objetos e atividades são impostos para o sexo designado fêmea/macho ao nascer, apenas levando em consideração o fator biológico. No entanto, em contraposição à biologização sugerida pelos atributos do sexo, o conceito de gênero surge-nos aqui como uma categoria, pois leva em conta fatores sociais, históricos e culturais do sujeito, ou seja, não há conceitos pré-existentes, uma vez que as identidades de gênero são mutantes e mutáveis (BERGER, LUCKMANN, 1978). Assim, o estereótipo para cada gênero, ou seja, o que é considerado um padrão de feminilidade ou masculinidade, não consiste em uma determinação biológica, e sim em uma construção social, podendo, portanto, variar não só entre diferentes sociedades, mas também dentro de uma mesma sociedade, com o decorrer do tempo (KIMMEL, 1998).

No sentido de restringir alguma prática a apenas um sexo, a sociedade tem um olhar característico de que a dança é de um universo predominantemente feminino, o que é ainda mais acentuado no balé clássico (SOUZA, 2007). Entretanto, esse nem sempre foi o cenário, pois, desde o seu surgimento, no Renascimento europeu, o balé clássico se manteve por muito tempo como uma pedagogia eficiente de masculinidade, um modo de se movimentar da nobreza. Do século XV até o século XVIII, a dança figurava, junto a esportes como esgrima e equitação, no rol de atividades físicas vistas pela sociedade como eficientes para a formação dos homens da elite, em uma sociedade de corte cada vez mais preocupada com a etiqueta e a imagem (BOURCIER, 2001). Essas práticas eram associadas a um modelo masculino da época, chamado por Kimmel (1998, p. 109) de “patriarca gentil” que era o perfil de um nobre europeu, aristocrático, refinado e elegante, de quem eram esperadas movimentações suaves e delicadas, com certa sensualidade.

Entre a metade do século XVIII e o início do XIX, a Revolução Industrial promove o surgimento de um novo modelo de masculinidade, associado com a eficiência, racionalidade e produtividade. Kimmel (1998, p. 111) relata que este ideal surge tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, chamado de “*self made man*”, que é descrito como um empresário urbano, devotado ao trabalho, viril e competitivo. Nesse modelo, o homem tem que reafirmar sua masculinidade constantemente, não só por atributos físicos, mas também através de suas conquistas materiais.

Para instalar essa nova ideia de masculinidade como hegemônica, foi necessário negar a anterior, de modo que o modelo do patriarca gentil passou a ser um símbolo do que a nova representação desprezava. Assim, o balé clássico, que em seus primórdios sequer podia ser praticado por mulheres, gradualmente passou a ser considerado uma prática adequada apenas para o gênero feminino. Com isso se construiu a ideia de que o homem que dança não é totalmente homem (ANDREOLI, 2010).

Andreoli (2010), ao entrevistar homens inseridos no contexto da dança, constatou alguns fenômenos que acabam se repetindo entre os entrevistados, em decorrência deste modelo de masculinidade que ecoa até os dias atuais. Um deles é um início mais tardio dos homens na dança se comparados com as mulheres, que muitas vezes são inseridas no balé pelos pais a partir dos três anos de idade. Para os meninos, criam-se barreiras que acabam dificultando uma identificação com essa prática corporal, já que não recebem o estímulo para a dança, e sim a inibição e muitas vezes proibição, visto que desde a infância, no convívio escolar, familiar e em outros ambientes, se aprende a fazer distinção de práticas e costumes que são indicados a mulheres ou aos homens.

Além da representação cultural da dança associada à feminilidade, outro obstáculo é a condição de “artista”, que de modo geral não é vista como um projeto de vida bem sucedido, pois tem a imagem de não proporcionar boa remuneração. Geralmente esses bailarinos, devido ao modelo de *self made man*, procuram de alguma maneira legitimar sua prática. Muitos deles o fazem adotando o objetivo de se profissionalizarem e serem muito bons, se destacando para serem devidamente aceitos. Nessa intenção de buscar validação em relação à masculinidade, ocorre também a adoção de um discurso ressaltando como o balé é similar a um esporte em relação às

exigências físicas, mostrando que eles também possuem características consideradas masculinas, como a força (ANDREOLI, 2010).

A associação do homem que dança balé como afeminado e homossexual, além de errônea, carrega consigo uma série de preconceitos, julgamentos de valores e discriminação, já que estamos em uma sociedade machista e heteronormativa (LEITE, 2011). Andreoli (2010, p. 17), conceitua heteronormatividade como “a noção de que a nossa cultura institui que a identidade heterossexual é a única identidade sexual normal e que, para ela se constituir, precisa necessariamente negar todas as outras formas de sexualidade, consideradas ‘anormais’”. Ele aponta que essa ideia dá origem à homofobia social, além de reforçar a visão binária e limitante de gêneros, atuando em conjunto com a ideia de um modelo de masculinidade único e hegemônico.

A dominância desta masculinidade única se dá pela negação e inferiorização do “outro”, e Kimmel afirma que “as mulheres e os homens gays são os outros clássicos, o pano de fundo contra o qual os homens brancos heterossexuais projetam as suas ansiedades de gênero, e é sobre a emasculação destes que os *self-made men* constroem definições hegemônicas”. Assim, são marginalizados não só os indivíduos de fato homossexuais, mas qualquer pessoa que escape do que é esperado para seu gênero, baseado nessa dicotomia construída definindo o que é feminino ou masculino.

Algo análogo ocorre com o futebol, que é comumente associado ao vigor e ao empenho físico masculinos (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013). Entrelaçado a isso, a exigência de feminilidade, sensibilidade e beleza da mulher leva a alguns discursos privativos sobre a mulher praticante de futebol (GOELLNER, 2005). Kessler (2012) observa na mídia um dos reflexos dessa valorização da masculinidade no futebol: ainda há reportagens falando apenas da beleza de atletas mulheres, ao invés de sua habilidade no esporte, e quando uma jogadora de destaque na modalidade é elogiada de fato por quesitos técnicos e bons resultados, muitas vezes é através da associação com um homem, em expressões como “Pelé de saias”.

Historicamente, as mulheres entraram neste universo tardiamente em comparação aos homens, com os primeiros registros de uma participação mais organizada no futebol a partir do ano de 1917, na Inglaterra. Elas estavam tendo uma vida ativa nas fábricas, uma vez que os homens estavam em combate na I Guerra Mundial.

Isso deu às mulheres a oportunidade de se interessarem por práticas que antes não tinham acesso. Naquele ano, em uma fábrica de munição no norte da Inglaterra, por exemplo, algumas mulheres fundaram um time que, em 1920, foi protagonista do primeiro jogo internacional de futebol feminino, contra a França. Em 1921, o time inglês estava no seu auge, porém, com a volta dos homens da guerra, a Federação Inglesa de Futebol proibiu as mulheres de praticarem a modalidade, com a justificativa de que esta prática seria prejudicial para a saúde delas. Esta proibição não é observada apenas na Inglaterra: países como Alemanha e Brasil têm o mesmo fato contado em suas histórias (PISANI, 2014).

No Brasil, até a década de 40 a prática feminina estava distante de clubes ou grandes ligas. Entretanto, sabe-se que já aconteciam alguns jogos, como o ocorrido entre “senhoritas” de bairros de São Paulo, em 1921. Além das práticas mais elitizadas, o futebol se popularizou em espaços informais, como as praias (principalmente no Rio de Janeiro), periferias e até circos, neste caso já havendo forte estigmatização sobre os corpos femininos (MARTINS; SILVA; VASQUEZ, 2021). O futebol era visto como um esporte violento, que poderia prejudicar as mulheres, ferindo seus órgãos reprodutores (VIANA, 2008).

Em 1941, sob pedidos da parte mais conservadora da população, Getúlio Vargas instituiu um decreto (lei 3199, art. 54) no qual dizia, de forma geral, que as mulheres não deveriam praticar esportes que não fossem adequados à sua natureza. Deve-se ressaltar que houve focos de resistência e desobediência à proibição ao longo dos anos, mas o desenvolvimento da modalidade ficou quase estagnado neste período (GOELLNER, 2021). Diante de práticas ilegais da modalidade, em 1965 o governo militar tornou a legislação ainda mais rigorosa, havendo registros de mulheres que até foram presas (VIANA, 2008).

Em 1970, houve a criação da Federação Internacional de Futebol Feminino, que culminou no fim da proibição da modalidade na Inglaterra e na Alemanha. Contudo, o Brasil ainda vivia em um cenário que proibia as mulheres de praticar este esporte. Somente no final da década de 70 que a lei brasileira foi revogada, autorizando-as a jogarem. Porém, apenas em 1983 a modalidade foi regulamentada, permitindo competições e a utilização dos estádios. Naquele ano ocorreu em Porto Alegre o primeiro

jogo organizado por uma federação. Incentivados pela regulamentação, foram surgindo novas competições e novos times, alguns que já jogavam clandestinamente (GOELLNER, 2021).

A primeira Copa do Mundo feminina aconteceu em 1991, na China. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) assumiu a seleção oficialmente, porém, de forma amadora. A equipe foi formada a partir de um time que se destacava no Rio de Janeiro, e as jogadoras não podiam sequer fazer o uso das estruturas da Granja Comary, centro de treinamento (CT) da seleção de futebol masculina. Em 1996, o futebol feminino estreou nos Jogos Olímpicos, que ocorreram em Atlanta, nos Estados Unidos. Apenas em 2004, na preparação para os Jogos Olímpicos na Grécia, que houve relatos da seleção feminina treinando no CT, mas ainda com diversas dificuldades, não podendo utilizar toda a estrutura que o espaço oferecia. No ano de 2009, aconteceu a primeira Copa Libertadores da América feminina e só em 2013 o primeiro campeonato brasileiro.

Um avanço que deve ser mencionado é a obrigatoriedade dos times masculinos da série A terem uma equipe feminina a partir de 2019, decisão tomada em 2017 pela Confederação Sul-americana de Futebol (Conmebol). Aconteceu em 2019, na França, a mais recente Copa do Mundo de futebol feminino. Ficou evidente um cenário de maior visibilidade, pois os jogos da seleção brasileira foram transmitidos por mais de uma emissora de TV aberta, além de estádios lotados. Houve também uma maior valorização por parte da FIFA (Federação Internacional de Futebol), a qual aumentou significativamente o valor da premiação para as seleções participantes.

Na equipe que elaborou este artigo, há uma mulher praticante de futebol/futsal, que sentiu muito desse preconceito na sua vivência da modalidade. Outra integrante é praticante e professora de balé clássico e, apesar de pertencer ao gênero socialmente aceito para esta atividade, pôde observar a escassez de homens e meninos nesse meio, e as dificuldades sofridas pelos que querem se dedicar a essa arte. A partir destas experiências, definiu-se o objetivo do presente artigo: evidenciar o preconceito sofrido por homens no balé clássico e mulheres no futebol; duas práticas corporais muito distintas, mas com a semelhança de carregarem um forte estereótipo de gênero.

Metodologia

Realizou-se uma pesquisa transversal do tipo descritiva, em que homens, do universo do balé clássico, e mulheres, do universo do futebol, responderam um questionário com questões abertas e fechadas. Esse tipo de pesquisa nos permite conhecer diretamente a realidade das pessoas, suas opiniões e atitudes, obtendo resultados tanto quantitativos quanto qualitativos (GIL, 2017).

Sob o viés do balé clássico, participaram desta pesquisa sete homens, três autodeclarados praticantes amadores de balé clássico e quatro autodeclarados profissionais dessa modalidade, atuantes na cidade de Curitiba/PR e com idade média de $27,8 \pm 4,8$ anos. Os primeiros entrevistados eram professores ou alunos da escola de dança frequentada por uma das autoras. Entretanto, devido à pequena quantidade de bailarinos, foi aceito que esses participantes indicassem conhecidos que também se enquadrassem no perfil desejado, mesmo sendo de outras escolas/companhias.

Sob o viés do futebol, participaram onze mulheres autodeclaradas não profissionais, atuantes na cidade de Curitiba/PR e com idade média de $21,4 \pm 2,2$ anos. Todas eram atletas de um time universitário de futsal. Apesar do time não ser especificamente de futebol, consideramos válido para esta análise, já que são esportes similares, sofrendo dos mesmos estereótipos. Além disso, a maioria das entrevistadas tem alguma experiência em ambas as modalidades.

A coleta de dados foi realizada em ocasiões diferentes, antes ou após horários de aulas ou treino dos participantes. Os questionários foram respondidos de forma escrita e aplicados individualmente, em local confortável e sem interferências que pudessem prejudicar o andamento da coleta. Os pesquisadores não interferiram, mas estavam presentes para sanar quaisquer dúvidas em relação ao conteúdo do questionário. Em relação à parte quantitativa, os dados foram tratados por meio de estatística descritiva, utilizando o programa *Microsoft Excel* 2016 para obter a frequência das respostas.

Resultados e discussão

Ao elaborar uma análise sociológica como esta, é necessária a atenção ao método científico, com embasamento em preceitos teórico-metodológicos que garantam uma boa leitura e análise do senso comum, e não apenas sua reprodução em um formato pseudo-acadêmico. Portanto, para qualificar a leitura dos fenômenos observados, lançamos mão das categorias sociológicas apresentadas por Marchi Júnior, Almeida e Souza (2019, p. 135), que, de acordo com os próprios autores, “são conceitos que geralmente se relacionam a uma teoria, mas que, sozinhos, também têm potencial para explicar fenômenos sociais complexos”.

Também utilizamos conceitos da Teoria Reflexiva dos Campos, elaborada por Pierre Bourdieu, pois ela ajuda a entender as disputas por poder e legitimidade, além de considerar a influência das construções sócio-históricas nas atitudes dos indivíduos. Um desses conceitos é o *habitus*, que foi resumido por Marchi Júnior, Almeida e Souza (2019, p. 128) como “as disposições que determinam as formas de se perceber, sentir, fazer, pensar e agir que levam o agente a determinadas condutas dentro do campo”.

Em sua obra *A Dominação Masculina*, Bourdieu (2019) resgata a origem da dominação dos homens sobre as mulheres, que acabou culminando nos preconceitos impregnados na estrutura da sociedade atual, influenciando tanto o campo da dança quanto do esporte, e consequentemente o *habitus* dos agentes envolvidos. Segundo as reflexões do autor, a ideia da suposta superioridade masculina vem desde os primórdios da humanidade, pois surge da diferença biológica entre os sexos, assim como do próprio ato sexual, que pressupõe um agente ativo e um passivo, portanto, dominante e dominado. Essa estrutura ganhou legitimidade por ser compreendida como natural e foi se perpetuando ao longo do tempo, moldando a construção social do gênero, e influenciando também na vigência da heteronormatividade.

Tal teoria também ressalta que essa dominação é mutável, mas tem conseguido se manter graças à influência de instituições como a família, a escola, a igreja e o Estado, agentes que são citados também nas teorias marxistas (SANTOS et al., 2015). Com esse tecido social em mente é que serão analisados os discursos dos entrevistados,

percebendo como os estereótipos de gênero influenciam os campos em que estão inseridos.

Escolaridade e profissão

A primeira parte do questionário levantou informações gerais sobre a escolaridade e profissão dos entrevistados. Percebe-se uma escolaridade alta entre os bailarinos: um entrevistado com ensino médio completo, dois cursando o ensino superior e três já tendo completado, além de um pós-graduado. Isso pode ser devido ao fato de o balé clássico ser historicamente e até hoje uma modalidade elitizada, com custos altos para sua prática (CAMINADA, 1999). Entretanto, com uma amostra tão pequena não é possível fazer afirmações sobre a realidade da modalidade como um todo.

Para as jogadoras de futebol, é ainda mais difícil tirar alguma conclusão, já que a pesquisa foi realizada com um grupo muito restrito. Como o questionário foi aplicado a um time universitário, é de se esperar que a grande maioria das atletas (91%) esteja cursando o ensino superior, havendo também uma pós-graduada. Isso também se reflete na profissão das entrevistadas, já que 64% relataram ser estudantes, 27% atuam como estagiárias em suas áreas de formação e apenas uma pessoa (9%) atua como engenheira mecânica. Entre as que estão atualmente na graduação, 57% cursam Educação Física, e as demais estão em áreas variadas, como Ciências Sociais, Jornalismo, Design Gráfico, Odontologia, Engenharia de Produção e Administração.

Analisando pela ótica da categoria sociológica Identidade, apresentada por Marchi Júnior, Almeida e Souza (2019), a grande quantidade de estudantes de Educação Física no time pode se dever ao fato de a prática do futebol, e as experiências e relações desenvolvidas nele, tenham sido parte importante da formação da identidade dessas pessoas, chegando a influenciar nos objetivos profissionais e, portanto na escolha de cursar Educação Física.

Quanto à profissão dos praticantes de balé, três afirmaram serem bailarinos (43%), sendo que um deles atua também como professor. Houve um estudante, e os demais atuam nos seguintes cargos: arquiteto, pesquisador e auxiliar administrativo.

Uma informação adicional solicitada foi quantas horas de sua semana cada pessoa dedica à prática de balé ou futebol. Entre os bailarinos, grupo no qual havia tanto amadores quanto profissionais, houve grande disparidade nas respostas, que variaram desde uma hora e meia até 25 horas semanais de prática, resultando em uma média de aproximadamente dez horas. Como o grupo das jogadoras de futebol era mais homogêneo, as respostas obtidas também foram mais próximas, indo de duas a nove horas, com média de aproximadamente cinco horas por semana.

A alta proporção de profissionais entre os bailarinos, e o consequente número elevado de horas de dedicação, podem ser justificados, além da questão identitária citada anteriormente, por um achado do estudo de Andreoli (2010), que também consistia em entrevistas com bailarinos. O autor percebeu que os homens praticantes de dança tendem a buscar validação e legitimidade através da busca pela excelência em suas áreas, sendo mais raros os homens que praticam o balé apenas por lazer, como é comum na maioria dos esportes, como o próprio futebol.

Histórico na modalidade

Em um segundo momento, procurou-se saber qual a trajetória de cada indivíduo em sua prática: quando começou, os motivos e influências que levaram a ela e os desafios enfrentados nesse início.

Entre as mulheres que jogam futebol, a grande maioria (82%) relatou ter iniciado a prática na infância, dos 4 aos 12 anos. Uma participante relatou ter iniciado aos 15 anos, por indicação médica como tratamento coadjuvante para um transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. A outra jogadora que relatou ter começado na adolescência, aos 16 anos, esclareceu que essa foi a idade em que começou a participar de campeonatos, mas que jogava informalmente “desde que se conhece por gente”, podendo-se considerar que também iniciou a prática na infância.

Essa presença do futebol na infância possivelmente se dá, pois, apesar de não haver muito incentivo para as meninas praticarem o futebol, este esporte está fortemente presente na cultura brasileira, de modo que as meninas acabam tendo

contato com a prática (seja pela mídia, família ou escola), gostam e passam a praticar. Isso fica claro no seguinte relato:

“Eu sempre gostei de futebol por conta do meu pai que assistia toda semana. Mas ninguém me incentivou a jogar, pelo contrário, comecei sozinha porque gostava. Depois de muitos anos eles aceitaram.”

Mais uma entrevistada também citou a influência do pai, que jogava futebol e frequentava jogos, enquanto outra relatou que via o irmão e os primos jogarem, e se interessou em participar. Percebe-se que o gosto pelo futebol desenvolve-se também com brincadeiras de rua entre amigos, que foram citadas por três participantes, não só nessa, mas em outras perguntas durante a pesquisa. Duas jogadoras também mencionaram projetos de ensino de futebol desenvolvidos em suas escolas.

No caso dos homens que praticam balé, temos uma situação diferente. Apenas dois começaram no balé quando crianças (7 e 8 anos), outros dois na adolescência (14 e 16 anos) e os demais apenas na fase adulta (19, 21 e 23 anos). Esse resultado de a maioria dos bailarinos iniciarem sua prática de forma mais tardia também foi encontrado por Andreoli (2010), que explica esse fenômeno pelas barreiras sociais enfrentadas por esses meninos que se interessam pelo balé. Muitas vezes as barreiras do preconceito somam-se às econômicas, levando o homem a só iniciar sua prática quando consegue certa independência da família. Outro fato que pode ter influência na menor quantidade de meninos no balé é a presença muito menor da dança em geral, e especialmente do balé clássico, na mídia e no cotidiano do povo brasileiro, principalmente se comparados com esportes como o futebol.

Quanto ao incentivo para a prática, o bailarino que começou aos 7 anos falou ter incentivo dos pais, e o que iniciou aos 8 afirmou que se interessou ao ver as aulas de uma sobrinha da mesma idade. Uma tia foi citada por um bailarino como incentivadora, e os amigos por outros dois. Um relatou ter sido incentivado pela companhia em que já praticava outro estilo de dança, e outro que, após começar, teve muito apoio da professora. Além desses incentivos externos, dois relataram também motivações mais pessoais, como “curiosidade” e “necessidade criativa e de expressão”.

Também houve o questionamento se alguém do círculo de convivência dos entrevistados foi contra a prática da modalidade. Entre os homens, três não relataram nada, dois citaram a mãe, um citou que havia um “estranhamento por parte da família e pessoas mais velhas” e outro, que algumas pessoas diziam que balé não era para menino, o que era também o argumento das demais pessoas citadas como resistentes à prática, além do medo da rejeição social. Uma das mães que se opôs à prática do balé chegou a dizer que era “melhor ir para a academia”.

No caso das mulheres, três não relataram nenhuma oposição. Uma citou que os colegas de escola a excluía dizendo que era “coisa de sapatão” e que a mãe não a impedia, mas preferia que fizesse “coisas de menina”. No caso de todas as demais que relataram alguma contrariedade (64%), a oposição à prática também envolvia membros da família, como o pai, a mãe, ambos os pais, tios e avós. Os motivos alegados giram em torno da associação do futebol a algo masculino e a homossexualidade. Também houve afirmações de que o futebol feminino “não dá futuro” e há perigo de se machucar, além de avós que “preferiam que fizesse balé”.

Essas justificativas representam o senso comum predominante na sociedade, que se baseia nas noções de gênero já discutidas neste trabalho. Uma categoria sociológica que discute como esses conceitos vão se propagando e acabam influenciando o *habitus* dessas pessoas é a Socialização. Ela mostra que não só o ensino formal, mas também todas as interações sociais, vão sendo usados como forma de educar e transmitir tradições, crenças e valores morais (MARCHI JR; ALMEIDA; SOUZA, 2019). Isso pode ser construtivo, atuando no incentivo a uma prática e aquisição de valores desejáveis desse contexto, como persistência e disciplina. Mas também pode atuar na perpetuação de preconceitos, como os relatados nas entrevistas.

O profissional de Educação Física pode ter um papel fundamental nesse cenário, pois interfere diretamente no processo de socialização e formação de seus alunos, especialmente se forem crianças. Ressaltamos, portanto, a importância de formar profissionais capazes de refletir sobre estas questões sociais que permeiam o esporte e outras práticas corporais. Dessa forma, tais profissionais podem intervir de modo a incutir valores de aceitação de diferenças, e tentar evitar que outras influências construam uma visão de mundo pautada em padrões ou estereótipos, sejam de etnia,

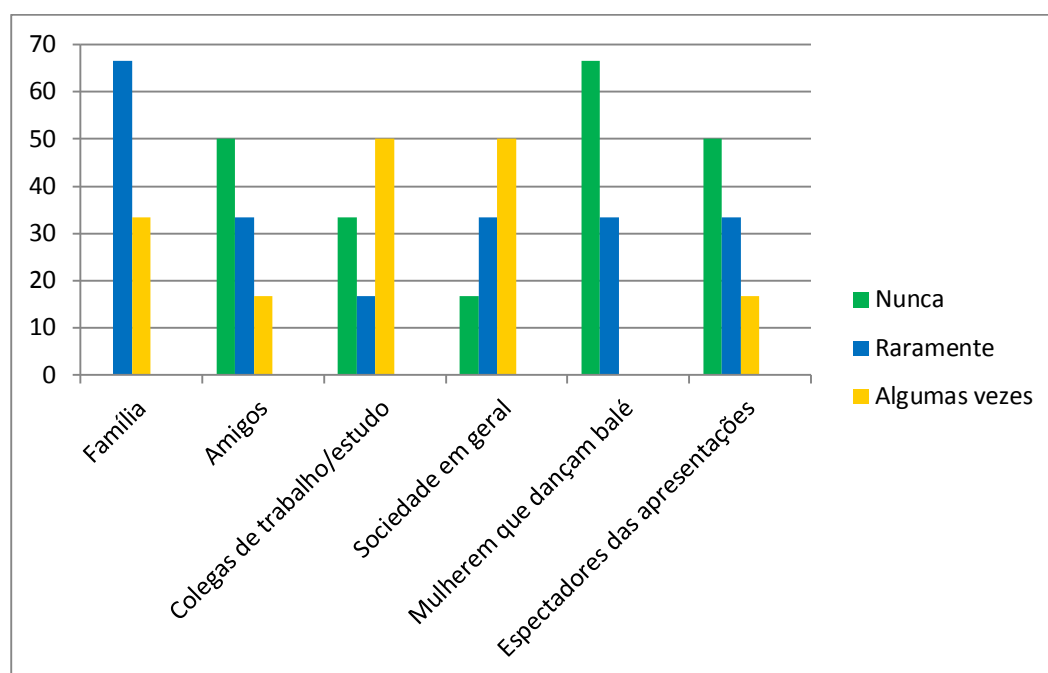
corpo ideal ou de gênero e sexualidade, que são os mais relevantes para a presente discussão. Esse é o objetivo e área de discussão também da categoria denominada Diversidade (MARCHI JR; ALMEIDA; SOUZA, 2019).

Percepção de preconceito nos grupos sociais

A terceira parte da pesquisa procurou obter, de forma mais objetiva, uma noção do preconceito sofrido pelos entrevistados em diferentes ambientes e grupos sociais, de acordo com sua própria percepção. Para isto, foi perguntado se, e com que frequência os/as entrevistados/das já sentiram qualquer tipo de preconceito em relação à sua prática, de balé ou futebol. As opções possibilitavam um espectro de “nunca” a “sempre”, passando por “raramente”, “algumas vezes” e “frequentemente”.

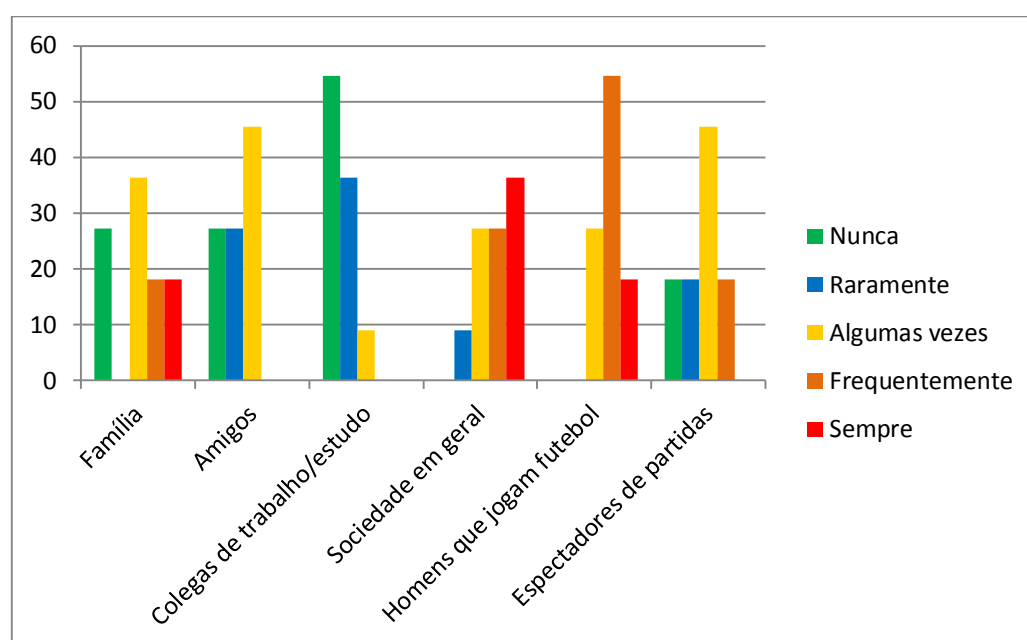
De todo o questionário, essa foi a parte que permitiu uma visualização mais clara e quantitativa do preconceito sofrido, mas vale lembrar que está muito sujeita à interpretação de cada entrevistado. Os gráficos 1 e 2 mostram a frequência (em porcentagem) de cada resposta para os bailarinos e jogadoras de futebol, respectivamente.

GRÁFICO 1– FREQUÊNCIA COM QUE HOMENS PRATICANTES DE BALÉ AFIRMARAM SOFRER PRECONCEITO EM DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS⁷



Fonte: os autores (2021).

GRÁFICO 2 – FREQUÊNCIA COM QUE MULHERES PRATICANTES DE FUTEBOL AFIRMARAM SOFRER PRECONCEITO EM DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS



Fonte: os autores (2021).

⁷ As opções “frequentemente” e “sempre” não aparecem na legenda, pois não foram selecionadas nenhuma vez.

Observa-se que as mulheres indicaram sofrer com maior frequência o julgamento preconceituoso na maioria dos grupos sociais, com a exceção dos colegas de trabalho/estudo, em que as jogadoras de futebol tiveram maior proporção de respostas “nunca” e “raramente” que os bailarinos.

Entre os homens, percebe-se que os ambientes mais problemáticos são a família, os colegas e a sociedade em geral. Já na relação com as mulheres praticantes de balé, 67% dos bailarinos relataram nunca terem sofrido preconceito, e os demais, raramente sofrerem. Essa foi uma das principais diferenças percebidas entre essas duas realidades, já que 18% das jogadoras afirmaram sempre sofrer preconceito por parte dos homens que praticam futebol, 55% frequentemente, e o restante algumas vezes.

Um possível motivo para essa disparidade é uma diferença fundamental na organização das modalidades. No futebol, por ser um esporte, portanto tendo caráter competitivo, há a necessidade de separar as categorias feminina e masculina nos treinos e campeonatos, não havendo, dessa forma, grande interação. Como mulheres, as atletas sofrem os estigmas de fragilidade e incapacidade impostos pelo machismo estrutural na sociedade. Os atletas, de um modo geral, já têm essa visão de inferioridade das mulheres, estendendo seus preconceitos às jogadoras de futebol. Esse pensamento pode ser reforçado pela falta de contato com o futebol feminino, mas não se deve descartar a possibilidade de esse desdém e resistência dos homens ser uma forma, consciente ou não, de perpetuar essa estrutura machista, mantendo sua dominação e hegemonia neste campo.

Já o balé tem um objetivo mais estético e cênico. No balé clássico, principalmente quando falamos de balés de repertório,⁸ geralmente há papéis definidos para cada gênero desempenhar, indo desde a encenação de um enredo até variações na própria técnica do balé. Assim, para produzir um espetáculo completo, especialmente

⁸ Os principais balés de repertório contam uma história através das coreografias, incluindo os passos, gestos (ou pantomima) e expressões dos bailarinos, em conjunto com a música, cenário e figurinos. A maioria foi criada ao longo do século XIX, e continuam sendo remontados e adaptados por diversas companhias. Alguns dos mais famosos são: O Lago dos Cisnes, O Quebra Nozes, A Bela Adormecida, Dom Quixote e Giselle (CAMINADA, 1999).

neste nicho, costumam ser necessários tanto homens quanto mulheres, que trabalham de forma conjunta.

Essa relação de cooperação entre bailarinos e bailarinas é um dos fatores que provavelmente gera uma relação mais harmoniosa entre os gêneros. Há também o fato de que os homens, apesar de sofrerem preconceitos por fazerem balé, ainda são o gênero dominante na sociedade, de modo que as bailarinas não trazem de sua criação uma noção estereotipada de que eles sejam inferiores, como acontece com as mulheres no esporte. Pelo contrário, geralmente as bailarinas admiram a força e habilidade dos homens no balé. Assim, quem desconhece a modalidade considera os bailarinos femininos, portanto inferiores. Por outro lado, dentro do contexto da dança, estes homens continuam tendo a imagem de força e vigor considerada padrão de masculinidade, e dessa forma não sofrem tal estigmatização.

A valorização do bailarino dentro do universo do balé também é aumentada justamente por sua escassez. Muitas escolas têm dificuldades em conseguir alunos homens para compor seus espetáculos, por isso oferecem descontos e bolsas para incentivá-los. Em companhias profissionais também há mais oportunidades, pois, apesar de ainda haver grande competitividade, a concorrência é muito menor que entre as bailarinas.

Uma situação que ilustra bem essa diferença é a seleção da Escola do Teatro Bolshoi do Brasil, uma das mais renomadas nacional e internacionalmente. Em 2019, concorriam às vagas 272 meninas e apenas 28 meninos (MARTENDAL, 2019). Apesar disso, o Bolshoi ainda é uma escola com grande proporção de meninos - cerca de 45% dos alunos - enquanto outras escolas importantes como do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Teatro Guaíra, variam em torno de 10% dos alunos sendo do sexo masculino (NSC, 2017).

No futebol feminino, por ocorrerem competições separadas, o menor número de jogadoras tem o efeito contrário, reduzindo as oportunidades. O preconceito da sociedade em geral em relação ao futebol feminino diminui a procura pelo esporte, não só de praticantes, mas também de espectadores. A modalidade acaba tendo pouca visibilidade e, portanto, menos patrocínios. Gera-se um ciclo em que a mídia não exhibe as partidas, porque não há retorno financeiro suficiente, e essa invisibilização prejudica

cada vez mais o alcance e desenvolvimento do esporte. Assim, poucos times conseguem se manter financeiramente, havendo menos oportunidades de seguir no futebol profissionalmente (SOUZA, 2007).

Outra inferência que ilustra como as relações de hegemonia masculina da sociedade se reproduzem nestas modalidades, é o número de mulheres em cargos de responsabilidade nesses contextos. Não foi possível verificar esse fato nesta pesquisa especificamente, porém, Goellner (2021) relata que, além dos desafios como atletas, as mulheres têm ainda mais dificuldades para alcançar posições de comando no futebol, como técnica, diretora de times ou cargos em federações. Já no caso dos homens no balé, Andreoli (2010) aponta que, apesar de serem minoria como bailarinos, ocupam grande parte das posições de poder, como coreógrafos e diretores de companhias. O autor associa isso também à necessidade que os homens sentem de provar sua masculinidade através do sucesso e poder, mas não se pode deixar de observar que a menor proporção de mulheres em posições de liderança é algo presente na maioria dos setores da sociedade, inclusive neste em que os homens supostamente estariam em desvantagem.

Perguntas abertas

Na última parte do questionário, foram feitas perguntas abertas, a fim de compreender as opiniões e experiências dos participantes do estudo acerca dos desafios que envolvem o preconceito de gênero em sua modalidade. Por darem mais liberdade aos participantes, as respostas foram muito variadas, e não cabe analisá-las quantitativamente como feito no item anterior. Dessa forma, não serão expostas neste trabalho todas as respostas na íntegra. Ao invés disso, será apresentado um panorama geral dos temas mais citados em cada questão, e serão transcritas aquelas respostas que ajudaram a iluminar a discussão, indo ao encontro das hipóteses sugeridas pelo trabalho.

A primeira pergunta foi sobre qual seria, na opinião dos entrevistados, a origem do preconceito sofrido por eles. As questões discutidas sobre o machismo impregnado na estrutura da sociedade e o histórico da estereotipação dos gêneros foi o mais citado, de algumas formas diferentes.

Entre as jogadoras, duas apontam diretamente o machismo (18%), mas todas citaram de alguma forma as estruturas sociais levantadas, seja pela associação da mulher a trabalhos domésticos, ideia de inferioridade ou separação de brincadeiras por gênero. A colocação abaixo é um exemplo que cita indiretamente o machismo:

“Pode ser que venha de um histórico do papel social da mulher, que frequentemente esteve ligado à função de mãe e dona de casa apenas. Além disso, por exigir o máximo das capacidades físicas, o futebol é considerado um esporte masculino, indo de encontro com a ideia de sexo frágil e feminilidade da mulher.”

Entre os bailarinos, 50% tiveram essa opinião, seja citando diretamente o machismo, ou expressando-se de outra forma, como um bailarino que apontou o “tradicionalismo patriarcal que estereotipa corpos”. Os demais citaram a falta de cultura e de conhecimento sobre o balé. Santos (2015) corrobora que, de modo geral, as classes menos privilegiadas não têm tempo e nem recursos para conhecer e apreciar qualquer tipo de arte mais erudita, como o balé, e essa falta de contato com a prática acaba reforçando seus preconceitos.

Partindo para a próxima pergunta, houve unanimidade entre os participantes de ambos os sexos que esse preconceito gera consequências negativas para sua modalidade. Todas as respostas abordaram que as crianças são desestimuladas a iniciar ou permanecer nessas práticas, causando a perda de talentos e atrasando o desenvolvimento da modalidade, inclusive dando relatos pessoais desse tipo de acontecimento.

“Muitas meninas boas não começam ou não continuam jogando por conta de preconceito. No meu caso, eu parei de praticar no ensino fundamental justamente por isso, pois não aguentava mais ser maltratada durante as aulas de futsal.”

Entre as jogadoras de futebol, outros problemas foram citados, como falta de valorização, visibilidade, investimento e apoio, baixa remuneração, entre outros. As participantes a seguir apontam alguns desses problemas.

“Hoje vemos jogadoras dos maiores times brasileiros que tiveram/têm outras profissões pra se manter, porque o futebol feminino não é bem remunerado em sua grande maioria, consequentemente têm menos tempo para dedicar ao esporte. Os treinadores de times femininos estão aprendendo agora que o futebol é diferente entre homens e mulheres (assim como o vôlei feminino e masculino são diferentes, mas igualmente com qualidade). Tudo isso porque a sociedade acredita que mulher não sabe jogar bola.”

“O futebol feminino não vai ser um grande espetáculo se as pessoas não quiserem assistir, enquanto houver pessoas com esse pensamento, perderemos visibilidade consequentemente não serão criadas oportunidades porque não vamos gerar o lucro que muitos patrocínios querem.”

Também se vê nessa segunda fala a lógica de mercadorização do futebol apontada por Laibida (2013), ou seja, tratar o esporte como produto. Seguindo essa lógica comercial, o preconceito é prejudicial, pois causa o desinteresse do público, desse modo não há demanda para este produto de entretenimento, logo, não há investimentos.

Ao serem perguntados sobre se tinham tido sua orientação sexual relacionada com a prática, dois homens e duas mulheres afirmaram que não. Todos os demais relataram que já foram associados à homossexualidade devido à sua modalidade. Houve relatos nesse sentido tanto de praticantes heterossexuais quanto homossexuais, como o seguinte:

“As pessoas falavam quando eu era criança para “jogar bola, mas sempre ser feminina”. Quando me descobri e comecei a namorar uma menina, as pessoas falavam “olha só, claro que ia ser assim”. Muito errôneo isso, por que a gente vê que os moldes sociais estão aí também, relacionar esporte com homens, e mulheres que o praticam são ou querem ser homens, e por isso ficam com mulheres, é bizarro essa comparação, mas existe muito!”

Essa questão da sexualidade evidencia a categoria sociológica da Corporeidade, que enxerga o corpo como o modo que os seres humanos têm de se relacionar com o mundo. Desse modo, ao longo do crescimento dos sujeitos o corpo vai sendo carregado de símbolos sociais e uma valoração que muitas vezes acaba privando a liberdade e intensificando processos de exclusão e dominação (MARCHI JR; ALMEIDA; SOUZA, 2019).

Por fim, perguntou-se o que as mulheres achavam sobre o futebol ser considerado masculino. Uma relatou que não considerava algo negativo, que o rótulo não importa. As demais usaram expressões como “problemático”, “um equívoco”,

“besteira”, “pensamento retrógrado e arcaico”, além de retomarem alguns fatores envolvidos nessa concepção, já discutidos neste trabalho.

Ao fazer a pergunta análoga aos homens; o que eles pensam sobre o balé ser considerado feminino, um bailarino retomou o argumento da falta de conhecimento, também sendo citada a expressão “ignorância”. Também foi levantada a questão de que em outros países essa concepção não existe, de modo que a prática de balé é considerada natural para ambos os sexos, reforçando o argumento de Kimmel (1998) sobre a concepção de masculinidade se alterar em diferentes culturas. Um dos comentários foi o seguinte:

“Acredito que com tempo e com o conhecimento logo este assunto deixará de ser um tabu, mas até lá é preciso fomentar a informação até mesmo entre os jovens estudantes. Ballet é profissão de homem, independente de sua opção sexual. Exige força, agilidade, conhecimento corporal, técnica e uma grande vontade de fazer arte. Ballet é mais que a malha e sapatilha, suas vertentes são inúmeras, basta querer conhecer.”

Um dos pontos interessantes nessa fala, assim como ocorreu em mais uma resposta desta questão, foi o fato de o bailarino exaltar as exigências físicas que sua prática possui. Assim, percebe-se que mesmo tratando-se de pessoas incluídas em ambientes teoricamente mais desconstruídos e que não se encaixam nos estereótipos da sociedade, a influência de toda uma criação baseada nessa dicotomia ainda está presente no *habitus* desses indivíduos, já que os bailarinos muitas vezes ainda buscam legitimar sua masculinidade através de idéias clássicas de força e virilidade. Andreoli (2010) já havia observado esse comportamento, o denominando como fenômeno do “bailarino-atleta”, caracterizado pelo bailarino que procura mostrar que seu vigor físico é comparável ao de um atleta como forma de validar sua prática e reafirmar sua masculinidade.

De modo geral, percebe-se que a estrutura patriarcal sobre a qual a sociedade foi construída influencia todos os campos, tendo impacto mesmo que inconscientemente no *habitus* de todos os agentes envolvidos. Vale ressaltar que as mulheres, estando nesse esquema machista em condição de inferioridade, parecem ser

mais prejudicadas, mas que os homens que não se encaixam no padrão de masculinidade, como os bailarinos, também são oprimidos por esse sistema.

Considerações finais

A partir dos fenômenos estudados e da bibliografia sobre o tema, foi concluído que a dicotomia entre os sexos foi historicamente construída, e, em função disso, o preconceito esteve e está presente na sociedade, inclusive vinculado fortemente a essas práticas corporais.

Apesar de ambas as modalidades apresentarem barreiras similares devido ao preconceito, ainda há mais mulheres jogando futebol do que homens praticando o balé, provavelmente porque o futebol em geral é mais popular e acessível, já o balé é uma prática mais elitizada e menos divulgada, sendo assim menos praticada. Contudo, as oportunidades no âmbito profissional das mulheres no futebol são menores se comparadas às dos homens no balé, tendo em vista que há pouquíssimos bailarinos no mercado para ocupar as mesmas companhias que as mulheres, diminuindo a concorrência, enquanto no caso das mulheres a falta de visibilidade dificulta a subsistência dos times, e assim diminuindo as oportunidades oferecidas para aquelas que buscam o profissionalismo.

Apesar de haver diferenças de funções entre homens e mulheres no balé, há uma relação de parceria e cooperação entre os gêneros, promovendo uma maior aceitação das mulheres para com os homens praticantes. Em contrapartida, no futebol não há interação entre os atletas de sexos distintos, possivelmente contribuindo para uma maior dificuldade da aceitação masculina em relação às mulheres praticantes da modalidade. Deve-se destacar que, estando inseridas em uma sociedade machista, os estereótipos para as mulheres já são de inferioridade, que são reforçados pela falta de diálogo, conhecimento e divulgação, além do interesse em manter o gênero masculino como hegemônico na modalidade.

Vale ressaltar que, apesar de estarem aparentemente em posições opostas, os preconceitos sofridos pelos homens no balé e as mulheres do futebol parecem partir de um mesmo conjunto de ideias e crenças. Em uma sociedade estruturalmente machista,

existe uma forte misoginia, ou seja, uma aversão e desprezo a tudo que é relacionado ao feminino. Assim, do lado do futebol, surge a crença de que as mulheres, consideradas inferiores nessa mentalidade, são incapazes ou não deveriam praticar tal atividade estereotipada como masculina. Já no contexto do balé, os homens que praticam acabam sendo considerados “menos homens” pelas pessoas que têm esse tipo de preconceito. Por estarem associados a algo estereotipicamente feminino, principalmente na visão de pessoas sem conhecimento sobre balé, eles acabam sendo alvo dessas mesmas ideias misóginas.

Ao abrir a possibilidade de fazer um comentário ao fim do questionário, uma das participantes levantou uma questão interessante, que poderia ser investigada como desdobramento deste artigo. A entrevistada afirmou frequentar estádios e fazer parte de torcida organizada, e apontou que o preconceito nesses ambientes também é enorme, abrindo a possibilidade para uma análise dos desafios da mulher no futebol não só como jogadora, mas também como torcedora.

Este trabalho abordou de forma ampla os preconceitos sofridos por dois grupos distintos, levando a reflexões em diversos âmbitos. Essas observações certamente podem vir a inspirar estudos futuros, que poderão aprofundar problematizações mais específicas, seja explorando mais obras e conceitos de Bourdieu, ou buscando outros autores relacionados às categorias sociológicas citadas. Outra possibilidade para um trabalho futuro, que enriqueceria muito a análise, seria obter uma amostra maior de praticantes de cada modalidade, a fim de conseguir produzir uma pesquisa mais completa e representativa.

Referências

ANDREOLI, Giuliano Souza. **Representações de masculinidades na dança contemporânea**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOURCIER, Paul. **História da dança no ocidente**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes,

2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

CAMINADA, Eliana. **História da dança**: evolução cultural. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: descontinuidades, resistências e resiliências. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 27, jan/dez, 2021.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, 2005.

A NOTÍCIA. Joinville tem maior concentração de meninos estudando balé no país. **Joinville**, 11 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/joinville-tem-maior-concentracao-de-meninos-estudando-bale-no-pais>> Acesso em 04/11/2019.

KESSLER, Cláudia Samuel. Se é futebol, é masculino? **Sociologias Plurais**, Curitiba, n. 1, p. 240-254, 2012.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. Mercadorização do futebol na era da globalização. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 172-195, ago. 2013.

LEITE, Miriam S. Significação da violência e heteronormatividade no contexto da prática curricular. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.7, n.1, 2011.

MARCHI JR, Wanderley; ALMEIDA, Bárbara Schaustek de; SOUZA, Juliano de. **Introdução à Sociologia do Esporte**. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.

MARTENDAL, Luan. Festival de Dança de Joinville: audição para o Bolshoi tem 300 candidatos. **A Notícia**. Joinville, 22 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/festival-de-danca-de-joinville-audicao-para-o-bolshoi-tem-300-candidatos#=_> Acesso em 04/11/2019.

MARTINS, Mariani Zuaneti; SILVA, Kerzia Railane Santos; VASQUEZ, Victor. As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 27, 2021.

PISANI, Mariane da Silva. Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres das periferias de São Paulo. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 14, 2014.

SANTOS, Renata Ferreira; et al. A dança como prática de lazer: algumas reflexões sobre homens, gênero e o balé clássico. **Pensar a prática**, Goiânia. v.18, n. 2, abr./jun. 2015.

SOUZA, Andrea Bittencourt de. **Cenas do masculino da dança**: representações de gênero e sexualidade ensinando modos de ser bailarino. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS, Brasil.

TEIXEIRA, Fábio Luís Santos; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 01, p. 265-287, jan./mar. 2013.

VIANA, Aline Edwiges dos S. Futebol: das questões de gênero à prática pedagógica. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 6, ed. especial, p. 640-648, jul. 2008.

Trajetória de tornar-se: as experiências do cuidar de si a partir do Curso de Pedagogia

Raysa Carvalho¹

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar as experiências de cuidar de si, vivenciadas pelas mulheres no curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Para isso, lançamos foco sobre a noção de cuidado de si, a partir de Michel Foucault, e também recorremos às teorias feministas do cuidado, buscando compreender de que modo as narrativas que permeiam o curso de pedagogia, como o discurso sobre cuidar como bem próprio da pedagogia e da mulher, lançam influências sobre os indivíduos, como estes conseguem transpor essas intervenções, viabilizam sua trajetória acadêmica e promovem o autogoverno. A partir da coleta e análise de dados empíricos, com entrevistas em profundidade e observação participante, alguns achados podem ser destacados como a crescente desnaturalização dos discursos de feminilização do cuidado e a recorrência às tecnologias de si como forma de resistência e reivindicação de si mesmas.

Palavras-chave: Tecnologias de si; Pedagogia; Cuidado; Gênero; Feminilização.

Trajectory of becoming: the experiences of caring for yourself from the pedagogy course

ABSTRACT

This article aims to analyze the experiences of taking care of oneself lived by women in the pedagogy course of the Faculty of Education of the Federal University of Goiás. For this, we focus on the notion of self-care, from Michel Foucault, and also we resort to feminist theories of care, seeking to understand how narratives that permeate the pedagogy course, such as the discourse about caring as a part of pedagogy and women, influence the requirements, how they manage to transpose these solutions, enable their academic trajectory and promote self-government. From the collection and analysis of empirical data, with in-depth entry and observation, some findings can be highlighted, such as the increasing denaturalization of the feminization of care discourses and the recurrence of self technologies as a form of resistance and claimed self-reported.

Key words: Self Technologies; Pedagogy; Care; Feminization; Gender

¹ Estudante do 6º período de Pedagogia, na Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Goiás (UFG) e discente-PIVIC do Programa de Iniciação Científica, na UFG. E-mail: raysa_carvalho@discente.ufg.br.

Você já se questionou sobre quando é que a atribuição de cuidar passa a permear a vida de uma mulher? Ao olhar para a minha trajetória percebo que o cuidado orientado ao outro já estava lá, desde cedo: quando eu ninava meu primeiro brinquedo de menina, uma boneca. Também estava na dedicação da minha avó, que cuidava de mim para que minha mãe pudesse trabalhar e nos sustentar, sem qualquer auxílio paterno. Manifestou-se como obrigatoriedade em relação às tarefas domésticas a partir dos 7 anos, sem revezar com o meu primo que também morava conosco. Materializou-se em cobrança, quando meu ex-marido afirmou que eu não deveria me preocupar com a minha carreira profissional e apenas cuidar da nossa filha, que na época tinha 2 anos. Apareceu até em um comentário depreciativo, quando contei sobre minha aprovação no curso de Pedagogia no trabalho, e um ex-chefe me disse: — Você, pós-graduada em marketing, vai regredir para cuidar de criancinha?

Ampliando o olhar para experiências coletivas, os questionamentos sobre o cuidado apareceram fortemente na primeira semana do curso de Pedagogia, através da pergunta feita por uma professora à turma: — Por que vocês escolheram este curso? — E as respostas dos estudantes, especialmente as das mulheres, relacionavam-se quase sempre à questão do cuidar como o fator decisivo para sua escolha. Nas falas, o cuidado aparecia ora como prazer e realização pessoal (gostar de cuidar; vocação feminina); ora como obrigatoriedade (foi encarregada de cuidar de alguém), e essencialmente feminilizado (pedagogia é curso de mulher; o que um homem faz na pedagogia?), como se cuidar fosse algo espontâneo para as mulheres, fácil e natural, especialmente quando se trata de ensinar e cuidar de crianças pequenas.

A partir disso, a presente pesquisa objetiva compreender de que modo certas narrativas, como as que relacionam o cuidar como algo esperado da pedagogia e do feminino, influenciam as mulheres em formação?

Neste artigo, na primeira seção, é abordada a discussão sobre cuidado em um curso majoritariamente feminino, deslocando a discussão para a perspectiva sociológica do gênero e do trabalho, evidenciando como as estratégias do cuidar-se na trajetória acadêmica permitem que as barreiras impostas pelo senso comum, ligadas a feminilização da pedagogia e do cuidado, sejam de fato transpostas, já que cuidar de si,

de acordo com Michel Foucault, compreende um conjunto de práticas e procedimentos que permitem ao sujeito estar no mundo e reivindicar-se como ser autônomo (MACHADO, 2018). Na segunda seção, o foco está sobre as teorias do cuidado e seus desafios práticos e teóricos que perpassam a contemporaneidade. Já na terceira seção evidenciam-se os achados da pesquisa, com a apresentação das agentes entrevistadas e suas perspectivas sobre a sua trajetória no curso; há também um aprofundamento sobre as tecnologias de si, de Michel Foucault (2010), apresentando as técnicas mapeadas que permitem a estas mulheres reivindicar-se como sujeitos para além das imposições sociais e culturais.

É importante salientar que o presente trabalho foi desenvolvido no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), da Universidade Federal de Goiás, circunscrito no projeto “Tecnologias de si na formação em pedagogia: uma cartografia dos sujeitos”, sob orientação da pesquisadora responsável Prof^ª Dra. Maria Izabel Machado. Para tanto, a metodologia adotada consistiu na análise de bibliografia e também na investigação empírica, com interpretação qualitativa dos dados, sob o método hermenêutico-dialético proposto por Maria Cecília de Souza Minayo (2002), onde valorizam-se os depoimentos dos atores sociais compreendidos em uma conjuntura socioeconômica, histórica e política, observando que “[...] a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge da realidade concreta” (MINAYO, 2002, p. 77).

Foram realizadas entrevistas qualitativas e em profundidade com 5 mulheres, graduandas em Pedagogia, cursando os diferentes períodos do curso, na Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Goiás. De forma a somar com as estratégias de coleta de dados, foi utilizada também a observação participante, cujas informações foram documentadas no diário de campo da pesquisa.

Esta pesquisa é norteadas pelas perspectivas feministas pós-estruturalistas, e a relevância em demarcar este posicionamento está pautada na definição de Elma Zoboli (2004), que afirma que “as éticas feministas têm como propósito principal repudiar e por fim à opressão sofrida pelas mulheres e outros grupos historicamente oprimidos, estando, portanto, muito mais preocupadas [...] em provocar transformações político-sociais” (ZOBOLI, 2004, p. 27).

Por fim, parto da compreensão de que as experiências das mulheres são permeadas por uma desproporcionalidade de opressões, subalternização e culpas relativas ao cuidar, tanto a um nível social, quanto no nível familiar. Pretendo com esta pesquisa colaborar com a desnaturalização das assimetrias de gênero e assim promover reflexões que inspirem uma formação dos sujeitos pautada em uma ética do cuidado, onde as pessoas percebam-se como responsáveis por si mesmas e também pelos outros, sem imposições ou explorações dos binarismos.

A feminilização da pedagogia e do cuidado: faces das arbitrariedades sobre as mulheres

Ser mulher traz um conjunto de adjetivos, de ser e estar na sociedade. O ato de cuidar está inserido nesta lógica, normalizado como dom feminino, especialmente quando se trata da tarefa de proteger e de educar as crianças. Ao longo dos anos e sem fugir dessa logicidade, o curso de Pedagogia passou a ser correlacionado ao ideal da educação infantil, do cuidado como missão de vida e essencialmente feminino. Alguns números dão pistas de que essa graduação é escolhida em maior número por mulheres: segundo dados obtidos junto à coordenação do curso, o número total de matrículas é de aproximadamente 600 estudantes², sendo que destes, as mulheres são cerca de 90% das matrículas ativas no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Goiás³.

Frases como: a mulher nasceu para cuidar; ou ainda: só a mulher sabe cuidar; e até mesmo: pedagogia é curso de mulher, permeiam os discursos reproduzidos. Sobre isso, Elma Zoboli (2004) afirma que “o imperativo moral para as mulheres se configura na obrigação de cuidar, já para os homens, aparece como o dever de respeitar as

² Dados obtidos, via solicitação por telefone, em conversa com a coordenação do curso de Pedagogia, no dia 28 de Junho de 2021.

³ Dados obtidos na descrição do projeto de pesquisa que norteia este plano de trabalho: Tecnologias de si na formação em pedagogia: uma cartografia dos sujeitos. Disponível em: <https://sigaa.sistemas.ufg.br/sigaa/verProducao?idArquivo=774698&key=38a7b4d2e423c98afc8e669656aoef66>. Acesso em 28 de Junho de 2021.

pessoas, protegendo-as de qualquer interferência em sua autonomia ou nos direitos à vida e à auto-realização” (ZOBOLI, 2004, p. 25).

Embora não seja o objetivo do presente artigo mapear as origens e as trajetórias históricas que culminaram na consolidação dos discursos que associam a pedagogia a uma atividade essencialmente feminina, ou ainda que o ofício do pedagogo esteja maiormente concentrado na prática do cuidado, é relevante a compreensão de que certas ideias possuem uma produção histórica e, por isso mesmo, adquirem status de verdade social, com força de documento (FOUCAULT, 2008), sendo replicadas e influenciando as escolhas do indivíduo.

Sobre isso, a cientista social Marlene Tamanini (2018) reitera que o cuidado como atividade feminina vem de uma atribuição estrutural, que afeta a democracia (TAMANINI, 2018), ou seja, afeta o poder de escolha, a autonomia das mulheres. Sendo assim, é cada vez mais urgente questionar os discursos essencialistas, que afirmam que a natureza feminina difere da masculina e compreender como essa perspectiva é, por um lado, “capaz de trazer novas formas para modelar a vida social e cultural, e, de outro destaca-se por sua crítica ao modelo dominante de feminilidade” (RAGO, 2008, p. 172), questionando, por exemplo, a obrigatoriedade de cuidar como função essencial da mulher.

Diante do exposto, como as mulheres transpõem essas imposições sociais ao seu gênero e conseguem assumir seus desejos e exercer seu poder de escolha?

Há na sociedade um conjunto de forças impositivas sobre as mulheres, mas também existe um movimento de ressignificação das posicionalidades do sujeito, de resistência, onde as mulheres conseguem transitar de uma posição marcada por assimetrias de gênero, de quem é obrigado a cuidar, para a de autogoverno. Para compreendermos um pouco mais sobre essas trajetórias, recorreremos à noção foucaultiana de cuidado, onde o autor afirma que o cuidado de si caracteriza as normas de condução da vida pessoal e social (FOUCAULT, 2010). Também é importante compreendermos como a questão do cuidado gira em torno de uma obrigatoriedade social do cuidar, que recai sobre as mulheres.

As definições de cuidado e as tecnologias de si

Tratando sobre os desafios teóricos que perpassam a compreensão do conceito de cuidado, bem como sua implicação nas assimetrias de gênero e nas relações de trabalho, é relevante afirmar que não se trata de uma definição simples. Sobre o conceito de cuidado, Zoboli (2004) afirma:

Parece claro que no desenvolvimento da noção de cuidado têm concorrido, ao longo da história, várias abordagens, como a mitológica, a religiosa, a filosófica, a psicológica e a teológica, que acabam por influir orientações éticas e comportamentos morais (ZOBOLI, 2004, p. 27).

Sobre este desafio conceitual, Tamanini (2018) alerta que um conceito não deve ser tratado como algo “puro e abstrato. Os conceitos são instrumentos intelectuais potentes, mas não são suficientes intelectual e politicamente” (TAMANINI, 2018, p. 45). Seguiremos nesta perspectiva, buscando compreender as múltiplas implicações que permeiam as diferentes esferas do cuidar.

Destacam-se as assimetrias de gênero, raciais, nas relações de trabalho e de classe, que corroboram com a consolidação de certas normas sociais, como a já afirmada feminilização do cuidado, que culmina até mesmo na desvalorização das profissões cujas atribuições estão relacionadas ao cuidar, como a do pedagogo. Isso tudo é legitimado por:

Instâncias várias, como o Estado, famílias, mercado e comunidade, quando o realizam o fazem à custa de mulheres mal reconhecidas como cuidadoras, com sobrecarga de trabalho, baixa remuneração e que não possuem as habilidades necessárias. Estas práticas estão do mesmo modo vinculadas a concepções de favor pessoal, a necessidade extrema; ou, se as relações são de parentesco e de comunidade, acionam-se elementos de um saber vinculado à noção de experiência da mulher com este cuidar, seja porque esta mulher já o fez antes e sabe, portanto, fazer, ou porque a pessoa que cuida tem relações de afeto com quem demanda cuidado; nesse caso, se considera que ela tem a obrigação moral de cuidar (TAMANINI, 2018, p. 33).

É importante perceber que a compreensão de cuidado extrapola o termo médico, mas é um conjunto de práticas corporais, de disponibilidade do sujeito de se preocupar. E isso implica em reconhecer a vulnerabilidade dos sujeitos, de preocupar-

se em compreender as políticas sociais, as desigualdades de raça, de gênero e de classes. Também é preciso destacar que o cuidado não deve ser atrelado ao conceito neoliberal, de um indivíduo que se produz, que se performa para servir à lógica do mercado. Isso posto, é preciso pensar o cuidado como acompanhamento, sustentáculo, uma rede de proteção de si e para os outros (TAMANINI, 2018).

Zoboli (2004) afirma que “cuidar é central para o ser humano e sua vida” (ZOBOLI, 2004, p. 23), não devendo, portanto, ser atribuído a um determinado gênero, posto que o cuidado está ligado às relações, aos processos de humanização, sendo:

[...] uma atividade característica da espécie humana, que inclui tudo o que nós fazemos com vistas a manter, continuar ou reparar o nosso mundo, de sorte que possamos viver da melhor maneira possível. Este mundo inclui nossos corpos, nossa individualidade e nosso desenvolvimento, que buscamos tecer juntos, dentro das relações complexas que sustentam a vida (TAMANINI, 2018, p. 48).

Desta feita, percebemos que o cuidado, como processo humanizador, é simultaneamente dirigido ao outro, mas também para si mesmo. Chegamos, portanto, a ideia de Tecnologias de Si, que segundo Foucault (2004b):

[...] permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade (FOUCAULT, 2004b, p. 323-324).

Foucault (2010), no curso que deu origem ao livro *A Hermenêutica do Sujeito*, questiona a origem grega do conceito de Cuidar de Si, que em Sócrates estava muito ligado a ideia do Conhece-te a ti mesmo. O autor se aparta dessa concepção grega, trazendo a ideia de ocupar-se consigo mesmo, de preocupar-se consigo com “exercícios de auto-subjetivação, de reforço ético de si para consigo” (GROS, 2008, p. 129). Ainda sob a perspectiva foucaultiana, Frédéric Gros (2008) destaca que cuidar de si “não se trata de modo algum de idolatria ou auto-adoração beata. [...]: a fruição de si mesmo não é da ordem do prazer, mas visa o sentido jurídico de uma posse completa, de uma imanência a si total e perfeitamente igual” (GROS, 2008, p. 135).

Para melhor compreensão, Gros (2008) afirma que o cuidado de si constitui uma pessoa forte, capaz de distinguir o que depende de si e o que não depende, e assim assegurar um pleno domínio de si mesmo, percebendo-se como um porto-seguro de si e sujeito capaz de realizações e de prover a própria felicidade (GROS, 2008), ou seja, apto a reivindicar-se como sujeito.

Ao contrário do que um discurso religioso poderia classificar como egoísmo, no pensamento foucaultiano, o cuidado de si significa a maneira como o sujeito “se integra num tecido social e constitui motor de ação política [...] num quadro largamente comunitário e institucional” (GROS, 2008, p. 131).

Nesta perspectiva, Foucault (2005) afirma que “têm-se aí um dos pontos mais importantes dessa atividade consagrada a si mesmo: ela não constitui um exercício de solidão, mas sim uma verdadeira prática social” (FOUCAULT, 2005, p. 57).

A autora Margareth Rago (2008) salienta que o cuidado e o cuidar de si configuram-se também como formas de resistência política, onde “escapar de formas modernas de sujeição e inventar-se a si mesmo a partir de práticas da liberdade parecem-lhe as principais saídas para a construção de novas configurações e agenciamentos sociais, na atualidade” (RAGO, 2008, p. 165).

Neste cenário, destacam-se as perspectivas feministas e a crescente desnaturalização de relações que condicionam as mulheres a certos papéis que as intimidam e as subjugam, sendo que há “a preocupação em libertar as mulheres das formas constrangedoras de ser mulher impostas socialmente [...] dos efeitos nocivos e paralisantes da vida doméstica, tanto quanto do modelo romântico de feminilidade, para ambos os gêneros” (RAGO, 2008, p. 174).

Dessa forma, como as mulheres que trilham agora sua trajetória no curso de pedagogia e, de certa forma, estão implicadas numa conjuntura marcada pela feminilização do trabalho, escapam do papel arbitrariamente atribuído pelo social e conquistam o autogoverno? Na sequência, serão apresentadas algumas reflexões e dados empíricos decorrentes das entrevistas e de observação das agentes da pesquisa, na busca por traçar o percurso desse processo de reivindicação de si das mulheres, enquanto profissionais em formação, e além: como elas assumem novas posicionalidades como sujeitos.

Trajetórias em curso: cuidado e cuidar de si para as acadêmicas de pedagogia

Começaremos apresentando os sujeitos da pesquisa: Sabina, Nise, Emília, Rosa-María e Magda. Nomes fictícios, atribuídos como homenagem a 5 mulheres que marcaram a história da educação com seus trabalhos, a saber: Sabina Spielrein, Nise da Silveira, Emília Ferreiro, Rosa María Torres e Magda Soares. Este exercício serve como meio de nos conectarmos às mulheres entrevistadas, resguardando seu anonimato e evidenciando sua força como sujeitos.

Este trabalho foi realizado no âmbito da Iniciação à Pesquisa Científica e, portanto, foram escolhidas 5 estudantes, cujos relatos são representativos para a compreensão da amplitude da comunidade acadêmica do curso, sendo importante salientar que as mulheres escolhidas para compor esta amostra foram convidadas observando-se o critério de possuírem vínculo ativo⁴ no curso de Pedagogia e também a disponibilidade para participarem da pesquisa. Veja a seguir, um panorama geral sobre as agentes entrevistadas:

Quadro 1- Informações gerais sobre agentes da pesquisa

		AGENTES DA PESQUISA				
		Sabina	Nise	Emília	Rosa María	Magda
INFORMAÇÕES	Idade	34	24	28	20	25
	Estado Civil	Casada	Divorciada	Casada	Solteira	Casada
	Já têm filhos?	Não	Não	1 filha e gestante	Não	2 filhos e gestante
	Ano de ingresso em Pedagogia	2018	2018	2018, trancado	2018	2017
	Iniciou ou concluiu outra graduação ou curso técnico?	Não	Sim, filosofia. Não concluiu.	Sim, contabilidade e história. Não concluiu.	Sim. Concluiu Técnico em Agropecuária.	Sim, administração. Não concluiu.
	Situação empregatícia	Costureira	Auxiliar de sala	Desempregada	Auxiliar de sala	Desempregada

Fonte: Dados obtidos através das entrevistas em profundidade e observações participantes realizadas no período de outubro e de 2019 a janeiro de 2020.

⁴ Na Universidade Federal de Goiás, são considerados estudantes com vínculo ativo todos os alunos que mantiverem um dos seguintes status acadêmico: matriculado em disciplinas/módulos; matrícula trancada; e, participante de mobilidade acadêmica.

Buscando mapear as experiências de cuidar-se e os múltiplos processos que contribuem para a formação profissional, para a construção dos sujeitos e também para as práticas de transformação do eu das educandas, recorrer às entrevistas individuais e em profundidade justifica-se, pois, o modo como as agentes “falam de suas vidas é significativo: a linguagem que utilizam e as conexões que fazem revelam o mundo que elas veem e no qual atuam” (ZOBOLI, 2004, p. 25).

Seguiremos com a narrativa de algumas experiências das estudantes, colhidas a partir das entrevistas gravadas e também por meio de observação participante em conversas informais que foram relatadas posteriormente no diário de campo da pesquisa.

Começo com Nise (entrevistada nº 2, 16 de outubro de 2019), que precisou remarcar a entrevista por duas vezes, devido aos problemas relacionados à saúde mental. Com diagnóstico de depressão, sua jornada acadêmica estava sendo desafiadora. Nise respondeu às perguntas sempre de forma objetiva. Após a entrevista, já com o gravador desligado, a estudante se sentiu mais à vontade para falar e destacou participar de um grupo no *whatsapp* com colegas de sala com as quais tinha mais afinidade. Ela contou que neste grupo virtual, as estudantes se apoiavam academicamente e afetivamente, compartilhando desde técnicas de estudo, até conselhos sobre a vida pessoal.

Já Emília precisou trancar o curso devido a maternidade recentemente. Ao receber o convite para a entrevista, ela ficou empolgada, sempre reforçando sua vontade de retornar às aulas e afirmou: “direto alguém da turma pergunta [...] Eu sinto que eu sou vista, as pessoas estão me vendo, estão vendo a C. [nome da filha suprimido]. As pessoas perguntam se eu estou bem, se eu estou voltando” (entrevistada nº 4, 21 de outubro de 2019). Emília deixou claro que essas abordagens da turma eram um incentivo para si e reforçavam o senso de pertença ao coletivo. Na data da entrevista, sua filha tinha pouco mais de 1 ano e ela acabara de descobrir uma nova gestação há poucos meses.

Magda (entrevistada nº 1, 15 de outubro de 2019), mãe de duas crianças, também havia descoberto há pouco que estava gestante. Ela afirmou que estava no

auge da produção acadêmica, com publicações recentes e atuando como monitora de disciplina. Devido à gravidez, deparou-se com exames indicando que ela precisava cuidar mais de sua saúde. Isso suscitou uma série de reflexões sobre o cuidado, especialmente sobre por que era tão simples cuidar da saúde e do bem-estar dos 2 filhos, mas não de si mesma? Sobre a sua trajetória no curso de pedagogia, Magda relembrou que logo após contar sobre sua aprovação para a família, seu pai lhe disse que a Universidade Federal não era lugar de gente como eles, trabalhadores, mas que após 3 anos de estudos, ela percebeu ter conseguido provar o contrário para toda a família, tornando-se motivo de orgulho. Ela também revelou sua preocupação em concluir o curso sem atraso, pois o parto do 3º filho estava previsto para acontecer em meio ao semestre letivo. Ela afirmou contar com o apoio do marido e dos 2 filhos, e disse acreditar na solidariedade e no incentivo dos colegas e do corpo docente para concluir a graduação.

Sabina (entrevistada nº 5, 22 de outubro de 2019) foi alfabetizada em um acampamento do Movimento Sem Terra e demonstrou orgulho de sua trajetória, embora reconhecesse que já sofreu preconceitos devido ao seu passado e também à profissão que exercia no presente, de costureira. Em muitos momentos da entrevista, Sabina verbalizava que se sentia incapaz de cursar a faculdade, pois entrou tardiamente no curso e a abordagem acadêmica ainda era um mistério para si, mas na sequência, reafirmava estar disposta a ir até o fim da graduação, lutando pelo espaço formativo que conquistou. Sobre a rotina acadêmica, Sabina atribuiu grande importância às relações solidárias para transpor as dificuldades do curso, e que isso contribuiu para que ela se integrasse ainda mais ao espaço acadêmico e aprendesse sobre a produção científica. Também salientou que mesmo em meio a toda a diversidade que encontrou na universidade, também havia uma rede colaborativa entre estudantes e professores que lhe fazia bem em muitos aspectos.

Rosa María (entrevistada nº 3, 16 de outubro de 2019) era a mais jovem das entrevistadas. Residindo em Silvânia, cidade no interior de Goiás, ela se deslocava todas as noites para o campus, em Goiânia-GO. Rosa María já possuía uma formação técnica em Agropecuária e diversas vezes cogitou desistir do curso de pedagogia para se dedicar a essa área profissional. Ela afirmou que os principais gatilhos sobre desistir

advinham das dificuldades financeiras e também dos problemas relacionados à saúde mental, com o diagnóstico de ansiedade. Ela contou que quando esses pensamentos se tornavam muito intensos, ela buscava forças em 3 pilares: no sonho de conquistar a formação em uma Universidade Federal; na necessidade de manter o emprego como auxiliar de sala, cujo pré-requisito era permanecer no curso de pedagogia; e também no apoio das amigas do curso, que a auxiliavam tanto sobre questões pessoais, quanto sobre as dúvidas acadêmicas. Rosa María também disse que sua família nunca a apoiou em relação à graduação em pedagogia.

Ao nos determos a esta breve apresentação de cada agente é possível percebermos exemplos de como essas estudantes buscaram transcender o objetivo da formação universitária, constituindo-se enquanto pessoas autônomas e solidárias, evidenciando o aprendizado e a elaboração de estratégias que tornavam viável sua permanência no curso. Nisto, percebemos a ocorrência do que Gros (2008) chama de conhecimentos ethopoéticos, ao se referir a percepção foucaultiana de que a formação profissional e a humana ocorrem de forma concomitante:

Foucault mostra claramente que não se trata absolutamente desta separação. Não são dois domínios de objetos (a natureza, de um lado e, de outro, o sujeito humano) que são distintos, mas dois estilos de saberes, dois regimes de aquisição de conhecimentos: de um lado, há os conhecimentos puramente culturais, eruditos, que podem concernir tanto ao sujeito humano, quanto ao mundo natural e que não afetam diretamente o modo de ser de um sujeito, nem o transformam, mas apenas o tornam mais culto, aumentam quantitativamente a soma de seus saberes, sem servir a regular ou a orientar a conduta. De outro lado, há os conhecimentos que Foucault chama de 'ethopoéticos' e que orientam a conduta do sujeito, informam praticamente seu comportamento e que podem bem estar ligados à cosmologia (GROS, 2008, p. 133).

Perante os perfis descritos até aqui já é possível identificar indícios das tecnologias de si, de Foucault, que podem ser compreendidas enquanto um conjunto de práticas que permitem a constituição e a transformação dos sujeitos. Falaremos mais sobre as técnicas de si a seguir.

A formação docente e as tecnologias de si: o que as agentes relataram

Pensar as tecnologias de si de Foucault exige que pensemos também as tensões constituídas historicamente e como essas tecnologias estão circunscritas nas influências entre saberes, relações de poder e modos de constituir-se enquanto sujeitos. Em seus estudos, o autor afirma que seu objetivo era verificar, neste contexto de tensões entre verdades e poder, de que modo “o sujeito humano vai se definir como indivíduo falante, vivo e trabalhador” (FOUCAULT, 2004a, p. 264).

As entrevistas com estas mulheres estudantes de pedagogia, revelaram uma série de tensionamentos aos quais elas precisam responder em seu cotidiano, não apenas relacionados ao ambiente acadêmico, e sobre os quais destacaremos a seguir.

O primeiro tensionamento apresentou-se na necessidade de trabalhar e/ou dedicar-se à família, o que interferia tanto na escolha do turno do curso, no caso delas a opção pelo turno noturno, quanto no tempo que elas poderiam ou não dedicar aos estudos fora da universidade, impactando até mesmo na decisão pelo trancamento do curso.

Outro ponto de conflito foram as divergências entre o interesse individual das mulheres, em contraponto aos interesses familiares. As estudantes entrevistadas precisaram lidar com questionamentos sobre a escolha do curso de Pedagogia em comparação a outras carreiras percebidas como mais promissoras pela família e menos óbvias do que a escolha de um “curso de mulher”. Vemos aqui que, embora tenham escolhido um curso feminilizado, esperado socialmente, algumas estudantes foram criticadas por isso. Essas mulheres também precisaram enfrentar dúvidas sobre o mérito da sua aprovação e capacidade em permanecer em uma instituição federal.

Os relatos também deram conta de que estas estudantes já estiveram ou ainda estão em situações em que precisam cuidar de alguém de forma obrigatória, não-remunerada e sem divisão de responsabilidades, seja com o marido ou com os demais parentes. Sobre o impacto desse tipo de cuidado compulsório sobre a formação, as agentes salientaram que a divisão de papéis deveria ser mais igualitária, especialmente para que elas pudessem dar continuidade e/ou se dedicarem mais à sua formação acadêmica.

Outra questão que apareceu bastante nas entrevistas, e que suscitou alerta, foi a do adoecimento mental, bem como os desafios para o tratamento e para a permanência no curso.

Ainda sobre os desafios em cursar pedagogia, as mulheres também revelaram alguns questionamentos de ordem existencial, sobre si mesmas perante a realidade vivida e desejada. Antes de adentrar à faculdade, Emília conta que se perguntava se a vida era apenas acordar, trabalhar, ser esposa, mãe, bonita (entrevistada nº 4, 21 de outubro de 2019). Nise também questionava sua função no mundo do trabalho, revelando querer mais do que apenas assistir vídeos de maquiagem para ser uma boa vendedora na loja em que trabalhava (entrevistada nº 2, 16 de outubro de 2019). Magda também relatou que antes de cursar pedagogia quase concluiu o curso de administração, mas quis mudar de graduação porque não queria que sua vida se resumisse a ser uma boa administradora que ajuda pessoas ricas a ficarem mais ricas, mas que gostaria de fazer mais pelo mundo (entrevistada nº 1, 15 de outubro de 2019).

Essas falas expressaram que escolher pedagogia foi um importante passo para estas mulheres se lançarem no caminho da descoberta de si, das próprias vontades e de seu propósito de vida, estando longe de ser apenas a repetição de comportamentos esperados por determinado gênero.

A partir disso, cabe elucidar algumas práticas que podem ser consideradas como um conjunto de tecnologias de si, evidenciadas pelas estudantes. Ações que embora normalizadas como atitudes simples do cotidiano, tiveram o potencial de agenciar os estados de bem-estar necessários para a conquista do autogoverno.

A primeira tecnologia de si a ser destacada estava em sentir-se integrante de redes de apoio não-institucionalizadas, composta por amigos e colegas. Em suas falas, as entrevistadas ressaltaram a importância dessas relações de confiança, que diziam respeito tanto aos assuntos acadêmicos, quanto às questões para além da universidade. Um exemplo disto quem nos deu foi a estudante Rosa María, que destacou que perante as dificuldades cotidianas relacionadas à formação, sempre recebeu ajuda: “aqui na faculdade tem muito disso, da ajuda né? Não fiz um trabalho e sempre tem uma colega que fala vem cá, eu te ajudo” (entrevista nº 3, 16 de outubro de 2019). Ainda sobre as redes de apoio, a estudante Nise lembrou que ao comentar sobre o seu processo de

adoecimento mental com colegas de turma, foi ajudada por estudantes que compartilharam uma lista de contatos de psicólogos e psiquiatras que realizavam atendimento solidário (entrevistada nº 2, 16 de outubro de 2019).

Outra importante forma da promoção do cuidado de si foi a reunião dos estudantes em grupos de *whatsapp*, com o objetivo de compartilharem informações. Conforme relatos, esses grupos reuniam um grande número de pessoas, com graus diversos de relacionamento entre si, alguns conviviam desde o início da graduação, enquanto outros estavam apenas de passagem pela turma. Mas a força dessa rede estava na interação, como: nos acordos de colaboração que ajudavam a garantir a permanência na universidade; nos lembretes de atividades e eventos; no compartilhamento de trabalhos e saberes, e até nos pactos coletivos que promoviam sentimento de pertença, como ficou expresso no relato da estudante Sabina: “eu vejo no grupo, a turma é a mais unida, se um tem todo mundo tem. Tentamos todo semestre de matrícula ficar juntos” (entrevistada nº 5, 22 de outubro de 2019).

Os relatos sobre esses agrupamentos também elucidaram mais uma técnica de si: o diálogo. Em seus escritos sobre as técnicas de si, Foucault (2004b) faz todo um itinerário pelas concepções gregas sobre as práticas de Cuidado de Si, apresentando o diálogo como elo importante entre o cuidar de si e o conhecer-se a si mesmo: “em Alcibiades I, a alma tinha uma relação espelhada com ela mesma, que se refere ao conceito de memória e justifica o diálogo como um método para descobrir a verdade na alma” (FOUCAULT, 2004b, p. 339). Para as estudantes entrevistadas, o diálogo tornou-se uma importante tecnologia que além do fortalecimento dos laços, estimulava uma reflexão sobre si mesmas e também funcionava como influências norteadoras. Isso foi evidenciando em uma fala de Nise que afirmou inspirar-se em suas colegas para seguir no curso: “são mulheres que têm umas cobranças muito fortes e são apenas mulheres, pessoa inteligente que já sofreu mas, sabe viver, e eu quero isso pra minha vida” (entrevistada nº 2, 16 de outubro de 2019). A fala de outra estudante também ilustrou o quanto as conversas com o grupo tinham importância em seu processo formativo, pois segundo ela, era uma forma de “não deixar se perder. ‘— Vem aqui que eu te ajudo!’ —. Essas conversas são muito enriquecedoras” (Rosa María, entrevista nº 3, 16 de outubro de 2019).

Essas práticas apontadas até então são exemplos de tecnologias de si. A organização coletiva de grupos de apoio e a utilização de redes sociais, como grupos no *whatsapp*, para incentivar os estudos e proporcionar apoio afetivo, bem como os diálogos para esclarecer dúvidas ou simplesmente conversar. Também a ação colaborativa de compartilhar informações como forma de ensinar uns aos outros, além de outras ações de cuidado de si e de resistência diárias, são exemplos práticos de mobilização do eu que promovem muito mais do que a formação acadêmica: são tecnologias que também permitiram que as agentes respondessem aos desafios de serem mulheres e futuras pedagogas, agenciaram senso de pertença, potencializando habilidades para criar e estabelecer relações solidárias; promoveram o autogoverno de si e a responsabilidade com o coletivo.

Da feminilização do cuidado ao exercício da profissão de Pedagogia: como as agentes percebem esta relação e se constituem

A partir de agora, nossa reflexão será direcionada ao aspecto social, político e cultural do cuidado enquanto atribuição do feminino e as influências desse discurso na profissão de pedagogo. Sobre isso, Rosa María (Entrevista nº 3, 16 de outubro de 2019) demonstrou sua opinião de um jeito firme: “não tem nada a ver. Cuidado é da humanidade, é uma coisa humana e humanizadora, independente de gênero, acho que é muito sem noção colocar isso sobre a mulher”, afirmou.

É importante salientar que todas as mulheres entrevistadas demonstraram descontentamento diante da associação do cuidado como atribuição social das mulheres, afirmando que os homens também são capazes de ações de cuidado. Magda e Nise lembraram os colegas de curso, homens cis e transgêneros, alvo de preconceitos no mercado de trabalho, como a desconfiança sobre a capacidade de cuidar e também restrições no campo de atuação para evitar potenciais suspeitas de assédio às crianças. Sobre isso, Emília evocou sua experiência:

É cultural: quem cuida é a mulher. Quem cuida do filho é a mãe. Eu estou passando isso na prática. As pessoas questionam o marido por trocar a fralda: - Ele te ajuda? Isso é muito cultural, mas não acredito nisso não. Cuidado vem de alguém que está disposto a cuidar, de quem é sensível, mas não no

estereótipo do feminino, mas sensível no quesito de quem cuida de si e do outro. Ser uma pessoa sensibilizada a cuidar e isso é independente de gênero. Todo mundo é capaz de cuidar. De ser pedagogo (Emília, entrevistada nº 4, 21 de outubro de 2019).

Sobre a pedagogia ser um curso para pessoas que trabalharão como cuidadoras, Nise reclama, afirmando que se trata de uma generalização. A estudante reconheceu o quanto o cuidado faz parte da rotina de trabalho do pedagogo, especialmente na educação infantil, onde o (a) professor (a) também deve se relacionar com as crianças com gestos de afetividade e acudi-las em situações de higiene. Nise também protestou que gostaria que a sociedade compreendesse que o processo ensino-aprendizagem requer muito estudo e estratégias aprendidas na formação acadêmica (entrevistada nº 2, 16 de outubro de 2019). Ainda sobre este tema, Sabina reforçou o quanto a relação de afetividade e de cuidado com sua professora na infância fez diferença para sua formação e que se inspirava nela para a sua futura atuação profissional, no entanto, também reconheceu que atuar como educadora requeria uma série de conhecimentos que ela só aprendeu na faculdade (Sabina, entrevistada nº 5, 22 de outubro de 2019). Sobre a divisão sexual do trabalho, Sabina continuou:

Gira muito em torno de preconceito. Hoje nem tanto, mas antigamente o homem era visto só [sic] pra manter o lar financeiramente e a mulher está ali pra cuidar, manter, dar carinho, e isso partiu pra escola, se ela cuida em casa, cuida na escola. Eu acredito num homem [sic] pra dar aula, dar carinho e atenção. Eu trago isso de casa, do meu pai, ele trabalhava, mas tava [sic] em casa e nunca deixou faltar carinho e atenção. Minha mãe foi criada como homem, na lida. E eu trago isso pra pedagogia (Sabina, entrevistada nº 5, 22 de outubro de 2019).

Em seu discurso, Sabina afirmou que a percepção sobre o que seria trabalho apropriado para mulheres, em contraponto ao que seria apropriado para homens, era algo ultrapassado. No entanto, quando relatou que sua mãe “foi criada como homem, na lida”, sua fala reforçou uma percepção social de que o trabalho realizado no âmbito privado da família não seria trabalho, fazendo uma livre associação de que as atividades que geram renda são atividades próprias do gênero masculino.

É inquestionável que as assimetrias que permeiam a divisão sexual do trabalho seguem muito presentes na sociedade, especialmente manifestada na subalternização

do cuidado, onde permanecer em casa para cuidar e assim promover condições de bem-estar, higiene e alimentação para todos da família não são consideradas atividades que provêm o sustento ou que sejam dignas de reconhecimento enquanto trabalho.

Ainda sobre o tema cuidado, os relatos individuais evidenciaram um traço importante: todas as agentes reforçaram que já cuidaram ou cuidam de alguém próximo de forma sistemática por motivos vários, como doença, acidente ou tradição familiar, sem dividir essa responsabilidade com os irmãos ou maridos, mesmo isso sendo possível ou ideal. A respeito desta característica, Tamanini (2018) aponta que diversas pesquisas no mundo sobre o cuidado indicam que aqueles que escolhem profissões relacionadas ao cuidar já “havia cuidado, gratuitamente, de pessoas que lhes eram próximas, antes de se tornarem cuidadores/as formais” (TAMANINI, 2018, p. 47).

Isso é evidenciando por Sabina, que revelou que antes de iniciar a sua jornada acadêmica matriculou-se em dois cursos, Pedagogia e Assistência Social, que, segundo ela, estavam relacionados ao cuidado. Ela afirmou ter escolhido essas duas formações porque se percebia na condição de quem “sempre está acudindo a família, ama cuidar e cuida muito bem” (Sabina, entrevistada nº 4, 21 de outubro de 2019). É importante salientar que nesta percepção de cuidar como um dom, o sujeito não percebe ou mascara um constrangimento da ordem da cultura que o obriga a cuidar (TAMANINI, 2018). Mas não apenas isso, quando o sujeito escolhe uma formação profissional porque está habituado à função de cuidar, este indivíduo também está em busca de se tornar um cuidador formal. O que pode denotar “um mecanismo de sobrevivência para as mulheres ou outros que estão lidando com cuidado em condições opressivas” (TAMANINI, 2018, p. 46).

Outro ponto importante das entrevistas é que quando inquiridas sobre o que compreendiam por cuidado, a resposta das entrevistadas sempre estava direcionada a prover o bem-estar do outro, criar condições para o pleno desenvolvimento do outro. No entanto, quando a pergunta se referia ao que significava Cuidar de si, instaurava-se um silêncio, seguido por reflexões que apontavam uma falta de cuidado consigo mesmas. E os motivos para não cuidar de si eram variados: seja por perceberem-se em um estado constante de sempre cuidar dos outros (Magda, entrevistada nº 1, 15 de

outubro de 2019), ou ainda por não terem o costume de cuidar de si (Sabina, entrevistada nº 4, 21 de outubro de 2019). Nas falas também emergiram sentimentos de culpa, onde as entrevistadas diziam que precisam se dedicar mais a si mesmas, além de dúvidas sobre o que seria cuidar de si, se estaria relacionado tão somente ao cuidado estético ou a um check-up médico.

Sobre essa dificuldade manifestada pelas entrevistadas sobre falar a respeito do cuidado de si, “essa parcialidade não reconhecida de conceitos de cuidado tem duas consequências. A primeira é obscurecer formas de cuidado que apareçam fora dos limites socialmente criados” (TAMANINI, 2018, p. 44). A outra consequência é a persistência em se continuar atribuindo o cuidado às mulheres e que impede uma nova perspectiva sobre a divisão sexual do trabalho (TAMANINI, 2018).

Diante disso, é preciso que o conceito de cuidado e a ação de cuidar sejam colocados como forma de desenvolver relações mais democráticas, desconstruindo dinâmicas que seguem ampliando as diferenças entre os gêneros, mas que abarque especialmente “a necessidade de reflexão social sobre o cuidado, para que ela se desenvolva sob a perspectiva do seu sentido político, econômico, institucional e com seu consequente desmanche sexista” (TAMANINI, 2018, p. 51). A importância desta nova percepção sobre o cuidar se justifica, já que:

A vantagem do cuidado é que ele pode permitir considerar um novo estado de questões, em que o cuidado pode, quem sabe, construir uma nova forma de ser do Estado social, que leva em conta o lugar de devir das mulheres, dos vulneráveis e necessitados de cuidado, que leve bem mais em conta a sociedade preocupada com as pessoas e suas necessidades. [...] Isto inclui um processo de descolonização cognitiva, para assegurar uma maneira de se desidentificar com os discursos dominantes e para provocar o surgimento de novas políticas necessárias às pessoas e aos sujeitos situados (TAMANINI, p. 61-62).

Tendo em vista os relatos e as reflexões suscitadas a partir das entrevistas com essas 5 mulheres, é urgente pensarmos os potenciais impactos em nível familiar, formativo e profissional que a democracia do cuidado pode trazer para a vida dessas agentes. Façamos um exercício de reflexão: Como seria para essas mulheres viverem sem a culpa que sentem ao pensarem em cuidar de si mesmas? E ainda, como seria para elas existirem sem estarem sob o jugo da obrigatoriedade de cuidar, que impacta

em seu tempo, seus corpos e seus desejos? Isso, no mínimo, significaria autonomia para reconhecer-se como seres humanos de vontade e de direitos. Sujeitos com liberdade de pertencer-se, sob uma menor pressão social sobre suas escolhas.

E, afinal, o que significaria para as mulheres e para a sociedade como um todo a construção de uma democracia do cuidado? Sobre isso, um dos grandes desafios é “passar do micro para o macro, isto é, não se ater apenas as relações face a face, mas também passar para o relato das instituições e de suas responsabilidades” (TAMANINI, 2018, p. 43). Para tanto, é preciso que haja uma desconstrução das bases tradicionais do cuidado, ainda calcado na exploração das vulnerabilidades sociais, quer seja da ordem sexual, da raça ou dos afetos.

Considerações finais

É patente que Pedagogia, Cuidado e Feminino encontram-se interligados, não de forma natural, mas sim no âmbito da cultura e da história. Estes processos são permeados por preconceitos ideológicos, que se projetam como discursos do senso comum e que legitimam um sistema de práticas que oprimem e invisibilizam as mulheres.

Ao retomarmos a pergunta inicial desta pesquisa, é possível compreender que as narrativas que relacionam o cuidar como algo esperado da pedagogia e também da mulher, lançam influências, sim, sobre as estudantes em formação, mas não apenas isso.

Nesta perspectiva pós-estruturalista, percebemos as mulheres como agentes de si mesmas, recorrendo a diversas técnicas de si para escapar deste lugar de feminilização do cuidado, com o objetivo de romperem com condições de opressão, má remuneração e desvalorização. Nesta busca por alçar novas posicionalidades enquanto sujeitos, agenciam novos status de ser no mundo: o acadêmico, o científico, o profissional. E a graduação em Pedagogia mostrou-se como parte dessa trajetória de conquista da autonomia e do autogoverno.

Sendo assim, importa ir além do senso comum, cujas narrativas reforçam a ideia de feminilização da Pedagogia, já que esta graduação é um espaço de troca de

saberes e experiências, resistência e subjetivação para mulheres, em sua maioria numérica, mas também para homens, gays, cisgêneros, transgêneros e não-binários.

Diante dos relatos das 5 entrevistadas é possível compreender que para estas estudantes, as técnicas de si são práticas de reelaboração do eu e também de resistência aos tensionamentos da vida cotidiana, sendo os meios utilizados por estas mulheres para se reivindicarem como sujeitos de vontade e de direito, para além da universidade. Isso acontece de várias maneiras, como: a constituição de redes de apoio informais, para incentivar os estudos e proporcionar apoio afetivo; a organização coletiva através de grupos de *whatsapp*, como importante ferramenta para acordos coletivos e ajudas mútuas; o diálogo com amigos e colegas de curso, tanto sobre assuntos de ordem acadêmica, quanto pessoal, como importante elo entre o cuidar de si e também o conhecer-se a si mesmas.

Já sobre os temas Cuidado e Pedagogia, alguns achados podem ser destacados, como a crescente desnaturalização desses discursos, a saber: ainda que o aspecto social, político e cultural reforce a feminilização do cuidado, as entrevistadas compreendem o cuidar como algo humano e humanizador, independentemente de gênero; ao serem questionadas sobre a Pedagogia ser considerado um curso de mulheres e de cuidadoras, as entrevistadas reconhecem a importância do cuidado no processo de ensino-aprendizagem, especialmente na educação infantil, no entanto, reagem afirmando que realizam um trabalho pautado em conhecimentos acadêmicos; elas também reconhecem o preconceito com seus colegas homens, cis, gays e trans, que cursam pedagogia, reclamando que haja uma nova compreensão social de que todos são capazes de cuidar e de serem pedagogos; e, por fim, as mulheres já haviam atuado com o cuidado de forma compulsória, antes ou durante o curso de pedagogia, elucidando que elas se identificam com a atribuição de cuidar, mas que também buscam superar as imposições sociais, transformando algo que outrora as subjugou em um meio de emancipação e reelaboração de si mesmas.

É urgente perceber que estas estudantes não se conformaram com um sistema, permeado por constrangimentos e dominação, ainda que inseridas nele. Logo, não são mulheres apenas repetindo padrões socialmente impostos, são mulheres que se tornam agentes produtoras de suas histórias, construindo seu valor perante a sociedade

enquanto integrantes de uma comunidade, a acadêmica, onde se (re) elaboram, assumem novas posicionalidades de ser, integram uma rede com a qual podem contribuir e recorrer sempre que preciso.

Já quando perguntadas sobre o que compreendem por Cuidado de Si, expressaram dúvidas sobre o que isso significaria: se cuidado estético, de saúde, de bem-estar? Também demonstraram culpa e um sentimento de dívida consigo mesmas, por não se reconhecerem como alvo de cuidado, como se o cuidar estivesse sempre orientado ao outro, nunca a si mesmas.

Esta pesquisa revela que trazer as discussões sobre as tecnologias de cuidar de si para o curso de pedagogia tem poder de contracultura e pode contribuir para promover relações mais democráticas, como vias de desarticular preconceitos de gênero e práticas de dominação tão recorrentes na lógica neoliberal. Logo, faz-se urgente promovermos uma nova ética do cuidado, construída sobre premissas que abarquem o respeito e a valorização da diversidade, e que não seja pautada na exploração dos binarismos, nem das raças. Mas que favoreça relações mais equânimes, humanas e humanizadoras, desde o âmbito familiar e pessoal, até a esfera pública, econômica, política e ambiental, uma verdadeira democracia do cuidado.

Referências

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade, 1984. In _____. **Ditos e escritos V**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. 3ª ed. 4ª tiragem. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: O Cuidado de Si**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. Tecnologias de Si, 1982. **Revista Verve [online]**, v. 06, p. 321-360, abr. 2004b. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5017/3559>. Acesso em: 19 Dez. 2019.

GROS, Frédéric. O cuidado de si em Michel Foucault. *In* RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Figuras de Foucault**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MACHADO, Maria Izabel. Cuidar de si a partir das tecnologias do eu: o cuidado na economia solidária desde as experiências nos clubes de troca. *In* **O cuidado em cena: desafios políticos, teóricos e práticos**. / Marlene Tamanini et al. (Org.). – Florianópolis: UDESC, 2018.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

RAGO, Margareth. Foucault e as artes de viver do anarco-feminismo. *In* RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Figuras de Foucault**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

TAMANINI, Marlene. Para uma epistemologia do cuidado: teorias e práticas. *In* TAMANINI, Marlene; HEIDEMANN, Francisco G.; VARGAS, Eliane Portes; MARCOS, Sandro (org.). **O cuidado em cena: desafios políticos, teóricos e práticos**. Florianópolis: UDESC, 2018.

ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. **Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]**, v. 38, n.1, p. 21-27, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342004000100003>. Acesso em: 19 Dez. 2019.

Emprego, Trabalho e Renda no Brasil contemporâneo: desafios e potencialidades

Matheus Dums¹

Caroline Schmidt de Camargo²

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar a temática do Emprego, Trabalho e Renda, na situação atual do Brasil de Pandemia de Covid-19, demonstrando por meio de indicadores sociais a realidade e apontando o estado e criação de políticas públicas que impactem neste tema. Trata-se de uma análise teórico-crítica, pautada em uma pesquisa bibliográfica e documental. O artigo está configurado nos seguintes itens, são eles: Indicadores relacionados a Emprego, Trabalho e Renda; Breve histórico sobre a legislação acerca do Emprego, Trabalho e Renda; Dado dos Indicadores Sociais; Análise dos Dados; e Desafios e Potencialidades. Em suma, dos resultados da análise destaca-se que nesta crise social e econômica, o Estado com suas contrarreformas e atual gestão neoliberal, não garantem condições elementares para a vida humana, empobrecendo cada vez mais as camadas mais vulnerabilizadas da sociedade e aumentando a concentração de capital. O que impõe aos/as progressistas os desafios de sensibilizarem a população, se articularem e mobilizarem junto com esta, como forma de resistência e enfrentamento à contrarreforma do Estado, buscando qualidade de vida para todas as pessoas.

Palavras-chave: Indicadores Sociais. Desemprego. Desigualdades Sociais.

Employment, labor and income in contemporary Brazil: Challenges and Potentialities

ABSTRACT

The objective of the article is to analyze the theme of Employment, Work and Income, in the current situation of the Covid-19 Pandemic in Brazil, demonstrating through social indicators the reality and pointing out the state and creation of public policies that impact on this theme. This is a theoretical-critical analysis, based on bibliographical and documental research. The article is configured in the following items, they are: Indicators related to Employment, Work and Income; Brief background on legislation on Employment, Labor and Income; Social Indicators Data; Data analysis; and Challenges and Potentials. In short, from the results of the analysis, it is highlighted that in this social and economic crisis, the State with its counter-reforms and current neoliberal management, do not guarantee elementary conditions for human life, increasingly impoverishing the most vulnerable layers of society and increasing concentration of capital. This imposes on progressives the challenges of sensitizing the population, articulating and mobilizing along with it, as a form of resistance and confrontation against the State's counter-reform, seeking quality of life for all people.

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa-Paraná, Brasil. E-mail: mmatheusdums@gmail.com.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa-Paraná, Brasil. E-mail: carolineschmidt17@outlook.com.

Keywords: Social Indicators. Unemployment. Social differences.

1. Introdução

No Brasil, tem-se vivido desde os últimos anos, especialmente a partir da última metade da década de 2010, um aumento do desemprego, do número de pessoas desalentadas e um aumento na proporção dos domicílios nas menores faixas de renda. A crise atual já havia iniciado antes mesmo da pandemia de Covid-19, sendo esta crise resultado da desaceleração do crescimento econômico de parceiros econômicos brasileiros, como Argentina e China, aliado às políticas neoliberais.

Uma das formas de se verificar os resultados das políticas públicas e a situação de bem-estar da população é através de indicadores sociais³, que permitem avaliar, comparar dados, traçar e efetivar estratégias que melhorem a vida da população. Uma importante temática de indicadores é referente ao Emprego, Trabalho e Renda⁴, que permitem verificar a situação de ocupação e de ganhos por família e, conseqüentemente, identificar o estado de bem-estar, visto que a renda é essencial para a sobrevivência em uma sociedade capitalista.

Por consequência, este trabalho tem por objetivo realizar uma análise dos indicadores sociais que demonstrem a situação do mercado de trabalho brasileiro dos últimos anos, inclusive, com dados do período da Pandemia de Covid-19, ao mesmo tempo que compara a situação atual de desemprego brasileiro com outros países. Refere-se a uma análise feita a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

Primeiramente, é apresentado um breve histórico acerca da legislação do mundo do trabalho no Brasil. Posteriormente, são trazidos dados dos indicadores dos últimos anos sobre Ocupação e Renda, e uma análise sobre os mesmos. Formulou-se

³ Indicadores Sociais são medidas quantitativas contabilizadas a partir da realidade empírica, servem para dar sentido para um conceito abstrato. Compreendendo determinantes sociais de uma sociedade, permitindo, inclusive, mensurar a situação de Bem-Estar da população e os fenômenos sociais presentes. Para a partir dele apreender a realidade, podem ser utilizados os resultados a fim de estudos universitários e/ou dar embasamento para criação e avaliação de políticas públicas (JANNUZZI, 2017).

⁴ As políticas de Emprego, Trabalho e Renda têm por função garanti-los, por meio de ações e programas integrados a partir de decisões da esfera pública, tendo como norte a garantia da cidadania através do trabalho (SANTOS, 2016).

considerações acerca dos desafios e potencialidades presentes no Brasil, que se encontra na condição de um país capitalista dependente, que precariza ainda mais a sua classe trabalhadora, recaindo este ônus, principalmente, nas mulheres e na população negra (conforme os dados), o que aponta para a necessidade de políticas públicas mais eficientes.

2. Breve histórico sobre a legislação acerca do Emprego, Trabalho e Renda

O trabalho é direito social, expresso no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). A legislação e suas mudanças ocorrem após embates e disputas dentro da sociedade civil, que são transferidos para o interior do Estado, dando origem a leis, políticas públicas, dentre outras expressões. Desta forma, pode-se afirmar que a legislação e as políticas públicas acerca do emprego são frutos destas correlações de forças entre a sociedade e o Estado.

Dentre as leis que regulamentam a permissão, situação e condições de emprego, está o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA, Lei nº 8.069, permite o trabalho a partir dos 14 anos de idade, desde que seja na forma de menor aprendiz (BRASIL, 1990). Adolescentes que tenham menos de 16 anos e sejam maiores de 14 anos só podem trabalhar nesta modalidade (BRASIL, 1998).

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma das bases jurídicas que regulamenta a situação do emprego no Brasil. Aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452 (BRASIL, 1943), a CLT vale para o/a trabalhador/a urbano/a que não realiza trabalhos eventuais e que seja remunerado por salário. Desta forma, ela não é aplicada ao/a trabalhador/a autônomo/a, trabalhadores/as rurais, por exemplo. A CLT garante o direito às férias, salário mínimo, estabelecimento de teto da jornada de trabalho e obrigação da pessoa empregada possuir Carteira de Trabalho e contribuir para a Previdência Social. Com esta última obrigação, garante-se renda ao/a trabalhador/a em decorrência de velhice, caso tenha atingido os requisitos mínimos, dentre outras garantias.

Em um momento de fortalecimento do Setor Privado e suas ideias neoliberais, inicia-se um processo de contrarreforma do Estado brasileiro no campo dos direitos

sociais, tal como na Reforma Trabalhista de 2017, quando é instituído o trabalho intermitente (uma modalidade na qual o trabalho não é contínuo e a remuneração acontece de acordo com os dias trabalhados), e há a permissão de trabalho para mulheres grávidas em ambientes de insalubridade baixa e média (BRASIL, 2017).

No período da Pandemia, foram tomadas medidas desordenadas e fragmentadas por parte do Ministério da Economia em relação ao mercado de trabalho, como no caso da Medida Provisória 936 de 2020, que permitiu reduzir jornadas de trabalho e salários em até 3 (três) meses por meio de acordo individual (DOCA, 2020).

Percebe-se, desta forma, como os embates e discussões da sociedade civil moldam o Estado, e este, por sua vez, acaba por impactar na sociedade, nas relações de emprego e nas demais.

3. Dados dos indicadores sociais

Indicadores de Desocupação⁵, Ocupação⁶, Percentual de pessoas desalentadas⁷ na população na força de trabalho⁸ e da Taxa de participação na força de trabalho⁹, demonstram a situação do mercado de trabalho. Conforme Jannuzzi (2017), com base nesses indicadores é possível perceber o sucesso ou fracasso de políticas públicas na área

⁵ A desocupação também é chamada de desemprego, está nesta condição quem está na idade de trabalhar, não possui trabalho e busca de forma ativa este na semana anterior à semana de referência (IBGE, 2020).

⁶ Ocupação é a parte da população que possuem idade de trabalhar, tenham trabalhado pelo menos uma hora remunerada na semana de referência. Neste indicador estão inclusos assalariados/as com ou sem carteira assinada e trabalhadores/as por conta própria (IBGE, 2020).

⁷ Desalentados/as, são pessoas em idade de trabalhar que querem um emprego, que perderam as esperanças ou encontram dificuldades para se locomover e procurar um. Estão fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial (IBGE, 2020).

⁸ Nela se encontram as pessoas em idade de trabalho e apenas os/as ocupados/as e desocupados/as, não fazendo parte deste indicador as pessoas fora da força de trabalho e suas divisões (Força de trabalho potencial, Fora da força de trabalho potencial e as seguintes) (IBGE, 2020).

⁹ A partir da população total, há a divisão da população entre maiores e menores de 14 anos, e as derivações de outros indicadores. Está divisão demonstra quem está ou não na idade de trabalhar (maiores e menores de 14 anos), das pessoas que estão em idade de trabalho há a divisão entre Pessoas na Força de Trabalho e Pessoas fora da força de Trabalho, na primeira divisão estão as pessoas que procuram trabalho (desocupadas/desempregadas) e pessoas ocupadas (empregadas), na segunda parte da divisão possui os grupos não pertencentes à Força de trabalho Potencial, e é dentro das divisões dentro deste grupo que se encontram os/as Desalentados/as (IBGE, s.d.).

econômica, bem como a possível deterioração, ou não, da qualidade de vida em decorrência da falta de renda.

A tabela 1, exposta abaixo, aborda estes indicadores, nos trimestres de outubro, novembro e dezembro de 2019; julho, agosto e setembro de 2020; outubro, novembro e dezembro de 2020.

Tabela 1 - Indicadores em relação ao emprego e trabalho do Brasil no Trimestre móvel: out-nov-dez/2020 (em porcentagem)

Indicadores		Estimativa dos trimestres móveis		
		out-nov-dez 2019	Jul-ago-Set 2020	out-nov-dez 2020
Taxa de desocupação	11	14,6		13,9
Nível da ocupação	55,1	47,1		48,9
Percentual de pessoas desalentadas na população				
na força de trabalho ou desalentadas	4,2	5,7		5,5
Taxa de participação na força de trabalho	61,9	55,1		56,8

Fonte: IBGE. **Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade**. Referência aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020. PNAD Contínua. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://cutt.ly/5xsEPou>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

Nota: Elaboração própria

Todos os indicadores da Tabela 1, com exceção do Nível de ocupação e da Taxa de participação na força de trabalho, tiveram aumento entre o último trimestre de 2019 e o de 2020. O inverso aconteceu entre o penúltimo trimestre de 2020 e o último do mesmo ano, havendo uma diminuição da Taxa de desocupação e do Percentual de pessoas desalentadas, e aumento do Nível de ocupação e da Taxa de participação na força de trabalho. Assim, o saldo em pontos percentuais entre o último trimestre de 2019 e o de 2020, teve o seguinte resultado: a Taxa de desocupação aumentou 2,9%; o Nível de ocupação caiu 6,2%; o Percentual de pessoas desalentadas na população na força de

trabalho ou desalentadas aumentou 1,3% e a Taxa de participação na força de trabalho recuou 5,1% (IBGE, 2021).

Ainda em relação à taxa de desocupação do último trimestre de 2020, a taxa foi maior entre mulheres e a população negra. Segundo o IBGE (2021), a taxa de desocupação em relação ao sexo foi de 16,4 % para as mulheres e 11,9% para os homens, e, de acordo com a cor ou raça, foi de 11,5% para os brancos, 15,8% para os pardos e 17,2% para os pretos.

Em relação à renda, o estudo do IPEA com os dados da PNAD COVID-19, classificou, proporcionalmente, domicílios em 7 (sete) faixas de renda, no primeiro trimestre dos anos de 2018, 2019, 2020, e também no quarto trimestre de 2019. Realça-se que entre o primeiro trimestre de 2018 e o primeiro de 2020 há aumento na proporção de domicílios nas três faixas de renda mais baixas, principalmente na faixa mais baixa, que é faixa de domicílios sem renda do trabalho, com um aumento de 4,41%, desta forma, chegando a 23,48% dos domicílios. Ao mesmo tempo que a faixa de renda mais alta, a de Renda Alta¹⁰, teve um aumento de 0,18%, configurando 2,19 % do total de domicílios (CARVALHO, 2020).

Esta situação não é um acaso, ou algo natural, é fruto de um processo histórico decorrente de escolhas políticas acerca da regulamentação do emprego e da falta de políticas públicas para aquecer o mercado de trabalho. Ficando nítido que as contrarreformas neoliberais aumentam a pobreza e acentuam as desigualdades sociais.

3.1 Análise dos dados

Entre meados da década de 2000 e 2014 pode ser observada uma progressiva queda na taxa de desocupação, além de um aumento significativo da proporção de trabalhadores formais, que passou de 44,6% em 2002, para 56,9% em 2012 (IBGE, 2013). Porém, nos anos seguintes, estes resultados foram revertidos completa ou parcialmente,

¹⁰ Se enquadra em renda alta, quem teve renda domiciliar em maio de 2020 maior que R\$16.500,66 (CARVALHO, 2020).

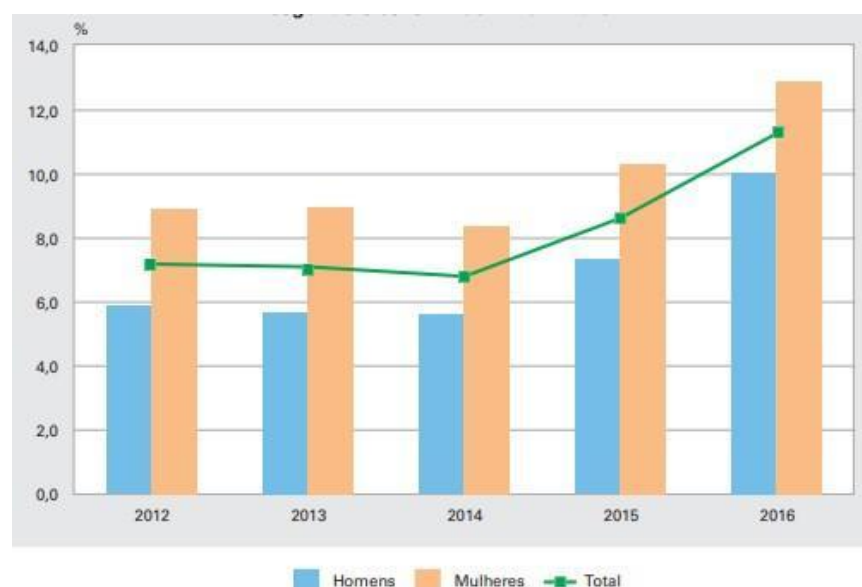
apesar de o ano de 2019 ter apresentado relativa melhora em relação ao ano anterior (IBGE, 2020).

Segundo Baltar (2014), houve na década de 2000 uma forte alta dos preços de grande parte de produtos considerados matérias primas, os chamados commodities, que representam mais da metade das exportações brasileiras, aliada a uma tendência à baixa dos preços internacionais de produtos manufaturados, o que contribuiu para manter baixa a inflação internacional. Este cenário contribuiu para uma maior atividade econômica e menor inflação no país, e o crescimento do PIB foi reforçado por uma política de estímulo ao crescimento e de redistribuição de renda comandada pelo Partido dos Trabalhadores, que acentuou a onda de expansão do consumo que começou em 2004.

O maior legado do governo Lula (2003 a 2010) é, sem sombra de dúvida, a geração de emprego e a consequente geração ou aumento da renda. Um fator positivo também é a chamada qualificação do mercado de trabalho, o que se deve a políticas educacionais que incentivaram e ampliaram o acesso da população ao ensino superior. Outro fator importante é a criação de uma política de transferência de renda, o Bolsa Família, com a finalidade de combater a miséria e promover a emancipação das famílias mais pobres.

Esse crescimento que o país viveu apenas foi desacelerado em partes em 2008 diante da crise econômica mundial, tendo nova queda após 2014, quando tem início no país uma forte crise político-econômica, período em que a taxa de desocupação sofre um grande aumento, como pode ser demonstrado pelo gráfico a seguir (Gráfico 1):

Gráfico 1 - Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, segundo o sexo - Brasil - 2012-2016



Fonte: IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais:** Uma análise das condições de vida da população brasileira 2017. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Em 2016, após o impeachment que levou Michel Temer à presidência, começam a ser adotadas políticas que têm impacto direto não apenas no mercado de trabalho e na renda, mas na qualidade de vida dos cidadãos e nos seus direitos, como as privatizações, a implementação de um teto de gastos públicos, além de afetar diretamente o trabalhador e sua renda através de reformas trabalhistas e previdenciárias.

O gráfico a seguir (Gráfico 2) demonstra a evolução histórica de três indicadores utilizados na avaliação do mercado de trabalho: o nível de ocupação, a taxa de desocupação e a taxa de subutilização, que mede, além da taxa de desocupação, a taxa de desemprego oculto, que é formada pelos indivíduos que não buscaram emprego ativamente nos últimos 30 dias por desalento (desesperança) ou por estarem exercendo uma atividade irregular (bicos). O gráfico demonstra as informações anteriores, na qual o Brasil tem, até 2014, uma diminuição das taxas de desocupação e o seu aumento gradativo após esta data, continuando a crescer até 2019, quando sofre uma leve melhora:

Gráfico 2 - Nível de ocupação, taxa de desocupação e taxa composta de subutilização da força de trabalho - Brasil - 2012-2019



Fonte: IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais:** Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Apesar de apresentar aumento na taxa de ocupação, é preciso atentar-se às condições do trabalho e aos altos índices de ocupação informal. Desta forma, o aumento do número de pessoas ocupadas neste período não representa, necessariamente, um aspecto positivo da realidade, visto que os trabalhadores informais não têm seus direitos garantidos e estão muito mais vulneráveis e sujeitos a terem sua renda afetada pelos riscos inerentes ao mercado de trabalho, como doenças, incapacidades temporárias ou definitivas, e até mesmo o desemprego (IBGE, 2020).

Há fatores externos que também vem impactando a economia brasileira, e consequentemente na questão do trabalho, como a desaceleração econômica mundial, especialmente da China e Argentina. Em relação à China, esta vem obtendo nos últimos 6 (seis) anos, os piores resultados desde 1990 (FERREIRA, 2016; SANTIRO, 2020). É importante lembrar que a China é a principal parceira econômica do Brasil. Também há a crise instaurada nos últimos anos na Argentina, que impacta principalmente as exportações do Setor Industrial brasileiro (MATOS, 2019).

Dizer que o aumento da taxa de desemprego no Brasil em 2020 foi apenas devido a Pandemia é um equívoco. É o que mostra Herédia (2020) a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), pois já em 2019 o Brasil apresentava uma taxa de

desemprego de 11,9%, bastante superior se comparada aos países desenvolvidos, que era de 5,4%, ou mesmo com a América Latina, que era de 7,3%. Tais taxas de desemprego aumentaram em todos estes locais em 2020, chegando, no Brasil a 14,7%, em países desenvolvidos a 8,4% e na América Latina a 9,3%.

4. Desafios e potencialidades

Estes dados são resultados de fatores externos e internos do Brasil, que são interligados. Devido a economia brasileira ser voltada, principalmente, às exportações de produtos primários, os impactos da economia global refletem nas condições internas do país. E, como demonstra Florestan Fernandes (1975), as heranças coloniais que vem se atualizando em modernizações arcaicas dentro do capitalismo dependente brasileiro, não permitem que o país desenvolva um mercado interno mais forte, realizando uma superexploração da mão de obra, como no caso da população negra e das mulheres. Fortalecimento do mercado interno e outras ações por parte do Estado poderiam fazer com que impactos econômicos externos fossem amenizados, mantendo a renda e o consumo ao mesmo tempo que se assegura os empregos.

Dada a situação de desemprego, desalento e outros indicadores que demonstram a subutilização da força de trabalho, é necessário investimento em diversas áreas pelo Estado. Como demonstram Cardoso e Lima (2008), gastos autônomos (endógenos) têm um efeito multiplicador, pois o setor que recebe o investimento aumenta a receita e gasta em outros setores e, assim, aumentando o consumo, fazendo com que essa demanda faça o mercado abrir postos de trabalho, além dos empregos que podem ser gerados de forma direta. Este gasto inicial é menor do que a renda total gerada neste processo.

É isto o que acontece com o auxílio emergencial brasileiro criado na Pandemia de Covid-19 em 2020, que além de garantir o sustento de muitas famílias, também auxiliou na diminuição da crise atual. É o que Roubicek (2021) apresenta, citando o estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA-USP. Mas pode-se ir além, criando por meio de decisão política estatal, uma Renda Básica Universal, o que garantiria para todos/as cidadãos/ãs, independente de sua condição econômica e social, proteção social por meio de renda.

Um dos programas que tem potencialidade de gerar emprego (direta e indiretamente) e renda é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado em 2007, o qual promove, através do planejamento, obras de grande porte de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, auxiliando do desenvolvimento econômico e social, além de ter um papel fundamental no enfrentamento da crise de 2008 por auxiliar na manutenção dos empregos e da renda de brasileiros/as (BRASIL, s.d.). Porém, desde 2014, o programa vem sofrendo sucessivos cortes, em que o valor destinado à obras diminuiu 52% de 2014 a 2018, além de medida realizada em 2019 não permitir a incorporação de novos projetos no PAC (LUPO, 2019).

O aumento de investimentos por parte do Estado brasileiro, por meio da retomada do PAC e da criação de uma Renda Básica Universal, dentre outras possibilidades, são alternativas para promover emprego e renda. Desta forma, faz-se urgente a revogação da Emenda Constitucional 95 (EC/95) de 2016 (BRASIL, 2016), que congelou investimentos públicos por 20 anos. Para que isso aconteça, é necessário mobilização popular, que se daria através de protestos e atos políticos, organização e ações em movimentos sociais, dentre outras formas, almejando resistir à desproteção e à não garantia de direitos por parte do Estado, ao mesmo tempo que se busca o atendimento das necessidades da população. À médio prazo, uma alternativa é a busca pela expansão de atores progressistas na sociedade política, ou seja, pessoas que têm como valores a democracia, a liberdade e a justiça social.

5. Considerações finais

A realização do trabalho reafirmou a importância do estudo dos indicadores sociais sobre Emprego, Trabalho e Renda para analisar a realidade brasileira e os resultados das políticas públicas sobre esse tema.

Diante da crescente desigualdade e das altas taxas de desemprego, fazem-se necessárias políticas de emprego que reconheçam as desigualdades de classe, gênero, raça, orientação sexual e, da exclusão da sociedade capitalista, das pessoas com deficiência, com o propósito de diminuí-las e desta forma atuar diretamente na renda e na emancipação das pessoas, principalmente as mais desfavorecidas economicamente e

desprotegidas pelo mercado de trabalho, que são as que mais sofrem com os impactos da crise, como demonstrado no trabalho.

A compreensão desta realidade a partir de um compromisso ético com a emancipação humana, demonstra a necessidade de intervenção na realidade em vários sentidos. Mas para estas ações acontecerem é necessário haver uma maior mobilização e reivindicação popular acerca do tema Emprego, Trabalho e Renda, o que, dentre outras coisas, necessita da articulação e sensibilização por parte dos/as progressistas. A sensibilização poderá aumentar o número de atores políticos progressistas no Estado, que aliados com a pressão popular, poderão buscar expandir investimentos públicos e, ao mesmo tempo, superando impeditivos para estes, como por meio da revogação da EC/95 de 2016. Desta forma, deverão garantir a criação e a efetividade de políticas públicas, como a Renda Básica, voltadas para a redução das desigualdades sociais.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. 530 p. Atualizada até a EC n. 105/2019. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

_____. **Consolidação das Leis do trabalho**. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília-DF, 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 04 mar. 2021.

_____. **Decreto Nº 76.403, de 8 de outubro de 1975**. Cria o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e dá outras providências. Brasília-DF, 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> . Acesso em: 04 mar. 2021.

_____. **Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998**. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. DOU de 16.12.1998. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>. Acesso em: 04 mar. 2021.

_____. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/UxsE3wm>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Câmara dos Deputados, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 04 mar. 2021.

_____. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 04 mar. 2021.

_____. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Sobre o PAC.** [s.d.]. Disponível em: <<http://pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

BALTAR, Paulo. Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 95-114, Agosto 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=Soi03-40142014000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S.; HECKSHER, M. **MERCADO DE TRABALHO E PANDEMIA DA COVID-19: AMPLIAÇÃO DE DESIGUALDADES JÁ EXISTENTES?.** Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA). Ministério da Economia. Mercado de Trabalho. 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10186>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CARDOSO, F. G.; LIMA, G. T. A concepção de Keynes do sistema econômico como um todo orgânico complexo. **Econ. soc.**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 359-381, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=Soi04-06182008000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 mar. 2021.

CARVALHO, S.S. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial:** o que dizem os microdados da PNAD covid-19. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério da Economia. Carta de Conjuntura número 48, 3º trimestre 2020, 18 páginas. 02/07/2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200826_cc48_resultados_pnda_julho.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

DOCA, G. MP 936: acordos de redução de salário e suspensão de contrato de trabalho já chegam a 3,5 milhões. **O Globo.** 23 abr. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/mp-936-acordos-de-reducao-de-salario-suspensao-de-contrato-de-trabalho-ja-chegam-35-milhoes-1-24389615>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

IBGE. **Desemprego.** Brasília - DF, S.D. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade.** Referência aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020. PNAD Contínua. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/5xsEPou>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD COVID19.** Julho/2020. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101745.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **PNAD Contínua Trimestral: desocupação recua em cinco das 27 UFs no 4º trimestre de 2020.** Sala de imprensa. [s.l.], 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30236-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-cinco-das-27-u-fs-no-4-trimestre-de-2020>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2017.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente: Classes Sociais na América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. Disponível em: <<https://democraciasocialista.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Capitalismo-e-classes-na-AmLat-Florestan.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

FERREIRA, A. Desaceleração da China afeta empresas, dólar e inflação; entenda. UOL, 19 jan. 2016. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/01/19/desaceleracao-da-china-afeta-empresas-dolar-e-inflacao-no-brasil-entenda.htm>>. Acesso: 10 mar. 2021.

HERÉDIA, T. Desemprego vai crescer no mundo, mas subirá ainda mais no Brasil. CNN. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/05/07/desemprego-vai-crescer-no-mundo-mas-subira-ainda-mais-no-brasil>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações.** 6. ed. Campinas-SP: Alínea, 2017. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/336348760_Indicadores_Sociais_no_Brasil_conceitos_fonte_de_dados_e_apicacoes>. Acesso em: 3 mar. 2021.

LUPO, F. Marco de gestões petistas, PAC deixará de receber novos projetos. **Folha de São Paulo**, Edição São Paulo/Distrito Federal, 30 jul. 2019. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48830&anchor=6125161&origem=busca&originURL=&pd=b39906a9384c0045946994b125175475>>. Acesso em 05 mar. 2021.

MATOS, S. Desaceleração global atinge indústria e investimento, piorando cenário para o Brasil, diz economista. [Entrevista concedida a] Vinicius Neder. **O Estado de S.Paulo**, 15 ago. 2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desaceleracao-global-atinge-industria-e-investimento-piorando-cenario-para-o-brasil-diz-economista,70002969068>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ROUBICEK, M. Os efeitos do auxílio emergencial no PIB, segundo este estudo. **Nexo Jornal**. Economia. [S.l.], 2021. Disponível em: <<https://cutt.ly/NxsRa2w>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

SANTOS, A. H. S. As políticas ativas de emprego, trabalho e renda. **Fundação Perseu Abramo**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2016/04/11/as-politicas-ativas-de-emprego-trabalho-e-renda/>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

SANTIRO, J. China cresce 6,1% em 2019, a menor em 29 anos. **El País**. [S.l.], 17 jan. 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/YxsRxpV>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Representatividade no relato de si e reconhecimento do outro: Transativismo e humanização multimídia transmasculina

Deivid Nascimento de Carvalho¹

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

Este artigo tem por objetivo tecer reflexões sobre a representatividade que pessoas transgêneras do espectro masculino possuem nas mídias. Primeiramente, foi realizada uma observação etnográfica através de mídias digitais transmasculinas e, posteriormente, houve anexo da literatura acadêmica sobre a temática. O transativismo, a representação identitária e o relato de si são, por sua vez, recursos de visibilidade para demandas sociais e políticas de pessoas transgêneras nas mídias. Deste modo, a comunicação contra-hegemônica e produção de conhecimento qualificado sobre transidentidades contribuem para sua humanização nas multimídias, sejam mídias digitais, redes sociais e internet, seja publicidade e propaganda, televisão, literatura científica e qualquer outro mecanismo linguístico. O relato de si publiciza a travessia que muitos transhomens vivenciam em suas marcas resilientes. Mediante este relato, quem o recebe tem, por outro lado, o reconhecimento destas marcas na identificação de trajetórias em comum. A representatividade, portanto, é um itinerário que possibilita indivíduos solitários e vilipendiados a seguirem uma travessia em conjunto.

Palavras-chave: Representatividade; Transativismo; Transmasculinidade; Mídia.

Representativeness in self-report and recognition of the other: Transactivism and transmasc multimedia humanization

ABSTRACT

This article aims to reflect on the representativeness that transgender people of the male spectrum have in the media. First, an ethnographic observation was carried out through transmasculine digital media and, later, there inclusion the academic literature on the subject. Transactivism, identity representation and self-reporting are, in turn, visibility resources for social and political demands of transgender people in the media. Thus, counter-hegemonic communication and the production of qualified knowledge about transidentities contribute for humanization of these identities in multimedia, be it digital media, social networks and the internet, be it advertising, television, scientific literature and any other linguistic mechanism. The narrative discloses the journey that many transmasc experience in their trajectories. Through report, whoever receives it has, on the other hand, the recognition of these marks in the identification of common trajectories. Representativeness is, therefore, an itinerary that allows individuals who are lonely and vilified to hold a crossing together.

Keywords: Representativeness; Transactivism; Transmasculinity; Media;

¹ Bacharel em Antropologia - Diversidade Cultural Latino-Americana na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA, PR), 2021. Pesquisador sobre antropologia das emoções, gênero e sexualidade. Documentarista e produtor audiovisual. E-mail: deividncarvalho@outlook.com.

Este artigo foi inspirado na representatividade transgênera em espaços de poder.

Aqui, determino que estes espaços midiáticos são relacionados ao poder imagético e discursivo, onde estes indivíduos inserem suas trajetórias de modo a compor um relato sobre si na representação de uma bandeira político-social que visa o tensionamento de políticas públicas de inclusão, de respeito à dignidade e combate à violência que marcam a caminhada destes sujeitos que lutam para sobreviver em um país altamente transfóbico. O relato de si ecoa a voz historicamente calada, cuja fala centrava-se apenas na cisgeneridade. O papel midiático que estes indivíduos estão inseridos transformam a readaptação da autobiografia para emergir reflexões sobre os encontros e desencontros da identidade através de um questionamento de si perante o mundo. Desta forma, a produção de conteúdo nas mídias sociais são ferramentas de articulação política, tal como a produção de debate e autoconhecimento educativo sobre a pauta transgênera, para introduzir visibilidade à diversidade, tanto nas mídias digitais quanto no reflexo da mídia em ambientes tradicionais, como publicidade, televisão, cinema, entre outros.

Este artigo, por sua vez, foi inspirado em meu trabalho de campo realizado durante o fim de minha graduação em Antropologia, Diversidade Cultural Latino-Americana (2020). Neste período, acompanhei 100 perfis multimídias² de produção de conteúdo produzido por homens transgêneros e identidades do espectro masculino na influência midiática da publicidade e internet. Foi realizada uma observação etnográfica, cujo olhar determina o ouvir e o escrever, conforme o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2000). Embora este artigo seja fruto de uma observação etnográfica, não houve intromissão ou interferência nos perfis observados. Entretanto, a escrita desses relatos demandam uma transcrição desta etnografia observada, mediando, por sua vez, a intromissão e interferência. Deste modo, não haverá

² São materiais de estudo neste artigo: publicações públicas de homens trans/transmasculinos nas mídias sociais/digitais como perfis de *Instagram*, canais de *Youtube*, podcasts no *Spotify*, grupos e páginas de *Facebook*, blogs no *Twitter*, além de conteúdos da grande mídia hegemônica e da mídia alternativa contra-hegemônica sobre temas relacionados a transmasculinidade. Esta observação etnográfica ocorreu entre 2018 e 2020.

exposição pública destes perfis, nem informações que possam identificar os interlocutores. Todos os perfis observados são públicos, pois, a produção destes conteúdos visam a publicação massiva destes recortes privados em publicização de si nas mídias digitais. A busca de influência nestes espaços é, sobretudo, um discurso de poder contra-hegemônico que estes homens trans utilizam para demarcar território e erguer a bandeira do orgulho enquanto resilientes de trajetórias que, compulsivamente, invisibilizam seus corpos e identidades.

Na produção deste artigo, assim como na metodologia de meu TCC, está presente a observação etnográfica de mídias sociais e digitais de homens transgêneros e identidades transmasculinas. Mídia Social é uma produção de conteúdo nas redes sociais (fotos, vídeos, blog, etc) divergente da produção de conteúdo da mídia tradicional (televisão, rádio, jornal, etc). No entanto, a Mídia Digital diz respeito aos espaços tecnológicos de comunicação, assim como um conjunto de veículos que promovem a comunicação digital através de aplicativos e plataformas midiáticas. Para tanto, utilizo mídias sociais e mídias digitais como sinônimos, a fim de exemplificar a linha tênue entre ambos conceitos da comunicação social. As mídias digitais, assim como o desenvolvimento tecnológico, emolduram uma nova linguagem para comunicar a influente dinâmica cultural informativa, no compartilhamento de conteúdo e influência de consumo na visibilidade do mercado, na divulgação de produtos e serviços, bem como na difusão de conhecimento para transformação social através da educação e reflexão.

Para tanto, este artigo visa tecer, de modo breve, como a emergência destes conteúdos produzidos por homens trans/transmasculinos são capazes de influenciar a dinâmica de um transativismo político nas multimídias. Utilizo este termo pois, embora a metodologia centralize-se na mídia social/digital, há de se considerar que a influência destes conteúdos atravessam uma convergência multimidiática entre diversas plataformas de mídias, sejam tradicionais ou digitais. O alcance midiático influencia no comportamento do espectador que acompanha estes canais comunicacionais. Muitos transhomens adentram esses canais para propor visibilidade, para demarcar diálogos diante do entretenimento, a fim de desmascarar conteúdos precários acerca da imagem trans promovida pela mídia tradicionalista. Portanto,

utilizam-se da comunicação contra-hegemônica em espaços midiáticos que contribuem para que estes sujeitos permaneçam invisíveis frente à inclusão sociopolítica de suas identidades.

Deste modo, a psicanalista Letícia Lanz nos elucida a ideia de que uma pessoa não se torna homem e mulher por ter nascido macho ou fêmea, mas por se reconhecer e se identificar com o modelo socialmente pré estabelecido do que é homem ou mulher, e esta identificação acontece independentemente do sexo genital (LANZ, 2015). Para tanto, o gênero se compõe enquanto norma socialmente compulsória e, por outro lado, está sujeito a escolhas individuais ou coletivas em distintas épocas e contextos sociais. Seguindo Lanz, ser transgênero não significa, portanto, que seja instaurada uma nova categoria identitária de gênero, entretanto, condiz com uma nova condição sócio político-cultural que transgride normas e regras do sistema sexo/gênero. Isto é, uma identidade transgênera reluz a um gênero divergente das concepções de masculino/feminino e homem/mulher. Por este motivo, neste artigo, utilizo o termo *transgênero* para designar indivíduos que rompem com o dispositivo binário de gênero, de modo a incluir para o debate as demais transidentidades.

Este é um termo “guarda-chuva” que acolhe representações identitárias de gênero divergente, conhecido como o *T* da sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e transgêneros). No Brasil, assim como pontuado por Lanz (2015), este não é um termo popularmente utilizado e, desta forma, as transidentidades seguem suas representações autônomas, como transexual ou travesti. Além disso, é muito comum lermos em noticiários da mídia o termo *transgênicos* que, por sua vez, demonstra falta de conhecimento sobre este assunto. É interessante notar que o termo transgênero inclui diversas identidades trans, sejam elas travestis, pessoas não-binárias, transfemininas, transmasculinos, entre outras, e dispõem de um termo que acolhe transidentidades em suas diversas identificações.

Atualmente, o termo *LGBTQIAP+* tornou-se amplamente utilizado para se referir a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais e Pansexuais, de modo a propor maior visibilidade para identidades de gênero e sexualidade, em benefício da diversidade da sigla. Para tanto, este texto está vinculado à visibilidade autobiográfica na reinvenção da identidade e intimidade de homens trans/masculinos,

isto é, identidades transgêneras que se identificam no espectro masculino. Ao longo do texto, utilizo termos de reconhecimento equivalentes, como transhomem, homem transgênero, transmasculino, para inclusão à diversidade de identificações do masculino. O relato de si nas mídias digitais e a representatividade multimídia contribui para que suas trajetórias sejam visíveis sob o olhar público de suas identidades. A representação e a humanização das mídias na inclusão da temática transgênera transformam a vida destas pessoas que se sentem, constantemente, vilipendiadas frente a violência que as tornam indignas de comoção coletiva.

Relatos de si e reconhecimento do outro

No Brasil, o marco representativo de homens trans, em caráter nacional, foi instaurado na organização e fundação da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) em 2012. Em 2013, o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), em certa medida, ocupou o lugar do ABHT após conflitos internos e redução da atividade dos organizadores. No aspecto descritivo de emergência desses movimentos sociais, no ativismo e organizações políticas institucionalizadas por transhomens, a pesquisadora Simone Ávila (2014) e o cientista político Thiago Coacci (2018) pontuaram, de forma detalhada, o surgimento de instituições político-sociais transespecíficas formuladas por e para esta população. Além disso, Coacci (2018) entrevistou transativistas e acompanhou os desdobramentos institucionais em prol de políticas públicas para travestis, transexuais e transgêneros, seja na inclusão social, no combate a violência e discriminação, seja na visibilidade de pautas emergentes. Ademais, pesquisou a produção de saberes contra-públicos³ fomentados em conhecimentos precários sobre estas identidades, tanto na qualidade de informações quanto no mapeamento

³ “Esses conhecimentos estão, geralmente, ancorados em posições subalternas e oferecem uma espécie de contra-discurso ao discurso do público oficial. Dessa maneira, os conhecimentos contra-públicos ao serem produzidos, fomentados ou divulgados pelos movimentos sociais se dirigem aos próprios ativistas que integram o campo do movimento social em questão e os grupos que esses dizem representar, oferecendo uma narrativa alternativa que permite formular e responder de outras maneiras questões sobre suas identidades, seus objetivos, suas condições no mundo, seus interesses. Esses conhecimentos ainda se dirigem a um público mais amplo, disputando a legitimidade, a neutralidade, a correção ou a objetividade dos conhecimentos considerados precários” (COACCI, 2018, p. 30).

estatístico do grupo. Desta maneira, autor elabora uma síntese do ativismo e, por sua vez, as ondas do movimento transgênero no Brasil:

A primeira percorreu do início dos anos 1990 até o início dos anos 2000. Foi um período marcado principalmente pelo surgimento dos primeiros grupos organizados de ativismos travesti, como a ONG pioneira ASTRAL, no Rio de Janeiro. A segunda onda ocorreu entre os anos de 2000 e 2010. Foi marcada, dentre outras coisas, por uma expansão do movimento por todo o país, pelo fortalecimento das relações com o Estado em âmbito nacional e o surgimento das primeiras políticas públicas, como o Processo Transexualizador. Há ainda o surgimento de forma mais coesa de um campo de estudos sobre transexualidade no Brasil, intimamente relacionado com a expansão do processo transexualizador. A terceira onda ocorre nos anos de 2010. Foi um período bastante conturbado e conflituoso, não apenas para o campo do movimento, mas para o contexto nacional mais ampliado. Foi marcado por uma expansão ainda maior do movimento, pela multiplicação dos modos de organização, de ação e identificação, bem como pela visibilidade cada vez maior da população trans na mídia e nas produções acadêmicas (COACCI, 2018, p. 245).

Como notado por Coacci (2018), Amorim (2016), Ávila (2014), Freitas (2014), Nery e Maranhão (2013), há um movimento emergente de autoafirmação entre transhomens, tanto na mídia quanto nas produções acadêmicas e biográficas. As produções autobiográficas são relatos pessoais que falam sobre si. Se anteriormente estavam centralizadas na literatura, nos dias atuais estão visibilizadas em plataformas cibernéticas de compartilhamento de informações, sintetizadas nas mídias digitais e em novos modos de sociabilização *on-line* e *off-line*. As redes sociais, antes de se estabelecerem enquanto espaços de sociabilização, são, sobretudo, espaços de articulações políticas. Influentes de uma comunicação contra-hegemônica, produção de conteúdo autoral, são formadores de opinião baseados na liberdade de expressão. A autenticidade de informações publicadas nestas redes interpessoais são realizadas mediante exposição publicizada de si ou, por outro lado, no anonimato que resguarda a identidade pública.

O psicólogo Alexandre Amorim (2016) realizou sua pesquisa em dispositivos de confissão mediados por transhomens, com base em Michel Foucault, sobre o relato de si através de *blogs*. Para tanto, “em momentos de solidão, a escrita seria um possível olhar capaz de constranger e revelar o que se passa no interior das pessoas” (AMORIM, 2016, p. 158). Os *blogs* são dispositivos de escrita que permitem o compartilhamento de

narrativas particulares, organização de relatos e confissões de sua trajetória, um modo de refletir sobre si a partir de suas experiências. Na produção destes relatos publicizados ocorrem a autodescoberta, a reflexão e aprendizado. Há possibilidades de socialização promovidas pela visibilidade destes relatos, a identificação e constante troca entre o público e o privado.

Os blogs são um palco de muitos eventos e espetáculos. Constituem um importante lugar de experimentações, pois esse é um lugar que permite que os transhomens possam falar, ou melhor, possam escrever sobre si, suas opiniões e seus sentimentos sem ter medo do que a sua família vai achar, sobre o que os seus amigos vão pensar deles ou sobre o que a sociedade vai concluir a partir daquilo. Aquilo que poderia ser motivo de vergonha tornar-se um motivo que os conectam a outras pessoas, passa a ser um motivo de compartilhamento. Compartilhar suas histórias é um exercício que confere sentidos a tantas dores e rotinas difíceis. Pode-se perceber que essas histórias são contadas com uma expectativa de que alguém as leia, tornando os blogs também um lugar pela busca de um olhar de reconhecimento, que atribua sentido à vida de quem conta sua história (AMORIM, 2016, p. 163-164).

Como menciona o autor, os *Blogs* configuram a exposição de si sob o armário de vidro das mídias digitais, na alusão metafórica da identidade trancada no armário, cuja manutenção de “segredos” são internalizados em um lugar “seguro” para si mesmo. Há grande tendência destes sujeitos ao isolamento social para preservar o sofrimento. A repressão interior, por muitas vezes, está relacionada com o medo da vulnerabilidade, na busca da auto identificação. Esconder-se de si mesmo se torna sinônimo de proteção. O relato de si fomenta o autoconhecimento e aflora a descoberta da identidade. A auto análise se faz um dos componentes fundamentais para a construção identitária. Para Judith Butler (2015a): “o universal não só diverge do particular; essa divergência é o que o indivíduo chega a experimentar, o que se torna para o indivíduo a experiência inaugural da moral” (p. 11). Para tanto, “o ‘eu’ volta-se contra si mesmo, desencadeando contra si mesmo uma agressão moralmente condenatória e, com isso, inaugura-se a reflexividade” (BUTLER, 2015a, p. 11).

Conforme considerações de Butler (2015a), a moral reproduz normas e regras, cabe ao sujeito entendê-las para questioná-las. No entanto, embora haja o entendimento da moral na elaboração do sujeito, não há o desprendimento total da moral no relato de si, pois, o sujeito permanece incluso estruturalmente neste conjunto

de normas e regras. Desta forma, há de se negociar estas normas e regras instauradas de forma reflexiva: “relatamos a nós mesmos simplesmente porque somos interpelados como seres que foram obrigados a fazer um relato de si mesmo por um sistema de justiça e castigo” (BUTLER, 2015a, p. 12). Desta maneira, um relato de si depende de um questionamento elaborado por alguém e este questionamento pode estar vinculado a estrutura moralmente condenatória ou permissiva das normas e regras ordenadas na composição do sujeito. Se ocorre um relato de si, significa, portanto, que há um questionamento realizado por alguém e neste convencionalismo ocorre uma dualidade entre “quem verdadeiramente sou” e “o que querem saber de mim.” Então, será descrito um *eu* que reconstrói suas ações a ponto de solucionar um questionamento que, por sua vez, busca determinado objetivo. É neste contexto que ocorre a dinâmica do relato de si mesmo (BUTLER, 2015a, p. 12).

Contudo, a filósofa nos demonstra que o questionamento elaborado pelo outro também pode estar relacionado à vontade de saber para conhecer e aprender, distanciando-se da interrogação punitiva do moralismo condenatório. O silêncio frente a indagação pode se estabelecer como um questionamento voltado para o questionador e para a dúvida formulada, dado ao caráter equivocado da autoridade de quem interroga. Além da relação de poder entre quem interroga e quem se justifica, o silêncio pode anular a autonomia do questionador para com o questionado. A recusa do relato de si mesmo não deixa de ser um relato de si, nem se anula enquanto discurso. O ato de relatar a si é proposto por uma narrativa que possui o objetivo de inferir um discurso sobre uma história de vida individual fomentada pelo interesse público. A mediação entre o discurso público sobre experiências da vida privada invade um conjunto de referências moralistas que incidem sobre o indivíduo que faz o relato e promulga uma constante condenatória. Desta maneira ocorre a tônica entre o eu e a moral. Assim se estabelece uma relação sobre quem fala e para quem se fala.

Não obstante, Butler (2015a) nos mostra que a busca pelo autoconhecimento é cercada a partir do que é permitido ser dentro dos modos inteligíveis de representar a si, permeado por um conjunto de normas e regras que permitem o que é ou não legitimado como autoidentificação. Esse conjunto de normas e regras determinam ações efetivas de controle para legitimar a identidade do sujeito. No entanto, a

construção da identidade, antes de tudo, depende de decisões sobre si mesmo, são escolhas pontuais. O modo pelo qual se sobressai a produção do sujeito em normas e regras limitantes transforma o relato de si em um discurso de poder. E isso qualifica a verdade sobre si, cujo relato requer o questionamento sobre “quem eu sou” e se há questionamento deste conjunto de normas e regras estruturais, há, por sua vez, o questionamento de si diante da descrição do relato. Se questiono a produção do ser e, em certa medida, sou questionado diante de um relato de mim mesmo, primeiramente, sou questionado por mim.

Estas provocações elaboradas por Judith Butler (2015a) são fundamentais para entender a produção de conteúdo realizada nesta pesquisa. São essenciais para compreender a vida de sujeitos que se utilizam da autobiografia, de narrativas e relatos sobre si para demarcar a verdade sobre seus corpos, trajetórias e caminhos de vida. Remetem a produção contra-público formulada por Coacci (2018), simbolizando o rompimento de conhecimentos precários de indivíduos subalternizados diante de relações de poder, cuja legitimidade de si subverte o saber hegemônico. São identidades pautadas em escolhas, auto identificação e constante construção de si. São compartilhamentos de experiências que remetem a uma cultura de confissões para compreender-se integralmente à luz da negação estrutural de seus corpos. O discurso sobre gênero e sexualidade, a construção do corpo, denúncias de violências e repressões sociais, a discriminação de suas identidades, as rotinas de exames e atendimento dos profissionais de saúde, bem como comportamentos, socializações e hormonização são relatos que transformam debates em ambientes informativos sobre transgeneridade e suas ramificações. Para tanto, “o que fica expresso nas escritas é a satisfação de encontrar outros transhomens para compartilhar suas vivências singulares ali naqueles encontros pontuais no ambiente virtual” (AMORIM, 2016, p. 172).

Neste sentido, Butler (2015) nos relembra que o relato de si simboliza a tônica de conhecer a si mesmo e, por sua vez, reconhecer o outro. O relato está intrinsecamente relacionado à visibilidade de vivências e no protagonismo de histórias que, por muitas vezes, não são contadas ao público. Não são publicizadas e são negligenciadas sem a devida importância. Sobretudo, por sujeitos que são

historicamente marginalizados e subalternizados, cujas vozes não possuem alcance diante de mecanismos de manutenção de poder. A produção de relatos sobre si forma um espaço autobiográfico contra-hegemônico que se contrapõem aos modelos dominantes de normas e regras socialmente compulsórias no âmbito estrutural. São saberes plurais que demarcam a subversão do silenciamento de suas experiências de vida. A descoberta da transexualidade, por outro lado, pode ser mediada por espaços que propõem o compartilhamento de transexperiências. São debates e rodas de conversa, organizações e instituições LGBTQIAP+, ambientes culturais e artísticos, produções cinematográficas, fotográficas e literárias, programas de TV e entrevistas, sites e redes sociais. São espaços, portanto, que permitem o aprendizado e a publicização de si.

Representatividade e humanização das mídias

Repensar sobre gênero e sexualidade através da projeção de imagens, representações estéticas e personificações retratadas no cinema, fotografia, artes plásticas, literatura, ou seja, elementos artísticos, neste exemplo, denotam um espaço de produção de identidade. Deste modo, pessoas transgêneras se reconhecem e interpretam signos na decodificação subjetiva de seus corpos e identificações. Representações socialmente construídas sobre o masculino e feminino determinam normas compulsórias de identidades legitimadas estruturalmente. A representatividade na arte contrapõe, por muitas vezes, espectros construtivos binariamente heterocentrado embora, em diversos casos, são a súplica contraditória da transidentidade que se torna “exótica” mediante espetacularização cultural. São sujeitos que estão constantemente associados ao conhecimento precarizado de suas identidades. Este estigma social corrobora para desinformação, patologização⁴ e hostilização sobre indivíduos marginalizados.

⁴ Em 2018, a transexualidade deixou de ser considerada um transtorno mental, pois era integrada à Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS). Ocupava a lista de “transtorno de identidade de gênero”. Isto é, tratavam-na como “transsexualismo”, cujo sufixo “ismo” denota patologia aplicada pelo saber/poder médico. Na decisão da OMS, embora não seja considerada patologia, a transexualidade integra um novo capítulo do CID como “incongruência de

A transexualidade é “descoberta”, por muitas vezes, através de um filme, leitura de livro, pesquisas na internet, redes sociais, identificação com algum personagem ou inspiração na história de vida de algum transgênero. A comunicação de massa possui papel fundamental na formação de opinião da transexualidade, principalmente, da década de 1980 para os dias atuais. A representação, em muitos casos, está marcada na massificação do espetáculo e sensacionalismo centralizado na “mudança de sexo”. Na sexualização de corpos trans como “fantoques sexuais” e exímia construção da feminilidade ou masculinidade transgênera enquanto parâmetro legítimo da “transexualidade verdadeira”, configurada na semelhança “cisgênera” da identidade trans binária. Frequentemente, o corpo trans é visto como sinônimo de aberração, bestializado em sua figuração, sexualizado por órgãos reprodutores e associado à doente mental. São regalias históricas do saber/poder médico na patologização do “transexualismo” equivocado, contudo, provocativo pelo conservadorismo religioso, fundadores da moral e dos “bons costumes”. São discursos políticos que provocam violência, naturalizam o índice de assassinatos e a precarização estigmatizada destes sujeitos. Conforme Guy Debord (2003):

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um suplemento ao mundo real, a sua decoração readicionada. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares, informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o seu corolário o consumo. Forma e conteúdo do espetáculo são, identicamente, a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação da parte principal do tempo vivido fora da produção moderna. [...] A sociedade que repousa sobre a indústria moderna não é fortuitamente ou superficialmente espetacular, ela é fundamentalmente espetacular. No espetáculo, imagem da economia reinante, o fim não é nada, o desenvolvimento é tudo. O espetáculo não quer chegar a outra coisa senão a si próprio (DEBORD, 2003, p 15-18).

Para tanto, reflete Butler (2011) acerca do esvaziamento humano promovido pela mídia:

gênero”. Neste caso, está relacionada à demanda que pessoas transgêneras possuem ao atendimento transespecífico, sobretudo, no que diz respeito ao acolhimento psicológico, reposição hormonal e intervenções cirúrgicas no sistema público e privado de saúde.

O processo de esvaziamento do humano feito pela mídia por meio da imagem deve ser entendido, no entanto, nos termos do problema mais amplo de que esquemas normativos de inteligibilidade estabelecem aquilo que será e não será humano, o que será uma vida habitável, o que será uma morte passível de ser lamentada. Esses esquemas normativos operam não apenas produzindo ideais do humano que fazem diferença entre aqueles que são mais e os que são menos humanos. [...] Mas muitas vezes esses esquemas normativos funcionam precisamente sem fornecer nenhuma imagem, nenhum nome, nenhuma narrativa, de forma que ali nunca houve morte tampouco houve vida (BUTLER, 2011, p. 28).

Por outro lado, multimídias, produções artísticas e projeções de imagens subversivas do estigma de marginalização são, todavia, construtoras de subjetividades, emanam a imaginação e reflexão, atingem camadas do subconsciente, afloram emoções, sensações internalizadas e escondidas. Acolhem memórias afetivas, fragmentam lembranças, reconstroem suposições, desmistificam preconceitos, incentivam a inclusão social. Provocam o relato sobre si e sobre o outro, reflexos de identificação e representação. A arte possui poder de transformar vidas, dispõe reflexividade e subjetividade. A inclusão de vidas transgêneras em veículos artísticos e midiáticos, sobretudo, narrativas que subvertem conhecimentos precarizados, transformam histórias reais em dramaturgia. Principalmente, por retratar espelhos discursivos sobre a transexistência. Elabora, por sua vez, a humanização do indivíduo trans para além das telas, como integridade constituidora de carácter social. Revela a tônica de aproximação e acolhimento de sujeitos que, por vezes, se sentem solitários, incompreendidos e reprimidos. A humanização da imagem recai aos indivíduos vilipendiados à luz do dia, comumente vistos como indignos de comoção pública.

Em contrapartida, há debates sobre a representatividade trans estar centralizada nas mãos de pessoas cisgêneras. Na contribuição do desfoque de pessoas trans, na impossibilidade de serem representadas por si mesmas, principalmente, como detentoras de suas narrativas, na ocupação de espaços demarcados pela negação de suas identidades. No cinema, teatro e televisão, por exemplo, a atuação de filmes e séries, frequentemente, são compostas de personificações de homens cisgêneros interpretando mulheres trans e travestis, enquadradas no estigma social precarizado de “homem vestido de mulher” para configurar uma identidade transfeminina. O viés do

debate não é, por sua vez, a censura da arte na composição da personagem, mas a proposta de inclusão social de mulheres trans e travestis, bem como homens trans e outras identidades transgêneras na posse de suas identidades humanizadas pela mídia. Um lugar político de existência e sobrevivência, a incessante busca pela legitimidade de relatar a si mesmo para fomentar o reconhecimento do outro. Simboliza a luta política de subversão do estigma social marginalizado. Não obstante, a cultura transgênera é, portanto, historicamente fundamentada por pessoas cisgêneras, nas regalias do dispositivo binário de gênero heteronormativo.

A visibilidade proporcionada pela representatividade social relembra o ditado “quem não é visto, não é lembrado” para tensionar instâncias governamentais, políticas públicas e direitos de igualdade entre transgêneros e cisgêneros. Além de proporcionar maior debate sobre identidades e diferenças no âmbito político, social e cultural de nossas representações. Um debate tão caro e tão importante. É uma maneira de combater a desigualdade e violência para promover dignidade aos rostos indignos de empatia. A proposta da comunicação contra-hegemônica implica em problematizar e subverter o conhecimento pautado, sobretudo, nos modelos dominantes. Neste âmbito, significa democratizar a mídia para dar voz à pluralidade de saberes e representações culturais que demarcam a descolonização das relações de poder. No que se refere a construção do dispositivo de gênero, dominação masculina e, também, hierarquização, segregação e classificação social. A mídia, eventualmente, possui o papel de construir opinião e reafirmar condutas morais através do sensacionalismo entre o sujeito que merece uma condição humana e aquele que, por sua vez, se torna uma ameaça generalizada. Com base no filósofo Emmanuel Levinas, Judith Butler nos demonstra:

Quando consideramos as formas comuns de que nos valem para pensar sobre humanização e desumanização, deparamo-nos com a suposição de que aqueles que ganham representação, especialmente autorepresentação, detêm melhor chance de serem humanizados. Já aqueles que não têm oportunidade de representar a si mesmos correm grande risco de ser tratados como menos que humanos, de serem vistos como menos humanos ou, de fato, nem serem mesmo vistos. Temos um paradoxo diante de nós, pois Levinas deixou claro que o rosto não é exclusivamente um rosto humano e, mesmo assim, é uma condição para a humanização. Por outro lado, há o uso do rosto, no interior

da mídia, no sentido de efetivar a desumanização. Poderia parecer que a personificação nem sempre humaniza (BUTLER, 2011, p. 24).

Em *Vidas Precárias* (2011), Butler nos incita a provocações acerca da desumanização midiática, fundamentada por corporações que monopolizam as relações de poder da mídia hegemônica sob controles tendenciosamente políticos, conservadores e religiosos. Deste modo, há jogos de interesse sobre o que será reconhecido enquanto legitimidade e o que será, por outro lado, menosprezado, não noticiado e sem devida importância:

A exigência por uma imagem mais verdadeira, por mais imagens, por imagens que comuniquem todo o terror e realidade do sofrimento tem seu lugar e importância. O apagamento daquele sofrimento por meio da proibição de imagens e representações geralmente circunscreve a esfera da aparência, daquilo que podemos ver e daquilo que podemos saber. No entanto, seria um erro pensar que apenas precisamos encontrar as imagens certas e verdadeiras e que, dessa maneira, certa realidade será exprimida. A realidade não é exprimida por aquilo que está representado no interior da imagem, mas sim por meio do desafio à representação que a realidade entrega (BUTLER, 2011, p. 28).

Neste parâmetro, temos o levantamento realizado por Coacci (2018) que dialoga à ausência de informações sistematizadas demograficamente entre a vida e morte de travestis, transexuais e demais transgêneros enquanto grupo socialmente marginalizado, em violências silenciadas pelo Estado. Desta maneira, noticiários e mídias em geral, retratam identidades trans de forma banalizada, usurpadas de uma imagem humanizada. Por conseguinte, não tecem informações a respeito do índice de mortes do país que mais assassina travestis e transexuais no mundo, conforme dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Quando publicizado, não há respeito da identidade de gênero da vítima. Há exposição do nome de registro e, portanto, os requintes de violência padecem na morte e vida: “Eles não mostram violência, mas há uma violência na moldura do que é mostrado. Esta violência é o mecanismo por meio do qual certas vidas e certas mortes permanecem não representadas” (BUTLER, 2011, p. 29).

Dispositivos de confissões e representatividade transmidiática

Para Foucault, a confissão é uma técnica de si, o indivíduo produz uma relação consigo mesmo, com seus pensamentos e conduta, pois: “somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la” (FOUCAULT, 1999, p. 29). Este artigo, portanto, está centralizado na autobiografia de pessoas transmasculinas, cujo rosto humanizado se faz representativo na pluralidade de itinerários compartilhados nas mídias digitais. É neste espaço que os sujeitos transgêneros inserem suas narrativas através de experiências e mobilização social para que a humanidade de seus corpos estejam legíveis ao público que recebem estes relatos. O roteiro encenado da desumanização transmidiática atribui patologia, espetacularização e violência demarcada na precarização do conhecimento transgênero instaurado pela sociedade heterocentrada, no papel de anormalização e bestialização destes sujeitos vilipendiados à luz do dia. A construção deste conhecimento contra-público simboliza a ruptura desta narrativa marcada pela precariedade do olhar desumano sob o rosto sistematicamente desamparado. Por este motivo, este artigo está centrado na trajetória autobiográfica transgênera pois, embora os recortes biográficos sejam individuais, há de se demarcar este relato de si mesmo no reconhecimento do outro. O ato de falar sobre si, na ruptura da voz que não dispõe um espaço humanizado, sobretudo, faz ecoar a voz calada diante da multidão. A humanização transgênera nas mídias acompanha, intrinsecamente, as dinâmicas do regime de visibilidade. Conforme Simone Ávila,

Um regime de visibilidade prevê uma reordenação dos modos de ver e de ser visto em um mesmo movimento nos dispositivos de vigilância, os quais são cada vez mais diversos em suas técnicas, modos de atuação e significação. [...] O ‘espaço biográfico’ composto por autobiografias trans, documentários, entrevistas, mídias digitais e televisivas e redes sociais virtuais têm se constituído como modos de visibilidade de transhomens, no qual não só circulam diferentes discursos sobre ser trans como também os ressignificam (ÁVILA, 2014, p. 145-176).

No espaço midiático, há reconstrução da imagem a ser enunciada como formadora de opinião, na capacidade de influenciar e atingir pessoas, na captação de

massa. A representatividade e a introdução de pessoas transgêneras frente essas categorias de poder inauguram a possibilidade de identidades trans possuírem autonomia para exercerem um papel de visibilidade sobre suas existências, trajetórias e culturas. A utilização destes espaços subvertem as relações de poder que asseguram a desumanização desses sujeitos afins da exímia conservação transfóbica de bestialização e massificação da precariedade trans. Falar sobre a própria narrativa, utilizando-se do mesmo recurso de poder que manipula a precariedade é, ao mesmo tempo, insubordinar o controle monolítico do discurso dominante. Sintetiza, por sua vez, a abertura de caminhos para que a pluralidade de falas deturpem a dominância da imagem precarizada, no advento da representatividade do relato de si para a representação do outro.

Neste espaço biográfico, os relatos sobre si transformam o conhecimento precário (COACCI, 2018) em narrativas contra-hegemônicas, dando luz à representação de si diante do compartilhamento de experiências que visam fomentar informação e humanização de seus corpos e identidades. No que tange às transmasculinidades, assim como detona Guilherme Almeida (2012), há uma dualidade entre a exposição de si e a invisibilização da identidade para a “preservação” da transgeneridade em espaços públicos, embora a influência representativa de homens trans seja um fator determinante para maior entendimento social do sujeito na popularização de rostos transmasculinos diante das multimídias.

Em outras palavras, o uso da testosterona no caso dos homens trans, ao contrário do que ocorre com as mulheres trans, torna-os bastante próximos fisicamente às expectativas sociais de como deve parecer um homem, o que contribui para invisibilizá-los. Essa invisibilidade adquirida com frequência a duras penas significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero. O fato de o público não saber, por um lado, possibilita práticas de camuflagem social que favorecem o conforto e o acesso individual a direitos. Por outro lado, principalmente na visão do ativismo, isso prejudica a luta coletiva, inviabiliza o reclame por direitos e faz com que as mulheres trans se sintam solitárias (ALMEIDA, 2012. p. 519).

A influência que homens transgêneros e identidades transmasculinas possuem nas mídias demarcam a popularização de uma identidade transgênera no espectro masculino, na representatividade de masculinidades trans inseridas na diversidade

LGBTQIAP+. A representação destes rostos inserem a pluralidade de nuances do masculino, que dissolve a cultura de masculinidade nociva como semblante compulsório do ser/reconhecer masculino. Na publicidade, emanam a influência de consumo, onde pessoas trans são vistas enquanto dignas de provocar o consumismo, incentivar o consumo sobre determinado produto, assunto ou estilo de vida. Na televisão, compartilham sobre sua trajetória, de modo a causar orgulho, comoção pública ou empatia sobre as raízes que os mantêm resilientes de tantas caminhadas em busca de si. Na internet, no poder influente, são produtores de conteúdo sobre seus itinerários, sobre marcas que carregam admiração pela construção de si mesmo e por denúncias de uma sociedade que insubordina oportunidades de vida, cujas portas das escolas, universidades e mercado de trabalho são, costumeiramente, fechadas.

É interessante mencionar que as mídias sociais e o discurso influente da internet são emergentes, sobretudo, se compararmos à instauração da cultura de massa com a imagética discursiva da televisão na metade do século XX. A dialética do discurso emoldurado na argumentação enquanto componente formador de opinião, na antítese da massificação da informação receptiva, isto é, caracterizada pela facilidade de alcance massivo a determinados públicos, alcança o relato de si como instrumento fortalecedor da representação. Embora o alcance das redes sociais sejam, constantemente, um contra-discurso à cultura de massas, há de se considerar, conforme Miskolci (2011):

No Brasil, onde as classes médias (incluindo a classe C) chegam a mais de 100 milhões de pessoas, apenas 80 milhões têm acesso à internet. A diferença de cerca de vinte milhões, possivelmente, se deve a questões geracionais, nível educacional e local de moradia. O uso da rede é muito maior entre aqueles que nasceram ou chegaram à adolescência em meio à sua expansão comercial no final da década de 1990, portanto tendo mais chance e interesse de acionar seu uso para manter e/ou expandir suas relações sociais. Pessoas nascidas antes da década de 1970 já eram adultos com mais de 25 anos em 1997, portanto já haviam sido educados, socializados e constituído boa parte de seus vínculos sociais por outros meios. Não é de se estranhar que, para elas, a internet surgiu apenas como uma possibilidade extra de comunicação e foi incorporada de forma mais lenta e menos central em suas vidas (MISKOLCI, 2011, p. 11).

Dado ao recorte geracional, estes dispositivos discursivos aos quais homens transgêneros e transmasculinos estão inseridos são constituídos através da pluralidade

de saberes sobre transgressão de gênero, a multiplicidade de “estágios” da transição e formação de distintas identidades. A transformação do corpo é um processo individual, embora a hormonização e intervenção cirúrgica seja desejo de um, mas não almejado por outro. São ambientes de exploração da identidade, de autodescoberta, de produção de conteúdo transespecífico que proporciona oportunidades para debater políticas públicas e enfrentar a violência. Promove a dignidade e desmistificação do estigma marginalizado, moldado no preconceito e deturpação da imagem hostilizada socialmente, fomentada pela mídia. Um controle monopolítico, um discurso de poder.

Ao compartilhar suas rotinas, suas descobertas, suas fotos, seus vídeos, seus desabaços, seus relatos de experiências, suas denúncias de violência e preconceito vivenciados, suas histórias de amor, seus inúmeros *links* que redirecionam para sites de vendas de produtos específicos como próteses penianas e *binders*, o compartilhamento de matérias e notícias sobre outros transhomens ou sobre política eles ajudam a manter e fazer dos blogs uma fonte rica de informações sobre si, sobre os processos transexualizador dos transhomens e sobre a vida social dessa população. [...] Os blogs também ganham destaque quando possibilitam aos transhomens a chance de aproximação com pessoas das mais diversas partes do mundo que percorrem um caminho semelhante ao seu, uma chance de encontrar o reconhecimento de si nas histórias dos outros, uma chance de humanizar a sua própria história. Ainda que pesem algumas críticas sobre o que é exposto no ambiente virtual feitas, inclusive por alguns transhomens, a maioria dos usuários ainda atribui um número muito maior de benefícios do que de efeitos nocivos (AMORIM, 2016, p. 177).

Conforme mencionado pelo psicólogo Alexandre Amorim, em pesquisa sobre a escrita de si nos *blogs*, os transhomens, à medida que realizam o relato de suas experiências, todavia, são detentores deste conhecimento. O compartilhamento de informações nestes ambientes midiáticos produz um conhecimento contra-público (COACCI, 2018) que fomenta um lugar de aprendizado tanto para quem reproduz a informação, quanto para quem a recebe. É uma constante recíproca cujo relato de si transparece o reconhecimento do outro. Enquanto há produção do relato, há questionamento, revisão, reflexão e reinvenção. Enquanto há leituras do relato, há entendimento, aprofundamento, reconhecimento, ressignificação. Para tanto, o compartilhamento de sensações, emoções, memórias assim como descobertas no mergulho do passado, o emergir do presente, o confronto da moral e reorganização de si transformam, por sua vez, a dinâmica mútua da identificação de ambos, tanto o

emissor, quanto o receptor da mensagem. Embora a representatividade seja condição para humanização, as narrativas representativas e histórias humanizadoras reelaboram protagonismos, fomentam resistências e atuam na promoção de visibilidade de sujeitos invisibilizados socialmente, na mídia e na vida.

Teoria da dominação, das dominações, muito mais do que teoria da soberania, o que quer dizer: em vez de partir do sujeito (ou mesmo dos sujeitos) e desses elementos que seriam preliminares a relação e que poderíamos localizar, se trataria de partir da própria relação de poder, da relação de dominação no que ela tem de factual, de efetivo, e de ver como é essa própria relação que determina os elementos sobre os quais ela incide. Portanto, não perguntar aos sujeitos como, porque, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos. Em segundo lugar, tratar-se-ia de ressaltar as relações de dominação e de deixá-las valer em sua multiplicidade, em sua diferença, em sua especificidade ou em sua reversibilidade: não procurar, por conseguinte, uma espécie de soberania fonte dos poderes; ao contrário, mostrar como os diferentes operadores de dominação se apoiam uns nos outros, remetem uns aos outros, em certo número de casas se fortalecem e convergem, noutros casos se negam ou tendem a anular-se. Eu não quero dizer, é claro, que não há, ou que não se pode atingir nem descrever os grandes aparelhos do poder. Mas eu creio que estes funcionam sempre sobre a base desses dispositivos de dominação (FOUCAULT, 1999, p. 51).

Segundo Foucault (1999), a tônica emergente de mostrar como são as relações de sujeição que fabricam sujeitos são fundamentais para ressaltar as relações dominantes, a fim de elucidar como os operadores de dominação se apoiam, constantemente, uns nos outros. Desta forma, o controle hegemônico se utiliza de dispositivos midiáticos monopolíticos para demarcar, conforme Debord (2003), o espetáculo que constitui o modelo de vida socialmente dominante. A desestruturação da imagem desumana historicamente aplicada à patologização da transidentidade é, por sua vez, uma comunicação contra-hegemônica que visa desestabilizar as relações de sujeição que operam às camadas dominantes de estrutura heterocentrada, binariamente estimulantes na precarização de corpos trans em sua figuração subalternizada. Neste aspecto, o relato de si é, sobretudo, uma ferramenta política de resistência e subversão das relações de poder colonizadoras e embranquecidas impostas, tradicionalmente, pela mídia conservadora da massificação do objeto sensacionalista. Na espetacularização do espetáculo precário, cada vez mais, perdendo

espaço no interesse do público, em detrimento da instauração das mídias digitais enquanto projeto de consumo.

Considerações finais

A produção de trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas sobre transmasculinidade no Brasil tiveram início em meados dos anos 2000, sobretudo, quando o Conselho Federal de Medicina (Resolução CFM nº.1.955/2010) instaurou a realização de procedimentos cirúrgicos direcionados especialmente aos homens trans/transmasculinos, no âmbito público e privado. Deste então, as transmasculinidades obtiveram maior visibilidade de produção acadêmica, na mídia e na cultura LGBT. Os transhomens ganharam espaço na pesquisa científica através de um entendimento social do sujeito político, em um espaço delimitado anteriormente apenas às travestis e mulheres transexuais, principalmente, no que está relacionado à saúde pública e redesignação sexual. A Resolução CFM nº.1.955/2010 permite que os homens trans sejam percebidos socialmente diante da invisibilidade estrutural de suas identidades.

No âmbito da mídia e cultura LGBT, as transmasculinidades se tornam mais visíveis na diversidade transgênera, em pautas específicas na saúde pública e pluralidade de composições do masculino. A transexualidade se tornou pauta mais acessível e discutida culturalmente. No entanto, há conhecimentos precarizados sobre pessoas trans, no que se refere a inexistência de dados sobre evasão escolar, sobre violências e mortes de pessoas trans, além de informações estruturais sobre a vida destas identidades na aplicação de políticas públicas transespecíficas. Para suprir este conhecimento precário, a pesquisa acadêmica tenta, por sua vez, articular a transformação social na produção de conhecimento, difusão de saberes e tensionamento de políticas públicas e inclusão social.

Este artigo tem por objetivo tratar, de modo breve, a “representatividade” em um olhar amplificado de sua configuração “imagética”, sobretudo, no que concerne a identidade transgênera em representação político-social, seja no conhecimento científico, na produção de conteúdo nas multimídias, no relato de si à luz de

visibilidade para suas existências, na personificação da mídia, televisão, cinema, literatura, publicidade, entre muitas possibilidades de transativismo representativo. A exemplo de influência digital, cuja relação de poder sobre opinião e consumo atribuído às câmeras multimidiáticas são capazes de influenciar o comportamento do espectador que acompanha estes canais de “estilo de vida virtual”.

Desta forma, há muitos homens trans e transmasculinos que adentram essas redes digitais na promoção de visibilidade para seus corpos, na possibilidade de demarcar diálogos através do entretenimento para desmistificação de conteúdos precarizados sobre transidentidades. A transposição de assuntos ligados a gênero, sexo, sexualidade, transição, feminismo, raça e etnia nas mídias digitais reaproximam indivíduos que possuem estas temáticas como interesse particular. Para tanto, há pessoas interessadas no aprendizado desses conteúdos bem como outras que dão lugar às suas redes pessoais para proporcionar visibilidade a sujeitos marginalizados socialmente. O conteúdo “desprivilegiado” pelo “alcance popular das redes” possui oportunidade de comunicação para os demais perfis compartilhados, na ótica contra-hegemônica do controle da informação.

É importante mencionar que, neste percurso midiático cujos homens trans/masculinos estão inseridos, há um alcance viável para outras plataformas de mídias, seja na publicidade e propaganda, seja na televisão, em podcast, em entrevistas de blogs, vídeos na internet, filmes e séries, bem como na visibilidade científica de pessoas transgêneras na academia, na produção de conhecimento tanto sobre gênero, sexualidade, quanto temáticas afins, sobretudo, pesquisadores e intelectuais. A representatividade de homens transgêneros, assim como na autobiografia de João W. Nery (1984, 2011) e sua visibilidade fundamental na vida de outros homens trans e pessoas transgêneras que se espelham em sua trajetória, demarcam a caminhada de sujeitos que vivem sua viagem solitária em um itinerário acompanhado. A representatividade na demonstração de que pessoas trans são elegíveis para falar sobre si, bem como podem e devem ocupar espaços cujo direito é assegurado democraticamente, por sua vez, abrem caminhos para que outras pessoas transgêneras sigam conquistando seus lugares no mundo. Sobretudo, reconstruindo suas histórias ao desconfigurar a subalternidade imposta.

Referências

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 256-266, 2012.

ANTRA. **Associação Nacional de Travestis e Transsexuais**. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

AMORIM, Alexandre. **Homens (In)visíveis**: a experiência de transhomens brasileiros nas mídias virtuais. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2016.

ÁVILA, Simone. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem**: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. 243f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, SC, 2014.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado** – Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 110-126.

_____. **Problemas de gênero** – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

_____. **Relatar a si mesmo** – Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015a.

_____. **Vida precária**: Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p – 13-33.

_____. **Quadros de guerra** – Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

CARDOSO, R. O. O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever. In: **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo/Brasília: EdUNESP/ Paralelo 15, 2000.

COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público** [manuscrito]: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil / Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Thiago Coacci. - 2018.

DEBORD, Guy. **Sociedade do espetáculo**. Projeto Periferia, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. - (Coleção Tópicos).

_____. **A História da Sexualidade 1**. A vontade de Saber. 1988. Edições Graal. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FREITAS, Renata. **Homens com T maiúsculo**: processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades e a transversalidade da internet. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: A pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

MISKOLCI, R. Novas conexões: notas teóricometodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**, v. 12, n. 2, p. 09-22, 2011.

NERY, João. W.; MARANHÃO FILHO, Eduardo. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 60-80, 2013.

_____. **Erro de pessoa**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

_____. **Viagem Solitária** – Memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

_____. **De viagem solitária ao ativismo**. Texto parcial da palestra apresentada durante o 7º Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias em novembro de 2014. Disponível em: <http://siseb.sp.gov.br/arqs/INT_DE_VIAGEM_SOLITARIA_AO_ATIVISMO_Joao%20Walter%20Nery.pdf>. Acesso 11/06/2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID 10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

SILVA, Tomaz. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da Silva; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn; **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos culturais. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Nominata de Pareceristas

Alexandre Nogueira Martins
Aline Passuelo De Oliveira
Angelica Carvalho
Bianca Suzy Dos Reis Dos Santos
Bruno Cardoso
Bruno Domingues
Carlos Henrique Moraes Dos Santos
Caroline Pacheco
Claudia Santos
Daniel Brochado Pires
Edson Mendes Nunes Júnior
Érika Guimarães Ferreira
Eumar Andre Kohler
Fabio Augusto Souza
Fabricio Teló
Felipe Serafim Vieira
Fernando Diehl
Gabriel Carneiro
Ísis De Jesus Garcia
Juliana Inez Luiz De Souza
Kamille Mattar
Lenin Bicudo Bárbara
Leonardo Esteves
Liciane Barbosa De Mello
Luanna Fernanda Da Cruz Bach
Lucas Carvalho
Lucas Maciel
Luciano Dutra De Oliveira
Lígia Wilhelms Eras
Marcela Guedes
Marcio Bernardes De Carvalho
Marco Rossi
Marcos Meinerz
Maria Rita Mattar
Mauricio Priess Da Costa
Ramiro Garcia
Rodrigo Cristiano Diehl
Sandra Maria Mattar Diaz
Tânia Bittencourt Bloomfield
Urbano Lemos Júnior
Valeska Berman Machado
Vitor Hugo Da Silva Adami
Wallace Cabral Ribeiro